



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E
MATEMÁTICA

CLAUDIOMIRO FERREIRA DE OLIVEIRA

“AO LONGO DE MINHA JUVENTUDE FIQUEI DE UM LADO PARA OUTRO...”:
CAMINHOS E HISTÓRIAS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES (DE
MATEMÁTICA) EM SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS - MA

SÃO LUÍS – MA

2018

CLAUDIOMIRO FERREIRA DE OLIVEIRA

***“AO LONGO DE MINHA JUVENTUDE FIQUEI DE UM LADO PARA OUTRO...”*:
CAMINHOS E HISTÓRIAS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES (DE
MATEMÁTICA) EM SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS - MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Déa Nunes Fernandes.

**SÃO LUÍS – MA
2018**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo (a) autor (a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

OLIVEIRA, Claudiomiro Ferreira de.

AO LONGO DE MINHA JUVENTUDE FIQUEI DE UM LADO PARA de Matemática
OUTRO...: Caminhos e histórias da formação de professores em São
José dos Basílios - MA / Claudiomiro Ferreira de Oliveira. - 2018.

176 f.

Orientador (a): Déa Nunes Fernandes.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ensino de
Ciências e Matemática/CCET, Universidade Federal do Maranhão, São
Luís, 2018.

1. Educação Matemática. 2. Formação de professor. 3. História Oral.
4. Maranhão. 5. Narrativas. I. Nunes Fernandes, Déa. II. Título.

CLAUDIOMIRO FERREIRA DE OLIVEIRA

**“AO LONGO DE MINHA JUVENTUDE FIQUEI DE UM LADO PARA OUTRO...”:
CAMINHOS E HISTÓRIAS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES (DE
MATEMÁTICA) EM SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS - MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: 26 / 01 / 2018

Banca Examinadora

Profa. Dra. Déa Nunes Fernandes (Orientadora)
Instituto Federal do Maranhão – IFMA

Profa. Dra. Eliane Maria Pinto Pedrosa
Instituto Federal do Maranhão - IFMA

Prof. Dr. Jackson Ronie Sá da Silva
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Dedico este trabalho aos meus pais (*in memoriam*), Clodomir Paz de Oliveira e Magnólia Ferreira Santos Oliveira, que são os maiores responsáveis por tudo que sou. A eles dedico não só esse trabalho, mas toda minha vida.

À Aldina da Silva Melo, amiga e esposa a quem tanto amo e admiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por “Ser”. Ele é o caminho, a direção e a razão de minha caminhada. Obrigado pelo dom da vida.

À Aldina da Silva Melo, por ser amor na minha vida. Obrigado por me dar uma razão para querer está vivo! Amo-te.

À minha mãe, Magnólia Ferreira Santos Oliveira (*in memoriam*), por sua inteira dedicação aos filhos e ao marido. Obrigado pelos cuidados, pela proteção e pelos castigos. Que Deus lhe conceda o convívio dos eleitos na morada eterna, que Ele a acolha no seu colo de amor e paz. Admiro e a amo muito.

Ao meu pai, Clodomir Paz de Oliveira (*in memoriam*), por ter sido para mim um exemplo de pessoa, de marido e de pai. Obrigada pelas longas conversas e debates que travávamos sempre que podia ir visitá-lo. Sua generosidade e sabedoria me alimentam e me guiam em minha caminhada por esta terra. Deus um dia me dê a honra de o reencontrar novamente para continuarmos nossas conversas. O amo demais.

Aos meus irmãos e irmãs – Valdomiro Ferreira de Oliveira, Floraci Ferreira de Oliveira, Deuzirene Ferreira de Oliveira, Deuzanira Ferreira de Oliveira (*in memoriam*), Floripe Ferreira de Oliveira, Rosemiro Ferreira de Oliveira, Josemiro Ferreira de Oliveira e Luzia Ferreira de Oliveira – por ser para mim um abrigo, aquele lugar onde somos sempre bem recebidos depois de chegar de um longa e cansativa viagem. Muito obrigado por sempre acreditarem em mim e por sempre me receberem com tanto carinho a cada vez que vou visitá-los. Amo muito todos vocês!

À minha sobrinha Alice de Oliveira Sousa e ao amigo Emanuel Ribeiro de Sousa pelas boas conversas e pela amizade sincera.

Agradeço a todos os meus familiares, especialmente a meus tios João Wilson Carneiro e Ângelo Ferreira Santos, pelo carinho e por, mesmo sem compreender minha ausência, sempre torcerem e me incentivarem para que eu não desistisse de estudar.

Agradeço a todos os meus amigos da minha cidade natal (São José dos Basílios – MA) pela força e incentivo.

Agradeço imensamente aos professores Manoel Fábio Martins de Almeida, Adélia Calisto do Nascimento, Maria Helena de Oliveira Sousa, Santília de Oliveira Silva e Silza Rocha Mendes por aceitarem participar, comigo e minha orientadora, da construção deste trabalho. Obrigado pelo carinho, pela generosidade e pela disponibilidade de cada um de vocês.

Agradeço, como aluno, por tudo que vocês fizeram pelas crianças, jovens e adultos de nossa cidade, é por causa do trabalho de vocês que eu e outros jovens basilienses estamos realizando nossos sonhos. Serei eternamente grato a vocês por isto!

Agradeço muito a minha orientadora, Déa Nunes Fernandes. Obrigado pelo apoio, pela paciência, pelas conversas, por me orientar e acreditar na realização desta pesquisa. Tenho aprendido muito com a senhora. Muito obrigado por tudo!

Agradeço a todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPECEM) da Universidade Federal do Maranhão. Sou grato por tudo que aprendi com vocês.

Ao professor Jackson Ronie Sá da Silva e à professora Mariana Guelero do Valle agradeço especialmente pelas contribuições valiosas dadas a este trabalho no momento da qualificação, em novembro de 2017.

Agradeço a todos os colegas da minha turma de mestrado. Obrigado a Franciane Lima, Franciane Silva, Hellen Reis, Rayane Melo, Taysa Salazar, Gilvan Azevedo e Karla Coqueiro pelos momentos de aprendizados quando estivemos juntos ao longo desses dois anos de mestrado.

À Universidade Federal do Maranhão (UFMA) pela infraestrutura disponibilizada.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPECEM).

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) pelo financiamento desta pesquisa de mestrado, que possibilitou que eu participasse de eventos acadêmicos locais, regionais, nacionais e internacionais pelo Brasil.

*Eu sou de uma terra que o povo padece
Mas não esmorece e procura vencer.
Da terra querida, que a linda cabocla
De riso na boca zomba no sofrer
Não nego meu sangue, não nego meu nome
Olho para a fome, pergunto o que há?
Eu sou brasileiro, filho do Nordeste,
Sou cabra da peste, sou do Ceará.*

(Patativa do Assaré)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é constituir uma narrativa (histórica) sobre a formação de professores e professoras (de matemática) que atuaram/atuam na Unidade Integrada Hipólito da Costa, localizada no povoado Lago Grande - zona rural do município maranhense São José dos Basílios. Elegemos como marco inicial do estudo o final da década de 1960, período em que se dá a fundação do Grupo Escolar Hipólito da Costa, atual Unidade Integrada Hipólito da Costa. Além de fontes escritas – documentos, imagens e registros cartográficos – foram utilizados relatos orais de cinco professores que atuaram/atuam nessa escola. As narrativas escritas constituídas a partir de entrevista com cada entrevistando se deu segundo o aporte teórico da metodologia da História Oral. A análise foi conduzida por eixos de convergências e evidenciou que o deslocamento (migração) de nordestinos para o Maranhão, ao longo do século XX, e as alterações dos quadros políticos estadual e local marcaram fortemente o processo de formação de professores da região central deste estado. A presente pesquisa está vinculada ao projeto que busca constituir um mapa de "movimentação" da formação de professores no país, suas concepções e suas práticas desenvolvido pelo Grupo História Oral e Educação Matemática – GHOEM. A tessitura dessa narrativa e o registro das memórias e experiências dos docentes inauguram um “lugar de memória” acerca de um cenário da educação (matemática) básica em São José dos Basílios, que pode ser tomado com vestígios, indícios para se pensar a formação docente no Brasil e, em particular, no estado do Maranhão.

Palavras-chave: Formação de professor. Educação Matemática. História Oral. Maranhão. Narrativas.

ABSTRACT

The objective of this work is to constitute a (historical) narrative about the formation of teachers (mathematics) who worked in the Integrated Unit Hipólito of Costa, located in the village of Lago Grande - rural area of the Maranhão municipality of São José dos Basílios. We chose as the starting point of the study the end of the 1960s, when the Hipólito of Costa School Group, the current Hipólito of Costa Integrated Unit, was founded. In addition to written sources - documents, images and cartographic records - oral reports were used of five of the teachers who acted in this school. The written narratives constituted from an interview with each deponent were given according to the theoretical contribution of the Oral History methodology. The analysis was driven by axes of convergence and showed that the migration (migration) of the Northeastern states to Maranhão, during the 20th century, strongly marked the process of teacher training in the central region of this State. The present research is linked to the project that seeks to constitute a map of the "movement" of teacher education in the country, its conceptions and practices developed by the Oral History Group and Mathematics Education - GHOEM. The tessitura of this narrative and the record of the memories and experiences of the teachers inaugurate a "place of memory" about a scenario of basic (mathematics) education in São José of Basílios, that can be taken with traces, indications to think about the teacher formation in Brazil and, in particular, in the state of Maranhão.

Keywords: Teacher training. Mathematical Education. Oral History. Maranhão. Narratives.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da divisão do estado do Maranhão em mesorregiões.	37
Figura 2 - Mapa da microrregião de Presidente Dutra e dos municípios que a compõem.	38
Figura 3 - Localização do município de São José dos Basílios no mapa do Maranhão	41
Figura 4 - Mapa da sede do município São José dos Basílios e do povoado Lago Grande.	45
Figura 5 - Desfile em comemoração ao 7 de setembro de 1889, Escola Municipal Hipólito da Costa, Lago Grande, 1986.	47
Figura 6 - Familiares da professora Adélia Calisto, Lago Grande, 1986.	48
Figura 7 - Estado atual da Unidade Integrada Hipólito da Costa.	50
Figura 8 - Foto da professora Maria Helena de Oliveira Sousa.	71
Figura 9 - Foto da professora Adélia Calisto do Nascimento.	87
Figura 10 - Foto da professora Silza Rocha Mendes.	103
Figura 11 - Foto do Professor Manoel Fábio Martins de Almeida.	112
Figura 12 - Mapa do deslocamento da professora Santília de Oliveira Silva.	137
Figura 13 - Mapa do deslocamento da professora Adélia Calisto do Nascimento.	138
Figura 14 - Mapa do deslocamento da professora Maria Helena de Oliveira Sousa.	142
Figura 15 - Mapa do deslocamento do professor Manoel Fábio Martins de Almeida.	144
Figura 16 - Mapa do deslocamento da professora Silza Rocha Mendes.	146

LISTA DE SIGLAS

ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ANA - Agência Nacional de Águas
BNB - Banco do Nordeste do Brasil
CADES - Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
CEDIN - Centro de Documentação e Informação
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
COGERH - Companhia de Gerenciamento de Recursos Hídricos
COMARCO – Companhia Maranhense de Colonização
COTERMA – Companhia de Terras do Maranhão
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FAPEMA - Fundação de Amparo a Pesquisa e Desenvolvimento Científico Tecnológico do Maranhão
FFCL - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FGV – Fundação Getúlio Vargas
GHOEM - Grupo História Oral e Educação Matemática
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IOCS - Inspetoria de Obras Públicas Contra as Secas
ITERMA – Instituto de Terras do Maranhão
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
PIN - Programa de Integração Nacional
PIN - Programa de Redistribuição de Terras
PQD - Programa de Qualificação Docente
PROCAD - Programa de Capacitação de Docentes do Sistema Oficial de Ensino do Estado do Maranhão
PROUNI - Programa Universidade para Todos
SEDUC/MA - Secretaria de Estado de Educação/Maranhão
SISU - Sistema de Seleção Unificada
SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDEMA - Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão
SUDENE - A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UEMA - Universidade Estadual do Maranhão
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNIBAN - Universidade Bandeirantes de São Paulo

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. UM PRIMEIRO RELATO: TRAÇOS DE UM TRADUZIR-SE.....	16
1.1 Minha história de professor: relatos de memórias.....	17
1.2 Um estudo: sobre as intenções e a problematização	23
2. SOBRE O CENÁRIO DA PESQUISA.....	31
2.1 Notas sobre São José dos Basílios.....	35
2.2 Notas sobre Lago Grande e a Unidade Integrada Hipólito da Costa	44
3. NARRATIVA SOBRE O MÉTODO: POSTURAS E INCLINAÇÕES	52
3.1 História Oral e Educação Matemática: indícios de uma trajetória	55
3.2 História oral no cenário da formação e atuação de professores (de matemática).....	56
3.3 Procedimentos metodológicos	58
3.3 Procedimentos metodológicos	63
4. “EU TENHO UMA VAGA LEMBRANÇA...”: REGISTROS DE MEMÓRIAS	69
4.1 Professora Maria Helena de Oliveira Sousa.....	71
4.2 Professora Santília de Oliveira da Silva	82
4.3 Professora Adélia Calisto do Nascimento	86
4.4 Professora Silza Rocha Mendes.....	103
4.5 Professor Manoel Fábio Martins de Almeida	112
5. CAMINHOS DE MEMÓRIAS: UMA INVENSÃO HISTÓRICA POSSÍVEL	125
5.1 Era uma vez um Grupo Escolar... seus alunos deixavam seu lugar de origem, seus pais e amigos	126
ARRAZOADOS ADICIONAIS	153
REFERÊNCIAS	155
ANEXOS	160
ANEXO A - Carta de Cessão de Santília de Oliveira Silva	161
ANEXO B - Carta de Cessão de Manoel Fábio Martins de Almeida.....	162
ANEXO C - Carta de Cessão de Adélia Calisto do Nascimento.....	163
ANEXO D - Carta de Cessão de Maria Helena de Oliveira Sousa	164
ANEXO E: Termo de consentimento de livre esclarecimento e Carta de anuência de	165
Adélia Calisto do Nascimento.....	165

ANEXO F: Termos de consentimento de livre esclarecimento e Carta de anuência	167
de Maria Helena de Oliveira Sousa	167
ANEXO G: Termos de consentimento de livre esclarecimento e Carta de anuência	169
de Manoel Fábio Martins de Almeida	169
ANEXO H: Termos de consentimento de livre esclarecimento e Carta de anuência	171
de Santília de Oliveira Silva	171
ANEXO I: Termos de consentimento de livre esclarecimento e Carta de anuência de Silza Rocha Mendes	173
ANEXO J: Carta de anuência de Maria Lúcia Meireles da Silva	175

1. UM PRIMEIRO RELATO: TRAÇOS DE UM TRADUZIR-SE

*Uma parte de mim é todo mundo:
 Outra parte é ninguém: fundo sem fundo
 Uma parte de mim é multidão:
 Outra parte, estranheza e solidão. (...)
 Uma parte de mim é só vertigem:
 Outra parte, linguagem
 Traduzir uma parte na outra parte
 - que é uma questão de vida ou morte –
 Será arte?
 (Traduzir-se, Ferreira Gullar)*

Os caminhos de constituição do conhecimento classificado como científico por muito tempo foram traçados a partir da crença em um movimento contínuo e linear de compreensão das coisas e causa do mundo e dos homens. Segundo esta crença, o *mundo*, a *multidão*, a *vertigem* - do poema de Gullar -, poderiam ser traduzidos, por meio de métodos de investigação e discursos apropriados, para a língua inteligível e universal da ciência e assim, a *verdade* das coisas se revelariam. Esta percepção acerca do conhecimento científico ignorava e/ou fazia pouco caso da *microfísica dos poderes* (FOUCALUT, 1997) e dos *jogos de linguagem* (WITTGENSTEIN, 2005) por trás, pela frente, por cima, por baixo e por dentro da constituição das verdades que ela produz.

Novas posturas acerca do saber científico, especialmente aqueles ligados às conhecidas *Ciências Humanas*, têm entendido que “as palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação” (LARROSA, 2002, p. 21) e com isso, instituem e (re)significam as coisas e causa do mundo sempre que um sujeito lança mão delas para comunicar seus desejos e experiências aos outros. Portanto, há de se ter em conta a capacidade que têm os sujeitos de traduzirem-se quando falam de si e/ou do mundo.

Com isso, tem se desenvolvido um conjunto diverso de estudos científicos que ressaltam a capacidade dos sujeitos de traduzirem-se como forma de tecer compreensões, de produzir conhecimento sobre suas próprias vivências, suas experiências e o universo que os rodeiam. É neste conjunto de estudos que pensamos estar inserido o presente trabalho que tem nos relatos orais de sujeitos *comuns* sua principal fonte e foco de sentido.

1.1 Minha história de professor: relatos de memórias

*Seu moço, quer saber, eu vou cantar num baião
Minha história pra o senhor, seu moço, preste atenção*

*Eu vendia pirulito, arroz doce, mungunzá
Enquanto eu ia vender doce, meus colegas iam estudar
A minha mãe, tão pobrezinha, não podia me educar
A minha mãe, tão pobrezinha, não podia me educar*

*E quando era de noitinha, a meninada ia brincar
Vixe, como eu tinha inveja, de ver o Zezinho contar: - O
professor raiou comigo, porque eu não quis estudar
- O professor raiou comigo, porque eu não quis estudar*

*Hoje todo são "doutô", eu continuo João ninguém
Mas quem nasce pra pataca, nunca pode ser vintém
Ver meus amigos "doutô", basta pra me sentir bem
Ver meus amigos "doutô", basta pra me sentir bem*

*Mas todos eles quando ouvem, um baiãozinho que eu fiz,
Ficam tudo satisfeito, batem palmas e pedem bis
E dizem: - João foi meu colega, como eu me sinto feliz
E dizem: - João foi meu colega, como eu me sinto feliz*

*Mas o negócio não é bem eu, é Mané, Pedro e Romão,
Que também foram meus colegas, e continuam no sertão
Não puderam estudar, e nem sabem fazer baião.*

(Minha História – João do Vale)

Filho de lavrador e quebradeira de coco babaçu, que sempre tiveram no cultivo da terra a fonte de seu sustento, minha formação escolar foi marcada por idas e vindas, esperanças e desesperanças. Foi, em 1993, com treze anos de idade que tive condições de pôr, pela primeira vez os pés em uma escola pública para cursar as séries iniciais do ensino fundamental. Ingressar e permanecer numa escola fora os maiores desafios que enfrentei, pois, considerando a realidade em que minha família e eu estivemos inseridos, as chances para frequentar uma escola eram mínimas, quase inexistentes. Estudar era algo verdadeiramente muito distante de nossa realidade: como sonhar em aprender a ler e escrever se nos faltava até o que comer?

A escola na qual iniciei os estudos se chamava *Escola Municipal Cristóvão Colombo*, localizada em um pequeno povoado¹ de nome *Paul*, na zona rural do município São Domingos do Maranhão - MA². Ela funcionava com turmas multisseriadas. Cursei a primeira série do ensino fundamental no turno matutino. Na sala em que estudava funcionava a primeira, a

¹ Lugarejo, assentamento rural habitado por um número reduzido de pessoas.

² Município da mesorregião Centro Maranhense, localizado a 339 km da capital, São Luís.

segunda e a terceira série simultaneamente. Lembro muito bem como nossa professora – Maria Amélia, conhecida pelo apelido de *Preta* – se desdobrava para dar conta das três séries. A professora dividia, com giz, a lousa em três partes - uma para cada série -, e, em seguida, escrevia na lousa e explicava o conteúdo para os alunos de cada série separadamente. Enquanto isso, os outros estudantes ficavam aguardando sua vez. A disposição das cadeiras em que os alunos se sentavam seguia a mesma divisão da lousa, havia um vão, um espaço sem cadeiras que separava os lugares destinados à primeira, segunda e terceira séries.

Depois de muitas situações embaraçosas, decorrentes da indisciplina, da falta de envolvimento com os estudos e dos problemas familiares, consegui aprender a ler, escrever e, posteriormente, concluir o ensino fundamental e médio. A esperança que me moveu a persistir sonhando com uma formação mais elevada foi a fé/certeza que meus pais tinham de que era por meio da educação que poderia ter um bom emprego, ter o que comer e, assim, ter uma *vida melhor*. Mas as coisas não eram e não são tão fáceis na vida, sobretudo quando se é pobre e da zona rural.

Concluí o Ensino Médio em 2004, mas ao concluí-lo não tinha para onde ir. Em São José dos Basílios - MA³, onde concluí o Ensino Médio, não havia mais como prosseguir nos estudos. O maior grau de estudo ofertado lá era o ensino médio, além disso, a pobreza e as carências diversas continuavam a ser obstáculos. O término do Ensino Médio coincidiu com o período em que nosso pai ficou doente - ele fez uma cirurgia malsucedida de hérnia – e não pode mais trabalhar na roça. Essa situação me levou a viajar para o estado do Mato Grosso e lá trabalhar em madeireiras para conseguir dinheiro e mandar para meus pais no Maranhão.

Depois de um ano no Mato Grosso voltei, em 2006, para São José dos Basílios, minha cidade natal. Acredito que por várias circunstâncias políticas – que não compreendia na época –, e por ter me destacado como aluno, especialmente na disciplina de matemática ao longo do ensino médio, fui convidado pelo meu professor de matemática no Ensino Médio, Sebastião Wolf, para lecionar as disciplinas: Química, Física e Filosofia. A proposta era que eu trabalhasse com estas disciplinas no primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio, no Centro de Ensino Darcy Vargas – a única escola estadual da cidade.

Usei o termo *convite* porque foi realmente isso que ocorreu, posto que não houve a assinatura de um contrato de trabalho ou algo desse tipo, foi simplesmente um *acordo de boca*, como se costuma dizer em São José dos Basílios. Outro motivo para o *convite* era a falta de professores: a escola estava sem professores para ministrar as disciplinas de Química, Física e

³ Município da mesorregião Centro Maranhense, localizado a 280 km de São Luís.

Filosofia – na época, pairavam comentários de que isso estava acontecendo porque os professores estavam com mais de seis meses sem receber seus salários –, e, por isso, havia o risco do ano letivo de 2007 não ser iniciado. O professor Sebastião Wolf havia feito o convite a outros professores que trabalhavam no Ensino Fundamental em São José dos Basílios, mas nenhum deles havia aceitado. Assim, mesmo sem formação adequada e nenhuma experiência em sala de aula, aceitei o convite para ministrar tais disciplinas.

Foi muito difícil lecionar em turmas do Ensino Médio tendo apenas esse nível de ensino como formação. No entanto, fui bem recepcionado pelos alunos. Acredito que a aceitação pelos estudantes muito se deu pelo fato de vários deles terem sido meus colegas⁴ de sala dois anos atrás quando ainda cursávamos o Ensino Médio e porque, de algum modo, eles acreditavam que havíamos *salvado* o ano letivo deles ao assumir tais disciplinas.

Terminado o ano letivo de 2007 não fui convidado para lecionar no ano seguinte, pois aparentemente o problema da falta de professores nas disciplinas que estava ministrando já havia sido resolvido.

A experiência como docente mudou completamente minhas expectativas e esperanças em relação aos estudos e a educação. Assim em 2008, já com 28 anos de idade, compreendi e decidi que queria me dedicar à atividade/vida docente. Nesse mesmo ano fui aprovado em primeiro lugar em um concurso público para professor na rede de ensino municipal na área da educação infantil, mas não pude assumir, visto que não possuía formação superior e nem magistério, tinha apenas o Ensino Médio. Percebi então que era a hora de buscar uma formação superior. Como em São José dos Basílios e nas cidades vizinhas não havia oferta de cursos superiores por instituições públicas de ensino, e também, minha família e eu não tínhamos dinheiro para pagar uma faculdade particular, resolvi ir para São Paulo com o seguinte pensamento: conseguir um emprego e com o dinheiro que ganhar pagar uma faculdade particular.

Acreditava que em São Paulo seria mais fácil conseguir um curso superior e como tinham algumas pessoas conhecidas lá resolvi embarcar nesse sonho, considerado por mim até então impossível. O objetivo era conseguir uma formação de nível superior e depois voltar para trabalhar como professor, em São José dos Basílios - MA.

Chegando em São Paulo prestei concurso público para vigilante na prefeitura de

⁴ Muitos deles, na época em que estudávamos, haviam evadido - o que é muito comum nas escolas da região, especialmente neste nível de ensino -, e outros eram repetentes.

Osasco⁵ e fui aprovado. Nesse mesmo ano, 2008, fiz o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e, em 2009, consegui uma bolsa parcial⁶ de estudo, via Programa Universidade para Todos - PROUNI, para cursar Licenciatura em Matemática na Universidade Bandeirantes de São Paulo – UNIBAN. Diria que minha inclinação a ser professor de Matemática se filia a afinidade que sempre tive com essa disciplina desde a educação básica, as influências que recebi de alguns dos meus professores de matemática e a pequena experiência que tive como professor, em São José dos Basílios - MA.

Concluído o curso de Licenciatura em Matemática na UNIBAN, em 2011, voltei para o Maranhão e prestei concurso público para professor de Matemática do Ensino Fundamental II na cidade de Presidente Dutra⁷-MA e fui aprovado em segundo lugar. Contudo, um sentimento de desamparo e de impotência diante das carências dos meus alunos me levou a buscar uma formação mais avançada, pois compreendo que minha formação universitária havia deixado lacunas que os cursos de formação continuada, ofertados a nós professores pela prefeitura, e nossos estudos particulares, não poderiam sanar. Foi nesse momento que surgiu a ideia de fazer um Mestrado.

Sabia que fazer Mestrado em Matemática seria muito difícil, pois esse nível de formação, no estado do Maranhão, só era ofertado em instituições públicas de ensino na capital, São Luís, e os processos de seleções eram muito difíceis e concorridos. Além disso, não pretendia sair outra vez do Maranhão para estudar. Assim, resolvi fazer outra graduação, agora em Filosofia, na Universidade Federal do Maranhão - UFMA, em São Luís. Fiz então novamente o ENEM em 2013 e consegui pontuação suficiente para ingressar no curso de Licenciatura em Filosofia da UFMA via Sistema de Seleção Unificada - SISU. Mas a decisão de cursar outra graduação esbarrou em outro problema: não ter direito a afastamento ou licença do cargo de professor que exercia em Presidente Dutra - MA. Optei então por pedir exoneração do cargo.

Iniciei o curso de Filosofia na UFMA em 2014. Embora o gosto pela Filosofia, meu real objetivo era me preparar melhor para a seleção do Mestrado, enquanto isso, ao mesmo tempo, cursava a graduação em Filosofia. Depois que cheguei a São Luís – e na UFMA – entrei em contato com alguns professores e alunos do Mestrado Acadêmico e do Mestrado Profissional em Matemática da UFMA. Por meio destes contatos fiz a seleção para o Mestrado

⁵ Cidade da Grande São Paulo, localizada acerca de 24 km da capital, São Paulo.

⁶ Pagamento de 50% da mensalidade do curso.

⁷ Cidade da mesorregião Centro Maranhense, localizada acerca de 361 km da capital, São Luís, e aproximadamente 36 km de São José dos Basílios.

Profissional, mas não fui selecionado dentro do número de vagas. Foi então, que surgiu a seleção para o recém-criado Programa de Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática da UFMA, no qual fui aprovado e iniciei o curso de mestrado em agosto de 2015.

Universidade Federal do Maranhão, campus Bacanga - São Luís, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, agosto de 2015, estes são lugares de memória e momento de uma etapa, antes impensável, em minha formação.

Chegar a um Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática foi para mim uma mistura de satisfação e apreensão. Satisfação por estar em um lugar que, por muito tempo, não me foi permitido nem sequer sonhar, e apreensão em relação a como seria minha adaptação a um curso novo e uma nova cidade.

As dificuldades financeiras e as cobranças dos professores para participar de eventos científicos e/ou publicar artigos foram os primeiros obstáculos que tive que superar nessa empreitada. Após ter sido contemplado com uma bolsa de financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), senti que a realização da minha pesquisa iria depender, de agora em diante, apenas de esforço e dedicação.

O acolhimento que recebi dos professores e dos colegas de turma facilitou em muito minha adaptação ao curso. As discussões suscitadas nas disciplinas que cursei, bem como as reuniões/encontros de orientações, me permitiram lapidar minha pesquisa e, principalmente, me aprimorou como pesquisador.

Durante o período em que cursei a disciplina *Pesquisa em Educação Matemática* ministrada pela minha orientadora de pesquisa, Déa Fernandes, numa dessas conversas informais que ocorrem, no intervalo ou após as aulas, iniciamos uma discussão sobre a possibilidade de nosso trabalho contribuir com um projeto mais amplo de pesquisa que vem sendo desenvolvido por um conjunto de pesquisadores ligado ao Grupo História Oral e Educação Matemática – GHOEM, sediado na Universidade Estadual Paulista (UNESP/ campus Bauru/SP). Este conjunto de pesquisadores – no qual está incluída minha orientadora – têm se ocupado em desenvolver pesquisas que corroborem com o projeto que busca constituir um mapa da “movimentação” da formação de professores no Brasil, de suas concepções e suas práticas. Os trabalhos que se inscrevem nesse projeto têm operado a partir de vários acervos, principalmente aqueles compostos por fontes orais e escritas (livros didáticos, materiais de referência, legislações, biografias e autobiografias, etc.).

Depois de acordarmos que esta pesquisa poderia fazer parte do projeto desenvolvido no GHOEM, entramos em contato com os dirigentes do grupo e, por ocasião do Encontro

Nacional do GHOEM – realizado em agosto de 2016, na cidade de Bauru/SP – fomos convidados a apresentar meu projeto de pesquisa nesse encontro. Lá recebi várias contribuições por parte dos membros do GHOEM, importantíssimas para o prosseguimento deste trabalho.

Contudo, ressalto que não foi nesse ambiente acadêmico que as inquietações geradoras dessa pesquisa tiveram origem. Muito embora tenha sido efetivamente em meio a este universo de leituras, discussões, escrita, publicações que tanto o estudo quanto o pesquisador foram sendo lapidados e adquiriram os contornos aqui apresentados.

As inquietações que motivaram este estudo começam a serem delineadas em outro momento, em outro universo: cidade de Presidente Dutra/MA, Escola Municipal São Jorge, período de 2012 a 2014, estes são lugares e data da minha primeira experiência oficial⁸ como professor de matemática.

Quando comecei a trabalhar como professor de matemática, me deparei com problemas que meus professores da graduação jamais haviam discutido conosco em sala de aula. Embora, já tivesse consciência da existência de tais problemas, nunca tinha tido, até então, que lidar como professor de matemática com situações em que eles estivessem tão explícitos. Comecei a entender que meus alunos eram pessoas que vivem em uma sociedade cheia de problemas sociais: fome, pobreza, desemprego, violência escolar, desigualdade social, crianças e adultos em situação de rua, tráfico de drogas, machismo, etc.

Percebi então que a formação matemática recebida na graduação não era suficiente para lidar com as necessidades/carências evidenciadas pelos alunos. Minha formação ficou circunscrita ao ensino dos conteúdos específicos da matemática e, por isso, quando cheguei a sala de aula me senti desamparado e impotente diante do cenário que se apresentava. Perguntava-me: por que a matemática que aprendemos na graduação não tem tanta relação com a vida dos nossos alunos? Como fazer com que a matemática faça sentido na vida desses alunos? Por que ao longo da nossa formação não discutimos problemas como os dos nossos alunos? Nossos professores não conheciam esses problemas? Existiria uma *formação ideal* ou *adequada* para o professor (de matemática), de modo que ela consiga lidar com tais problemas? Como terá sido a formação dos nossos primeiros professores (de matemática)?

Foi a partir destas e outras inquietações que decidi iniciar estudos na área da Educação Matemática. Este campo de conhecimento tem sido entendido como uma *prática social* e tem

⁸ Uso esse termo para dizer que trabalhei pela primeira vez, como professor concursado e com a formação prescrita em lei para o exercício da função. Isso porque, desde 2005, quando ainda cursava o Ensino Médio, já trabalhava de forma esporádica como professor em escolas municipais e estaduais na cidade de São José dos Basílios/MA.

se ocupado em compreender a matemática em situação de ensino e aprendizagem e as suas cercanias (GARNICA, 2012, p. 18).

Foi este o tempo, o lugar e as inquietações a partir, e com as quais, constitui e organizei um projeto de pesquisa com o qual ingressei no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Matemática da Universidade Federal do Maranhão.

Enfim, estes são alguns traçados, ainda que breves, de minha trajetória como aluno e como professor. Com essa breve apresentação quero reforçar elementos que têm sido intensamente afirmados pela comunidade de pesquisadores que me inscrevo, a saber: os entornos contextuais são atores dos processos de pesquisa e os desenhos iniciais dos estudos uma vez postos em ação/movimento vão se transformando – e se constituindo – ao passo em que novas compreensões acerca do que é estudado vão se formando. Com isso, queremos indicar que nossa pesquisa não pode ser apartada das nossas vivências e do nosso *lugar* de vivência (FERNANDES, 2001).

1.2 Um estudo: sobre as intenções e a problematização

No Brasil, a criação das *Escolas Normais*⁹, no início do século XIX, revela sinais de preocupações com o processo de formação de professores. De acordo com Castanha (2008, p.18), a primeira tentativa de instituir uma escola para formar professores ocorreu em 1º de março de 1823 via decreto do Imperador. Essa escola funcionou na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro – sede da Corte imperial -, e baseava-se no método lancasteriano de ensino. A autora nos conta que D. Pedro I, almejando instruir seus súditos, em particular os militares, decidiu criar na Corte uma Escola de Primeiras Letras, na qual o ensino se daria pelo método do “ensino mútuo” e que além dos militares poderiam frequentá-la todas as classes dos seus súditos que quisessem se aproveitar de “tão vantajoso estabelecimento”.

A província do Rio de Janeiro, então capital do império, criou em 1835, na cidade de Niterói, a primeira Escola Normal do País. A lei que a criou determinava que para ser admitido nessa escola o candidato deveria “ser cidadão brasileiro, maior de dezoito anos, com boa morigeração, e saber ler e escrever” (CASTANHA, 2008, p.19).

No Maranhão, a primeira tentativa de implantação de uma Escola Normal ocorre somente em 1840, sob a gerência de Felipe Condurú (MELO, 2012). Essa primeira experiência não foi bem-sucedida e, depois de outras tentativas que também malograram, foi criada, em

⁹ Escolas Normais é o nome dado as instituições de ensino destinadas a formar professores para o ensino primário.

1890, “a Escola Normal do Estado (...) em regime de externato, com o objetivo de preparar professores de ambos os sexos” (MELO, 2012, p. 4741). Essa escola passou por várias reformulações e enfrentou dificuldades de toda ordem – desde financeiras a políticas –, inclusive, correndo sérios riscos de ser fechada. Por fim, ela “teve sua extinção decretada em 1939 com a criação do Instituto de Educação do Maranhão e da Escola de Professor Primário” (MELO, 2012, p. 7441).

Mais tarde, na década de 1930, foram criados os cursos de Licenciaturas na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letra da Universidade de São Paulo (USP). Algumas das finalidades desses cursos eram: formar professores para o ensino secundário e superior, que teriam como responsabilidade o desenvolvimento de uma elite intelectual; e, desenvolver pesquisas desinteressadas, que contradiziam a concepção positivista que influenciou a educação brasileira até então (D’AMBROSIO, 2008). Os cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) serviram de modelo para outras instituições de ensino superior e a FFCL se tornou um centro irradiador das licenciaturas para outros cantos do país. Saviani (2009), divide a história da formação de professores no Brasil em seis momentos distintos:

1. Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890). Esse período se inicia com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigava os professores a se instruir no método do ensino mútuo, às próprias expensas; estendesse até 1890, quando prevalece o modelo das Escolas Normais.
2. Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), cujo marco inicial é a reforma paulista da Escola Normal tendo como anexo a escola-modelo.
3. Organização dos Institutos de Educação (1932-1939), cujos marcos são as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933.
4. Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971).
5. Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971- 1996).
6. Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006). (SAVIANI, 2009, p. 143-144).

No Maranhão, os cursos de licenciaturas são instituídos a partir da década de 1950. Embora, instituições de ensino superior – Faculdades isoladas –, funcionassem no estado desde as primeiras décadas do século XX, foi com a criação, em 1952, da Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão que cursos como o de Pedagogia, História, Geografia, Línguas Neolatinas e Filosofia foram ofertados (FARIA, 2005). Mais tarde, em 1966, com a criação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) os cursos de licenciatura foram ampliados.

O curso de Licenciatura em Matemática, no estado do Maranhão, foi criado neste movimento de ampliação das licenciaturas. Fernandes (2011), ao se debruçar sobre o processo de formação de professores de matemática no estado ressalta que:

Até o final da década de 1960 esse estado não contava com nenhuma instituição de ensino superior que respondesse pela formação de professores na área de Matemática. Os professores que atuavam nessa área, em geral, eram profissionais formados em Faculdades Isoladas ou engenheiros formados fora do estado, ou então, (...) alunos que se destacavam durante o curso secundário e ao concluí-lo eram convidados para trabalhar com contratos temporários, renováveis a cada ano (FERNANDES, 2011, p. 151).

Neste cenário, o governo do estado, através do Conselho Diretor da Fundação Universidade do Maranhão, promulga a Resolução nº 79, de 04 de janeiro de 1969 que cria “(...) junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Maranhão, os cursos de Matemática, Física, Química e Biologia (...)” (FERNANDES, 2011, p. 153).

O cenário histórico do processo de formação dos professores que efetivamente atuaram em escolas primárias/ secundárias do Brasil, em particular do estado do Maranhão, é um *desabitado* sobre o qual pairam inúmeros questionamentos e dúvidas. Por exemplo, onde se formaram os professores que atuavam nas Escolas Normais do Maranhão? Qual a formação deles? De onde vinham os professores que atuaram nas escolas primárias e secundárias do interior do estado? Quais eram suas formações? Havia material didático? Qual prática de ensino eles desenvolveram/aplicavam? Como era a gestão dessas escolas? Como eram os prédios onde elas funcionavam? Quem/como se selecionava esses professores? Quais conteúdos eram ensinados? Por que homens e mulheres do interior do estado seguiam a carreira docente? Esses são alguns questionamentos que ainda estão em aberto.

No Maranhão são poucos os estudos que têm se debruçado sobre a temática do cenário histórico dos processos de formação de professores (de matemática) das escolas primárias. Essa lacuna de estudos sobre o processo de formação de professores (de matemática) é ainda mais acentuada na região central do estado – onde está localizada a cidade de São José dos Basílios, lócus desta pesquisa. Esta relevante lacuna de estudo se deve, em parte, ao fato de que a região esteve até meados do século XX, quando foi ampliada a malha rodoviária do estado, quase inteiramente isolada em relação à capital, São Luís.

São José dos Basílios é uma pequena cidade de região central do estado do Maranhão. Foi elevada à categoria de município e distrito pela lei estadual nº 6156, de 10 de novembro de 1994. O povoado de São José dos Basílios, atual distrito sede do município de mesmo nome, antes de conquistar sua emancipação era vinculado administrativamente ao município vizinho, Presidente Dutra. Com a emancipação, várias pequenas localidades vizinhas ao distrito sede, foram incorporadas ao território do município basiliense e, com isso, também deixaram de pertencer ao município de Presidente Dutra. Entre essas pequenas localidades estão os povoados

Santa Luzia, Centro dos Bóias, Santa Maria, Morada Nova, Couro Dantas dos Quatis, Couro Dantas dos Motas e Lago Grande.

Grande parte das escolas que existem hoje no município de São José dos Basílios foram fundadas num momento anterior ao processo de emancipação da cidade. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE (2015) existem 25 estabelecimentos escolares no município. Destes, 18 estão localizados na zona rural e 7 na sede do município.

Uma das escolas mais antigas do município é a atual *Unidade Integrada Hipólito da Costa*, localizada no povoado Lago Grande. Essa escola foi fundada no final da década de 1960, na gestão do prefeito do município da Presidente Dutra, Valeriano Américo de Oliveira. Quando de sua fundação, a escola recebeu o nome de *Grupo Escolar Hipólito da Costa*, em homenagem ao jornalista e escritor Hipólito José da Costa – patrono da imprensa no Brasil e ocupante da cadeira 17 da Academia Brasileira de Letras.

É importante lembrar que a expressão *Grupo Escolar* se refere, no Brasil, a uma modalidade de instituição de ensino público criada nos primeiros anos da República. Como salienta Saviani (2004), no bojo das ideias republicanas está o entendimento de que a *instrução pública*, dada sua alta relevância, era prioridade para o país. Assim, houve uma abrangente reformulação da instrução pública e o centro dessa reformulação foi o ensino primário. A grande mudança então foi a “(...) instituição dos grupos escolares, ‘criados para reunir em um só prédio de quatro a dez escolas [isoladas], compreendidas no raio da obrigatoriedade escolar’” (SAVIANI, 2004), uma vez que as escolas primárias até então eram classes isoladas ou avulsas onde um só professor ministrava aulas para um grupo de pessoas de deferentes idades e níveis de aprendizagem.

Com a instituição dos grupos escolares toda a dinâmica da instrução pública primária mudou. Os estudantes passaram a ser reunidos em grupos, supostamente, homogêneos - formando as classes/séries. O tempo, o espaço e o conteúdo do ensino foram racionalizados e ordenados de modo a sugerir uma nivelção, uma gradação – daí os grupos escolares serem conhecido também como escolas graduadas. Com isso, as principais mudanças em relação ao sistema de instrução pública anterior foram “(...) a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e [a utilização de] um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores” (SOUZA, 2006).

As razões que levaram à fundação dessa escola em um pequeno povoado, na época tão longínquo, cerca de 50km em relação à sede do município de Presidente Dutra, são ainda hoje objeto de muitos questionamentos e de muitas narrativas. Para alguns, a escola foi uma espécie de “pagamento” de um favor político ao coronel conhecido como *Zeca Doca*, morador do

povoado. Para outros, foi uma forma do prefeito Valeriano Américo – adversário político de Zeca Doca -, aumentar seu eleitorado na região. E, há os que dizem que a escola é resultado de reivindicação organizada dos moradores do povoado.

Além disso, a escola Hipólito da Costa cumpria, na época de sua fundação, uma função importante naquela região: recebia alunos dos povoados circunvizinhos ao Lago Grande, a saber: Couro Dantas dos Quatis, Couro Dantas dos Motas, Morada Nova e Lagoa Bonita¹⁰. Hoje é uma das duas únicas escolas na zona rural de São José dos Basílios a ofertar a Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II. E com isso, congrega grande parte do alunado e do professorado rural basiliense.

Assim, esta investigação se debruça sobre o processo de formação dos professores e professoras que atuaram/atuam Unidade Integrada Hipólito da Costa e as tramas de fundação dessa escola. Este é o objeto desta pesquisa e sua emergência se deu, sobretudo, do entrelaço das minhas vivências – como aluno e como professor –, das inquietações teóricas e da realidade social e educacional que se apresenta aos pais, alunos e professores da região na qual se situa o município de São José dos Basílios/MA. E também, na possibilidade factível desse objeto apresentar vestígios, indícios do movimento do processo de formação docente a estudos de maior amplitude.

Acredito que as primeiras razões motivadoras da escolha desse objeto de pesquisa ficam justificadas no breve relato da minha trajetória escolar (como aluno e como professor). Embora talvez, aqueles que defendam a apresentação da justificativa de um estudo acadêmico tecida pelas razões teóricas e/ou metodológicas do universo científico não se sintam completamente convencidos e/ou contemplados nas justificativas aqui apresentadas. Mas, esse não deve ser um elemento de preocupação, os itens tão requeridos na forma de apresentação de um trabalho acadêmico aos poucos serão delineados, tomarão o formato do desenho exigido e constituído pelas narrativas dos sujeitos desta pesquisa, dentre os quais estamos incluídos.

Desse modo, os principais questionamentos que nos orientou a dar forma e vida ao nosso estudo foram: *como se deu a formação dos professores e professoras que atuaram/atuam na Unidade Integrada Hipólito da Costa? Sob que condições sócio-políticas se deu essa formação? Que razões mobilizaram a fundação do Grupo Escolar Hipólito da Costa, atual Unidade Integrada Hipólito da Costa? Quem eram os professores e professoras dessa escola? Como atuavam? De onde vieram esses profissionais?*

¹⁰ Esse povoado não existe mais.

Assim, com o objetivo de constituir uma narrativa (histórica) sobre a formação dos professores e professoras (de matemática) que atuaram/atuam na Unidade Integrada Hipólito da Costa e as tramas da fundação dessa escola, utilizamos como principal metodologia de pesquisa a História Oral (temática), aqui tomada como metodologia de pesquisa qualitativa. Assim, fazemos uso tanto de fontes orais, na forma de relatos dos professores que atuaram/atuam na escola Unidade Integrada Hipólito da Costa, quanto de documentos escritos.

Elegemos como marco inicial do estudo o final da década de 1960, período em que se dá a fundação do Grupo Escolar Hipólito da Costa, atual Unidade Integrada Hipólito da Costa. A tessitura da nossa narrativa e o registro das memórias e relatos desses docentes inaugura um “lugar de memória”, nos termos de Pierre Nora, acerca de um cenário da formação de professores (de matemática) em São José dos Basílios, que pode ser tomado como espaço de referência para se (re)pensar a formação docente no Brasil e, em particular, no estado do Maranhão. Além disso, esta pesquisa está vinculada ao projeto de *Mapeamento da Formação e Atuação de Professores de Matemática* no Brasil desenvolvido pelo Grupo História Oral e Educação Matemática – GHOEM, no qual o interesse central desse grupo é o estudo da cultura escolar e o papel da Educação Matemática nessa cultura. Assim, os temas abordados nos inúmeros trabalhos desenvolvidos no grupo são vários: a formação de professores de Matemática, as narrativas, a História Oral, os manuais didáticos, instituições de vários níveis e modalidades de ensino nos quais atuam professores de Matemática e dos quais a Matemática faz parte, a História da Educação Matemática, a análise de livros antigos e contemporâneos – didáticos ou não, formação e conservação de acervos, etc.

Nos últimos anos, vários trabalhos têm sido produzidos num esforço de colaborar com esse projeto. Num breve levantamento realizado no sítio do GHOEM, identificamos pesquisas ligadas a esse projeto e desenvolvidas em diferentes estados do país, por exemplo: Goiás (CURY, 2007), Maranhão (FERNANDES, 2011), Paraíba (MACENA, 2013), Paraná (BERNARDES, 2003; SEARA, 2005; TOILLIER, 2013), Rio Grande do Norte (MORAIS, 2012), Santa Catarina (GAERTNER, 2004; SILVA, 2014), São Paulo (SOUZA, 1998; GALETTI, 2004; BARALDI, 2003; SILVA, 2006; MARTINS-SALANDIM, 2007; MARTINS-SALANDIM, 2012) e Tocantins (CURY, 2011) – todas realizadas por membros do GHOEM.

Nosso trabalho, uma construção coletiva, constitui um registro de memórias de homens e mulheres que tomaram parte ativamente da prática docente e da construção da educação básica em São José dos Basílios/MA, ao longo das últimas quatro décadas e, esse registro, formado a partir de uma intencionalidade, foi o alicerce a partir do qual nós tecemos uma versão (histórica)

acerca do processo de formação desses homens e mulheres – professores e professoras na zona rural do município São José dos Basílios.

Os capítulos que apresentamos a seguir não foram escritos na mesma ordem que aparecem, eles foram sendo tecidos a partir do que sinalizavam as narrativas dos professores e professoras com os quais fizemos entrevistas e dos movimentos de avanços e recuos comuns a todo trabalho de investigação. Assim, os capítulos do presente trabalho foram pensados de modo a apresentar desde os traços de nossa formação como pesquisadores, ao cenário e colaboradores do nosso estudo, passando por nossas compreensões e intenções sobre a metodologia de investigação, até as narrativas dos professores colaboradores desta pesquisa, dos registros de suas vozes e, por fim, nossa perspectiva de análise das narrativas dos professores e professoras colaboradores deste estudo.

Desta maneira, nosso trabalho tem a seguinte estrutura. Em *Um Primeiro Relato: traços de um traduzir-se*, que compõe esta introdução, são apresentados um relato do meu próprio processo de formação, as razões, problematizações e condições que me mobilizaram para o desenvolvimento da pesquisa.

Sobre o Cenário da Pesquisa é feita uma apresentação dos sujeitos, objetivos e o lugar geográfico e temporal de nosso estudo, bem como um breve panorama descritivo do cenário espacial e teórico desta pesquisa e dos sujeitos colaboradores. Essa descrição nos pareceu necessária por permitir que seja situado ao leitor o lugar geográfico, social e temporal e o campo teórico de realização de desta pesquisa.

Em *Narrativa sobre o Método: postura e inclinações*, tratamos especificamente da metodologia de pesquisa História Oral. Buscamos fazer um breve desenho da trajetória de seu desenvolvimento e pontuar suas potencialidades e a perspectivas de uso dela nesta investigação. Apresentamos os procedimentos utilizados e as etapas percorridas, além de relatos sobre as visitas realizadas para a coleta de entrevistas e sobre os contatos que possibilitaram a seleção dos professores e professoras colaboradores, que nos cederam às entrevistas.

Já em *Eu tenho uma vaga lembrança...: registros de memórias*, apresentamos os professores e professoras colaboradores do nosso estudo, os registros do nosso encontro com eles e as textualizações das entrevistas, às quais tivemos permissão para usar por meio de assinatura de cartas de cessões que estão incorporadas aos anexos desta dissertação. Fotos disponibilizados pelos professores e professoras colaboradores também foram incorporadas a este capítulo.

Em *Caminhos de Memórias: uma invenção histórica possível*, apresentamos uma compreensão acerca do processo de formação dos professores e professoras que atuaram/atuam

na Unidade Integrada Hipólito da Costa, que coloca o movimento migratório de nordestinos para o Maranhão e o movimento de deslocamento dos professores desta escola como um fator marcante do processo formativo em que eles estiveram envolvidos.

2. SOBRE O CENÁRIO DA PESQUISA

Peguei o trem em Teresina
Pra São Luiz do Maranhão
Atravessei o Parnaíba
Ai, ai que dor no coração
 (...)

Bom dia Caxias
Terra morena de Gonçalves Dias
Dona Sinhá avisa pra seu Dá
Que eu tô muito avexado
Dessa vez não vou ficar
 (...)

Boa tarde Codó, do folclore e do catimbó
Gostei de ver caboxas de bom trato
Vendendo aos passageiros
"De comer" mostrando o prato
 (...)

Alô Croatá, os cearenses acabam de chegar
Pra meus irmãos uma safra bem feliz
Vocês vão para pedreiras e eu vou pra São Luiz

O trem danou-se naquelas brenhas
Soltando brasa, comendo lenha
Comendo lenha e soltando brasa
Tanto queima como atrasa
Tanto queima como atrasa

(De São Luís a Teresina – João do Vale)

Queiroz (1994) sugere que “para expor com clareza e chegar à compreensão de qualquer tema proposto, um dos primeiros cuidados é definir em que terreno está sendo abordada a questão”. Bem, na observação de Queiroz (1994) o termo “terreno” assume tradicionalmente dois sentidos principais: um sentido de espaço simbólico ou teórico – alguns prefeririam dizer *espaço imaterial*, dentro (a partir) do qual um dado tema pode ser abordado; ou, um sentido de espaço físico – ou *espaço material*, a partir de onde um tema pode ser inquirido. Aqui, em nosso trabalho, o termo será entendido no sentido de um “espaço costurado pela historicidade e pelas sensibilidades dos que vivem onde afirmam viver e transitar (criando, inventando, assim, uma região) ” (MORAIS; MORAIS; GARNICA, 2016). Neste sentido, diferentes narradores constroem suas regiões, seus espaços e sentido de deslocamento, formando assim fronteiras espaciais e temporais que não podem ser apreendidas completamente pelos critérios clássicos da Geografia, da Demografia, da Economia e da Política.

Para Garnica (2016), são várias as formas como os espaços se presentificam nos contextos e processos humanos, e vários são também, os modos de mobilizá-los na realização de uma pesquisa científica. Muitos trabalhos desenvolvidos no GHOEM têm colocado o “lugar de realização do estudo” ou “lugar narrado pelos sujeitos da pesquisa” como elemento destacado

e muito importante para o estudo, mesmo que a espacialidade não esteja sendo tematizada e explorada como elemento central. Podemos citar como exemplos os trabalhos de Souza (1998), Baraldi (2003), Salandim (2003), Zanardi (2007), Cury (2007), Macena (2013), Paiva (2016), Moreira (2016), Morais (2017).

Entendemos que espaço e narrativa estão imbricados de tal modo que um sempre está presente quando o outro se revela, desta feita em nossa pesquisa a espacialidade é tema relevante não só na tarefa de apresentar a localização material do objeto e dos interlocutores do estudo, mas também, como um dos fios no *mister* de construir uma narrativa (histórica) sobre a formação de professores (de matemática) a partir da escuta e diálogo com as fontes.

Tematizando, particularmente, a História da Educação Matemática e a formação de professores de matemática Morais e Garnica (2016), em seu trabalho intitulado “*Da duração situada: um estudo sobre historiografia, espaço e Educação Matemática*”, defendem a possibilidade de se abordar a historiografia a partir de uma concepção que “contemple não apenas a temporalidade, mas também a espacialidade, ou seja, a história como o estudo da duração situada, a atividade de produzir narrativas sobre os modos como num tempo-espaço os humanos vivem em comunidade” (MORAIS; MORAIS; GARNICA, 2016).

Na perspectiva de defender essa posição os autores apresentam alguns trabalhos de diferentes áreas do conhecimento que mobilizam a espacialidade como elemento principal e finalizam sua defesa advertindo que essa abordagem – que busca os vínculos entre história, espaço e tempo –, faz notar que o processo de formação de professores é mais complexo do que se supunha: primeiro, porque revela a diversidade de espaços (a rua, a lanchonete, em casa, no parque, nas viagens e passeios, etc.) que contribuem nessa formação; segundo, porque esse processo de formação “acontecem em meio a concepções de formação que, por serem perspectivas de vida, agenciam os professores de determinados modos, que, por sua vez, continuarão, posto que estes professores formarão outros” (MORAIS; MORAIS; GARNICA, 2016).

Nos apoiaremos em Morais e Garnica (2016) para apresentar a concepção de espaço que direciona nosso estudo. Dentre os trabalhos destacados por esses autores está o do historiador e pesquisador Albuquerque Jr. (2011). Este autor ao investigar o surgimento da região nordeste na “paisagem imaginária” do Brasil, das primeiras décadas do século XX, apresenta o conceito de região como sendo um “solo movente, pântano que se mexe com a história e a faz mexer, que traga e é tragado pela historicidade”. Destaca que os muros/fronteiras erguidos, justificadamente ou não, para “criar” a região Nordeste no início do século XX não foram construídas sobre um vazio, pelo contrário, foi sobre os escombros de outros

muros/fronteiras que estes se edificaram. Entende que as noções acerca do Nordeste e do nordestino são gestadas a partir de relações de poder e saber específicas que convergiram, em um tempo e lugar próprio, em favor de interesses externos. Acredita que por ser “solo movente” os muros e fronteiras de hoje serão escombros amanhã. (ALBUQUERQUE JR. *Apud* MORAIS; MORAIS; GARNICA, 2016).

Outro trabalho realçado pelos autores é o do geógrafo e pesquisador Milton Santos (2009), que na obra “*A natureza do espaço*”, apresenta a noção de espaço como sendo “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”. Destaca que o espaço não é formado apenas pelas coisas, pelos objetos geográficos naturais ou artificiais os quais a natureza nos dá, ele é tudo isso e mais a sociedade. Nesse sentido, o espaço poderá ser compreendido a partir de dois tipos de categorias analíticas: as *categorias internas* ao próprio espaço (as paisagens, as configurações territoriais, os espaços produzidos ou produtivos, etc.) e as *categorias externas* ao espaço (a técnica, a ação, os objetos, a norma e os eventos, a universalidade e a particularidade, a totalidade e totalização, a temporalização e a temporalidade, a idealização e a objetivação, os símbolos e a ideologia). Nestas estariam localizados os mecanismos que definem a sociedade e o planeta (SANTOS *Apud* MORAIS; MORAIS; GARNICA, 2016).

Morais e Garnica (2016) destacam também a ideia de Yu-Fu Tuan (1983) ao defender que os seres humanos desenvolvem suas primeiras noções de espaço e lugar em suas vivências biológico-espaciais, isto é, no corpo. Para esse autor, na medida em que crescemos estas vivências corporais dos espaços nos permite criar signos e referências espaciais que nos auxiliam no desenvolvimento de concepções mais elaboradas do espaço que ocupamos. Espaço e lugar são distintas dimensões de nossas experiências. Disso, somente por meio da experiência poderíamos conhecer e diferenciar espaços e lugares. Para Tuan (1983), *lugar* é o espaço com sentido, com significado e valor atribuído por nós, enquanto o *espaço*, o abstrato, aquilo que não conseguimos classificar ou valorar. O tato, a visão, os órgãos sensoriais são quem permitem ao homem uma experimentação com os espaços (MORAIS; MORAIS; GARNICA, 2016).

Outro autor destacado por Moraes e Garnica (2016) é o historiador Michel de Certeau. Certeau (2012) entende que o homem transforma constantemente o ambiente que ele ocupa através de suas práticas cotidianas, mediadas pelas relações que eles estabelecem entre si e com os espaços. O lugar, nessa perspectiva, “é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade” (CERTEAU, 2012). Ele é marcado e/ou marcador da prática cotidiana, é o terreno ocupado ou a ocupar, estático, fixo. Os espaços, por outro lado, são lugares

em movimento, pois “existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. Espaço é o efeito produzido pelas operações eu o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais” (CERTEAU, 2012). O homem seria, para o autor, o responsável por transformar os lugares em espaços. Esta transformação se expressa, por exemplo, no fato de cidades e vilarejos se formam, na grande maioria dos casos, à margem de estradas ou rios e no litoral não por acaso. Mas, por possibilitarem o movimento, o deslocamento de pessoas, objetos e discursos. “Certeau compara o caminhar ao ato da enunciação, considerando, disso, o discurso como um fator de relevância na construção dos espaços que, por meio da enunciação, se institucionalizam” (MORAIS; MORAIS; GARNICA, 2016).

Bachelard (2008) é outro autor trazido à cena por Morais e Garnica (2016) ao abordar a temática do espaço numa perspectiva do poético, do imaginário. Para Bachelard (2008) a “imagem poética” é uma manifestação da linguagem, é sempre um pouco superior a linguagem significante. Os homens são seres poéticos e interagem com o mundo mediante sua capacidade de imaginação, de simbolização, de criação.

Sonha-se diante do fogo, e a imaginação descobre que o fogo é o motor de um mundo. Sonha-se diante de uma fonte, e a imaginação descobre que a água é o sangue da terra, que a terra tem uma profundidade viva. Temos sob os dedos uma pasta doce e perfumada, e nos pomos a malaxar a substância do mudo” (BACHELARD, p. 2009, 169).

Isto é, “brincamos” de modelar o mundo criando imagens mentais – racionais ou poéticas –, daquilo que nos é apresentado no plano empírico. Bachelard (2009) crer que não nos apropriamos do mundo tal como ele é de fato, nossa apropriação se dá por meio de imagens metafóricas elaboradas/criadas pela imaginação sob orientação de uma subjetividade que nos compõem. Defende, que “o espaço compreendido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente, abandonado à medida e à reflexão do geômetra. É vivido não em sua positividade, mas com todas as parcialidades da imaginação”. O espaço é, sobretudo, nessa perspectiva, o que foi/é/está sendo experienciado, significado, imaginado, poetizado (BACHELARD *Apud* MORAIS; MORAIS; GARNICA, 2016).

O homem não é indiferente ao espaço que ocupa, “os homens são moldados pelos diferentes climas, relevos e vegetações, assim como moldam climas, relevos e vegetações segundo suas necessidades e desejos” (MORAIS; MORAIS; GARNICA, 2016). Em nosso trabalho, a perspectiva de espaço defendida pela geógrafa britânica Doreen Massey (19442016) aparece como um horizonte de orientação. Para essa autora, o espaço é compreendido como

resultado de inter-relações que se realizam em um movimento contínuo de constituição e reconstituição. O espaço, nessa perspectiva, não é mais somente onde se habita, onde se está, algo a que se pode atribuir significado apenas pelos cinco sentidos físicos, ele não é mais entendido como um processo de fixação, mas como um artefato em contínua construção, como um devir.

O espaço aparece aqui, numa equivalência como o tempo, sobretudo, no que diz respeito a sua multiplicidade, mutabilidade e fluidez. Por essa razão espaço e tempo não seriam independentes, mas o primeiro existiria com o (e em função do) do segundo.

Essa compreensão nos leva a abraçar a perspectiva de incorporar às nossas pesquisas a noção de *espaço-tempo* (...). Assim como o tempo, o espaço é esta coisa alguma – ou alguma coisa – que participa das vidas dos indivíduos, que brinca com seus cabelos, suas peles, suas energias, suas memórias; os inventa e reinventa constantemente (MORAIS; GARNICA, 2016, p. 87).

À luz dessas considerações, entendemos que espaços não são constituídos de forma neutra, eles são criados e criadores, são elaborações físicas, mentais e discursivas dos homens, são ações e intenções, eles moldam e são moldados por subjetividades diversas.

O espaço, lugar, região e/ou paisagem a partir de onde nossa trama se desenvolve é o povoado Lago Grande, zona rural do município de São José dos Basílios, estado do Maranhão. *Terreno* que se entrelaça nas narrativas dos nossos interlocutores, com vários outros: São José dos Basílios, Presidente Dutra, Morada Nova, Couro Danta dos Quatis, Imperatriz, Teresina e outros. Entendemos que, de fato, um lugar ou região “(...) não existe a priori, [mas], é resultado de uma série de representações que possuem historicidade” (ARRUDA, 2000). O entrelaçamento destes lugares se realiza, sobretudo, no nível das experiências, memórias e discursos dos interlocutores.

2.1 Notas sobre São José dos Basílios

O lugar do qual tratamos aqui não nos remete a uma delimitação geográfica ou econômica específica e instituída, nem a um agrupamento de elementos naturais com características comuns. O lugar é tomado como um contexto, uma paisagem elaborada pelos corpos e mentes dos pesquisadores e interlocutores e, por isso mesmo, está carregada de lembranças e significados. Segundo Schama (1996), a “(...) paisagem é uma obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas” (SCHAMA, 1996), assim, o lugar que apresentamos é uma representação do que experimentamos com nossos

sentidos e interiorizamos. Ele desvela seu sentido quando seu desenho toma forma, seja a partir de nossas experiências, seja a partir das lembranças de nossos entrevistados.

Desse modo, esboçamos alguns traços dessa paisagem com o objetivo de partilhar com o leitor nossas percepções e situá-lo quanto à referência espacial que nos orienta. Contudo, entendemos que essas descrições sejam suficientes apenas para o leitor elaborar contornos de compreensão, mais leituras e experiências se encarregarão de lapidá-los. As informações oficiais sobre o estado, as cidades e povoados foram obtidas, sobretudo, a partir de pesquisa em *sites* oficiais (mantidos pelos órgãos governamentais) e não oficiais. É um recorte de um conjunto maior de dados que nossa experiência atribuiu a eles significados lógicos e convenientes.

O estado do Maranhão é uma das vinte e sete unidades federativas do Brasil e está localizado no extremo Oeste da Região Nordeste do país. É limitado ao Leste pelo estado do Piauí, a Oeste pelo o estado do Pará, ao Sul pelo estado do Tocantins e ao Norte pelo o Oceano Atlântico. Ocupa o posto de segundo maior estado da região Nordeste, possui uma área de aproximadamente trezentos e trinta e dois mil quilômetros quadrados ocupada por cerca de sete milhões de habitantes e dividida politicamente em duzentos e dezessete municípios.

O histórico recente da regionalização interna do estado mostra que na década de 1960, quando o Maranhão possuía 129 municípios, foram criadas pelo Departamento de Estatística do Estado do Maranhão treze zonas fisiográficas que serviriam de base para as ações político administrativas do governo. Nessa mesma década, a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA) apresentou uma proposta das Regiões Ecológicas, dividindo o território maranhense em sete unidades ecológicas. Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), neste mesmo período, adotava a distribuição regional com 16 Microrregiões Homogêneas. A partir da década de 1990 o IBGE “desativou as Microrregiões Homogêneas e as substituiu pelas regiões geográficas, classificadas em cinco mesorregiões, subdivididas em 21 Microrregiões Geográficas” (IMESC, 2015). Em 2007, quando o médico Jackson Kepler Lago assumiu o governo do estado, se elaborou uma nova proposta de divisão territorial que corta o estado em 32 “regiões de desenvolvimento”. Enquanto isso, alguns órgãos públicos estaduais utilizavam em seus planos de ação as Regiões Fisiográficas, outros as Microrregiões Geográficas o que contribuiu em muitos casos para a ineficiência desses planos diversos planos de ação.

Na regionalização adotada pelo IBGE (2015) o Maranhão está dividido em cinco mesorregiões que são: mesorregião *Norte Maranhense* (composta por 60 municípios e agrupados em seis microrregiões: Aglomeração Urbana de São Luís, Baixada Maranhense,

Itapecuru Mirim, Lençóis Maranhenses, Litoral Ocidental Maranhense e Rosário) que é mais populosa e considerada mais importante economicamente; mesorregião *Sul Maranhense* (composta por 19 municípios e agrupados em três microrregiões: Chapadas das Mangabeiras, Gerais de Balsas e Porto Franco) que tem como principal matriz econômica a agroindústria e a pecuária; mesorregião *Leste Maranhense* (composta por 44 municípios e agrupados em seis microrregiões: Baixo Parnaíba Maranhense, Caxias, Chapadas do Alto Itapecuru, Chapadinha, Codó e Coelho Neto) povoada no início do século XX por nordestinos que fugiam da seca essa região hoje, sofre com a invasão dos plantadores de eucalipto e sojicultores; mesorregião *Oeste Maranhense* (composta por 52 municípios e agrupados em três microrregiões: Gurupi, Imperatriz e Pindaré) onde se localiza a chamada “pré-amazônia” ou Amazônia maranhense. Essa é uma região de florestas equatorial onde se encontra três bacias hidrográficas muito importantes, a bacia dos rios Gurupi, Tocantins e Pindaré; e por fim, a mesorregião *Centro Maranhense* (composta por 42 municípios e agrupados em três microrregiões: Alto Mearim e Grajaú, Médio Mearim e Presidente Dutra) que é banhada pela bacia do rio Mearim e está localizada na fronteira entre a Amazônia maranhense e o serrado maranhense. A figura abaixo mostra as áreas e as fronteiras dessas mesorregiões:

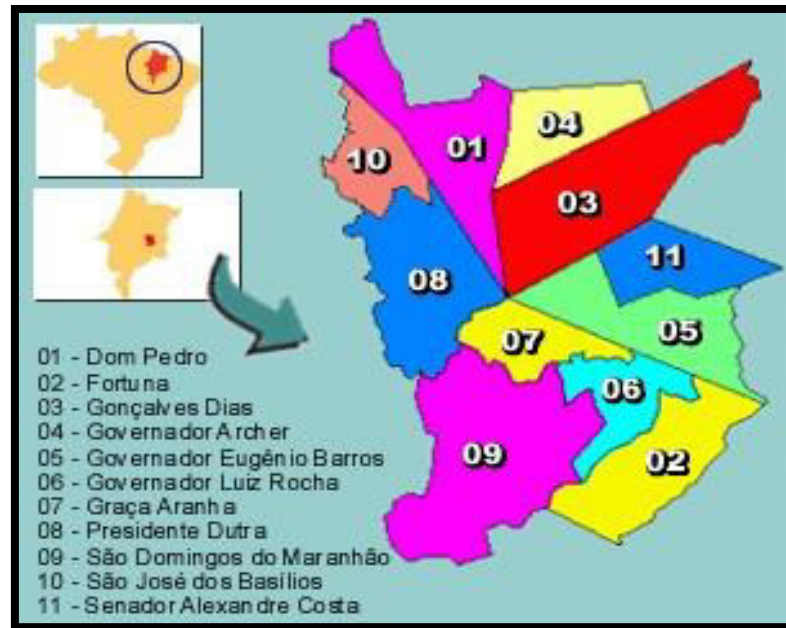
Figura 1. Mapa da divisão do estado do Maranhão em mesorregiões.



Fonte: <http://www.baixarmaps.com.br/mapa-de-mesorregioes-do-maranhao>.

É na microrregião de Presidente Dutra que fica localizado o município de São José dos Basílios, o espaço geográfico de realização de nossa pesquisa.

Figura 2 - Mapa da microrregião de Presidente Dutra e dos municípios que a compõem.



Fonte: http://www.citybrazil.com.br/ma/microrregiao_detalhe.php?micro=12

O processo de ocupação da região geográfica, que mais tarde ficou conhecida como estado do Maranhão, apresenta características muito particulares. Segundo Araújo (2013), os primeiros registros da ocupação das terras maranhenses datam de 1612-1616 com a chegada aqui dos portugueses e franceses e, mais tarde, em 1642, os holandeses. A autora salienta ainda que, entre os anos de 1750 e 1850 essa ocupação das terras maranhenses se deu por duas frentes principais.

Uma pelo sul, associada à pecuária, caminho percorrido por vaqueiros oriundos do Nordeste (BA), em busca de pastagem nativa no sertão maranhense. A segunda frente, mais associada à agricultura, fixou-se mais em terras próximas ao litoral (Baixada Ocidental e Oriental), ou no baixo e no Médio Mearim, Grajaú e Pindaré (ARAÚJO, 2013, p. 112).

Para Trovão (2008), as vias de comunicação que em certo sentido determinaram a ocupação/povoamento do estado do Maranhão foi o sistema hidroviário, que permitiu uma ocupação orientada pelos rios navegáveis, e pelas águas de litoral, e mais tarde as rodovias que começaram a surgir na década de 1950 e se expandiram na década de 1960. Trovão (2008) corrobora com o que foi dito por Araújo (2013) sobre o processo de ocupação das terras maranhenses e acrescenta que, passado o período colonial a dinâmica de ocupação do território maranhense foi alterada e surgiu uma terceira frente, que o autor chama de “frente de ocupação dos migrantes da seca e expropriados do Nordeste”.

As frentes de ocupação do Norte ou litoral, embora tenham avançado até os vales do rio Mearim, Grajaú e Pindaré, e a região de Imperatriz, o fizeram de forma pouco densa. Da mesma forma foi a frente sulista que avançou apenas até o limite da floresta equatorial e os limites do serrado maranhense, assim ficou um grande vazio demográfico entre os limites das duas frentes de ocupação. Esse vazio demográfico abrigou inúmeros grupos de nordestinos vitimados pela seca ou pelas condições de exploração que sofriam em seu lugar de origem. Além da fertilidade do solo e das condições climáticas favoráveis à agricultura, a disponibilidade de terras devolutas (terras livres) eram os fatores que mais atraíam os nordestinos para o Maranhão.

Carvalho (2003) pontua que uma das principais razões, embora não a única, do grande fluxo migratório de nordestinos ocorrido na primeira metade do século XX foram as severas secas que houve nos anos de 1900, 1903, 1915, 1919, 1932, 1942 e 1951-53. Os períodos relativamente curtos entre uma seca e outra, a falta de políticas de estado que oferecessem algum tipo de apoio e segurança a essa população esvaziavam aos poucos a esperança de permanecer em seu lugar de origem.

Segundo Trovão (2008), a chegada dos nordestinos no território maranhense, no início do século XX, provocou várias alterações na estrutura social e na base de produção econômica do estado. Houve a revitalização de cidades maranhenses que haviam se desfigurado após o fim da escravidão e a falência da indústria algodoeira. Houve a descoberta do ouro no vale do Turiaçu, o que provocou uma forte migração para a região e, sobretudo, houve várias frentes de penetração em áreas de floresta e de vales ainda não habitadas o que resultou na formação de “vários municípios maranhenses como: Lago da Pedra, Presidente Dutra, Olho d’Água das Cunhãs, Capinzal do Norte, além de inúmeros outros” (TROVÃO, 2008).

Os impactos da vinda dos nordestinos para terras maranhenses deram vazão a diferentes interpretações. Para o jornalista e deputado federal, filho de imigrantes, Neiva Moreira¹¹ (1917 – 1912) a chegada dos nordestinos trouxe a melhoria das técnicas agrícolas, o aumento e a diversificação da produção agrícola do estado e o povoamento e urbanização de uma vasta área de terras até então vazia. O otimismo de Neiva em relação aos imigrantes nordestinos pode ser percebido em um artigo, dele, intitulado “Potencial humano desprezado” e publicado, em abril de 1958, no então *Jornal do Povo*. Neste artigo, Neiva diz:

¹¹ De acordo Benedito Buzar, o jornalista e político maranhense José Guimarães Neiva Moreira era da cidade de Nova Iorque, no Vale do Paraíba. Sua família paterna tem origem cearense. Passa sua infância entre as cidades de Nova Iorque, Barão do Grajaú – MA e Teresina – PI. Na juventude se instala em São Luís, onde ingressa na imprensa na década de 1940, no jornal *A Pacotilha*. É eleito deputado federal em 1950, 1954 e 1962. Ele é cassado pelo AI – 1, em 1964, e vive 13 anos no exílio entre o Uruguai e o México, volta ao Brasil somente em 1979 (BUZAR, 2001).

Estabeleci centenas de retirantes ao longo das esburacadas estradas do sertão. É uma extraordinária comunidade de homens válidos, de trabalhadores do campo, que se desloca para a zona das terras livres do sertão novo. Um deles me perguntou se eu conhecia Angical e como era, ali, o regime da terra, cuja fertilidade lhe falava a migração. São Domingos, Dom Pedro e Presidente Dutra, pela fertilidade das terras devolutas reúnem maiores preferência (...). De modo geral, são sertanejos bem informados, com uma ideia objetiva do que é e o que representa o Maranhão, um extraordinário potencial humano desprezado (MOREIRA *apud* FERREIRA, 2015, p. 124).

Por outro lado, parte da imprensa ludovicense via os nordestinos com certa piedade, mas também com algumas ressalvas, pois a presença deles – sobretudo, na capital São Luís -, aumentava o número de mendigos esmolando e as possibilidades do aumento da criminalidade. O jornal Pacotilha, em sua edição de 1 de abril de 1958, publica uma matéria que alerta as autoridades sobre os impactos da chegada dos retirantes à capital.

Com a chegada de levas e mais levas de flagelados que estão fugindo aos milhares do sertão calcinado pela seca, a cidade de São Luiz está transformada num verdadeiro ponto de ação de esmoleiros, urgindo, isso sérias providências das autoridades estaduais. **Pelas calçadas.**

Crianças esqueléticas (retrato da infância brasileira), carregadas pelas suas genitoras, estão perambulando pelas ruas de nossa capital, enquanto que outras permanecem sentadas nas calçadas com mãos trêmulas, estiradas à caridade pública.

Continuam chegando.

Apuramos que sábado, diversos retirantes chegaram a São Luiz, por via férrea, procedentes de Teresina, transformada está agora capital verde, em via de passagem dos que fogem da seca que assola o Nordeste.

Possibilidade de aumentar os crimes.

Caso não haja uma intervenção pronta e séria, dentro de poucos dias o índice de criminalidade estará bastante desenvolvido, por que, toda essa gente faminta, vivendo de esmola e sem possibilidades de conseguir emprego, apelam, para o último limite, que é o crime, começando então os assaltos e os arrombamento (JORNAL PACOTILHA *Apud* FERREIRA, 2015, p. 125).

O hoje município de São José dos Basílios se formou, por volta de 1901, a partir desse movimento de migração de nordestinos para o Maranhão apontado por Trovão (2008) e Ferreira (2015). O território do município está localizado exatamente na região do “vazio demográfico” entre as duas primeiras frentes de ocupação do estado, apontadas por Araújo (2013) e Trovão (2008). Em termos de divisão territorial administrativa ou regionalização de territórios, o município São José dos Basílios está localizado na mesorregião Centro maranhense e na microrregião de Presidente Dutra, como é possível observar na figura abaixo:

Figura 3 - Localização do município de São José dos Basílios no mapa do Maranhão



Fonte: <https://sjbasilios.wordpress.com/sobre-a-cidade/>

De acordo com relatos de moradores mais antigos da cidade, como o senhor Edwiges Castro, um dos primeiros habitantes da localidade, que posteriormente veio a se chamar São José dos Basílios, foi um senhor chamado José Basílio. Segundo estes relatos, José Basílio – vindo da região que hoje é o município de Tuntum – estava caçando e se perdeu nas matas de São José. Perdido ele sentiu sede e não tinha água para beber, foi quando ele teria ouvido o canto de pássaros e ao ouvi-lo concluiu que poderia haver água nas proximidades. Caminhando por alguns metros na direção que havia ouvido o canto dos pássaros, ele encontrou um “olho d’água”, uma nascente de onde brotava água transparente. Então, ele saciou sua sede e conseguiu achar o caminho de volta para casa. Contudo, ele havia se encantado com a beleza do lugar e resolveu trazer a família – a esposa e três filhos – e morar próximo à nascente de águas cristalinas. Alguns anos depois, ele convidou seu compadre e o compadre do compadre dele para morarem na localidade – não se sabe muito quem seriam esses compadres de José Basílio. Assim, o lugar foi crescendo aos poucos e, por fim, se tornou um grande povoado.

O nome São José dos Basílios foi dado ao povoado devido o senhor José Basílio ter sido devoto do santo católico São José e, por homenagem ao santo de devoção e ao fundador do povoado, a localidade foi nomeada *São José dos Basílios*.

Nas proximidades do povoado São José dos Basílios se formaram, a partir da migração de nordestinos ou migração interna de maranhenses, uma série de outros povoados que

obtiveram grande prosperidade, muitos deles se formaram nas primeiras décadas do século XX e outros ainda no século XIX.

Alguns exemplos de povoamentos que prosperaram são: o povoado *São José das Canas*, atual município de Joselândia (elevado a esta categoria em 26/12/1961, desmembrando do município de Pedreiras), se originou entre os anos de 1910 e 1915 a partir de retirantes vindos da cidade de Pedreira; o povoado *Mata do Nascimento*, atual município de Dom Pedro (elevado a esta categoria em 09/12/1952, desmembrando-se do município de Codó), se formou na década de 1910 a partir de retirantes vindos da cidade de Codó; o povoado *Curador*, atual município de Presidente Dutra (elevado a esta categoria em 30/12/1943, desmembrando-se do município de Barra do Corda), se formou a partir de imigrantes vindo também da região de Codó; o povoado *São Joaquim dos Melos*, atual município de Tuntum (elevado a esta categoria em 12/09/1955, desmembrando-se do município de Presidente Dutra), se constituiu a partir de retirantes vindos da região de Barra do Corda; e o povoado *Santo Antônio dos Lopes*, atual município Santo Antônio dos Lopes (elevado a esta categoria em 30/12/1961, desmembrando do município de Pedreiras), se origina a partir da chegada de retirantes vindos também de Pedreiras.

Além destes, há uma série de outros povoamentos menores que, por não terem prosperado ou por terem formação mais recente, foram incorporados aos territórios municipalizados. Alguns destes povoados são: Lago Grande, Santa Luzia, Santana e Morada Nova.

São José dos Basílios se desmembrou do município de Presidente Dutra, em 1994, e hoje é município emancipado. Ele foi elevado à categoria de município pela lei estadual nº 6.156, de 10 de novembro de 1994, sancionada pelo então governador do estado José de Ribamar Fiquene. O povoado de São José dos Basílios, atual distrito sede do município de mesmo nome, antes de conquistar sua emancipação era vinculado administrativamente ao município vizinho Presidente Dutra. Com a emancipação, várias pequenas localidades, vizinhas ao distrito sede, foram incorporadas ao território do município basiliense e, com isso, também deixam de pertencer ao município de Presidente Dutra. Entre essas pequenas localidades estão os povoados *Santa Luzia*, *Centro dos Boias*, *Santa Maria*, *Morada Nova*, *Couro Dantas dos Quatis*, *Couro Dantas dos Motas* e *Lago Grande*.

A lei estadual nº 6.156 de 10 de novembro de 1994, que institui a criação do município de São José dos Basílios possui apenas quatro artigos que tratam basicamente dos limites territoriais do novo município e da sua organização administrativa, os três primeiros artigos determinam que:

Art.1º – Fica criado o Município de São José dos Basílios, com sede no Povoado São José dos Basílios, a ser desmembrado do Município de Presidente Dutra, subordinado à Comarca de Presidente Dutra.

Art.2º – O Município de São José dos Basílios limita-se ao Norte com o Município de Santo Antônio dos Lopes; a Leste com o Município de Presidente Dutra; a Oeste com o Município de Joselândia e ao Sul com o Município de Presidente Dutra.

LIMITES TERRITORIAIS

a) Com o Município de SANTO ANTÔNIO DOS LOPES:

Começa na foz do Rio Flores, afluente da margem direita do Rio Mearim, daí segue pela linha geodésica determinada pela foz do Rio Flores, no Mearim, e a do Rio Corrente, no Rio Itapecuru, até seu ponto de cruzamento com a estrada da antiga linha do Telegráfo Nacional.

b) Com o Município de PRESIDENTE DUTRA:

Começa no ponto de cruzamento da linha geodésica que interliga as fozes dos Rios Flores, no Mearim e Corrente, no Itapecuru, com a estrada da antiga linha do Telegráfo Nacional; daí segue pela referida estrada na direção Sudoeste e continuando pela mesma até seu ponto de cruzamento com o caminho que interliga os Povoados de Grotão e Centro da Sinhá; desse ponto segue pelo referido caminho, passando pelos Povoados Grotão e Centro da Sinhá, até centro dos Baios; daí segue pelo caminho Tamburil-Juvêncio, passando pelos Povoados Centro do Meio, Pé de Limão e Sumaúma, até seu ponto de interceptação com o talvegue do Rio Preguiça, nas proximidades do Povoado Tamburil; daí segue pelo talvegue do Rio Preguiça à jusante até a foz do Baixão do Jacarezinho. c) Com o Município de TUNTUM:

Começa na foz do Baixão Jacarezinho, afluente da margem esquerda do Rio Preguiça; daí segue pelo talvegue do Rio Preguiça à jusante, até sua foz no Rio Flores. d) Com o Município de JOSELÂNDIA:

Começa na foz do Rio Preguiça, afluente da margem direita do Rio Flores, continuando pelo Flores, à jusante, até a sua foz no Rio Mearim.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art.3º – Nos quatro primeiros anos da instalação do Município de São José dos Basílios serão observadas as seguintes normas constitucionais: I – A Câmara Municipal será composta de nove Vereadores;

II – A Prefeitura Municipal terá no máximo cinco Secretárias;

III – As despesas orçamentárias com pessoal não poderão ultrapassar a cinquenta por cento da receita do Município (MARANHÃO, 1994).

Em sua história política o município teve, até o momento, cinco diferentes prefeitos: Francisco Wilson Borges (1997-2000); Francisco Ferreira de Sousa¹² (2001-2004 e 2005-2008); João da Cruz Ferreira¹³ (2009-2012); Francisco Walter Ferreira Sousa¹⁴ (2013-2016); e Creginaldo Rodrigues de Assis¹⁵ (2017-2020).

Atualmente, o município possui aproximadamente 7.484 habitantes (IBGE, 2017), e está localizado a cerca de 280 km da capital, São Luís. Existem no município, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2015), vinte e cinco estabelecimentos escolares, dos quais dezoito estão localizadas na zona rural e as demais na zona urbana. Deste total, três escolas são de administração privada, uma de administração

¹² Mais conhecido como Chico Riograndense.

¹³ Mais conhecido como João das crianças.

¹⁴ Mais conhecido como Walter Riograndense.

¹⁵ Mais conhecido como Farinha Paé.

estadual e as demais são de administração municipal. São José dos Basílios está localizado na microrregião de Presidente Dutra (IBGE), sendo uma das mais carentes do estado do Maranhão, onde, aproximadamente 21% da população, de 15 anos ou mais, é analfabeta.

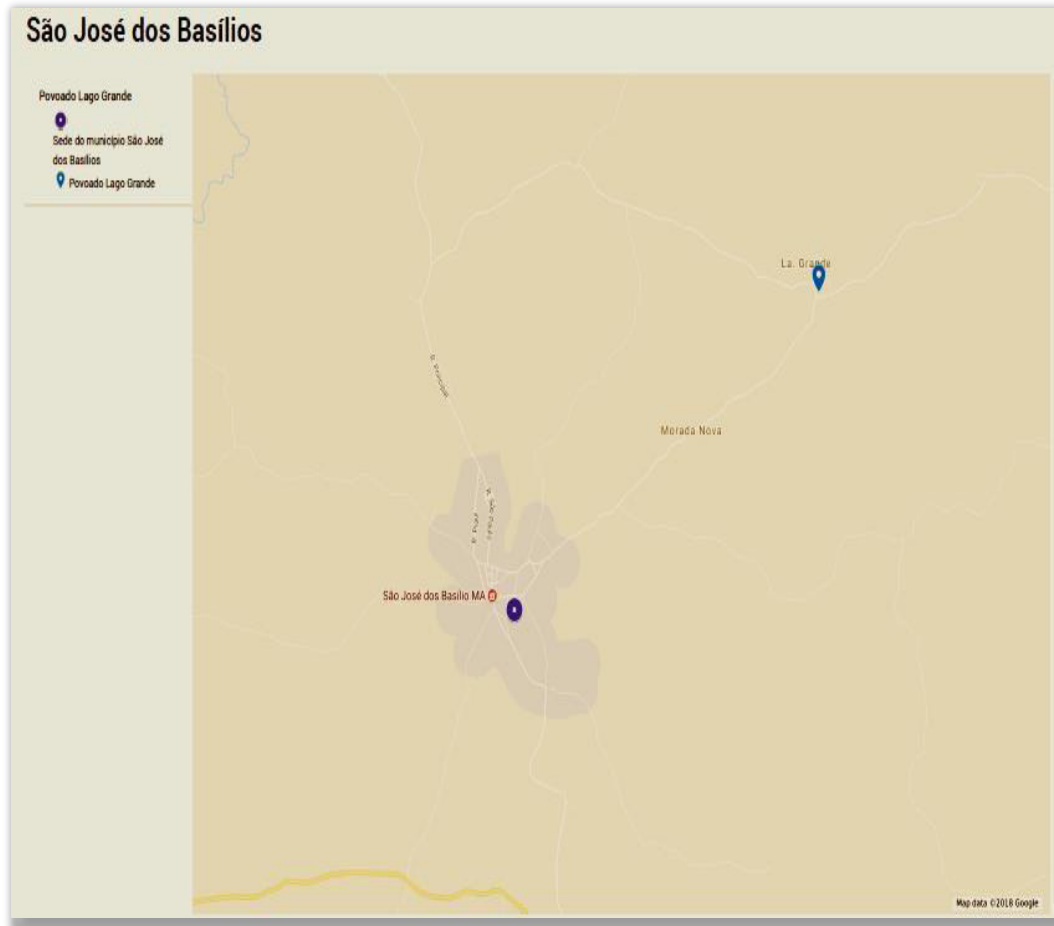
Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade obtiveram nota média de 3,9 no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e os alunos dos anos finais, nota 2,9. Na comparação com outras cidades do estado, “a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 163 de 217. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 199 de 217” (IBGE, 2017). Quanto à taxa de escolarização das pessoas na idade entre 6 a 14 anos o município alcançou, em 2010, 97,7% dessa população, “isso posicionava o município na posição 49 de 217 dentre as cidades do estado e na posição 2574 de 5570 dentre as cidades do Brasil” (IBGE, 2017).

Segundo dados do IBGE (2017), em 2015, o salário médio mensal da população era de 1,9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 3,3%. Na comparação com os outros municípios do estado, São José dos Basílios ocupava as posições 46 de 217 e 172 de 217, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o município tinha 59,4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 13 de 217 dentre as cidades do estado.

2.2 Notas sobre Lago Grande e a Unidade Integrada Hipólito da Costa

O povoado Lago Grande está localizado na zona rural do município de São José dos Basílios, possui aproximadamente 900 habitantes e fica situado a cerca de 20km da sede do município. Segundo relatos de moradores, esse povoado começa a se formar por volta de década de 1930 quando famílias vindas da região de Barra do Corda se instalaram na localidade. Os primeiros moradores teriam se instalado às margens de um belo e grande Lago de águas cristalinas, lago este que inspirou o nome do povoado.

Figura 4 - Mapa da sede do município São José dos Basílios e do povoado Lago Grande



Fonte: Claudiomiro Ferreira de Oliveira (2018).

Para Ferreira (2015), uma das ideias-imagens mais recorrentes na denominação dos povoamentos formados por imigrantes nordestinos é a relação dos nomes desses povoamentos com a água, um número expressivo desses lugares carregam o significado água. Por exemplo, “Açude, Alagadiço, Cachoeira Grande, Igarapé Grande, Lago Achado, Lago Açu, Lago da Cutia, Lago da Flecha, Lago do Curral, Lago dos Rodrigues, Lago da Onça, Lago do Boi, Lago do Cipó, Lago da Pedra, Lago do Junco, Lago Limpo (...) (FERREIRA, 2015).

Depois que Presidente Dutra foi elevado à categoria de município, em 1943, o povoado Lago Grande – assim como o povoado de São José dos Basílios, foi incorporado ao território administrativo deste município. Em seguida, com a emancipação municipal de São José dos Basílios, na década de 1990, Lago Grande passa então ao domínio administrativo deste novo município.

Desde a sua formação, na década de 1930, o povoado Lago Grande passou por profundas transformações. Até, aproximadamente, a década de 1960, as terras que

circunscreviam o povoado eram “terras livres”, posteriormente as terras foram “cortadas” e cercadas. Segundo relatos de moradores, Zeca Doca, um líder político e grande proprietário de terras local foi um dos responsáveis por coordenar o corte das terras do povoado. Vale lembrar que no final da década de 1960 é sancionada a lei estadual nº 2.979 de 28/10/1969, conhecida como *Lei Sarney de Terras*, que regulamentava a compra e venda de terra no estado. Esta lei assegurava “a venda das terras devolutas sem licitação, a grupos organizados em sociedades anônimas, sem número limitado de sócios podendo requerer cada um, até 3.000 hectares” (ASSELIN, 2009, p. 152). A partir da promulgação dessa lei, grupos de grandes proprietários passam se reunir para comprar, do estado, grandes lavas de terras devolutas e depois expulsar as populações residentes nessas terras ou subjugar-las cobrando uma espécie de aluguel pelo uso das terras.

É ao longo da segunda metade do século XX e, sobretudo, nas primeiras décadas do século XXI que o povoado passa a receber os serviços públicos básicos a educação, estradas, água potável, energia elétrica, etc. O primeiro e único estabelecimento escolar no povoado é a Unidade Integrada Hipólito da Costa, esta escola foi denominada inicialmente como “Grupo Escolar Hipólito da Costa”, e começou a funcionar em um galpão. Ao longo de sua história a escola sofreu várias mudanças, inclusive no nome. Ela começa a funcionar em um galpão (onde eram realizadas várias atividades da comunidade como festas, reuniões, missas, etc.), depois, por volta de 1968, foi construído um prédio (de tijolos/alvenaria e coberto de telha) próprio para o funcionamento da escola.

A escola recebeu vários nomes, ao longo do tempo: “Grupo Escolar Hipólito da Costa”, “Escola Hipólito da Costa”, “Escola Municipal de Ensino Fundamental Hipólito da Costa” e, atualmente, “Unidade de Ensino Hipólito da Costa”. Cada um desses nomes está relacionado a transformações específicas ocorridas nos cenários políticos e educacionais do estado do Maranhão e do País. O primeiro nome da escola (Grupo Escolar Hipólito da Costa) está relacionado ao ideário educacional e político republicano, no qual se buscava apagar algumas heranças deixadas pelo sistema monárquico e construir um “novo” país grandioso e unido. Por essa razão, os grupos escolares eram, em geral, “marcado pela sua estrutura monumental, por sua beleza e grandiosidade, com o objetivo de chamar a atenção de todos para o novo sistema político que tinha a educação como uma das preocupações principais” (SOSSOLOTE, 2007). O segundo nome da escola (Escola Hipólito da Costa) está ligado ao advento do regime militar (que durou de 1964 a 1985) que extingue, através da lei 5692/1971, os grupos escolares e implanta as Escolas Estaduais de Primeiro e Segundo Graus (EEPSG). Os dois últimos nomes da escola estão ligados ao processo de redemocratização do país, a

promulgação da constituição de 1988 e da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394 de 20/12/1996).

O apreço e a celebração das datas cívicas são marcas importantes do pensamento político e educacional brasileiro do período do regime militar e também do período anterior ao regime. As fotografias abaixo, cedida pela professora Adélia Calisto, representam momentos do desfile dos estudantes da escola Hipólito da Costa celebrando o dia 7 de setembro de 1889, em 1986. É possível notar que a celebração ao 7 de setembro era um evento importante para a comunidade, a forma como as pessoas estão vestidas e reunidas mostra que o ideário político e educacional republicano está presente mesmo em um lugar tão longínquo.

Figura 5 - Desfile em comemoração ao 7 de setembro de 1889, Escola Municipal Hipólito da Costa, Lago Grande, 1986.



Fonte: Professora Adélia Calisto.

Figura 6 - Familiares da professora Adélia Calisto, Lago Grande, 1986.



Fonte: Professora Adélia Calisto.

Por ter sempre, entre seus moradores, fortes representantes na política local e, também, por ser um dos povoados mais populosos do município, o povoado Lago Grande foi o primeiro na zona rural a oferecer o Ensino Fundamental II. Isso fez com que o povoado se tornasse um pequeno “polo estudantil”. Para se ter uma ideia, quase metade das matrículas na Unidade Integrada Hipólito da Costa são de alunos que moram em povoados circunvizinhos.

A atual Unidade Integrada Hipólito da Costa foi fundada em 1967/68, com a denominação de “Grupo Escolar Hipólito da Costa”, quando da sua fundação, esta escola tinha a função de oferecer à comunidade o “ensino primário” de cinco anos, ensino destinado a crianças de sete a doze anos, segundo a lei federal nº 4024/1961, em vigor na época. Hoje a escola está vinculada ao município de São José dos Basílios, mas na época da sua fundação ela estava sob o governo do município da Presidente Dutra, município ao qual o antes São José dos Basílios pertencia enquanto povoado. O Grupo Escolar Hipólito da Costa iniciou suas atividades com um quantitativo de três professores. Atualmente a escola atende, em turmas seriadas e multisseriadas, aproximadamente duzentos alunos(as) e possui cerca de vinte e três funcionários, dos quais dezoito são professores. A escola possui quatro salas de aula, uma

secretária, dois banheiros, um pequeno pátio (onde funcionava como sala de aula) e uma sala externa - prédio onde funcionou, por certo tempo, um laboratório de informática.

A Unidade Escolar Hipólito da Costa oferta, hoje, a Educação Infantil e Ensino Fundamental, este último subdividido em ensino fundamental menor e fundamental maior (ou fundamental I e fundamental II). O Ensino Fundamental Menor corresponde aos anos iniciais do 1º ao 5º, já o Ensino Fundamental Maior compreende os anos finais do 6º ao 9º.

O ensino fundamental II começou a funcionar na escola, na década de 1980, a partir da iniciativa de vários moradores do povoado, sobretudo das mulheres, que se dirigiram ao município de Presidente Dutra (município ao qual pertencia à época o povoado) e exigiram diretamente do então prefeito Remy Soares a implantação do fundamental II na escola do povoado Lago Grande. Da reunião com o prefeito Remy Soares, ficou acordado que os moradores do povoado iriam ficar responsáveis por disponibilizar o local onde pudesse funcionar uma sala de 5ª série e procurar os professores que lecionariam, já o prefeito ficaria responsável apenas pelo pagamento dos professores. Assim, ao retornar para o povoado as famílias que participaram da reunião com o prefeito começaram a providenciar um local onde poderia funcionar a escola e a procurar pessoas que, ao menos, tivessem o ensino médio completo para atuarem como professores. Nesse cenário que apareceram as professoras Maria Helena e Silza Rocha Mendes, afinal, apenas elas, naquela época, tinham o ensino médio completo.

Atualmente a escola funciona em três turnos, a saber: matutino, vespertino e noturno. No turno matutino funciona a educação infantil (Creche e Pré-Escola), no vespertino temos o fundamental maior, mas apenas os anos 6º e 7º, e o noturno funciona o fundamental maior do 6º ao 9º ano. Quanto ao quadro de professores, a escola possui cerca de 25 profissionais. Destes, apenas duas são concursadas. Os demais são contratados pela prefeitura de São José dos Basílios. Geralmente os critérios usados pela prefeitura local, até a data desta pesquisa, para o contrato de professores nessa escola foram dois: primeiro ter votado no partido do prefeito; o segundo, ter, ao menos, concluído o Ensino Médio para aqueles que atuariam no Ensino Fundamental Maior.

Notamos que ainda há uma enorme lacuna entre o que diz as leis que regem a educação básica no Brasil e a realidade de fato das escolas no campo brasileiro, particularmente, o maranhense e a Unidade Integrada Hipólito da Costa reflete bem isso. Abaixo está uma imagem externa da escola, mostrando como ele se encontra atualmente.

Figura 7 - Estado atual da Unidade Integrada Hipólito da Costa.



Fonte: Claudiomiro Ferreira de Oliveira (2017).

Ampliando um pouco esse contexto e focalizando o processo educativo formal, é patente no estado do Maranhão o cenário de precariedade/marginalização do processo de escolarização dos cidadãos maranhenses que vivem no meio rural. Esse cenário calamitoso afeta diretamente o trabalho docente nas escolas localizadas no campo. Para se ter uma noção da condição de precariedade da docência em matemática no estado, nem mesmo no nível superior de escolarização há, em fins da década de 1960, profissionais habilitados para atuarem nessa área no estado. A pesquisadora Déa Nunes Fernandes realizou um estudo, sobre o processo de criação dos primeiros cursos de licenciatura em matemática no estado do Maranhão, que mostra, entre outras coisas, a situação educacional do estado quando da criação da primeira Universidade pública federal maranhense - a Universidade Federal do Maranhão.

Nesse estudo a autora salienta que:

Até o final da década de 1960 esse estado não contava com nenhuma instituição de ensino superior que respondesse pela formação de professores na área de Matemática. Os professores que atuavam nessa área, em geral, eram profissionais formados em Faculdades Isoladas ou engenheiros formados fora do estado, ou então, como nos conta Jocelino Ribeiro, alunos que se destacavam durante o curso secundário e ao concluí-lo eram convidados para trabalhar com contratos temporários, renováveis a cada ano (FERNANDES, 2011, p. 151).

A falta de *profissionais qualificados* para lecionar matemática não significa, absolutamente, a ausência de professores que ensinam matemática. É inclusive, considerável a quantidade de pessoas, no Maranhão, que ensinam essa disciplina ou rudimentos dela. Isso implica que a matemática ensinada e a maneira de se ensinar que foram forjadas nas escolas maranhenses não eram, absolutamente, subjugadas aos alinhamentos imposto pelas especialidades acadêmico-científicas. Com isso, acreditamos que os vários itinerários formativos do professorado brasileiro, e particularmente o maranhense, representa uma rica mina de ouro a ser garimpada por aqueles que se ocupam da educação em nosso país.

As peculiaridades das condições concretas de atuação dos professores e professoras nas escolas da zona rural maranhense e as estratégias mobilizadas por esses docentes na realização de suas atividades oferecem subsídios únicos para uma teorização acerca da formação de professores (de matemática) no estado e no país, quanto ao aspecto prático, porque entendemos que ao se tecer narrativas acerca da história de vida e da história da prática docente desses professores e professoras estamos criando uma “memória externa”, um “lugar de memória” sobre o processo de formação que os constituiu, o que pode servir de referência para eles mesmos e para outros professores e professoras.

No presente estudo nos propomos ouvir e escutar o que tem a dizer sobre seus processos formativos e sobre a escola Hipólito da Costa, professores e professoras que ensinaram/ensinam nesta escola. Esta intenção está ligada a outra, de natureza mais ampla, que, embora não seja o foco dessa pesquisa, é certamente o *guarda-chuvas* sob o qual buscamos inseri-la, qual seja, o conjunto de estudo interessado em investigar, a partir de uma perspectiva de uma *ecologia de saberes* (SANTOS, 2009), o da cultura escolar e o papel da Educação Matemática nessa cultura.

Nesse contexto de busca por independência e autonomia de pessoas e grupos que quando não estiveram escravizados, estiveram marginalizados, é fundamental escutar o que têm a dizer, reconhecer a importância e beleza do que dizem, fazem e do que sabem esses sujeitos que tiveram historicamente suas vozes suprimidas. Nesse sentido, a partir de indícios fornecidos pela metodologia da História Oral, procuramos constituir uma narrativa (histórica) sobre a formação de professores, pautada nas memórias e relatos de professores e professoras que ensinaram e/ou ensinam (matemática) na Unidade Integrada Hipólito da Costa, no município de São José dos Basílios, estado do Maranhão.

3. NARRATIVA SOBRE O MÉTODO: POSTURAS E INCLINAÇÕES

*Lá no sertão, quase ninguém tem estudo
Um ou outro que lá aprendeu ler
Mas tem homem capaz de fazer tudo doutor
E antecipa o que vai acontecer*

*Catingueira fulora vai chover
Andorinha voou vai ter verão
Gavião se cantar é estiada
Vai haver boa safra no sertão*

*Se o galo cantar fora de hora
É mulher dando fora pode crer
A cauã se cantar perto de casa
É agora é alguém que vai morrer*

*São segredos que o sertanejo sabe
E não teve o prazer de aprender ler
Oricuri madurou ô é
sinal Que arapuá já fez
me.*

(O Segredo do Sertanejo - João do Vale)

Quando estava refletindo sobre e planejando a realização dessa pesquisa ainda não conhecia a metodologia da História Oral. Foi uma amiga socióloga, a quem muito admiro, que me apresentou as primeiras ideias sobre essa teoria. Ela havia desenvolvido um trabalho sobre violência contra as mulheres no meio rural maranhense, especificamente no Médio Mearim, e utilizou a História Oral como metodologia de pesquisa. Então, quando falei com ela sobre os objetivos e o objeto de investigação desta pesquisa, ela falou: “*acho que a História Oral cairia bem como metodologia de pesquisa no teu trabalho porque por meio dela se consegue ouvir e fazer ouvir as vozes dos excluídos, violentados e marginalizados*”. Foi então que comecei a pesquisar sobre essa metodologia e percebi que, de fato, o objeto que me proponho a investigar e os objetivos que almejava alcançar me guiavam rumo à História Oral, mesmo sem conhecer seus pressupostos teóricos a fundo.

Ao aprofundar o estudo sobre essa metodologia descobri que o contexto de emergência e os usos que são feitos dela é amplo e diverso. Ela emergiu e se configurou no meio acadêmico, a partir fundamentalmente de pesquisas nas áreas da Sociologia, da História e da Antropologia. E em cada uma dessas áreas de conhecimento a História Oral foi teorizada e praticada de um modo muito próprio a cada área.

Uma compreensão acerca do desenvolvimento da História Oral me parece importante para situar a perspectiva a partir da qual essa metodologia aparece neste trabalho. Essa importância se justifica, por um lado, pelo fato de se terem atribuído diferentes significados e articulado diferentes procedimentos a essa metodologia na História e nas Ciências Sociais e, por outro lado, por nossa pesquisa está inserida no domínio da Educação Matemática e não no domínio da História ou da Sociologia.

Em relação ao curso da configuração da História Oral como metodologia de pesquisa vale ressaltar que foram as transformações ocorridas, fundamentalmente na primeira metade do século XX, nas noções/concepções de ciência, conhecimento (legítimo) e método de investigação que criaram as condições de possibilidade de emergência dessa metodologia de pesquisa. As críticas disparadas sobre a concepção positivista de ciência e de conhecimento desaguararam, por fim, na própria noção de pesquisa e de método de investigação.

Para Meihy (2007), a História Oral surge em 1948, na Universidade de Colúmbia, em Nova York. Segundo o autor, Colúmbia era, à época, um centro irradiador de cultura, pois entre outras razões lá se concentravam várias rádios e outros veículos de comunicação. A união de um projeto acadêmico de investigação sobre as elites estadunidenses e os testemunhos de pessoas do povo definiu duas linhas de ação do trabalho com entrevistas. Foi então que, as histórias de pessoas comuns, de vítimas da guerra - que lutaram ou não, fora do país-, passaram a ser contadas e transmitidas nas rádios e assim, a exclusividade das histórias contadas por pessoas importantes foi sendo substituídas por uma mescla de histórias cotidianas que falavam de uma realidade rotineira. O professor e historiador norte americano Allan Nevins oficializou o termo “História Oral” e o atribuiu um significado que indica uma certa, nova na época, postura diante da formulação e difusão de entrevistas.

Ainda segundo Meihy (2007), um ponto o qual não se pode perder de vista é que não podemos falar da emergência e do sucesso da História Oral sem levar em conta os contributos do rádio e do gravador para esse processo. De início, História Oral combinou de um modo muito próprio duas funções muito distintas, mas complementares. Por meio dela se registra fatos e histórias muito particulares que poderiam se perder devido à escassez e/ou fragilidade das formas de comunicá-las; e também, através dela se divulgar as experiências relevantes para uma dada comunidade, o que incentiva a busca por uma compreensão e registro da história local.

No universo acadêmico, a História Oral combina três funções/possibilidade muito específicas, a saber:

Preencher lacunas oriundas da inexistência de documentos escritos sobre determinado assunto, dialogar com as versões expressas em documentos já existentes ou constituir

uma outra história a partir das versões apresentadas nas entrevistas, tendo acesso as perspectivas veladas pela pretensa "objetividade" dos documentos escritos (SOUZA, 2006, p. 43).

As formas de expressar e captar os *movimentos* dos indivíduos e das sociedades como tema para reflexão se modificam a depender do tempo e do lugar para o qual olhamos. História Oral é um exemplo disso, pois as condições de sua emergência estão fortemente ligadas às transformações ocorridas no universo tecnológico. Contudo, é notório que a evolução tecnológica não basta para explicar a postura teórica e *política* que está na base dos trabalhos com a História Oral. É nesse sentido que para Meihy (2007), a Escola Sociológica de Chicago, nos anos de 1918-20, já apresentava práticas e teorizações que viriam a alimentar o surgimento da História Oral quase três décadas depois. Na perspectiva sociológica, o que há na base do surgimento dessa metodologia é a luta por superar o exclusivismo da história dos *senhores*, dos *reis* e inscrever no universo da *história oficial* as histórias de pessoas comuns e de grupos que de alguma forma foram deixados à margem do que convencionamos chamar de sociedade.

Refletindo sobre a trajetória de desenvolvimento da História Oral aqui no Brasil Meihy (2007) conclui que há uma grande diferença da trajetória brasileira em História Oral em relação à da Europa e a dos Estados Unidos. No Brasil, assim como em outros países da América Latina, a História Oral teve seu início coincido com o processo de redemocratização do país-período pós-ditadura militar. Como consequência disso, História Oral brasileira emerge de um duplo sentimento: a vontade de registrar as memórias de um tempo difícil e o desejo de viver/fazer uma sociedade nova e democrática.

Como a censura foi um dos pilares da ditadura militar, a avaliação daquele período acabou por ser uma via de acesso à compreensão dessa nossa experiência, e, diga-se, esse é [foi] um dos caminhos mais férteis da história oral brasileira e latino-americana (MEIHY, 2007, p.111).

Quanto as possibilidades de abordar temas em História Oral, como uma metodologia de pesquisa, há uma certa concordância entre autores que existem pelos menos duas abordagens diferentes, mas com uma relação muito estreita ente si. Uma é a *História Oral de Vida* entendida/chamada por muitos de *biografia*, *método biográfico*, *relato de vida*, etc., na qual o entrevistando relata experiências de sua vida como um todo. A outra é a *História Oral Temática*, na qual o entrevistando relata experiências de sua vida focalizando uma determinada questão, quase sempre definida previamente pelo pesquisador, mas isso não impede evidentemente, o entrevistando de relatar eventos que extrapolem o assunto predeterminado pelo pesquisador.

3.1 História Oral e Educação Matemática: indícios de uma trajetória

Segundo Garnica (2012), a História Oral surge como método de pesquisa com procedimentos mais plenamente configurados a partir de meados das décadas de 1960/1970 e geralmente “trata de abordar o acontecimento social sem classificações prévias, optando por abrir os vários planos discursivos de memórias várias, considerando as tensões entre as histórias particulares e a cultura que as contextualizam” (GARNICA, 2012). No entanto, aqui no Brasil o uso desse recurso metodológico por universidade e outras instituições é mais evidente apenas na década de 1980. Para esse autor, “ainda que em Educação Matemática tenhamos preservado a expressão ‘história oral’, talvez o mais adequado fosse nos referirmos a essa modalidade de investigação como ‘abordagem qualitativa de pesquisa que vincula oralidade e memória’” (GARNICA, 2012).

Neste trabalho assumimos a História Oral como metodologia de pesquisa. Consideramos que a partir dos seus pressupostos e procedimentos essa metodologia nos possibilita tecer uma versão histórica sobre o processo de formação dos professores/as que atuaram/atuem na Unidade Integrada Hipólito da Costa e as tramas de fundação dessa escola. Essa metodologia nos permite tomar os relatos de vida, de experiências, como registros históricos que podem servir para uma ou para várias outras investigações. Dizer que a História Oral é uma metodologia significa dizer que ela não é apenas um conjunto de procedimentos que devem ser sistemática e rigidamente seguidos, mas sim uma articulação entre os procedimentos realizados na pesquisa e a fundamentação teórica desses procedimentos, conforme salienta Garnica (2006):

Um método sempre traz, em si, a noção de eficácia. Trata-se de engendrar um mecanismo que, julgado eficaz, nos dê pistas para compreender determinada situação, resolver determinado problema, responder a determinada questão ou encaminhar determinados entraves. A eficácia, porém, será julgada segundo os pressupostos teóricos e evidências do pesquisador, e esse é o motivo principal de não se poder apartar uma metodologia de uma concepção de mundo e dos fundamentos teórico-filosóficos do pesquisador. Uma metodologia, porém- e, portanto -, não é um conjunto de métodos que possa ser tratado de um modo meramente procedimental. Isso pretende significar que os limites de uma metodologia e de seus pressupostos teóricos devem ser séria e continuamente testados, confrontados, avaliados (GARNICA, 2006, p. 86).

A testagem da História Oral como metodologia de pesquisa no campo da Educação Matemática tem sido desenvolvida no interior do GHOEM, principalmente naqueles estudos vinculadas ao projeto de mapeamento histórico da formação e atuação de professores e professoras de matemática no Brasil. Esse Grupo de pesquisa ao longo de sua constituição

desenvolveu sua maneira própria de utilizar a História Oral em suas pesquisas. É um dos primeiros a se dedicar ao estudo da história da educação matemática no Brasil tendo a História Oral como metodologia de pesquisa. Para Garnica (2012), um dos membros fundadores do GHOEM, a História Oral é:

Uma metodologia de pesquisa que envolve a criação de fontes a partir da oralidade e compromete-se com análises coerentes e sua fundamentação (que pode envolver ou não procedimentos usados em outro tipo de pesquisa). O diferencial é essa ‘criação intencional’ de fontes a partir da oralidade e a fundamentação que se estrutura para essa ação. Essa mesma fundamentação orienta, inclusive, práticas de análise na pesquisa. Assim, nossos pressupostos indicam, sim, como construir fontes, mas também por que construí-las e como valer-se delas. Indicam, ainda, questões geradoras de pesquisa e abordagens de análise (GARNICA, 2012, p. 97).

As pesquisas realizadas nesse grupo buscam explorar, a partir dos objetivos específicos de cada trabalho, as viabilidades e as possibilidades da História Oral como *instrumento* para compreender a matemática em situação de ensino-aprendizagem e os seus entornos. Atualmente, o foco dos trabalhos realizados no GHOEM podem ser, de modo geral, caracterizados nas seguintes linhas de pesquisas: (1) Análise de Livros Didáticos – Hermenêutica de Profundidade; (2) Escolas Reunidas, Escolas Isoladas – Educação e Educação Matemática em Grupos Escolares; (3) História da Educação Matemática; (4) História Oral e Educação Matemática; (5) História Oral, Narrativas e Formação de Professores: pesquisa e intervenção; (6) IC-GHOEM; e (7) Narrativas e ensino e aprendizagem de Matemática (Inclusiva).

Tomamos nesta pesquisa a História Oral como uma metodologia de pesquisa qualitativa tal como defendida pelos pesquisadores do GHOEM, o que significa, em certa medida, reconhecer:

(a) a transitoriedade de seus resultados; (b) a impossibilidade de uma hipótese *a priori*, cujo objetivo da pesquisa será comprovar ou refutar; (c) a não neutralidade do pesquisador (...); (d) que a constituição das suas compreensões dá-se não como resultado, mas numa trajetória em que essas mesmas compreensões e também os meios de obtê-las podem ser (re)configurados; (e) a impossibilidade de estabelecer regulamentações, em procedimentos sistemáticos, prévios, estáticos e generalistas (GARNICA, 2006, p. 88).

Para Fernandes (2014) o que fundamenta, no GHOEM, o uso da História Oral nas práticas de pesquisa em educação matemática não é apenas uma base conceitual, metodológica ou procedimental que subjaz a essa metodologia, mas é, sobretudo:

Uma base existencial para a pesquisa em Educação Matemática. Em linhas gerais, isso quer dizer que as compreensões gestadas no grupo têm implicações éticas, estéticas e políticas nos modos de fazer pesquisa, ou seja, que a construção metodológica da História Oral para a pesquisa em Educação Matemática traz compreensões que nos ajudam a entrever algumas potencialidades de diferentes estilos narrativos que se insinuam, como o memorial, em diversas frentes de investigação e sob variadas perspectivas filosóficas. Assim, ao constituir formas de envolver a narrativa na pesquisa em Educação Matemática, destacando aquilo que ela pode disparar como possibilidade de conhecimento e intervenção, o Ghoem criava laços com outras formas de pesquisas, independente de utilizarem ou não os procedimentos regulares da História Oral (FERNANDES, 2014, p.27).

No GHOEM, a educação matemática tem sido entendida como uma área de inquérito interdisciplinar. Isso em decorrência da própria natureza do seu objeto de investigação – o ensino e aprendizagem da matemática -, nas mais diversas situações, tempos, espaços e circunstâncias em que a relação entre matemática, ensino e aprendizagem se entrelaçam. É associada a esta visão que Garnica (1999) concebe educação matemática como um *movimento*, no sentido de:

(...) aceitar que desde o primeiro instante em que se decidiu ensinar a alguém alguma coisa chamada Matemática, uma ação de Educação Matemática começou a se manifestar (...) implica não desqualificar sua vertente prática e, até mesmo, radicalizando, sua vertente - meramente prática. Pretende-se, porém, uma prática que demande, necessariamente, reflexão (uma práxis, como tem afirmado). Não a mera reflexão teórica fundante supostamente auto-suficiente, uma reflexão que sugerida pela prática, visa a uma efetiva intervenção na ação pedagógica. Assumir a Educação Matemática – tanto qualquer outra área de conhecimento —, como um conjunto de práticas sociais desenvolvidas por a gentes específicos e aliar a essa proposta a necessidade de diferenciar a atual produção científica a partir de sua legitimidade, visa-se a explicar concepções e apresentar contextos a partir da prática. (GARNICA, 1999, p. 60).

Nos trabalhos com a História Oral, as narrativas orais dos colaboradores não são tomadas como fontes ingênuas ou intocáveis, mas sim a partir do olhar do pesquisador. Este constrói suas apreensões sempre atravessadas por sua subjetividade e atento ao fato de que nas narrativas orais “o sujeito, que se constitui a si próprio no exercício de narra-se, explica-se e dá indício para compreender o contexto no qual está se constituindo” (GARNICA, 2012). Nesse sentido, o pesquisador constitui em colaboração com o entrevistado uma narrativa na qual o narrador se reconheça como sujeito e autor, mas também uma narrativa própria na qual o pesquisador segue os indícios deixados pela o entrevistado e tece outra versão da história a partir de suas próprias apreensões e elaborações.

Para Cury (2007), cada versão histórica está articulada com o conhecimento que o depoente e/ou o pesquisador possuem:

Assim, narrar é contar uma história, narrar-se é contar nossa história ou uma história da qual também somos, fomos ou nos sentimos personagens. As narrativas, então, oferecem em si a possibilidade de uma análise, se concebemos análise como um processo de produção de significados a partir de uma retro-alimentação que se iniciaria quando o ouvinte/leitor/apreciador de um texto se apropria deste texto, de algum modo, tecendo significados que são seus, mesmo que produzidos de forma compartilhada, e constrói uma trama narrativa própria que serão ouvidas/lidas/vistas por um terceiro que retorna ao início do processo (CURY, 2007, p. 20).

Para Bolivar (2002), os sujeitos se constituem como sujeitos históricos na medida em que se narram. É nesse sentido que relatos orais de professores (as), diretores (as) escolares, pais de alunos, etc., têm sido apontados como potencialidades a serem exploradas em pesquisa na área de Educação, porque elas se apresentam como uma percepção de si desses sujeitos e com isso podem contribuir nas possibilidades de uma mudança nas situações de abandono e/ou marginalização desses sujeitos.

Como pontua Thompson (2002) “a realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista (THOMPSON, 2002). E assim, entendemos que as fontes geradas por meio da História Oral nos possibilitarão tecer uma narrativa a partir de documentos escritos oficiais e dos relatos orais de nossos colaboradores—professores e professoras que atuaram e/ou atuam na Unidade Integrada Hipólito da Costa.

3.2 História oral no cenário da formação e atuação de professores (de matemática)

Como salientado anteriormente, o GHOEM executa um projeto que visa compor um mapeamento histórico da formação e atuação de professores e professoras (de matemática) em distintas regiões do Brasil. Esse projeto está em execução há mais de quatorze e é composto por pesquisadores de instituições de várias regiões do Brasil. Vinculadas a esse projeto já foram desenvolvidas mais de vinte pesquisas e todas se apropriam dos pressupostos teóricos da História Oral como metodologia de pesquisa.

Nesse projeto do GHOEM, a ideia de *mapeamento* é entendida como “o traçado de uma configuração aberta, uma possibilidade de reescritura das condições em que ocorreu essa formação, dos modos com que se deu a atuação desses professores, do como se apropriavam dos materiais didáticos, seguiam ou subvertiam a legislação vigente” (GARNICA, 2012).

A título de exemplo, apresentamos a seguir algumas pesquisas vinculadas a esse projeto que trazem aspectos da formação e atuação de professores/as de matemática na região nordeste.

A tese de Fernandes (2011), *Sobre a Formação do Professor de Matemática no Maranhão: Cartas para uma Cartografia Possível*, apresenta um registro histórico do processo da formação de professores de Matemática no estado do Maranhão num período que tem como marco inicial a implantação, na década de 1960, do primeiro curso de Licenciatura Plena em Matemática no estado. Foram entrevistados profissionais de três instituições públicas de ensino superior do estado que trabalharam como docentes quando da implantação e/ou da elaboração dos projetos dos primeiros cursos de Licenciatura Plena em Matemática e alunos da primeira turma graduada, no estado, em Matemática. A autora conclui que o desenvolvimento da pesquisa permitiu compreender que o cenário da formação de professores de Matemática no Maranhão, desde a implantação do primeiro curso, é pontuado de urgências e carências, todas fortemente associadas aos contornos das políticas governamentais idealizadas para o ensino superior. Com a intenção de ressaltar a dialogicidade que caracteriza todo processo investigativo, a redação do trabalho aposta no estilo epistolar e se constitui, portanto, como uma sequência de cartas trocadas entre a autora e um personagem fictício.

A dissertação de Moraes (2012), *Peças de uma História: Formação De Professores de Matemática na Região de Mossoró (RN)*, busca compreender e construir uma versão histórica de como se deu a formação de professores que atuaram no ensino de Matemática na região de Mossoró (RN), alusivo ao período que vai de meados da década de 1940 ao ano de 1974, o qual marcou a criação do mais antigo curso de licenciatura em Matemática da região.

A tese de Macena (2013), *Sobre formação e prática de professores de Matemática: estudo a partir de relatos de professores, década de 1960, João Pessoa (PB)*, traz depoimentos de professores de Matemática do ensino secundário, atuantes nas cercanias da década de 1960 na cidade de João Pessoa (PB), quanto ao ensino de Matemática. Os relatos dos entrevistados trazem à tona a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), os exames de suficiência ao exercício do magistério nos cursos secundários, o Movimento da Matemática Moderna (MMM), os Centros de Ensino de Ciências criados por todo Brasil, a atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no âmbito educacional, bem como várias faces na formação de professores. Conclui que a questão da educação nordestina, assim como em outras regiões, aparece entrecortada, sempre em meio a aspectos sociais, econômicos e políticos impossíveis de serem negligenciados, e ainda que muitos estudos já tenham sido feitos a esse respeito, a temática parece estar distante do esgotamento. Por fim, afirma que “o Nordeste é um palco de contradições significativas”.

A partir da análise das pesquisas produzidas, vinculadas a esse projeto, já foi possível ao Grupo apresentar elementos relativos à formação docente, comuns às mais diversas regiões

do país. Em Garnica (2010) e Gomes (2014) é apresentada uma análise em que a *carência* e a *urgência* são apontadas pelos autores como signos da formação de professores de Matemática. As carências de professores para atuar no ensino de matemática bem como a urgência na criação de programas ou políticas voltadas para a formação nesse campo ficam bem caracterizadas, por exemplo, nos trabalhos de Fernandes (2011) e Morais (2012; 2017).

Uma elaboração mais recente sobre as pesquisas vinculadas ao projeto de mapeamento do GHOEM encontra-se em Morais e Garnica (2016). Para esses autores é possível perceber uma *forte presença das necessidades impostas pelos espaços de formação dos sujeitos estudados e a necessidade de ampliação da concepção de região*. Referem-se ao trabalho de Baraldi (2003) quando da percepção da forte presença das ferrovias nas narrativas de seus colaboradores e da compreensão de região *como uma produção social, da qual se faz uso, resultado de interações humanas*.

Outro aspecto apontado pelos autores é a presença de *marca de marginalização na formação dos professores* identificados principalmente nos estudos sobre os professores que atuavam na zona rural do interior de São Paulo, bem como sobre as escolas técnicas rurais, seja focando a relação entre essa modalidade de formação e as escolas regulares, seja focando relação entre professores de Matemática e os das áreas técnicas; apontam a *necessidade de ampliação das noções de centro e periferia*, ideia construída principalmente em Martins (2003) e Martins-Salandim (2007, 2012) que abordam as noções de centro e periferia *como conceitos móveis, sempre criados em relação a algo*. Por exemplo, o interior do estado vive em situação periférica em relação à capital; as grandes cidades do interior, por sua vez, sendo centros em relação às pequenas comunidades. Assim,

Vinculados a essa urgência e carência, entretanto, notamos que é muito forte a existência dos signos "campo" e "cidade", bem como "centro" e "periferia", pois embora percebamos, em alguns momentos, inclusive pelo contexto nacional, a criação de políticas públicas para promover a valorização do campo, das zonas rurais, fica muito forte em alguns depoimentos a situação periférica em que viviam/vivem os camponeses. (MORAIS; MORAIS; GARNICA, 2016, p. 91-92).

Morais e Garnica (2016) também apontam “a migração como signo sempre presente na formação de inúmeros sujeitos que colaboradores das pesquisas, processo presente, acentuadamente, nas mais diversas regiões do Brasil”. Os autores constroem a perspectiva de que, nas diferentes regiões do Brasil, “em algum momento e de algum modo, os espaços foram moldando, e sendo moldados por aqueles sujeitos que nele se formam ou atuaram como professores de matemática”.

Os autores apontam como tema emergente importante e sem tratamento prévio, o movimento de alterações dos quadros políticos “o movimento de alterações dos quadros políticos - sejam eles locais, regionais, estaduais ou federais – ao alterar, praticando, certos espaços, também marca de forma indelével a dinâmica em que se situam os atores do processo educativo” (MORAIS; MORAIS; GARNICA, 2016).

É nessa perspectiva que buscamos nesta pesquisa abordar facetas da História da Educação Matemática no Maranhão. Nossa pesquisa tem como objetivo constituir uma narrativa sobre o processo de formação de professores/as que atuaram/atuem na Unidade Integrada Hipólito da Costa e as tramas de fundação dessa escola. Buscando apresentar na narrativa constituída a partir das memórias plurais dos professores e professoras que atuaram e/ou atuam na Unidade Integrada Hipólito da Costa, em São José dos Basílios, estado do Maranhão, bem como de outras fontes como documentos oficiais ou não que possam apresentar elementos acerca da formação e atuação de professores/as no estado do Maranhão e que contribuam para a constituição do mapeamento esboçado no projeto do GHOEM, uma vez que nossa pesquisa vincula-se a esse projeto.

Assim, tendo como matéria prima os relatos orais de sujeitos históricos e geograficamente situados, a História Oral é nesse trabalho nossa escolha metodológica. Compreendemos que os relatos, as narrativas são muito mais do que *um contar histórias*. Para Benjamin (1987), o relato é a linguagem da experiência, isto é, o vivido- o que nos acontece, o que nos forma- é comunicado a nós mesmos- à nossa consciência -, e aos outros por meio do relato, da narrativa. Nesse sentido, em uma narrativa de vida, de experiência estão presentes o autor, o narrador e a personagem principal que são em última instância a mesma pessoa.

Para Bolivar (2002), as narrativas são ordenações ou estruturações das experiências vividas em forma de relatos. O narrador aparece também como criador, como autor dos relatos e nesse sentido, “a narrativa além de expressar diferentes dimensões acerca da experiência vivida também media a própria experiência e configura a construção social da realidade” (MARTINS-SALADIM, 2007).

Mas o que significa afirmar que um trabalho tem a História Oral como metodologia de pesquisa qualitativa no campo da Educação Matemática? Vamos tentar trazer elementos sobre esta questão a partir dos argumentos que o GHOEM tem defendido em seus trabalhos de pesquisa, argumentos com os quais comungamos.

Afirmar que um trabalho tem a História Oral como metodologia de pesquisa, de acordo com Garnica (2012), antes de tudo, significa dizer que:

O trabalho cuida de constituir fontes das quais ele próprio – e outros – podem nutrir-se para focar determinados objetos de pesquisa. Nos trabalhos que mobilizam a História Oral, alguns parâmetros específicos são seguidos, e tais parâmetros são, basicamente, a série de procedimentos que cuida da constituição das fontes, aliada a uma fundamentação específica desses procedimentos. A História – lendo-se aqui História como Historiografia, o processo de escrever, de registrar a historicidade do mundo, o estudo da duração – participa desse processo dada a intenção clara e explícita que o oralista tem, qual seja, registrar memórias e, a partir delas, intencionalmente, constituir fontes históricas (GARNICA, 2012, p. 40).

Continuando com Garnica (2012), mobilizar a História Oral – ou mesmo concebê-la como metodologia de pesquisa científica possível – só tem sentido numa certa época e em certas condições, em que se torna legítimo registrar subjetividades e fazer, do registro dessas subjetividades, fontes para a constituição de narrativas que podem circular no meio acadêmico. O autor ressalta ainda que a utilização da História Oral como metodologia de pesquisa não se restringe às pesquisas que intencionam investigar a “história de...”, ainda que, independente do tema da pesquisa, o pesquisador ao usar a História Oral se aproxime de questões historiográficas, da prática de escrever história, uma vez que uma das funções da História Oral é intencionalmente constituir fontes, daí a disposição do GHOEM em tornar públicos, na íntegra, os registros elaborados em seus trabalhos.

Não é o pesquisador quem decide se seus escritos serão ou não utilizados, no presente ou no futuro, como fontes historiográficas, isso é uma atribuição do leitor que escapa às intenções do autor e, por isso, todas as produções, todos os registros, são fontes historiográficas potenciais, queiramos ou não. O que ocorre em História Oral é que a opção por seguir este método implica intencionalmente constituir fontes historiográficas – sejam essas fontes usadas ou não, no presente ou no futuro, como tal. Portanto, a História Oral cria fontes que diversos campos de pesquisa – e não apenas a Historiografia ou aqueles diretamente relacionados à Historiografia – permitem explorar.

Optar por conduzir pesquisas defendendo os princípios da História Oral em Educação Matemática, portanto, não se restringe a exercitar algumas regras para coleta e tratamento de entrevistas. Mais do que isso, significa optar por modos específicos de (a) fazer surgirem questões de pesquisa, (b) buscar por informações e registrar memórias – narrativas – que nos permitam tratar dessas questões; (c) cuidar desses registros de forma ética e trabalhá-los segundo procedimentos específicos, tornandoos públicos ao final desse processo; (d) analisar o arsenal de dados segundo perspectivas teóricas em sintonia com alguns princípios previamente estabelecidos; e (e) procurar criar formas narrativas alternativas às usualmente vigentes no meio acadêmico, constituindo os trabalhos produzidos nessa vertente mais como campos de experimentação que como arraoados de certezas (GARNICA, 2011, p. 5-6).

Assim, para investigar o processo de formação de professores que atuaram/atuam na Unidade Integrada Hipólito da Costa e as tramas de fundação dessa escola, coletamos relatos

de professores e professoras que nela atuaram/atuam. Ao narrem suas experiências, nossos colaboradores possibilitaram que outras narrativas pudessem ser tecidas, que as experiências vivenciadas e relatadas por eles alimentassem a constituição de uma ou várias “narrativas em interlocução, trama em que se mesclam memórias e outros tantos resíduos filtrados pelo tempo, e em cuja elaboração opera o passado vivido pelo sujeito e o presente que reelabora e situa, ao mesmo tempo, depoentes e pesquisador” (MARTINS-SALADIM, 2007).

3.3 Procedimentos metodológicos

Nas palavras de Garnica (2012), no campo da educação matemática o GHOEM tem sido desde 2002 (ano de fundação do grupo), *um laboratório de teorização, testagem e avaliação* da metodologia de História Oral. Ao longo desse período os limites, as possibilidades, as viabilidades e as potencialidades dessa metodologia foram investigados e no movimento de *teorização–testagem–avaliação–nova teorização*, alguns procedimentos tornaram-se estáveis - mesmo que temporariamente. São eles: (a) a seleção de entrevistados; (b) a elaboração de plano de entrevista; (c) a realização de entrevista; (d) a transcrição ou gravação do material gravado; (e) a textualização da transcrição; (f) os cuidados éticos e cartas de cessão. Para o autor, essa estabilidade decorre de uma teorização coerente e consistente e de uma prática investigativa de natureza simples e dinâmica.

Nesse sentido, os procedimentos metodológicos realizados em nossa pesquisa seguem as etapas que têm sido negociadas entre os pesquisadores que utilizam e debatem o uso da História Oral no GHOEM. Esse protocolo ainda que não sejam aplicados de forma rígida, estática se apresentam aqui nos seguintes procedimentos: seleção dos entrevistados, elaboração de um plano para entrevista, realização de entrevistas gravadas, transcrição do material gravado, textualização das transcrições, conferências, assinatura de carta de aceite/cessão pelos entrevistados e análise das narrativas dos depoentes.

A modo de se selecionar possíveis colaboradores de pesquisa é praticada/conhecida, pelos pesquisadores do GHOEM, como *critério de rede*. Nesse procedimento, um primeiro colaborador sugere outro (um ou vários) colaborador, que por sua vez sugere outros mais e assim, o pesquisador vai seguindo a teia até finalmente gerar, a partir de sua subjetividade e dos objetivos de sua pesquisa, o conjunto dos seus colaboradores.

Em nosso estudo, entramos em contato inicialmente com a professora Maria Helena de Oliveira, ela já era conhecida do pesquisador, pois havia sido sua professora durante educação

básica. Neste contato a professora fez referência a nomes de outros professores que poderiam colaborar com nosso estudo.

Seguindo a teia criada a partir do critério de rede visitamos e conversamos com oito professores que já haviam atuado ou estavam atuando na escola estudada com o objetivo de buscar informações acerca da formação e atuação desses e sobre o que eles sabiam/lembravam acerca da fundação da escola. Em seguida, traçamos um primeiro perfil dos docentes levando em conta a disponibilidade e aceitação deles em participar da pesquisa. A partir desse primeiro contato foi possível identificar nos relatos dos professores que a escola foco de nossa pesquisa foi fundada no final da década de 1960. Assim, um recorte temporal para nossa pesquisa foi feito: optamos por investigar a formação de professores que atuaram na escola a partir do final da década de 1960.

Na conversa com os professores que visitamos foram mencionados nomes de quatorze docentes que teriam atuado ou atuavam nessa escola desde sua fundação, são eles: Deuzimar, Damião, Antônio Carvalho (o mestre Tota), Francisca Soares, Maria Freitas, Zuleide Freitas, Francisca Gomes (a Tita), Silza Rocha Mendes, Maria Helena de Oliveira, Adélia Calisto do Nascimento, Santília de Oliveira Silva, Manoel Fábio Martins, Célia Rocha Mendes e Dona Nair. O professor Damião e a professora Deuzimar, já faleceram, são mencionados, mas o nome completo deles não é lembrado pelos docentes que os mencionaram, por essa razão aparecem aqui apenas o primeiro nome deles. Não nos foram mencionadas informações sobre onde estariam vivendo as professoras Francisca Gomes, Francisca Soares, Maria e Zuleide Freitas. Segundo os relatos, os únicos professores que ainda vivem na região circunvizinha a escola e ainda lecionam são: Silza Rocha Mendes, Maria Helena, Adélia Calisto, Santília de Oliveira, Manoel Fábio, Antônio Carvalho e Célia Rocha Mendes. Estes dois últimos não se disponibilizaram a participar de nosso estudo. Assim nosso estudo foi realizado com a participação de cinco docentes, são eles: as professoras Silza Rocha Mendes, Maria Helena de Oliveira, Adélia Calisto do Nascimento, Santília de Oliveira Silva e o professor Manoel Fábio Martins.

No contato com cada um desses docentes foram explicadas as etapas da participação deles no estudo e apresentado um plano de entrevista. Entendemos que as “entrevistas são diálogos acerca de algo (o objeto de pesquisa) e são tanto mais ricas quanto mais ocorrerem num clima de cumplicidade entre entrevistado e entrevistado” (GARNICA, 2007) e nesse sentido o plano de questões serve apenas para orientar o pesquisador sobre a direção em a entrevista pode seguir.

O plano de entrevistas, disponibilizado com antecedência aos professores entrevistados em formato de fichas, foi organizado a partir de quatro temas: *histórias de vida*, *vida escolar*, *vida como docente* e a *escola Hipólito da Costa*, como segue abaixo:

HISTÓRIA DE VIDA

- ❖ Como o senhor (a) gostaria de si apresentar ou que fosse apresentada em nesse trabalho?
- ❖ O senhor (a) pode nos dizer nome, data de nascimento, cidade, estado em que nasceu?
- ❖ Fale um pouco sobre sua vida: família, infância, juventude, trabalho?

VIDA ESCOLAR

- ❖ Quais suas lembranças sobre sua vida de estudante?
- ❖ Quando e onde o senhor (a) foi alfabetizada?
- ❖ Qual era o principal motivo/objetivos de você ir para a escola?
- ❖ Quais as disciplinas que você mais gostava?
- ❖ Como era a sua relação com a Matemática? Como se dava o ensino da Matemática?

A ESCOLA HIPÓLITO DA COSTA

- ❖ O que o senhor (a) lembra/sabe sobre a fundação dessa escola? Como era a estrutura dela quando você foi professor (a) lá?
- ❖ Como era os arredores da escola? Como era o povoado na época em que o senhor (a) foi professor (a)?
- ❖ Em que ano foi docente na escola Hipólito da Costa? Por quanto tempo?
Quais disciplinas você ministrava na escola?
- ❖ Qual a importância dessa escola para o povoado (na sua opinião)?
- ❖ Como era o ensino nessa escola?

VIDA COMO DOCENTE

- ❖ Quais suas lembranças sobre sua vida como professor (a)?
- ❖ Quando e onde o senhor (a) começou a ser professor (a)? Qual era sua formação na época?
- ❖ Como/por que se tornou professor (a)?
- ❖ Como eram desenvolvidas suas aulas?
- ❖ Quais os materiais escolares utilizados?
- ❖ Havia, em suas aulas, algum conteúdo relacionado à matemática?

Compreendemos que há muitas posturas metodológicas que contestam essa inteira exposição das intenções de pesquisa aos interlocutores, mas concordamos com Garnica (2007) quando salienta que:

Pode-se imaginar (e alguns efetivamente imaginam) que esclarecer ao depoente a natureza de suas intenções (algo que pode ir além de deixar explícito ao colaborador o roteiro de entrevista e a questão geradora) inviabiliza as análises, pois, enviesa as narrativas. Defendemos exatamente o oposto: além de ter necessariamente que se pautar pela ética da pesquisa, deixar claras, aos depoentes, as intenções do pesquisador, permitirá que sejam analisados os depoimentos em suas ‘ausências’ (sabendo, em linhas gerais, as cercanias que o pesquisador pretende visitar, por que o depoente não trata daquele assunto? Por que trata do tema segundo uma tal abordagem e não outra? etc.) (GRANICA, 2007, p. 40).

Os depoimentos dos professores foram gravados em um gravador portátil, em datas e locais estabelecidos por eles próprios. Posteriormente, foram realizadas as transcrições ou degravações dos depoimentos, constituindo documentos escritos em sua primeira forma.

Segundo Garnica (2007) a transcrição é entendida como a “alteração do suporte da entrevista (seja ele magnético ou digital) para o papel, a fixação do diálogo por meio de caracteres gráficos”. Quanto à polêmica, comumente levantada entre pesquisadores que trabalham com a História Oral como recurso metodológico, acerca de: qual seria a *verdadeira* fonte, o áudio da gravação na entrevista ou o texto escrito com o registro do momento da entrevista? Garnica (2007) salienta que:

Essa discussão é inócua se pretendemos com ela decidir qual é o suporte que mais ‘representa a realidade’ do momento da entrevista, pois qualquer suporte que é um registro do momento e, como registro, um filtro. Um momento vivido não se deixa apreender total mente por nenhum instrumento, por nenhum tipo de registro. Mesmo

a linguagem, por meio da qual a narrativa se manifesta, é já filtrada pelo tempo histórico, pelas condições socioculturais e mesmo pelas limitações naturais do momento da comunicação (GARNICA, 2007, p. 54).

A etapa seguinte da pesquisa foi a realização das textualizações gerando o que temos, no GHOEM, chamado de *textualização do depoimento*. Nesse momento criamos a partir das transcrições, um texto de leitura mais fluente. No momento do trabalho com as textualizações o pesquisador se familiariza inteiramente com os depoimentos dos seus interlocutores, o que lhe permite desenhar um caminho para o momento da análise. Inspirada em Alberti (2004), Sousa (2006) salienta que a noção de textualização envolve dois momentos distintos:

A transcrição (que fixa pela escrita os dizeres, pausas, entonações e vícios de linguagem, aproximando-se ao máximo do registro do oral) e a textualização, propriamente dita, que seria o processo de transformar o discurso em uma narrativa mais corrente (com ou sem o estilo pergunta-resposta) e sem os vícios que marcam a espontaneidade das construções nos momentos de fala. Um trabalho conjunto é efetivado, nesse processo, com a negociação quanto a este último texto, possibilitando correções, inserções e reformulações (SOUZA, 2006, p. 45).

Na versão final, a textualização e todos os documentos suportes que lhes serviram de base são analisados e discutidos, em conjunto, pelo colaborador e pesquisador. Este procedimento é conhecido como *conferência*. Havendo acordo entre eles em relação à versão final do texto, o entrevistado assina uma *carta de cessão* na qual cede ao pesquisador os registros resultantes da colaboração dele para a pesquisa. Em muitos trabalhos com História Oral a carta de cessão não é exigida do interlocutor, pois a disponibilização do material resultante da entrevista se dá mediante uma garantia construída em “(...) uma relação de confiança e harmonia entre pesquisador e entrevistado (como tem sido feito por alguns sociólogos)” (SOUZA, 2006).

Em alguns estudos que usam a História Oral como recurso metodológico, a pesquisa termina com a constituição do documento escrito a partir da textualização. Mas, há outros trabalhos nos quais a análise dos documentos gerados na pesquisa é parte relevante do processo de investigação. Nos trabalhos que veem sendo desenvolvidos no GHOEM - nos quais o presente trabalho, pensamos, está inserido-, há algumas tendências em se optar pela realização da análise dos documentos gerados na pesquisa, muito embora se reconheça que o conceito de análise seja de difícil configuração.

A análise dos documentos gerados, nessa pesquisa, é entendida, não como um momento de um julgamento dos relatos dos depoentes em termos de certo ou errado, verdadeiro ou falso, justo ou injusto, relevante ou irrelevante etc., mas, sobretudo, o momento no qual o

pesquisador poderá detectar tendências e apresentá-las e, na medida das possibilidades, resguardado de seus referenciais, discuti-las. Como salienta Garnica (2006), a análise é o momento no qual o pesquisador se presentifica como autor.

Ainda segundo Garnica (2006), ao narrarem suas experiências os depoentes dão ao pesquisador elementos, indícios para que este compreenda aspectos de sua realidade até então não pensados, não estudados, não esquadrihados. Com isso,

Caberá ao pesquisador detectar esses elementos a partir dos significados que atribui ao que o depoente diz, momentos que, ele próprio (...) ou outros pesquisadores, podem levar à frente, encaminhando outras pesquisas e abrindo possibilidades de entender seu entorno (GARNICA, 2006, p. 98).

Ao fim e ao cabo da análise, o que o pesquisador apresenta como o *resultado* de sua investigação é uma outra narrativa que fala, em geral, de seu esforço e suas experiências adquiridas na busca por esboçar um panorama daquilo que pretendeu focar em seu estudo, que contou com a muitas colaborações, e que permitiu, muitas vezes, um espaço para seus interlocutores se percebessem como narradores, constituindo a si próprios durante suas narrativas.

As fontes usadas neste trabalho são, fundamentalmente, as textualizações das entrevistas com os professores e professoras colaboradoras, mas também será feito levantamento de documentações e imagens referentes à escola Unidade Integradas Hipólito da Costa e aos professores e professoras colaboradoras nos arquivos públicos do município de Presidente Dutra (MA) e de São José dos Basílios (MA) e em arquivos pessoais dos docentes colaboradores. Os entrevistados nesse estudo são docentes que atuaram/atuam na Unidade Integrada Hipólito da Costa, localizada no povoado Lago Grande, em São José dos Basílios/MA.

4. “EU TENHO UMA VAGA LEMBRANÇA...”: REGISTROS DE MEMÓRIAS

*Eu vou contar seu moço
Por que deixei meu sertão
Não foi pru falta de inverno
Não foi pra fazer baião
Não foi pru falta de inverno
Não foi pra fazer baião*

(...)

*Óia os bens que eu deixei
Um roçado de algodão
Bem cheinho de mandioca
De arroz e de feijão
Mas também só na mulher
É que não tinha sócio não*

(...)

*Ai meu Deus, quanta saudade
Do Lachinha e do Sané
Do De Ouro, do Leipinha
João Piston, do Rafaé
Esmagado, Garrinchinha
São meus amigos de fé*

*Essa água dos meus óio
Algum dia vai parar
O bom filho volta à casa
Por isto eu vou voltar
Eu já vi ditado certo
Pr'aprender tem que apanhar*

(O bom filho a casa torna – João do Vale)

Nosso trabalho é um mosaico de narrativas. Na composição deste mosaico, o registro das memórias dos professores colaboradores traz para a tela traços particulares da experiência docente e da experiência de vida de cinco professores que estão diretamente ligados ao movimento de implementação da educação primária em São José dos Basílios.

Aqui, apresentamos as narrativas dos nossos interlocutores. A primeira delas é a da professora Maria Helena de Oliveira, que atuou na escola Hipólito da Costa nas décadas de 1980 e 1990, na função de professora e diretora. Sua formação como docente se deu fundamentalmente na prática em sala de aula, em cursos de formação continuada realizados, geralmente, na cidade de Presidente Dutra e em cursos à distância. Ela se graduou em Teologia, em 2010, na modalidade de curso a distância.

A segunda entrevista foi realizada com a professora Santília de Oliveira Silva, que atuou na escola Hipólito da Costa como professora da alfabetização na década de 1970. A formação da professora Santília se resume a quarta série primária. Ela menciona que não fez nenhum curso de formação para professor, mas ao longo do tempo que foi professora fez alguns

“treinamentos de professores”. Foram necessárias três visitas a casa da professora para que ela concordasse em ceder a entrevista. Ficamos intrigados com o fato de ela, mesmo tendo trabalhado como professora ao longo da década de 1970, não si perceber como professora.

A professora Adelícia Calisto do Nascimento foi nossa terceira interlocutora. A professora concluiu sua graduação, em 2010, em pedagogia. A história da formação da professora Adelícia é muito semelhante à dos demais professores entrevistados. Ela foi alfabetizada na escola Hipólito da Costa, depois foi morar - em casa de parentes - na cidade de Dom Pedro para dá continuidade aos estudos. Lá ela fez até o primeiro ano ginásial e, em seguida, retornou ao Lago Grande onde começou a lecionar. Sua formação docente se deu também na prática em sala de aula e em cursos de formação pedagogia ofertados pela prefeitura de Presidente Dutra. A professora Adelícia atua na escola Hipólito da Costa desde a década de 1980 até hoje. Ao longo desses mais de trinta anos a professora Adelícia já exerceu na escola Hipólito da Costa as funções de zeladora, vice-diretora, diretora e professora.

Nosso quarto depoente foi a professora Silza Rocha Mendes, que se formou em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão, polo de Dom Pedro, em 2000. Ela também teve uma formação, na educação básica, muito semelhante aos outros entrevistados. Ela foi alfabetizada na escola Hipólito da Costa, no povoado Lago Grande, depois foi para a cidade de Dom Pedro/MA para dá continuidade aos estudos e, em seguida, foi para Imperatriz/MA onde concluiu o segundo grau e fez o curso técnico de contabilidade. Depois disso, retornou ao Lago Grande e começou a lecionar na escola Hipólito da Costa. Atualmente a professora Silza, como é conhecida no povoado, exerce a função de professora e de diretora da escola. Ela iniciou sua atividade de professora em 1987.

O professor Manoel Fábio Martins de Almeida foi nosso quinto, e último, entrevistado. Ele atua como professor de matemática na escola Hipólito da Costa desde 2004. De todos os nossos colaboradores, o professor Fábio, como ele é conhecido no povoado, é o único que atuou especificamente com as disciplinas de Matemática e de Ciências, muito embora ele não possua graduação nessas áreas. O professor Fábio também foi alfabetizado na escola Hipólito da Costa, depois foi para a cidade de Dom Pedro onde estudou até o sétimo ano do primeiro grau e, em seguida, foi para Teresina onde concluiu o primeiro e segundo graus. Depois disso, retornou ao Lago Grande e foi trabalhar na roça com seu pai e seus irmãos, mas em 2004 recebeu - e aceitou - o convite para lecionar matemática na escola Hipólito da Costa e desde então se tornou o “professor Fábio”.

4.1 Professora Maria Helena de Oliveira Sousa

A entrevista com a professora Maria Helena ocorreu no dia 29 de março de 2016, na casa dela, na cidade de São José dos Basílios/MA. Nossa conversa com a professora teve início às 8 horas da manhã com duração de 46 minutos e 35 segundos.

A professora Maria Helena foi nossa primeira entrevista por duas razões principais: primeira, ela é a única dos nossos interlocutores que reside na sede do município – onde, a época, também morava este pesquisador – e isso facilitou nosso contato com ela e acesso a sua casa; segunda, já conhecia a professora há muito tempo, pois ela foi minha professora ao longo do ensino fundamental que cursei em São José dos Basílios e, além disso, fui muito amigo do seu filho mais velho Anísio – já falecido.

Já conhecia a professora Maria Helena, mas não sabia que ela havia sido professora na escola Hipólito da Costa, no Lago Grande. Assim, foi através da professora Silza Rocha Mendes – diretora da escola até 2016 – que Maria Helena surgiu como uma possível interlocutora do nosso estudo.

Figura 8 - Foto da professora Maria Helena de Oliveira Sousa.



Fonte: Maria Helena de Oliveira Sousa (2018).

Na primeira visita que fiz a casa da professora, ela me recebeu de forma muito amigável e carinhosa. Quando falei para ela sobre o objetivo e as intenções de nosso estudo ela se colocou de imediato a inteira disposição para colaborar conosco. No entanto, a realização da entrevista não foi imediata, marcamos e desmarcamos a data da entrevista por três vezes, pois sempre ocorria algum imprevisto – em um desses imprevistos a professora adoeceu e foi hospitalizada. Foi somente na quarta vez que acordamos sobre uma data que a entrevista foi finalmente realizada.

Assim como foi feito com os demais professores (as) colaboradores (as), deixamos com a professora Maria Helena as fichas-roteiro dias antes da realização da entrevista. Ao longo do nosso diálogo a professora respondeu de forma muito natural as questões propostas nas fichas-roteiro, ela se emocionou algumas vezes e demonstrou sempre uma alegria, serena/contida, a cada nova lembrança que narrava. Ao fim da entrevista expliquei novamente para ela todos os procedimentos que a nossa pesquisa seguiria: gravação, transcrição, textualização, conferências do texto editado e cessão de carta para uso desses documentos produzidos.

A professora Maria Helena de Oliveira Sousa narrou-se para nós assim.

(...)

Eu me chamo Maria Helena de Oliveira Sousa. Nasci em 16 de maio de 1965, no povoado de Lago Grande no município de São José dos Basílios. Meu pai se chama Francisco Vilanova de Oliveira e minha mãe Maria Rosa Carvalho de Oliveira. Sou a quarta filha. Meus pais vieram da cidade de Arraial, no interior do estado do Piauí. Na infância eu tinha muita vontade de ir para escola. Quando eu tinha seis anos de idade já sonhava em ir para escola, mas não podia ir, porque só ingressava na escola com sete anos de idade completos. Devido à vontade que eu tinha de estudar, meu pai comprava caderno e escrevia o alfabeto para eu ir aprendendo a conhecer as letras e escrever, em casa mesmo. Meu pai não sabia escrever, ele aprendeu foi sozinho, mas ele sempre pedia uma pessoa para escrever e me ensinara cobrir as letras. Quando eu fui para escola, já com sete anos, eu não cobria mais, eu já fazia as letras e já lia o ABC completo. Em menos de um ano eu já lia palavras com duas sílabas. Eu aprendi muito rápido: acho que era o interesse que era grande demais e a prática em casa também ajudou.

Eu nunca trabalhei de roça, só meus irmãos mais velhos trabalharam com meu pai na roça. Meu pai era da roça, mas tinha muito interesse de botar a gente para estudar, os que queriam estudar, né?

Terminei a 4ª série lá no Lago Grande. Aí a professora me disse: “agora eu não posso mais ensinar vocês”. Ela não podia ensinar por que não sabia mais. Naquela época, o professor não tinha formação nenhuma. Alguns tinham estudado até a 4ª série, por isso só ensinava até a 4ª série. Aí, quando terminei a 4ª série, meu pai mandou para Dom Pedro os três filhos que estudavam: eu, a Maria e o Tota. Mas, nós não fomos os três juntos, pai mandou o Tota primeiro e só um ano depois eu fui. Eu fiquei um ano sem estudar acreditedas? Lá em Dom Pedro, fizemos a 4ª série novamente, por que as pessoas acreditavam em uma história de que: quem estudou no interior não acompanha alunos da cidade. Rapaz! Mas fizemos a 4ª série novamente e eu era uma das melhores alunas da minha turma. Aí no próximo ano meu pai mandou a gente para Teresina, lá a gente fez o ginásio, naquela época do 5º ao 8º ano. Depois disso, voltamos novamente para o Lago Grande. Era uma época muito difícil. O meu pai disse que ia nos ajudar a estudar só até quando terminasse a 8ª série, depois, quem quisesse estudar mais tinha que trabalhar para poder se manter porque ele era da roça, pobre, já era demais sustentar dois filhos em Teresina. Aí quando voltamos, Tota endoidou para ir para o garimpo com o pai; e acabou que eles dois foram mesmo. Quando eles voltaram do garimpo eu já estava casada (risos).

Eu me casei, mas não parei de estudar. Já casada comecei a fazer o supletivo, em Presidente Dutra. E como eu demorei terminar esse supletivo... O supletivo que era para eu terminar em quatro anos, só terminou em seis ou sete anos, mas também, todo ano era um menino, aí a coisa ficava difícil! Logo, comecei a ensinar também. As pessoas e os políticos da época falavam: bota a Maria Helena para ensinar. Eu não queria essa profissão. Posso dizer que essa profissão não fui eu quem escolheu, me escolheram (risos). Com o tempo comecei a gostar e passei a ter amor por essa profissão.

Quando comecei a ensinar, em 1983, eu tinha uns dezessete anos. Eu não fiz nenhum seletivo ou concurso para ser professora, fui só indicada por uns políticos de lá do Lago Grande. Como eu era uma das poucas pessoas que tinha a 8ª série, eles diziam: vamos botar ela para ensinar. Eu ainda era menor de idade, mas eles nem pensaram nisso. Eu não tinha vontade de ter um emprego ali no Lago Grande, meu sonho era estudar fora e ter uma profissão. Eu pensava assim: vou estudar, fazer vestibular e vou ser uma médica (risos). Coisa que, a época, a gente nem pensa, né? Por que pobre para chegar lá e dizer: sou médico, era difícil. Até que tá mais fácil hoje, né? Tem o ENEM e essas coisas¹⁵ que se você for bem estudioso

¹⁵ A professora está se referindo ao PROUNI e ao SISU.

consegue de graça, mas, se depender da condição financeira da pessoa não dá pra chegar lá não.

Em 1983 comecei a ensinar e pensa como eu gostei! Todos tinham um carinho muito grande por quem era professor. Eu ensinava em um povoado pertinho do Lago Grande. Lá no povoado havia vinte e sete alunos e os pais dos alunos queriam que eu fosse ensinar lá mesmo para que eles não tivessem que mandar os meninos para Lago Grande. Como o povoado era pertinho, uns dois quilômetros de distância, eu ia, mas naquela época, era uma disputa política muito grande. Algumas pessoas - cabos eleitorais - queriam que eu ficasse ensinando na escola mesmo, no Lago Grande, mas outras diziam: “não, lá tem vinte e sete alunos, então você tem que ensinar é lá”. Aí ameaçavam: “se ela não for ensinar na escola ela não vai receber dinheiro; ou ela fica na escola ou ela não recebe dinheiro”. E outros diziam: “se a prefeitura não pagar eu pago”. Então, eu decidi ir ensinar lá no povoado mesmo, eu era teimosa (risos). Os pais dos meninos ajeitavam a gente demais, ave Maria! Eu passei a ter amor pela profissão. Todos os meninos eram respeitadores, era muito diferente de hoje. E eu passei a ter gosto pela profissão e continuei estudando também, porque todo ano a gente tinha formação continuada no mês de julho e no mês de janeiro. No mês de julho eram quinze dias e em janeiro era o mês todo, rapaz era muito bom! Você aprendia muita coisa!

Aí foi assim, deixei de estudar como aluna, mas continuei estudando como professora. Nos cursos de formação continuada, a gente aprendia a fazer muita coisa. Nós confeccionávamos materiais didáticos e as aulas eram boas. As aulas eram tradicionais e dinâmicas também, se bem que naquela época os estudos eram diferentes, tinha até o uso da palmatória! Mas, eu nunca usei a palmatória.

Se eu fazia argumento¹⁶? Fazia sim. E os alunos achavam bom bater uns nos outros (risos). Quando eu estudava também tinha argumento e eu tinha muito medo. Eu sempre gostei de português, por que eu gostava muito das histórias de contos de fadas e da história do Brasil. Eu gostava de história, de português e de matemática, mas gostava da matemática só pelo medo de pegar bolo. Era bolo que a gente chamava, mas, não era o bolo de comer não, era o bolo da palmatória (risos). Aí como eu tinha medo de pegar bolo, eu estudava muito a tabuada, por isso, eu aprendi a tabuada de có e salteada. Como eu não tinha mesmo o que fazer, era só estudar, passava o dia estudando tabuada. Aí quando era na hora do argumento, que era uma

¹⁶ Era uma espécie de jogo, jogado geralmente nas sextas-feiras, no qual o professor colocava os alunos em fila e fazia perguntas para cada um deles individualmente. Caso o primeiro aluno não respondesse corretamente a questão, o professor fazia a mesma pergunta ao segundo aluno, caso este não respondesse acertadamente o professor perguntaria a um terceiro aluno e assim sucessivamente, até que algum aluno respondesse a questão corretamente. No caso de um aluno responder corretamente a questão, ele ganharia o direito de bater com a palmatória na mão de todos os alunos que não conseguiram responder acertadamente a questão que ele acertou.

vez por semana, em vez de pegar bolo, eu era quem dava bolo (risos). Assim, eu aprendi a ter um gosto pela matemática. Na matemática a gente estudava a tabuada, fazia as quatro operações e resolvia problemas. A matemática não era difícil e todo mundo estudava no mesmo ritmo, por que a gente sabia que toda sexta-feira tinha argumento e a gente se preparava. Naquela época os livros eram comprados e tinha uns livros que tinha todas as disciplinas. Os livros de português tinham umas histórias bonitas sobre o Nordeste...

Quando virei professora, eu tinha pavor desse negócio de bolo. As mães dos alunos chegavam e me diziam: “quando o menino fizer alguma danação pega ele e dá um bolo”. Eu digo: Deus me livre! Se você quiser você bata, por que eu não vou bater. Eu odiava bolo de palmatória, quando ela foi proibida eu adorei. Os professores da época que estudei botavam a gente de joelhos, batia de palmatória e se o menino não abrisse a mão eles batiam com uma régua de pau nas pernas e nos braços. Tinha menino que não dava a mão na hora da palmatória. Teve uma amiga - ainda hoje ela é viva -, que fechou a mão para professora não bater, aí caiu pelo chão e a professora botou os dois joelhos em cima das pernas dela e das costas. Ela passou uns quinze dias sem ir para a escola, depois a gente soube que criou um tumor nas costas dela. O pai dela deu parte da professora e ela só não foi presa por que o pai dela era um cabo eleitoral, lá no Lago Grande, do Valeriano¹⁷ que era advogado, aí derrubou o processo, mas se não fosse isso ela tinha sido processada.

Quando eu estudei a escola era um Grupo¹⁸ que tinha duas salas e um pátio. Lá no Grupo só tinha um banco, a gente tinha que levar e trazer as cadeiras de casa todo dia. Também não tinha nem cozinha nem banheiro e o grupo era todo rodeado de mato e só ficava limpo quando o pessoal roçava. Ele era coberto de telha e era como se fosse uma casa da comunidade. Lá tinha festa, tinha tudo, o povo matava até gente lá dentro nas festas, um negócio complicado. Depois de muito tempo, quando eu voltei, já como professora, a escola era a mesma, mas com pouco tempo depois eles fizeram uma reforma e construíram mais duas salas de aula, uma cozinha, uma secretaria e fizeram um pátio maior. Hoje, a escola está bem organizada. Em relação ao ensino não sei se melhorou, mas na época todo mundo era alfabetizado. Hoje com

¹⁷ Valeriano Américo de Oliveira é um político da região. Ele foi prefeito do município de Presidente Dutra por duas vezes (a primeira de 1966 a 1970 e a segunda de 1973 a 1977).

¹⁸ O Grupo Escolar era um tipo de escola marcada pela sua estrutura monumental, por sua beleza e grandiosidade, com o objetivo de chamar a atenção de todos para o novo sistema político (a República) que tinha a educação como uma das preocupações principais. O processo de implantação de Grupos Escolares foi iniciado em 1890 em São Paulo, mas em curto espaço de tempo espalhou-se a todas as regiões do Brasil. Os Grupos Escolares eram concebidos e construídos como verdadeiros templos do saber. A partir de sua formação surgiu o modelo definitivo de educação do século XIX (o das escolas seriadas) e tornou-se função da educação reconciliar o povo com a nação, incentivando o amor à pátria, a honra e o respeito ao país (SOSSOLOTE, 2007, p. 41).

tanta modernidade a gente ver, eu não sei se é o ensino ou se é os alunos, por que tem a questão do interesse também, que os alunos não aprendem como antes.

Sobre a fundação da escola, eu não sei a data certa. Mas acho que foi de 1970 para cá, por que comecei a ir para a escola com sete anos e como eu sou de 1965, então em 1972 ele já era um grupo. Quando eu estudei lá só tinha duas turmas de manhã, duas de tarde e à noite funcionava o MOBREAL¹⁹ ou era outro nome; não lembro. Funcionava de 1ª a 4ª série pela manhã e pela tarde e à noite era estudo de jovens e adultos só que com um nome que não era MOBREAL, era Fundação Educar.

Se eu já ouvi falar em Projeto João-de-Barro? Não, nunca ouvi falar. Lá no Lago Grande se tinha esse projeto eu não tinha conhecimento!

Os professores que me ensinaram vieram de fora, mas também tinha alguns de lá da comunidade. Eles mandavam a gente copiar a lição da lousa ou, às vezes, direto do livro. Eu acho que até hoje não mudou muito, se houve mudança eu não estou vendo. O material pedagógico vem ensinando como fazer aulas dinâmicas, mas ninguém faz. Naquela época era só o quadro e o livro, mas a gente aprendia. O professor só marcava as páginas do livro aí o aluno ia estudar depois o professor pegava o livro e fazia as perguntas. Era interessante! As provas que eles faziam eram só perguntas e respostas. Às vezes a gente fazia prova oral outras vezes fazia prova escrita do mesmo jeito de hoje. Se bem que os livros não mudaram muito daquele tempo para cá, eles vêm sempre com exercício no final da lição. Aí esses exercícios você copiava e respondia. Naquele tempo, o professor pegava o exercício e perguntava todas as perguntas oralmente e você tinha que responder, por isso que eu acho que no ensino tradicional o aluno aprendia. Não tenho o que me queixar dos professores de antes, eu achava bom o método de ensino deles. Tem gente que diz: “ah, aqueles professores não sabiam ensinar”. Eu digo: não, era o modo de ensinar daquela época. Os professores ensinavam e os alunos aprendiam, mas só aprendia aqueles que queriam, exatamente como acontece hoje. Mas hoje, o professor tá ali trabalhando, fazendo de tudo e os alunos não demonstram nenhum interesse. Nós sabemos que quem quer aprender aprende, por que aluno bom é bom em qualquer lugar. Como eu te disse, eu saí do interior e fui estudar na cidade, mas eu não perdia para os alunos da cidade.

Os meus professores só tinham estudado até o 5ª ano, como se dizia de primeiro. Quem tinha essa formação ia ensinar até a 4ª série. Quando a gente chegava na 4ª série os professores diziam assim: “agora vocês vão estudar em outro lugar por que eu não posso mais ensinar

¹⁹ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um projeto do governo brasileiro, criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos (BRASIL, 2017).

vocês, pois eu não tenho estudo para ensinar mais que isso”. Quando eu estudava as turmas eram pequenas, tinham cerca de vinte alunos apenas, mas era tudo misturado não tinha separação nem por sexo nem por idade, já quando eu ensinei as turmas tinham de 30 a 35 alunos e eram multisseriadas, nem sei como os alunos conseguiam aprender. A formação continuada que a gente fazia ajudava a lidar com essa situação e cuidar de cada um dos alunos num tempo diferente. Às vezes ficava um aluno mais atrasado que outros, mas sempre eles saíam com um conhecimento até bom e também não saíam à metade da turma sem aprender, como acontece hoje. Na época que eu ensinava os alunos começavam o ano e terminava, eu não tenho conhecimento de evasão escolar nesse tempo. Todo mundo tinha acesso à escola e não tinha limite de idade, lá tinha alunos de dez, doze, quinze e vinte anos todos misturados. O uniforme da escola era sempre uma saia de pregas, uma blusa branca de bolsinhos com uma gravura, que eu não lembro agora o que era, e um sapato Conga ou Kichute. O uniforme era completo e todos os alunos iam para escola, uniformizados. E eram os pais que tinha que comprar o uniforme, nem sei como era que de primeiro todo mundo tinha condição de comprar os uniformes e eles eram muito mais carentes que hoje, e todo pai comprava e ninguém botava banca. Agora eu não lembro se só ia para escola quem conseguia comprar farda, mas sei que todos que iam tinham que usar farda. A comemoração do sete de setembro era a coisa mais linda do mundo, todos estavam fardados e tudo funcionava direitinho.

A merenda que a gente comia era feita na casa da merendeira mesmo e quando faltava alguma coisa os alunos completavam. Às vezes um aluno levava uma massa e outro levava ovo aí a merendeira fazia um bolo; outro trazia tempero para fazer uma sopa; tinha uma massa pra fazer mingau, uma farinha de paçoca de amendoim e um mingau maranhense, gostoso que eu nunca mais vi esse, acho que era até de milho, e tinha até chá de burro²⁰ e assim a gente ia levando, mas sempre tinha merenda.

Naquele tempo, muitas crianças não tinham registro de nascimento e quando ia para a escola fazer a matrícula eles colocavam o nome ou apelido que queria. Depois de muito tempo quando alguém precisava do documento da escola era aquela confusão: os nomes não eram o mesmo, ninguém conhecia ninguém pelo nome porque era totalmente diferente. Quando eu e meus irmãos fomos estudar fora, em Dom Pedro, não levamos nenhum documento porque a professora tinha que pegar em Presidente Dutra e não ia encontrar eles pela idade certa porque quando os pais iam tirar o registro de nascimento dos filhos geralmente esqueciam as datas de nascimento e os sobrenomes ficavam outros totalmente diferentes dos que estavam nas matrículas escolares, aí meus irmãos e eu tivemos que pagar para fazer o histórico escolar da

²⁰ Comida típica da região, preparada a partir do milho.

1ª a 4ª série porque a professora nunca se preocupou em ajeitar nós nomes lá em Presidente Dutra. Como chegou o final do ano e ela não apresentou nem as notas nem o histórico para nós tivemos que pagar para uma pessoa lá em Dom Pedro para fazer o histórico. Quando eu voltei para lá já como professora a confusão era a mesma, tinha mudado pouca coisa.

Na época em que eu estudei no Lago Grande os alunos eram todos de lá mesmo da comunidade, mas quando eu voltei como professora a escola já recebia principalmente alunos de povoados vizinhos como o Couro Datas dos Motos²¹, Couro Datas dos Quatis²² e Morada Nova²³.

A importância da escola Hipólito da Costa para aquela nossa região é muito grande, primeiro por que as pessoas que não podem vim para a cidade podem ser alfabetizadas lá mesmo, depois por que lá agora tem o ensino fundamental maior - só falta agora o ensino médio -, que faz com que os alunos cheguem aqui na cidade mais preparados. Isso tudo é muito importante. Como eu te falei no meu tempo a pessoa que tinha mais condição no lugar mandava buscar um professor de fora e colocava em casa para alfabetizar as pessoas da comunidade, mas só que cada um contribuía com um pouquinho, era como se fosse um professor particular para a comunidade. Depois que a escola chegou foi muito bom para todo mundo porque o povoado estava crescendo, o número de pessoas estava aumentando e precisava muito de uma escola.

Quando eu comecei a ensinar as coisas eram muito difíceis, lembro que primeiro me escolheram aí disseram: “não, deixa ela para depois”. Aí pediram para eu ir a Presidente Dutra botar meu nome lá que quando eles precisassem iam me chamar. Olha, como eu era decidida, com dezessete anos eu disse: ah, que dizer que vocês vão me chamar só se sobrar alguma vaga, pois bem, sou eu quem não quero mais mesmo que me chamem, eu não vou trabalhar. Depois, quando a gente tem um conhecimento maior que os outros eles tratam a gente diferente, o Quidinha que era um representante político lá da Morada Nova conseguiu uma vaga para mim lá na Canafista²⁴ e outra lá mesmo no Lago Grande. Mas teve muita gente que me apoiou nesse começo, entre elas estão o Louro Mota e o Zeca Teixeira. Quando eu comecei a fazer o supletivo lá em Presidente Dutra eles ficavam me esperando aqui em São José até as seis horas da manhã. Eu vinha montada num cavalo ou burro lá do Lago Grande para cá. Rapaz a vida era difícil, saía de lá de madrugada sozinha com um menino na garupa do animal e quando eu chegava aqui eles estavam me esperando, íamos juntos para Presidente

²¹ Cerca de 3 Km do Lago Grande.

²² Cerca de 3 Km do Lago Grande.

²³ Cerca de 2 Km do Lago Grande.

²⁴ Pequena localidade situada acerca de 2 km do povoado Lago Grande.

Dutra quando eu ia chegar em casa de volta, já era noite. Era uma luta muito difícil, eu só não desisti por que meu pai e minha mãe não deixaram, mas tinha hora que dava vontade de desistir por que eu já estava casada e marido é bicho ruim, no começo do casamento o Chiquinho não queria deixar eu estudar, mas eu dizia para ele: rapaz, você pode proibir sabe o que? Proibir eu de ir para uma festa ou para qualquer outro lugar, mas estudar você não vai me proibir não, primeiro por que eu não vou abandonar tudo que aprendi com muito sofrimento e depois vou deixar de estudar para quebrar coco e ir para roça? Era preciso muita coragem para fazer isso e, graças a Deus, eu tive essa coragem.

Aí eu terminei o supletivo e o Remy Soares²⁵, prefeito de presidente Dutra, tinha me prometido uma nomeação, mas quando fui lá eles só podiam contratar através de concurso. Eu tive sorte que logo teve um concurso e eu passei, graças a Deus, e trabalho até hoje, já tenho graduação em Teologia – fiz o curso à distância – e já estou quase me aposentando. Daqui a dois anos eu vou dá entrada na minha aposentadoria e ano que vem vou tirar uma licença, se eu tiver viva até lá, a gente nunca sabe, mas se Deus quiser estarei...

Como professora o meu cotidiano escolar era preparar aulas, fazer e corrigir provas mesmo sem ter muito conhecimento sobre o que é ensinar eu fazia um planejamento de como seria minha aula. Era um planejamento diferente do de hoje, mas eu planejava a aula todinha. Logo quando eu fui começar a ensinar passei primeiro por uma capacitação. Na época, o prefeito de Presidente Dutra era o Remy Soares e ele tinha essa preocupação de preparar os professores, ele era um prefeito e tanto viu? Bom pagador, bom para os professores. No mandato dele de seis em seis meses tinha uma capacitação, o nome naquele tempo era capacitação e hoje é formação continuada. A gente ia para Presidente Dutra, lá a gente recebia uma bolsa e ele ainda dava a estadia. Durante a capacitação a gente confeccionava o material pedagógico e trazia o, para a sala de aula, já pronto. O esforço e a boa vontade que a gente tinha de trabalhar era muito gratificante. Nessa época, além de ensinar na escola eu ensinava particular também, os pais dos meus alunos me pagavam para eu dá aulas como se fosse de reforço, aí eu ensinava durante o dia na escola e à noite dava aula particular para os meus próprios alunos. Acho que isso me ajudou muito a aprender ensinar. Meu principal material de trabalho sempre foi o livro e a prefeitura dava tudo para a gente: livros, quadros, material pedagógico, cartolina essas coisas assim.

Na escola Hipólito da Costa eu trabalhava todas as disciplinas por que era o primário, que não tinha disciplina separada, eram todas juntas. A gente ensinava português, história,

²⁵ Remy Alves Soares é um político da região. Foi deputado estadual (1995-1997) e prefeito do município de Presidente Dutra em duas oportunidades, de 1983 a 1988 e de 1997 a 1998.

geografia, religião e artes. Artes a gente chamava desenho. Era prazeroso ser professor naquela época, acho que todo mundo que ensinava tinha gosto em ensinar principalmente porque o aluno tinha interesse em aprender. Os pais dos alunos tinham um carinho enorme pelo professor. Como eu te falei, no interior que eu trabalhei quando eu chegava de manhã os pais dos alunos estavam me esperando com coalhadas, leite, laranja e tudo que tinha de bom; eu dizia: meu Deus quanta coisa! Eu gostava muito. Eu te confesso que ainda gosto de ensinar, mas não é como naquele tempo. Se eu tivesse que começar a ensinar hoje eu não sei se queria essa profissão não. Sinto muita saudade daquele tempo. Hoje, tem muitos alunos bons, mas a gente tem medo dos alunos e antes a gente não tinha; hoje a falta de respeito é muito grande, antes os alunos me tratavam como “Dona Maria Helena” mesmo aqueles que eram mais velhos do que eu – eu tinha alunos tinha vinte anos -, hoje um menino com cinco anos me chama de “Maria Helena”, não é mais “Dona Maria Helena”, por mais que eu diga: meu filho eu tenho idade de ser sua avó me chame de Dona, eles não chamam. As crianças hoje tratam a gente como se fosse.... Ah, as coisas mudaram muito...

Quando eu ensinei, a matemática continuava do mesmo jeito de quando eu aprendi, a gente trabalhava era a tabuada. A gente trabalhava a tabuada uma vez na semana e nas outras aulas a gente trabalhava as quatro operações e algumas situações problemas, mas era só o básico mesmo, acho que hoje lá não mudou muito. A gente fazia umas aulas dinâmicas que aprendemos nos cursos de formação continuada, fazíamos alguns jogos e competições que envolviam a matemática. Quem não usava as aulas dinâmicas não era por falta de conhecimento porque nós aprendíamos tudo na formação continuada. A gente não trabalhava só a tabuada, trabalhava também jogos, competições e aulas dinâmicas, e os alunos aprendiam.

Quando comecei a ir para escola minha expectativa era aprender para poder sair para estudar fora, porque lá o interior a gente via que a coisa era presa. Minha vontade era sair para estudar fora e ter uma profissão, eu acho que esse sonho quando a gente nasce já tem ele. Eu pensava assim: vou estudar porque eu quero me formar, trabalhar e ganhar meu dinheiro. Tudo mundo pensa isso desde que o mundo é mundo.

Na escola do Lago Grande eu nunca recebia nenhum tratamento diferente por ser mulher, nem para o bem nem para o mal. Só teve um caso com uma colega que a gente trabalhava juntas, era a professora Adélia, nós éramos muito amigas e fazíamos formação juntas, eu ajudava muito ela e ela me ajudava. Quando precisou de alguém para ser uma espécie de diretor, porque lá não tinha, quiseram me colocar para fazer esse serviço porque eu tinha mais estudo, mas ela não quis aceitar por causa de favores políticos que ela achava que deviam para ela - eu não entendia isso nessa época. Aí a gente ficou brigada e quando foi na

época da eleição eu votei contra o prefeito que ela apoiava e como ele ganhou a eleição, ela disse que ia me tirar da escola e que eu não ia mais ser professora. Aí eu fiquei zangada e disse que não queria mais ser professora de jeito nenhum. Se fosse hoje poderia ter entrado na justiça e pedido meus direitos, mas eu nunca quis e nem quero entrar na justiça. Ficamos brigadas, mas depois acabei sendo diretora da escola mesmo sem ela querer porque precisaram de uma pessoa com conhecimento maior e eu já tinha terminado o ginásio, aí eu fui. Olha só: levaram para o Lago Grande quatro salas do 5º ao 9º ano e precisaram de pessoas que tivessem formação e lá tinha eu e a Silza, aí me chamaram e ela teve que aceitar. E foi isso, mas tratamento diferenciado, discriminação isso ai nunca teve. O despeito maior comigo era por que eu ainda nem votava, tinha só dezessete anos, mas dependendo do lado que meu pai votasse eu ficava marcada. Aquele lugar ali é meu berço, eu nasci lá e gosto muito das pessoas de lá. Elas são assim, brigam umas com as outras, mas isso é discriminação? Eu acho que não, acho que é despeito (risos). Elas brigam, mas também são amigas demais qualquer coisa que a gente precisa todo mundo tá ali para te ajudar. Eu só tenho a dizer que lá foi o melhor lugar do mundo para mim, foi onde eu nasci onde comecei a trabalhar e recebi apoio de muita gente. Os meus primeiros alunos a maioria hoje é professor como eu e a gente trabalha até junto, tenho muito orgulho disso. A Claudene e o Pinduca são alunos de lá e hoje são professores. Voltando a essa questão da discriminação, eu nunca fui discriminada e olhe: eu demorei colocar essa coisa de discriminação na minha cabeça e entender ela, eu sempre recebi muito apoio na minha profissão e nunca senti nem pensei em discriminação, mas pode ser devido lá ser um lugar pequeno porque se fosse em uma cidade grande poderia ser diferente.

Eu trabalhei na escola Hipólito da Costa durante 12 anos, de 1983 a 1994, e fui diretora de lá uns dois anos, aí quando vim embora para o São José dos Basílios abandonei meu emprego de lá e arranjei outro aqui. Mas, não sai de lá corrida não, sai por que eu quis mesmo. A troca de favor político era muito forte lá e tinha muita gente despeitada comigo e eu estava cansada disso, então por esse e outros motivos em vim embora para cá.

Eu agradeço por ter me escolhido para falar sobre meu lugar e sobre a escola Hipólito da Costa porque foi lá que comecei tudo. A história do Lago Grande é surpreendente e ainda tem muita coisa a ser contada, mas se a entrevista não ficou do seu agrado pode tirar algumas partes.

Muito obrigado a você.

4.2 Professora Santília de Oliveira da Silva

A entrevista com a professora Santília foi realizada no dia 25 de abril de 2016, em sua casa, na cidade de Dom Pedro/MA. Nosso diálogo com ela teve início às 9 horas e 46 minutos da manhã e durou 36 minutos e 9 segundos. Quem nos indicou o nome da professora Santília foi a professora Adélia. Quando a questionávamos – em uma conversa informal, que antecedeu a entrevista, sobre quais foram seus professores no período em que estudou no Lago Grande, Adélia mencionou as professoras Maria e Zuleide Freitas, o professor Damião e a professora Santília. Quanto a esta última, a professora Adélia nos informou que morava na cidade de Dom Pedro, mas que não sabia o endereço dela.

A professora Santília é a mais idosa de nossas colaboradoras, ela mora com uma filha e duas netas. Nosso primeiro contato com a professora foi diferente do contato com todos os professores, foi delicado e tenso. Com seu jeito manso – mas, assustado – ela nos recebeu em sua casa, mas, não nos convidou para entrar. Conversamos, separados por uma grade de ferro que protegia a porta de entrada de sua casa - eu do lado de fora e ela do lado de dentro da casa -, sobre minha pesquisa e sobre a possibilidade de ela colaborar com nosso estudo. No fim de nossa conversa ela pediu que voltássemos outro dia, pois ela estava muito ocupada com os afazeres da casa. Assim o fizemos.

Depois de seis visitas à casa da professora conseguimos realizar a entrevista. Ao longo de nossas visitas à professora, ela sempre nos advertiu que não se lembrava de muita coisa, que sua memória era “muito ruim”. Por essa razão e por razões metodológicas, na antevéspera da entrevista deixamos as fichas-roteiro com ela.

Realizamos a entrevista sob os olhos vigilantes e inquisidores da filha e das netas da professora. Acreditamos que numa tentativa de se sentir um pouco mais segura na hora de entrevista, a professora escreveu em várias folhas de papel sua resposta às perguntas contidas nas fichas-roteiro. Ao longo de uma pequena parte da entrevista a professora se pôs a ler – com dificuldade – as respostas que ela mesma (ou outra pessoa) havia colocado no papel.

Ao fim da entrevista conversamos novamente sobre os procedimentos que a nossa pesquisa seguiria: gravação, transcrição, textualização, conferências do texto editado e cessão de carta para uso desses documentos produzidos.

Segue, abaixo, a narrativa da professora Santília de Oliveira da Silva.

(...)

Eu me chamo Santília de Oliveira da Silva, nasci em 23 de outubro de 1952 no município de Valença do Piauí, no estado do Piauí. Moro na cidade de Dom Pedro²⁶, Maranhão. Meus pais eram pobres, mas eram unidos. Minha família era grande, mas aos poucos foi diminuindo. Quando eu tinha 13 anos de idade perdi minha mãe, desse ano em diante começaram as minhas maiores dificuldades. Ao longo da minha juventude eu tive muitas tribulações, fiquei de um lado para outro, de casa em casa e passei por muito sofrimento. Mas, também conseguir realizar muitos sonhos, por exemplo, já na minha adolescência conseguir arrumar um trabalhando e isso foi muito importante para mim. Os outros sonhos que eu tinha demoraram a serem realizados, mas foram realizados.

Meu pai se chama José Rodrigues de Oliveira e minha mãe Maria Rodrigues dos Santos, os dois são piauienses. Eu cheguei aqui no Maranhão com quatro anos de idade, quando chegamos aqui fomos morar no povoado chamado Santana que hoje pertence ao município de São José dos Basílios. Eu só vim morar aqui em Dom Pedro depois de 1980. Eu não me lembro bem em que ano chegamos aqui no Maranhão, só sei que eu tinha uns quatro anos de idade. Depois que eu casei sai da Santana e fui morar em uma fazenda também no município de São José dos Basílios.

Depois que minha mãe morreu meu pai se casou com outra mulher e a gente não se dava bem com ela. Por causa disso, ele me levou para Teresina e me deixou lá, quando ele voltou para o Maranhão já foi morar em Imperatriz com a nova esposa dele – ele acabou morrendo lá mesmo, em Imperatriz. Eu fiquei três anos em Teresina e quando voltei de lá fui morar com meu irmão, lá na Mata Velha, depois fui morar em uma fazenda que era do tio do rapaz que acabou sendo meu marido.

As lembranças que tenho do meu tempo de escola não são boas, eu não gosto nem de falar delas. Minha alfabetização começou por volta do ano de 1957, lá mesmo no povoado Santana. Eu estudava com o objetivo arrumar um emprego para poder sair das casas alheias, mas aí casei e não tive mais como seguir os estudos. Quando eu estudei a gente só via o ABC, a Cartilha e fazia algumas contas; a gente tinha só um professor para todas as matérias, mas o primário era só um professor mesmo, hoje é que cada matéria tem um professor né. Eu comecei minha alfabetização lá na Santana aí quando fui para Teresina eu já estava na 2ª série; lá em Teresina, eu terminei a 2ª série e fiz a 3ª e a 4ª série, depois voltei para o Maranhão e não estudei mais - fiz só até o primário. Eu não consigo lembrar o nome de nenhum dos meus professores daqui do Maranhão, mas lembro que lá na Santana eu estudava pela manhã e em

²⁶ Cidade localizada a cerca de 320 km.

Teresina erra pela tarde. Eu fui para Teresina em 1965 ou 1966 - não lembro bem -, só sei que eu voltei para o Maranhão em 1969...

Se tinha argumento quando eu estudei? Não, não tinha esse negócio de argumento, palmatória não, mas se tinha eu não me lembro.

As lembranças que tenho do tempo que fui professora são muito boas lembranças. Lembro que quando chegava na sala de aula eu esquecia de todos os meus problemas. Eu comecei a ensinar no ano de 1970, no povoado Lago Grande. Eu não tinha uma formação adequada para ser professora, mas mesmo assim fui ensinar - eu ensinava a alfabetização. Foi um amigo da família chamado Zezinho Fiscal, que chegou com essa proposta para eu ser professora então, como precisava de um emprego, aceitei logo a proposta e gostei. Eu não tinha um planejamento específico para dá aulas, pois, eu ensinava só o básico que era a cartilha e o ABC. No Lago Grande, eu ensinei só seis meses porque o Zeca Doca - que era um representante político de lá -, apoiava a candidatura de um político lá e a gente apoiava outro, aí teve a eleição e o lado dele ganhou e ele mandou tirou a gente - eu e a Zuleide, que não era do lado dele. Depois disso, o Sebastião Paé - que era outro político -, ajeitou para eu ensinasse num povoado chamado Lagoa Bonita, lá eu fiquei ensinei um bom tempo. Aí eu casei e depois que casei fiquei ensinando lá mesmo onde eu morava - em uma fazenda meio isolada. Aí quando foi em 1980 eu vim embora para cá, para Dom Pedro e deixei de ensinar.

Quando eu ensinava não trabalhei com a matemática, pois eu trabalhava era só com a alfabetização e não tinha essa coisa de matemática. Quando eu estava em sala de aula eu ensinava para os meninos, mas também brigava com eles porque menino é danado mesmo né (risos)...

Eu não tive nenhuma formação própria para ser professora, mas depois que eu estava sendo professora eu fazia uns treinamentos, onde a gente aprendi a ensinar melhor; esse treinamento a gente ia fazer lá em Presidente Dutra. Eu não lembro se a gente recebia materiais para dá aula; só lembro que a gente tinha só o quadro, o giz, o ABC e a Cartilha. Na época, não tinha fardas na escola - nem para os professores nem para os alunos -, se tinha merenda eu não lembro, mas, fardas eu lembro que não tinha.

A primeira escola em que eu trabalhei foi lá no Lago Grande; eu não lembro o nome da escola, mas sei que foi lá que eu comecei a ensinar. Depois do Lago grande, eu fui ensinar lá na Lagoa Bonita, mas lá as aulas não era uma escola mesmo, era em uma casa de uma pessoa de lá. No Lago Grande as aulas eram uma escola mesmo já toda construída. Na Lagoa Bonita, eu ficava hospedada na casa de uma pessoa lá e só voltava para minha casa no final de semana. Naquele tempo o professor era muito respeitado e querido por todo mundo.

Quem me chamou para ser professora no Lago Grande foi o Zezinho Fiscal, ele morava no povoado do Olho D'Água que pertence ao município de São José dos Basílios, aliás, naquele tempo ele era do município de Presidente Dutra. O Zezinho foi embora lá do Olho D'Água, acho que ele está morando em Imperatriz, mas nem sei se ele ainda é vivo. Ele me chamou para dá aula aí eu aceitei, mas a gente não assinou nenhum documento foi só um acordo de palavra.

Naquele tempo não tinha evasão escolar, e se tinha eu não lembro. No Lago Grande eu ensinei só uns seis meses, mas na Lagoa Bonita eu ensinei um bom tempo - ensinei até 1977, quando eu casei. Depois que eu casei fiquei ensinando apenas lá na fazenda onde eu fui morar; lá nessa fazenda eu ensinava as crianças pela manhã e os adultos à noite - na época, era o MOBREAL. Nesse tempo, eu não fazia avaliação dos alunos só dava aula mesmo, como era só alfabetização não tinha por que fazer prova; hoje, acho que até no Jardim eles fazer uma prova né, mas naquela época a gente não fazia...

Nesse tempo, eu não tinha nem diários para colocar notas para os alunos. Eu não lembro bem quantos alunos tinha nas minhas turmas, mas lembro que eram muitos alunos. A maioria dos meus alunos tinha uns cinco ou seis anos de idade, aqui na cidade é que as crianças começam a estudar até com três anos né, mas, lá no interior, principalmente naquele tempo, as crianças iam para escola só quando estavam um pouco maiores; mas tudo é diferente hoje né!

Eu não sei informar muita coisa sobre a fundação da escola, mas acho que o primeiro nome dele não era esse nome "Escola Hipólito da Costa". Eu lembro que ela era construída de alvenaria, rebocada e pintada e tinha duas salas de aula. A escola era perto de algumas casas e o Lago Grande era um povoado com muitos moradores, tinha muitas casas lá, mas não tinha água e nem energia. Lembro também que quem dava aulas lá era eu e a Zuleide, que morava lá na Santana também, e se tinha outros professores eu não sei, não lembro. Eu e a Zuleide ensinávamos no mesmo horário - pela manhã -, por isso a gente ia junto para o Lago Grande. Nessa época, eu não lembro se a escola funcionava também à tarde e a noite, mas lembro que a gente fazia desfile para comemorar o sete de setembro (risos); lembro até, que uma vez a gente foi desfilar lá no povoado da Morada Nova²⁷. Eu acho que nesse tempo a escola não tinha diretora ou se tinha eu não me recordo.

Durante esse tempo que dei aula lá no Lago Grande eu ficava hospedada lá mesmo durante a semana e só vinha para minha casa - na Santana-, no sábado. Na Lagoa Bonita, o dono da fazenda que eu morava lá me deu um cavalo, aí no inverno eu ia de cavalo para o colégio e no verão - eu tinha comprado uma bicicleta -, eu ia de bicicleta. Era só uma meia

²⁷ Pequena localidade que fica acerca de 4 km do povoado Lago Grande.

légua de distância para a escola, mas era longe demais para gente ir e vim todo dia, por isso eu ficava lá a semana toda e volta no final da semana.

Lá no Lago Grande eu ficava hospedada na casa de um homem chamada Enoque - ele é o pai no Nego Vei. Eu ficava lá durante o dia e ia dormir na casa do Divino, por que na casa dele só tinha um quarto ou era dois, aí ele dormia em um quarto com a mulher dele e o filho dormia em outro, aí não tinha onde eu dormir. Por isso, eu ia dormir na casa do Divino. A Zuleide ficava lá mesmo na casa do Divino - durante o dia e a noite. A casa do Divino era grande, mas ele tinha muitos filhos também. A casa tinha um quartão grande e ficava todo mundo dormindo junto nesse quartão. Eu não tinha nenhum parentesco com nenhum deles nem o Enoque e nem o Divino, mas eles me ajudaram muito.

Nesse tempo os meninos e as meninas estudavam juntos, não tinha separação. Na escola não tinha uniforme para os alunos, mas na época dos desfiles os pais compravam a roupa própria para fazer o desfile e essa roupa não era usada na escola.

Pois é assim, eu trabalhei lá no Lago Grande só uns seis meses mesmo aí o Zeca Doca mandou a gente ir embora e a gente foi, era ele que mandava lá mesmo... né!

Muito obrigado a você, espero ter lhe ajudado.

4.3 Professora Adélia Calisto do Nascimento

Nosso contato com a professora Adélia se deu através da professora Silza Rocha Mendes. A professora Adélia tem uma relação muito forte com essa escola: ela foi aluna, zeladora, professora e diretora na escola Hipólito da Costa e, além disso, sempre esteve politicamente engajada nas questões de interesse da comunidade. Ela é uma pessoa muito comunicativa e alegre, estas características a colocam como uma líder naquele povoado.

No dia 21 de abril de 2016 fui à casa da professora a fim de agendar uma entrevista – na nossa cabeça, para o dia seguinte, mas a professora Adélia estava com uma viagem agendada para esta data e só voltaria ao Lago Grande no dia 25 de abril. Com o seu jeito ativo e alegre a professora sugeriu que a entrevista fosse realizada no dia 07 de maio, pois era um sábado de véspera do *dia das mães* e ela certamente estaria em casa e com tempo livre. Quando falei do objetivo e intenções de nossa pesquisa a professora ficou empolgada e feliz, pois, segundo ela, contar um pouco da história das pessoas e do povoado Lago Grande era muito importante, era algo que ela mesma pensou/pensa fazer um dia. Assim, ficamos acertados que a entrevista ocorreria mesmo no sábado – dia 07/05/16 – e que na sexta-feira voltaria a casa dela para entrega a ela as fichas-roteiro da entrevista.

Figura 9 - Foto da professora Adelícia Calisto do Nascimento.



Fonte: Adelícia Calisto do Nascimento (2017).

A entrevista com a professora Adelícia foi realizada no dia 07 de maio de 2016, em sua residência, no povoado Lago Grande. A entrevista foi iniciada às 18 horas e 35 minutos e teve duração de 1 hora, 23 minutos e 34 segundos. Ao longo do nosso diálogo a professora falou espontaneamente acerca dos temas que propomos na entrevista. A cada intervenção minha, a professora articulava sua narrativa sempre com muitos detalhes e bom humor.

Segue, abaixo, o relato da professora Adelícia Calisto do Nascimento.

(...)

Eu me chamo Adelícia Calisto do Nascimento ou professora Adelícia, como queira. Nasci em 20 de janeiro de 1960, no Lago Grande, na época era um povoado - uma pequena localidade - ligado ao município de Presidente Dutra, estado do Maranhão. Sou de família humilde, sou a sexta de seis irmãos. Meu pai nos criou todos aqui, colocando em escolas quando aparecia. Desses seis irmãos só faleceu um, em 2002, restam cinco.

Minha mãe se chama Maria e meu pai Adelino. Ela é conhecida como “Maria do

Adelino” minha mãe (risos). Meus irmãos são Tereza, Matilde, Maria do Socorro (falecida), Raimundo de Assis (que chamam Mocó) e Gasparino (que chamam Cotinha) (risos). E eu que me chamam Delícia, mas meu nome é Adelícia.

Na família só tem eu de professora. Minha irmã mais velha trabalha de enfermeira em Teresina²⁸, a outra é viúva aposentada - mora em Teresina também -, a outra que faleceu, trabalhava como vendedora morava no Anjo da Guarda²⁹. Meus irmãos, um trabalha na fazenda do Riumar e o outro trabalha como açougueiro, é aposentado e viúvo – coitado! (risos). Mas, todos trabalhando para sobreviver...

Meu pai é Maranhense, ele me conta que nasceu na região de Barra do Corda³⁰ e minha mãe nasceu em um lugar chamado Barriguda, ali perto de São Domingos³¹. Ainda hoje existe essa Barriguda, se eu não me engano. É? Você conhece lá?... Ela veio embora para Santana³² e lá conheceu meu pai. Aliás, meu pai veio para cá e ela foi para Santana. Meu pai foi criado aqui. O pai dele foi o segundo morador do Lago Grande - Emídio. Ele morreu com 93 anos. Papai chegou aqui... Ele é de 1923, chegou aqui como uns 8 ou 10 anos, em 1941 ou 1943. O pai dele veio caçar e aqui ficou (risos). Depois foi só buscar a família, pois ele disse que aqui era bom, tinha muita caça, tinha lago, tinha muito lago. Acho que por isso que chamaram de Lago Grande, por que o lago era sem fim. Ele veio para cá com meu avô e minha avó. Minha avó faleceu aqui e ele ficou só com o pai dele e os irmãos.

Meu pai trabalhava de roça. Todos, tanto meu avô como ele e todos nós. Só quem não trabalhou de roça fui eu e meu irmão Cotinha que é perto de mim, mas os outros todos trabalharam de roça. Minhas irmãs sempre estudaram, por que ele sempre foi muito cuidadoso, quando chegava um professor aqui, chegava um, passava um mês e ia embora, chegava outro, passava três meses e ia embora. O que passava muito passava seis meses. Até por que as coisas eram muito difíceis aqui, as pessoas que eram bem estudadas nesse tempo só viviam em cidades, aí quando chegava num interior desse, que para sair uma pessoa doente tinha que ser na rede- aquelas várias pessoas carregando uma pessoa na rede até Dom Pedro. Às vezes, sai daqui cinco horas da manhã ou oito horas da noite com a pessoa, uma mulher, por exemplo, com dor para ganhar nenê, às vezes ganhava o nenê no caminho- tem gente que ficou conhecido como fulano da estrada, por que nasceu na estrada (risos). Era muito difícil, aí essas pessoas vinham, viam a dificuldade e iam embora. Deixavam nós, sem professor. Aí foi que começou as pessoas

²⁸ Capital do estado do Piauí.

²⁹ Povoado situado acerca de 8 km da sede do município de São José dos Basílios.

³⁰ Município maranhense localizado acerca de 347 km da capital, São Luís.

³¹ É como conhecem o município de São Domingos do Maranhão. Esse município fica localizado acerca de 339 km da capital, São Luís.

³² Povoado basiliense localizado acerca de 12 km da sede do município.

daqui, indo aprender um pouquinho, trazia e passava para gente. Tinha a filha do Zeca Doca³³ que era o representante político daqui, na época, que se formou em doutora, em medicina. Ela vinha passar as férias aqui aí ensinava. Passava três meses ensinando todo mundo - ensinava, na época, ABC, cartilha e primeiro ano.

Minha infância foi bem alegre, quando eu me entendi, meu pai era dono de um bloco de carnaval aqui e ele fazia questão que a gente brincasse junto, então desde pequeninha já comecei a pular carnaval. Aqui era muito animado. Como eu sou a caçula, as meninas mais velhas iam para as casas trabalhar para ganhar dinheiro e ajudar mamãe, mas eu, que era mais nova, não participei disso. Também, não fui para roça - às vezes eu ir só deixa comida, mas trabalhar não. Eu era só para estudar e brincar na rua. Às vezes sumia de casa era cedo, quando não tinha o que fazer.

Eu me lembro que na época eu tinha uns oito ou dez anos.... Hoje, tenho 56, sou de 60, então foi mais ou menos nos anos 70. Só que, não sei por que, eu tenho a impressão que já nasci sabendo do alfabeto (risos). Eu lembro demais que minha madrinha Ana Amélia, que foi minha primeira professora, quando me apresentou o alfabeto era como se já estivesse com ele todo memorizado. Quando eu aprendi, em dois dias eu aprendi o alfabeto, e é raro isso acontecer, e na época pior, que menino nem brincava com livro, né? Nem sabia o que era livro. Ela comentou com meu pai, e eu ficava “curiando”, que parece que eu já sabia ler. Ela me ensinou duas carreirinhas e eu naquela curiosidade: me ensine tudo, me ensine tudo! E ela não queria, por que para os outros ela ensinava só duas carreirinhas então ela mandava a irmã dela me ensina tudo. E no outro dia eu dei todinho. E não era rimado, por que às vezes os meninos aprendiam era rimado. Meu irmão mesmo só aprendeu rimado: a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, v, x, z. Se parasse no meio, não sabia mais não (risos - gargalhada). Se alguém dissesse assim: “Ei menino!” E ele olhasse pronto. Podia voltar para o começo que ele não sabia mais continuar. Assim, eles rimavam com muitos professores que não eram muito carrasco eles rimavam. Eles diziam: “dei a lição! Dei a lição!”. Se os pais perguntassem, eles rimavam também. Só que naquela época os pais nem perguntavam, por que eles não sabiam.

Minha mãe nunca me ajudou em um dever de casa, por que ela não sabia.... Papai se alfabetizou, veio assinar o nome depois que começou a trabalhar com Banco. Ele era lavrador na época, daí apareceu o Zeca Doca que era o maior representante da época, ele - como é que se diz? Era um representante político, mas só que ele era um político muito valente, muito temido na época, por que naquele tempo o que valia era a lei do mais forte. Ele tinha cuidado

³³ É como conhecem José Pereira de Melo. Ele foi um grande proprietário de terras e líder político da região, que residiu no povoado Lago Grande.

com a gente, o povo daqui do Lago Grande era como se fosse todos sobrinhos dele, ele queria que todos chamassem ele de tio, mas ele se preocupava muito com as pessoas. Quando ele viajava e voltava, se ouvia o pessoal falar: “olha o Zeca Doca chegou com um professor”. Aí ele saía de casa em casa dizendo: “olha eu trouxe um professor vamos levar suas crianças para estudar”. Aí papai começou a trabalhar com Banco por que o chamaram para fazer um empréstimo. Nesse tempo era lá na Barra do Corda. Foi ele e o irmão dele... Foi muita gente daqui.... Então ele teve que se alfabetizar, aprender assinar o nome e a contar. Ele conhece os números. Ele ver um nome, uma palavra, ele não sabe dizer, mas o nome dele e os números ele sabe.

Se eu gostava de ir para a escola? Gostava muito. Da minha vida escolar o que eu mais gostava mesmo era do desfile. Antigamente tinha desfile, hoje acabou praticamente. O sete de setembro era bem comemorado. Eu me animava muito por que me botavam de baliza (gargalhadas). Eu sempre gostei de estar na frente. Eu não tinha preguiça de ir para escola, sempre tinha ânimo para ir para escola.... Eu me lembro dos professores me elogiando para mamãe e papai. Quem terminou de me alfabetizar mesmo, depois de tantos professores, eu tive na minha alfabetização tantos professores que eu não sei nem enumerar (risos). Por isso, eu estudei tantas vezes o primário, mas só fui terminar em 1973, em Dom Pedro. Fiz a 4ª série lá e na época tinha o exame de admissão - se a gente não passasse no exame de admissão não iria cursar o ginásio, a primeira série do ginásio. Eu fiz, me lembro bem, eu e um rapaz da Santa Luzia³⁴- não lembro mais o nome dele-, ele tirou em primeiro lugar e eu em segundo na escola. Lembro que era o doutor Armando- aquele médico idoso que tem lá Dom Pedro. Ele era o diretor da escola nesse tempo, ele elogiou muito a gente por ser do interior, ser do mato, viver no mato.

Em relação a meu estudo o começo de tudo foi aqui mesmo. Estudando daquele jeito que lhe disse - chegava um professor eu estudava um pouco, aí o professor ia embora. Eu fui alfabetizada aqui, eu estudei o ABC no Triângulo³⁵, passei dois meses com meu tio lá estudando o ABC (risos). Retornei para cá, fiz uma segunda série em Teresina - aonde eu chegava tinha que estudar. Voltei de lá com essa 2ª série, aí foi que organizou. Chegou o Grupo Escolar Hipólito da Costa, que o seu Valeriano construiu e inaugurou. Fomos estudar nesse grupo escolar, aí foi que veio professores para ficar mesmo, não sei como era o pagamento deles, só sei que eles vieram para ficar mesmo o ano todo. Eram as professoras: Maria Freitas, Santília, Zuleide, a Francisca Mené - que a gente chamava, mas perto dela era Dona Francisca -, o

³⁴ Pequena localidade situada acerca de 10 km do Lago Grande.

³⁵ Pequena localidade situada acerca de 3 km do Lago Grande.

professor Damião, tudo isso no primário. Eu acho que eles tinham o ginásio. Sei é que eles não tinham um magistério, por que a gente no primário já era mestre, era sabido. Ainda hoje eu lembro que o Tota era conhecido como “mestre Tota”- ainda hoje o chamam de mestre Tota , por que, como ele e a Maria Helena fizeram o ginásio em Teresina ficaram sendo os mais desenvolvidos daqui. Antes era nós, os que tinham o primário que era os mais sabidos, aí quando eles chegaram foram eles que ficaram sendo os mais sabidos. Minha leitura eu desenvolvi mais foi lendo romance, você lembra o que é de romance?

O Ginásio eu comecei em Dom Pedro com meus 15 anos. Cursei a 5ª série que antigamente era a 1ª série do Ginásio, fiz o 4º ano, o exame de admissão e a 1ª série do Ginásio em Dom Pedro. Quando foi na 6ª série, vim aqui para casa e não voltei mais, não quis mais voltar, casei e com meus 16 anos tive minha primeira filha, Maria Claudene. Parei de estudar, mas, meu sonho, o meu objetivo era ser professora, era o sonho de muita gente naquela época: ser professor, mas hoje se perguntar pouquíssimos querem. Chateia muito o professor, mas poucos querem ser professores...

Também tinha o sonho de ser dona de casa. Assim, quando parei de estudar tive meu primeiro filho com 16 anos, meu segundo com 18, meu terceiro com 21 e o quarto com 22. Com 22 anos eu fiz a laqueadura. Devido um problema sério de Escoliose tive que fazer a laqueadura. Aí fui criar meus filhos. No ano seguinte que eu tive o último filho surgiu uma vaga para ser professora. Na época eram quase 20 anos de uma dependência, o município Presidente Dutra era simplesmente do seu Valeriano. As eleições era só ele que levava e pronto. Esse Zeca Doca mesmo competiu com ele diversas vezes e nunca ganhou nada. O candidato dele que era para ganhar foi o Leonardo, mas interromperam lá a eleição e não deu certo. O político que tomou o domínio das mãos do Valeriano foi o Remy Soares. Eu não pensava em ser professora devido o meu grau estudos. Só que meus estudos não eram muito por que não eram contados em série (risos), mas o primário eu fiz, foi assim esmagado, bem pisadinho, foi bem feito. Aí me veio a proposta para trabalhar na escola, meu menino tinha um ano e seis meses, eu pensei, pensei e aceitei. Mas, eu só arranjei a vaga por que na época só tinha eu e Margarida com o primário aqui. Maria Helena e Antônio Carvalho - que é a Maria Helena que você entrevistou - vieram de Teresina para cá trabalhar e ela não tinha nem idade. Não foi feito nem cadastro dela por que ela não tinha idade. Então, eram eu, Margarida e Maria Helena os professores leigos. Aos 22 anos comecei a trabalhar de professora.

Quando passei a trabalhar como professor leigo, trabalhei 10 anos sem estudar. Mas só que é assim: nós trabalhávamos seis meses, um semestre, aí no mês de julho tinha um curso de capacitação. a gente trabalhava seis meses e um mês a gente ia estudar, geralmente nos

meses de julho e dezembro. Quando a gente chegava lá - olha a distância: Presidente Dutra -, para fazer o treinamento, se estávamos na sala e saíamos para beber água - a sala geralmente muito cheia de aluno -, a supervisora estava lá na porta ou lá no final da sala sem gente ver. Eles gostavam de pegar a gente de surpresa. Hoje não existe mais isso, não há mais observadores, supervisores das coisas. Eu acho assim: hoje é liberal, mas também faz mal (risos).

Eu trabalhei 10 anos como leiga para a prefeitura de Presidente Dutra. Aí São José dos Basílios se desmembrou de Presidente Dutra - primeiro meu prefeito perdeu lá. Ele ficou 10 anos, e ninguém pode ficar a vida toda né? Quando a cidade de São José dos Basílios foi emancipada eu fui candidata a vereadora. Nesse período teve o primeiro concurso público na cidade. Eu fiz o concurso para vaga de zeladora (auxiliar de serviços gerais), por não ter o ensino médio completo - eu tinha só começado o ginásio e, nesse período que trabalhei em Presidente Dutra, tinha feito um curso chamado Logos Dois, mas eu não o concluí. Esse curso continha 180 módulos e, eu respondi até o módulo 130. Aí como a dificuldade era muito grande, eu parei. Era muito longe, a gente tinha que sair daqui hoje e chegando a Dom Pedro tinha que dormir lá para, de manhã, sair para Presidente Dutra. E na volta tinha que sair cedo de Presidente Dutra por que se chegasse depois das 12 horas em Dom Pedro não dava para chegar aqui com dia.

Esse curso chamado Logos Dois foi oferecido pela prefeitura de Presidente Dutra para os professores leigos. Ele foi um curso muito importante para os professores leigos. A professora Maria Helena fez ele completo. Ela era mais nova, eu já tinha quatro filhos e ela não tinha nenhum. Ela fez com muita luta e sacrifício, mas ela fez Logos Dois. Eles diziam que era o Ginásio e o Ensino Médio junto - os dois -, por isso, deram o nome "Logos Dois". Eram os dois, Ginásio e Ensino Médio, mas o médio na época era o Magistério. Era o Ginásio e o magistério. Em Dom Pedro minha filha não fez o Magistério, fez o Normal. Quando eu fazia o curso ia de cavalo para Dom Pedro e dormia lá e tinha que pagar "quinta" para o cavalo. Tinha amigo da gente lá que segurava o cavalo e a gente dormia na casa de amigos. Tudo era muito dispendioso. De Dom Pedro íamos para Presidente Dutra. Além do mais, na ida para Dom Pedro, tínhamos que ir com uma companhia, pois era muito longe - cerca de dezoito quilômetros daqui -, e era muito fechado e não tinha estrada. Minha companhia às vezes era um menino filho de amigos - que ia a garupa do cavalo -, e às vezes dava certo de ir junto com Maria Helena. Devido ela ter estudado mais que eu, pois ela veio de Teresina para cá com o fundamental completo - o que hoje chamamos de fundamental maior. Naquela época era o Ginásio completo -, e o ensino de lá de Teresina era muito bom, ela passou de mim logo nos

módulos, aí nós não íamos juntas sempre. Ela ia mais vezes e eu ia menos, eu tinha família e a pobreza naquela época era muito grande, eram muito difíceis as coisas. E o serviço que a gente trabalhava era - hoje, se der o quê? Um Salário mínimo é 800 e pouco reais né? Pois, naquela época o nosso salário era como se fosse um quarto do salário mínimo e para a gente ganhar mais um pouquinho a gente trabalhava dois turnos para ganhar a metade de um salário mínimo. Por isso, no município, nós fomos os primeiros a inventar greve (risos).

Eram difíceis as coisas meu irmão! Nós fizemos greve mesmo, paramos! Aí a secretária de educação veio aqui conversar com a gente e nós dissemos que não dava para continuar naquela situação, com quatro meses sem receber. Aí o Remy Soares veio. Eu disse para ele que - naquela época eu achei que estava certa, mas não sei o que ele achou -, que o nosso salário era o mínimo do mínimo. Eu disse: o dinheiro que a gente ganha doutor, talvez, o senhor gaste mais dinheiro com papel higiênico lá no seu banheiro do que com um salário nosso. Por que, falando a verdade, não dava para a gente comprar o café, o açúcar e a massa de milho para fazer a mistura para o café nos 30 dias do mês. Não dava e andava muito longe. Tínhamos que fazer milagre.

Nessa dificuldade toda saíamos de casa de manhã para dá aula e - o horário eles não cobravam muito, era a gente mesmo que fazia -, dificilmente íamos até 11 horas da manhã por que os pais não queriam. Primeiro por que não tinha nem merenda e eles não queriam que os filhos morressem de fome e também os pais pediam para os meninos saírem mais cedo. Às vezes saíamos 10 horas da manhã e à tarde saíamos 3 horas.

Voltando a questão do curso Logos Dois, eu acho que esse curso era um tipo de Magistério. O nome não era Magistério, mas era tipo o Magistério. Nós recebíamos os módulos apostilados em casa. A gente trazia para casa para estudar, fazia um, dois, três, quatro módulos, conforme pudesse ia responder lá. Lá tinha uma orientadora para quem nós entregávamos os módulos respondidos, ela avaliava ali mesmo e dava a nota. Se precisassem repetir módulo, a gente repetia. O prefeito, na época, tinha uma casa lá em Presidente Dutra onde ele deixava a merenda e as coisas para a gente fazer a comida. Como todos moravam longe, não tinha como levar comida. Nós mesmas éramos quem fazíamos a comida, merenda. A gente ia fazer a prova, aí quem terminava primeiro ia fazendo a comida. Às vezes quando nós chegávamos, as alunas que moravam lá já estavam terminando ou já tinham terminado as provas aí elas iam fazer a comida enquanto nós íamos fazer a prova.

Me lembro que o Remy ganhou a eleição em 1982, então acho que foi de 1980 para cá que eu fiz esse curso. Acho que foi em 1985 ou 1986. Mas, não sei quando esse curso terminou

por que eu parei. Depois eu fiz o Magistério em São José dos Basílios, ou melhor, eu fiz primeiro o Supletivo e só depois fiz o Magistério. Hoje eu tenho a graduação em Pedagogia.

Se naquela época todos tinham acesso à escola? Tinha sim. Mas, tinha aquele preconceito, assim, por exemplo, tinha pessoas que diziam: “eu não vou mais para escola não; eu já tenho essa idade, vou estudar para que? ”. Em 1988, na política de mudança de prefeito - onde um prefeito aponta outro -, um candidato a prefeito veio aqui, aí nós pedimos para ele uma sala de Ginásio, por que aqui só tinha até a 4ª série do ensino fundamental. O que nós queríamos era energia nas ruas, que não tinha, e uma sala de Ginásio - pelo menos uma. Aí ele disse: “eu faço”. Quando ele ganhou, nós fomos lá cobrar - nesse tempo as mulheres eram guerreiras. Juntamos nove mães de família e fomos lá. Aí ele disse: “me arranjam trinta alunos”, eu disse: 30 não, nós já temos 35, e “sete professores com o 2º grau completo que faço o que vocês pediram”. Aí nós arrumamos sete professores com o 2º grau aqui mesmo. Eram pessoas que saíram para estudar fora e não tendo como ficar lá, voltaram para casa. Nessa época, tinha Josias, Fábio e outros. Hoje, alguns deles ainda são professores e outros não. Naquela época, quem tinha o 2º grau aqui foram ser professor. Nessa época, era no botijão de gás e Aladim (risos). A sala começou com trinta e cinco e terminou com dezenove alunos. No outro ano já não teve, não funcionou mais a sala. Eu era aluna dessa sala e sou uma das mulheres que foram pedir ela. Mesmo já tendo a 5ª série - fiz em Dom Pedro -, eu pedi foi a 5ª série, aí fui repetir ela junto com os alunos. Aí essa sala passou um ano sem funcionar. No outro ano ele voltou a funcionar aí eu comecei a 6ª série, mas, meu menino adoeceu - ele teve umas crises de depressão -, e eu fui andar com ele para Teresina e São Luís e não deu mais para estudar. Mas, eu parei em julho e a escola parou em agosto por que o prefeito não pagou aos professores, eles abandonaram a escola e os alunos ficaram sem nota. Quando o Wilson Borges³⁶ veio aqui, já pela administração de São José dos Basílios, disseram: “vamos ressuscitar essa sala, vamos ressuscitar essa sala”. Aí ele pediu que completássemos uma sala de 6ª série com aquelas pessoas que estudaram até agosto. Aí a secretária veio aqui e mandou fazer uns testes e avaliou a gente, aí eu passei nos testes e fui fazer a 7ª e 8ª, assim terminei o ensino fundamental. Quando terminei, fiquei sem estudar, já com os meus 50 anos foi que apareceu esse Magistério, aliás, 50 não, 48 anos. Como o Magistério era pago, eu arrumei com o prefeito, que na época era o Chico Riograndense, treze vagas, mas ele prometeu e deu vinte vagas. Ele pagava o magistério para vinte pessoas. Eu sei que nossa turma terminou com 73 alunos.

³⁶ Francisco Wilson Borges é uma política da região. Foi o primeiro prefeito do município de São José dos Basílios.

Quando seu Wilson Borges fez o primeiro concurso de São José dos Basílios, em 1997, eu fiz para a vaga de auxiliar de serviços gerais e passei. Aí desse auxiliar de serviços gerais fui me aprimorar. Fiz o Magistério, quando surgiu, fiz esse concurso novo que está enrolado na justiça até hoje - o atual prefeito conseguiu uma liminar para retirar 29 professores concursados, mas nós voltamos. Se ele tirar, nós voltamos de novo (risos). Já tiraram nós três vezes, mas a gente retorna. E nisso, eu já estou quase na idade de me aposentar. Tenho vinte e nove anos de trabalho, tenho 10 anos de trabalho como professora em Presidente Dutra e seis anos aqui em São José dos Basílios e os outros três anos foram aqui também, mas foi como auxiliar de serviços gerais. Por fim, fiz minha graduação em Pedagogia. Eu comecei esse curso em junho de 2010 e terminei em junho de ano passado. Fizemos um festão na formatura, acho que a primeira festa de formando desse curso em São José dos Basílios, foi muito gratificante fazer esse curso.

Lembro que quando eu estudei aqui as crianças iam todas para escola. Mas também, naquela época os pais tinham direito de dar ordem para seus filhos né? Hoje, eles não têm; mas, não têm por que tiraram o direito deles. Naquela época os alunos saiam da escola na hora que os pais queriam, por que eles chegavam e diziam: “é para fulano de tal sair tal hora para ir para roça”. Aí o professor tinha que ceder. Naquele tempo toda criança e até alguns adultos iam para escola. Tinha aqueles que não aprendiam igual à gente, por que sempre tem aqueles que aprendem mais devagar. E nesse tempo que eu estudei meu filho, os pais mesmo é que colocava caroço de milho para os filhos ficar de joelhos. Se o professor disse alguma coisa para os pais, eles mesmos colocavam caroços de milho para as crianças se ajoelhar em cima e, às vezes, até batia mesmo. Por isso, às vezes, os professores tinham até medo de dar parte dos alunos para os pais. Teve o caso de uma professora daqui que deixou uma menina deficiente. A menina era muito desobediente, aí a professora se alterou e bateu na menina com a régua até ela ficar muito mal. Aí levaram a menina para São Luís, ela andou pelo hospital Sara, mas não eu jeito. Zeca Doca levou para justiça - foi aquele maior fole -, mas, a menina ficou aleijada. Hoje, ela já é mulher, não sei se ela tem filhos. A família dela foi embora daqui desgostosa com isso que aconteceu e a menina ficou com uma perna mais curta que a outra mais ou menos uns 10 centímetros. É triste, mas, nesse tempo todo mundo ia para escola. Desse jeito vai né? Tem que ir! (risos). Por isso, as salas de aula eram muito cheias. A minha primeira sala de aula era cheia. Eu nunca mais vi uma sala daquele tamanho: tinha uns trinta e oito alunos. Mas, naquele tempo a gente tinha ajuda das mães, eram trinta e três meninos, mas eles tinham paciência, tinham toda calma e a gente dava conta por que o respeito com o professor era muito grande. Alguns dos meus professores eram daqui, mas que tinham estudado fora. Por

que, professores daqui mesmo só teve depois do mandato do prefeito Wilson Borges para cá, quando São José dos Basílios se emancipou de Presidente Dutra. Eles fazem o ensino médio ali no São José aí, com o ensino médio, venham dá aula aqui. Minha menina mesmo fez o magistério fora e fez a graduação fora. Ela não teve a sorte que a gente teve de fazer a graduação ali mesmo no São José. O Creginaldo fez essa bondade de trazer a graduação para nossa região. E está segurando, já tem vários anos e de quatro em quatro anos algumas pessoas se formam.

Naquele tempo havia evasão escolar, mas era muito pouca. Havia evasão, mas muitas vezes era por que acontecia de os pais das crianças irem embora. Nessa época, muita gente ir embora procurando uma vida melhor, ou então, acontecia que a mocinha ou o rapazinho se casava, aí desistia de estudar. Nesse tempo você estudava só até 18 anos. Eu ensinei menino com dezessete anos na alfabetização- na época podia tudo né? (risos). E na época que eu estudei era assim também, eu estudava com rapazes, com moças, com velhos. Na época que eu estudei tinha aquele Argumento e palmatória, você sabe o que é isso? O argumento era todas as sextas - eita! Mais eu ficava animada! Eu gostava muito do argumento, logo eu era muito boa de soletrar aí eu dava muito bolo e ganhava muito pouco - era muito bom. As salas eram multiseriadas. No início as salas eram apenas para alfabetização, mas chegava um menino dizendo que já tinha feito a 2º série, outro que já fez a 3ª, aí a gente ia juntando e formava a sala que acabava ficando multiseriada mesmo.

Como era minha relação com a matemática? Olhe minha relação com a matemática como estudante era boa. Primeiro por que, naquela época, era assim: se você não decorasse a Tabuada você não era um matemático, você não iria aprender matemática e não iria tirar conta. Então, assim como a gente tinha que decorar o ABC, tinha que decorar também a Tabuada. Para aprender a tabuada eu tive a contribuição do meu padrinho. Eu fui passar um tempo na casa dele - nós éramos quatro meninos na casa dele - e ele acordava a gente 4 horas da madrugada e mandava a gente estudar a Tabuada. Nós ficávamos em uma mesa estudando e dormindo, e ele vigiando (risos). Depois ele vinha receber perguntando: quanto é tanto mais tanto. E eu ficava pensava assim: ele só faz isso por que não sou filha dele (risos). Ele nunca teve nenhum filho, mas eu agradeço de coração o que ele fez pôr a gente. A matemática era fácil por que naquela época era só conta, muitas contas. Como não tinha muita leitura na matemática aí eu era boa. Eu gostava de matemática, mas preferia mesmo era português. Eu aprendi uma gramática tão bem que eu custei ter dificuldade. Hoje, eu já tenho dificuldade principalmente por que naquela época a gente não lia texto para interpretar. Na época tinha leitura e interpretação, mas não sei se é por que os professores da época também não

estudaram assim, por que eles ensinavam interpretação como hoje. Hoje eu tenho dificuldade na interpretação de texto. Na minha época tinha muito menino bom de matemática. Mas, na verdade a matemática naquele tempo era conta e a tabuada, não tinha muitas das coisas que a gente ver hoje. Por isso, acho que era muito fácil; hoje tá muito mais difícil (risos).

O que lembro sobre minha vida como professora? Olha, eu tenho boas lembranças. Lembro que comecei dá aulas aos 22 ou 23 anos. Fiz o cadastro no final do ano de 1982 e comecei oficialmente em 1983. Tenho boas lembranças, principalmente por que era meu desejo desde pequena trabalhar em sala de aula. Mesmo quando eu deixei de ser professora aqui e passei a ser zeladora não deixei de batalhar por esse desejo. Eu deixei de ser professora quando meu prefeito saiu da prefeitura da prefeitura de Presidente Dutra. Depois disso, passei quatro anos sem trabalhar. Aí quando voltei a trabalhar foi como auxiliar de serviços gerais. O meu primeiro dia de trabalho como auxiliar de serviços gerais, para mim não teve humilhação maior na minha vida. Mas, era eu e eu né! Tive que engolir essa humilhação sozinha, mas, ninguém nunca jogou na minha cara isso, embora muita gente tenha comentado sobre essa situação. Antes de fazer o concurso para auxiliar de serviços gerais eu fui candidata a vereadora na primeira eleição que teve em São José dos Basílios, mas como naquele tempo na hora do voto sempre tinha - como é que se diz: aquelas marmeladas, né (risos) -, aí, graças a Deus, eu não fui eleita. Foi uma coisa boa não ter me eleito, por que eu entrei a disputa mais pelo meu marido do que por mim mesma, pois eu não gostava. Aí o candidato a prefeito Wilson Borges ganhou a eleição, ele fez o primeiro concurso na Cidade, eu fiz o concurso e passei.

Como eu ia falando, minha maior humilhação foi quando fui ser zeladora da escola Hipólito da Costa onde eu tinha trabalhado como professora. E não era só eu, a outra menina que trabalhava comigo, também tinha sido professora, foi ser zeladora também. Tinha dia que ela chorava coitadinha, e se maldizendo. Eu dizia para ela: minha filha é assim mesmo, você hoje está zeladora, mas com esse salário você vai pode voltar a ser uma professora e fazer graduação e pós-graduação. Joguei uma praga muito boa, hoje ela é graduada e pós-graduada e ensino numa escola a cinco metros da casa dela. Eu tenho boas lembranças de minha vida de professora principalmente por que eu sempre me dei bem com todos os meus companheiros.

Quando comecei a ensinar a gente não fazia concurso, eu mesma fui ser professora só pelo QI: Quem Indica (risos). Aliás, nós todos - os primeiros -, foram todos pelo QI. Só que depois, o prefeito de Presidente Dutra - como ele era um engenheiro, um homem bem formado -, passou a fazer testes com os professores leigos. De quando em quando nós íamos para fazer um teste, responder algumas questões. Para professora de cada nível tinha um teste diferente. Eu gostei! É melhor do que hoje com os concursos né? Melhor por que, naquela época, você

dizia: você quer dar aula aonde minha filha? É do 6º ao 9º ano? Se for, então vamos fazer um teste aqui para ver se você está apta. Eu acho que assim é muito melhor do que concurso, mas, isso só aconteceu quando seu Valeriano foi prefeito. Nós éramos avaliadas assim: nós íamos para Presidente Dutra fazer esses treinamentos ou capacitação - capacitação não por que não somos incapazes; treinamento também não por que não somos animais para ser treinados, agora eles estão chamando de formação continuada, geralmente em julho, e no final do treinamento tinha a prova onde a gente era avaliada. Muito depois eles fizeram um tipo de concurso. Eu tenho até o diploma dele, foram quinze dias seguidos de avaliação. Aí eles disseram: “essas pessoas aqui que foram aprovadas nessas avaliações, se houver um concurso público aqui em Presidente Dutra eles não precisam fazer mais”. Até que um advogado trabalhista, que me orientou recentemente em uma causa relacionada a esse emprego, disse que nós não precisávamos fazer concurso para trabalhar em Presidente Dutra. Se nós quiséssemos nosso emprego lá não precisava fazer concurso por que, na época, aqueles testes nos davam estabilidade. Nós trabalhamos lá antes da constituição de 1988 e, naquele tempo, quem tinha mais de cinco anos de trabalho ganhava estabilidade aí o prefeito não tirava.

Quando comecei a ensinar eu tinha só a 5ª série, o que equivale, hoje, ao 6º ano do ensino fundamental. Eu sempre trabalhei com educação infantil então, eu ensinava só um portuguêsinho e uma matematicazinha (risos). Nem era o português mesmo que eles chamam na educação infantil era outro nome, mas não me lembro agora. No começo meu jeito de ensinar era o tradicional mesmo, fazia a caligrafia no caderno de cada um dos alunos, ajudava eles fazer e depois ia corrigir. Era um trabalho dobrado, por que tinha que fazer a tarefa e quando eles terminavam tinha que ensinar a lição e depois receber a lição e ainda passar a tarefa para casa, era difícil. Muitas vezes eu trazia trabalho para casa, mas, eu fazia assim: hoje, eu deixava uns com dever e outros não, amanhã deixava uns e outros não, por que eu não dava conta de fazer todo dia a tarefa dos trinta e seis alunos duas vezes. Eu dava aula na lousa, fazia o alfabeto na lousa, depois fazia a leitura junto com os alunos e fazia a leitura de números também. Hoje, a gente já bota o menino para riscar no quadro, mas na época eles não chegavam nem perto, só se chamasse. Na hora de avaliar tinha uma provinha. a gente fazia letras para ligar umas a outras, fazíamos umas letras iguais e outras diferentes para eles ligarem elas, era facinho e eles faziam.

Quando eu estudei tinha o ABC, a Cartilha e o 1º ano. Já quando eu fui ensinar era a alfabetização. No caso, não existia mais nem o ABC nem a Cartilha eu ia era alfabetizar aquela criança. Aí quando eles saíam dali já era para a primeira série. A matemática que eu ensinava era só tirar continhas de somar, escrever de 1 a 100, de 1 a 200. A gente ia contando com eles

de 1 a 100, de 1 a 200. A gente juntava pedrinhas, caroços de milho e outras coisas. Tudo a gente levava para a escola para facilitar a aprendizagem e fazer que eles tomassem gosto pela matemática. No início, quem comprava os materiais escolares eram os pais. Eles compravam os ABCsinhos, as Cartilhas. Mas, depois passamos a receber apostilas. As tarefinha já eram mais fáceis, só que era a gente que achava mais fácil, mas os alunos já achavam mais difícil. Na verdade, no tradicional mesmo quem termina aquele ABC sai alfabetizado para qualquer coisa. Se sair fora sabendo aquele ABC todo ali.... Meu irmão, pega um ABC daquele para você ver! Lá tem silabas que a gente nem sabe dizer. Você já viu aqueles altilião e, beltilião (risos)? É muito complicado, é um trava língua de verdade! Eu acho que quem termina aquele ABCsinho ali tá feito. Eu estudei o ABC todo. Minha língua era muito solta, eu gostava de falar muito.

Na época que eu ensinei não tinha educação inclusiva, quando a criança era deficiente ela não estudava. O que tinha era aqueles alunos mais difíceis, mas meus alunos da alfabetização mais difíceis eram três meninas que ainda hoje tenho lembranças delas. Uma é sobrinha minha, as outras duas meninas é das vizinhas aqui do lado. Eu chamei as mães delas lá na escola e disse para elas: sinceramente, eu não sei o que fazer com essas três meninas. As mães disseram: “pode deixar! Nós vamos pagar um reforço para elas”. Eu já tinha trinta e cinco alunos não dava para ajudar eles. O interessante é que essas meninas não faltavam, mas também, era por que os pais não deixavam faltar; é que nem hoje, depois do programa Bolsa família, nenhum menino falta por que os pais não querem ficar sem o dinheiro. Mas, essas meninas, hoje, me surpreenderam, elas são uns gênios. Quando terminou o ano, que essas meninas foram para o 1º ano, elas já escreviam mais bonito do que eu. Minha sobrinha e essas outras duas meninas, hoje, estão quase graduadas.

Eu sempre gostei muito de ser professora. Gostei e gosto! Tanto que agora o médico me deu um atestado, uma licença para ficar fora da sala de aula para encaminhar uma cirurgia para resolver um problema de escoliose que tenho, mas eu agora vou é voltar para sala. Vou fazer a cirurgia e depois volto para a sala, só depois vou pensar em me aposentar (risos). Olha, não tem uma coisa para doer mais do que pensar que, logo eu que terminei minha graduação, em julho quando eu fui me consultar o médico me disse: “não é mais para a senhora ir para a sala de aula não”. Eu disse: doutor você me matou (risos). Ele disse: “a senhora não pode, a senhora vai é fazer uma cirurgia”. Aí ele me deu logo um atestado de seis meses, mas eu nem me afastei por esses seis meses. Fiquei mesmo só com um atestado da fisioterapeuta, melhorei e vou voltar, vou voltar para a sala de aula no dia 13, se Deus quiser. Agora trabalho só com bebezinho e só 10 alunos é muito tranquilo.

Voltando à sua pergunta sobre os materiais escolares, lembro que na época era só quadro, cadernos, livros e lápis. Menino não pegava em caneta, menino não podia pegar em caneta (risos). Eram os pais que compravam os materiais escolares dos seus filhos, mas agora vem da prefeitura. Às vezes vem material para os alunos, mas nem sempre. Agora material pedagógico vem sempre. Hoje tem mais facilidade para se estudar e mais dificuldade de aprendizagem, mas é por que quando os alunos são pequenos a gente faz com que eles se interessem, já quando são jovens fica mais difícil. E esses jovens de hoje não querem estudar.

Você quer saber quando a escola Hipólito da Costa foi fundada? Olha o Grupo Escolar Hipólito da Costa foi fundada numa época próxima a 1965. Eu digo o grupo escolar, por que ele já teve vários nomes. Primeiro foi o Grupo Escolar Hipólito da Costa, que quando foi construído tinha só duas salas e um pátio. Quando foi em 1991, por aí, começou a aparecer rachadura e começaram a dizer que ele estava para cair. Dizem que escutavam estrondo, mas se escutavam não sei, só sei que fomos obrigados a sair de lá. Aí fomos ter aulas em salas alugadas, ficamos como baratas tontas indo para um lugar depois para outro e depois para outro. Aí o prefeito concebeu um projeto e reconstruiu a escola. Depois dessa reconstrução ela começou a se chamar Escola Municipal Hipólito da Costa. Aí agora, depois de ela ter sido registrada em 2010, o nome passou para Unidade Integrada Hipólito da Costa. Antes de ela ser registrada, a 8ª série do ensino fundamental que era feita aqui era agregada à Escola Municipal João Figueiredo que fica na sede do município de São José dos Basílios. O aluno estudava aqui, mas o documento que comprovava o grau de estudo dele era retirado lá e em nome da escola João Figueiredo. Desde quando ela foi construída pela primeira vez nunca a mudaram de lugar, sempre foi ai mesmo que escola ficou. Mas, antes de construírem a escola era nas casas mesmo. Se o professor era daqui ele ensinava na casa dele; se vinha um professor de fora, o Zeca Doca arrumava um salão para ser a escola. Aqui do lado de minha casa era uma loja do Zeca Doca, mais ali na frente era um salão dele. Isso aqui tudo era de um dono, que era o Zeca Doca. Quando a gente estudava no salão um aluno ficava num canto, sentado no chão, outro ficava em outro canto, sentado num tamborete, e o professor ensinando num quadrosinho preto desse tamanho (risos). Era difícil, mas a gente aprendia. E aprendia mais por que tinha mais interesse. Ela foi construída com duas salas e fechadinha com um muro. Ela passou muitos anos assim com esse formato. E foi construída em 1965, aproximadamente, a gente não tem a data certa por que não tem documento sobre essa escola, mas se for falar com o ex-prefeito Valeriano; se achar ele ainda vivo, ele com certeza lembra quando ela foi construída. Se você for lá onde ele, basta dizer que é do São José dos Basílios que ele vai te receber muito bem por que ele acha que conhece todo mundo de lá (risos). Ele não me conhece,

mas se eu disser que sou do Lago Grande é já que ele diz: “ah, eu conheço você demais”. Se você disser que é da Santa Luzia, do São José ou do Lago Grande ele vai dizer que conhece. Faz muito tempo que eu vi ele. Não sei se ele ainda está em Presidente Dutra. Há alguns anos, uma menina daqui foi perguntar para ele sobre qual a origem desse nome Hipólito da Costa? Ele disse que foi a esposa dele, a Eleusina³⁷, que disse: “boda aí o nome Hipólito da Costa que foi um grande escritor na história do Brasil”, aí ele colocou esse nome. Ele não perguntou a ninguém daqui sobre que nome botar na escola. E não deu o nome de ninguém daqui, não agraciou ninguém da história da região, mas a gente sabe que o nome de escola é sempre de homenagem a uma pessoa da região né!?”

Quando o prefeito Remy Soares mandou derrubar a primeira escola para construir a outra tinha uma placa grande que dizia tudo sobre a fundação da escola. Dizia que o projeto dessa escola era um projeto de escola rural ganhado, na época, pelo deputado Luís Rocha. O projeto veio direto de São Luís para cá, nós estávamos ensinando em salinhas. A escola veio junto com o poço artesiana, eu me lembro bem, por que eu fui sempre curiosa para essas coisas. Quando o Jurandir ganhou a eleição - a disputa política era muito grande -, pegaram a placa e, em vez de limpar e restaurar, jogaram ela no mato. Para eles era como se estivessem jogando o prefeito adversário fora. Aí jogaram a placa fora, mas me lembro bem que era do projeto edurural do governo Luís Rocha.

Se eu já ouvi falar no projeto Escola João-de-Barro? Sim, eu já ouvi falar, mas só alguns professores falando nisso. Mas, aqui mesmo no Lago Grande nunca ouvi falar não. Na verdade, eu acho que se tiver ainda um documento dessa escola ele está é com seu Valeriano. A professora que eu pedi para ir lá me disse que seu Valeriano falou: “minha filha, eu não vou procurar hoje por que olha aqui como está meu escritório”. Ela olhou estava todo sujo, cheio de teia de aranha e a pessoa que trabalha com ele e limpa e escritório estava em tratamento. Aí ele disse para ela pesquisar na internet. Ele disse: “é só colocar o nome da escola na internet; se aparecer um escritor é esse mesmo”.

Quando eu estudei no Grupo Escolar Hipólito da Costa ele funcionava em três turnos e a merendeira fazia a merenda na casa dela e trazia. No turno da manhã funcionava a alfabetização, no da tarde era a 1ª e 2ª séries e à noite era a 3ª e 4ª séries. Só quando reconstruíram a escola é que veio funcionar - a partir de 1989 ou 1990, eu não lembro em -, a 5ª série. Nessa época o povoado de Lago Grande tinha pouquíssimas casas. Achar uma casa construída de alvenaria era muito raro. Lá perto da escola mesmo, tinha só algumas casas em

³⁷ Eleusina Carvalho de Oliveira, esposa de Valeriano Américo de Oliveira, foi prefeita de Presidente Dutra entre 1997 e 2000.

frente. Ali do lado da escola sempre teve aquele espaço grande sem casas. Depois fizeram o poço artesiano ali perto e pegou parte do terreno da escola, aliás, tem dois poços ali.

No início só estudava na escola crianças daqui do povoado mesmo. Foi só a partir do - não me lembre bem o ano -, mandato do seu Chico Riograndense que começou a vir gente de outros povoados para cá, aí começou a vir alunos do Couro Dantas dos Motos, da Morada Nova e Couro Dantas dos Quatis. Hoje, a escola recebe alunos desses quatro povoados vizinho. Quando eu estudei aqui a escola não exigia o uso de uniformes. Até 2010 ou 2012, quando eu fiquei quatro anos como diretora adjunta, pois a diretora mesmo não morava aqui e tudo ficava sob minha gestão, foi que todo ano a gente renovava as fardas. A gente fazia ou mandava fazer.

Se eu acho essa escola importante para o povoado do Lago Grande? Eu acho que ela é muito importante. Ele é de muita serventia para as redondezas por que é daqui que sai os alunos para fazer o ensino médio em São José dos Basílios. Se a aprendizagem não é ótima é por que essa mudança de governo prejudica muito, por causa da mudança de governo, aqui já teve pessoas ensinando um grau escolar que era o mesmo grau que ele como professor tem. Uma pessoa que está fazendo o 1º ano do ensino médio é colocada para ensinando alunos do 6º ao 9º anos. Algumas dessas pessoas sentem tanta dificuldade que chegava a pedir, para o prefeito ou outra pessoa que colocou ela, para sair. Aí assim não tem como a aprendizagem ser muito boa, a gente tem uma criança ensinando outras. Recentemente teve duas pessoas que saíram por que sentiram muita dificuldade, eles mesmos pediram para sair por que o estudo deles era quase igual ao que eles estavam ensinando. Eu acho assim: são poucos os prefeitos que se preocupam com a educação dos filhos dos outros, mas, a educação dos filhos deles, eles cuidam. No município de São José dos Basílios, para se preocupar mesmo com a educação ainda não teve nem um prefeito - eles fingem que se preocupam quando alguém vai lá cobra.

Mas voltado para a questão sobre a importância da escola, vixe Maria! Se não fosse essa escola para agregar os alunos desses quatro povoados seria um caos. Vê o ônibus como é que funciona! Quando quebra é o maior sacrifício, às vezes o motorista não quer ir. É muito difícil as coisas aqui. Mas, também não há muito incentivo para as pessoas, ficar trabalhando sem receber ninguém aguenta. Por exemplo, ontem não teve aula aqui por que os motoristas estavam zangados, pois não receberam o salário. Os alunos do Lago Grande fazem a diferença lá em São José dos Basílios. Essa escola aqui já ganhou, no IDEB - é o IDEB que faz aquela provinha né? A nossa escola já salvou o São José duas vezes. Em 2010 quando eu era diretora, nós tiramos 4 pontos e eles lá fizeram só 2,5 pontos. E quando começou essa medida era no mandato do Wilson Borges e foi quando nós salvamos o São José de novo: nós tiramos 3 pontos e eles 2,8 pontos. Essa escola em uma competição de projeto sobre o meio ambiente que

aconteceu em 2008 e em 2009, quando o prefeito João da Cruz empossou, já veio o chamado para as meninas que apresentaram o trabalho aqui irem para Brasília apresentar esse mesmo trabalho lá. Nessa época, o presidente era o Lula, então a escola ganhou, e era para ir duas alunas; veio roupa, veio tudo. Era para ir a primeira ou a segunda, caso a primeira não pudesse ir. A primeira disse que ia - era a menina do Reginaldo dali do Couro Dantas dos Motos -, arrumaram tudo. A representante da secretaria de educação do estado ficou esperando a menina lá em São Luís e veio tanto papel para os pais dessa menina assinar! E a professora tinha que ir com a aluna até São Luís. Foram premiados nessa competição vinte e cinco alunos do estado do Maranhão e elas ficaram entre esses vinte e cinco. Depois de tudo, na hora da viagem, foram procurar o cartão de vacina da menina e não acharam. Ela não podia ir sem o cartão de vacina. No fim, acabou que ela não viajou, depois descobriram que ela tinha escondido o cartão. Eu acho que ela sentiu medo de na última hora!

Eu que agradeço. Eu também gostei muito da entrevista (risos). Espero ter contribuído de alguma forma; e se não ficou do seu gosto pode cortar aí alguma coisa (risos).

4.4 Professora Silza Rocha Mendes

Figura 10 - Foto da professora Silza Rocha Mendes.



Fonte: Silza Rocha Mendes (2018).

Na primeira visita que fizemos ao povoado Lago Grande fui à casa da professora Silza, que me recebeu de forma muito amigável e atenciosa. Seu ex-aluno Aldo da Silva Melo³⁸ nos

³⁸ Aldo da Silva Melo foi meu aluno no Ensino Médio, nessa época ele residia no povoado Morada Nova – vizinho ao Lago Grande. Hoje, Aldo é professor da Educação Infantil, estudante de Direito e reside na cidade de Presidente Dutra.

havia informado que ela era a Diretora da escola Hipólito da Costa, por essa razão ela foi a primeira pessoa ligada à escola com quem entrei em contato. Quando falei sobre as intenções e objetivos de nossa pesquisa a professora se mostrou entusiasmada e se pôs a disposição para contribuir com o nosso estudo. Ela nos advertiu, no entanto, que havia pouco tempo que assumirá a direção da escola e por isso não sabia muito sobre as condições administrativas e legais da instituição. Ela nos advertiu ainda, que a pessoa que mais poderia nos ajudar seria a professora Adélia, pois ela fora Diretora da escola Hipólito da Costa por muito tempo.

A entrevista com a professora Silza foi realizada em sua residência, no povoado Lago Grande, no dia 2 de junho de 2016, às 18 horas. Essa entrevista teve duração de 49 minutos e 25 segundos. Assim como foi feito com todos os professores colaboradores, antes da realização da entrevista deixamos com a professora Silza quatro fichas contendo a base do roteiro da entrevista. Como seu jeito calmo e voz mansa a professora Silza falou de forma espontânea sobre os temas que propomos no roteiro da entrevista. Além dos temas propostos em nosso roteiro, a professora falou sobre suas preferências e concepções da didática, sobre sua inclinação para a Literatura e sobre castigos escolares...

Assim, segue abaixo a narrativa da professora Silza Rocha Mendes.

(...)

Eu sou conhecida como Silza, mas meu nome completo é Silza Rocha Mendes. Eu nasci em Imperatriz no dia 15 de maio de 1968, meus pais são Enoque Pereira Mendes e Maria da Paz Rocha Mendes. Eu tenho oito irmãos e os oito foram criados pela minha mãe e pelo meu pai, mas tive dois irmãos gêmeos que quem criou um dele foi à irmã de minha mãe e o outro foi a irmã do meu pai. Minha mãe teve um casal de gêmeos, minha tia já tinha muitos anos de casada e nunca tinha tido filho, ela era muito apaixonada por crianças, aí meu pai deu os filhos para ela (risos). A gente deu porque assim, a minha mãe conta que a gente era muito pobre, ela ficava indo e vindo mudando de lugar para lugar e minha tia ficava sempre com a menina dela, nisto ela se apegou muito com a menina, aí na hora meu pai não teve coragem de receber a menina de volta. Muito tempo depois minha mãe engravidou e teve gêmeos então minha tia disse: “olha, eu vou ficar com uma e tu fica com a outra”. Aí ficou assim as duas separadas. Hoje, elas já são grandes e elas chamam meu pai de tio e minha mãe de tia.

Atualmente, resido no povoado Lago Grande, município de São José dos Basílios – Maranhão. Tenho três filhas: Carla Samantha, Alana e Adriane. A minha família veio do Piauí. A mãezinha - minha avó, mãe do meu pai -, conta que eles vieram montados em jumentos do Piauí até aqui no Maranhão. Ela morreu no ano passado, já com noventa e seis anos de idade. Ela dizia que foi uma viagem de muitos dias, trouxeram muita carne em lata e se hospedavam

nos lugares que encontravam pela estrada. Ela disse que foi uma viagem muito longa e quando chegou aqui ficou e não voltou mais para o Piauí.

Eu e mais duas irmãs minha nascemos lá em Imperatriz, quando minha mãe veio embora para o Lago Grande já veio comigo e com minhas outras duas irmãs, os outros filhos ela teve aqui mesmo. Eu não lembro nada dessa passagem, mas lembro quando a gente morava em um interior perto daqui chamado Canafista. A gente morava lá nas terras do meu avô, foi lá que eu cresci e vivi até os dez anos de idade e foi lá também que eu comecei a estudar. Na época, estudei em uma escolinha particular, tu já ouviu falar nessas escolinhas particulares que eles arrumavam e a gente pagava para estudar lá? Era assim: eles arrumavam um professor e a comunidade botava os filhos e todo mundo pagava junto. Foi assim que eu fui alfabetizada. Aí com o tempo vim estudar aqui no Lago Grande, a distância era uns dois quilômetros da Canafista para o Lago Grande. Eu me lembro que, muitas vezes, a gente naquela euforia de criança vinha para escola e os garapés tudo cheio aí a gente passar com a água na cintura; hoje eu fico imaginando: meu Deus! Como meu pai não tinha medo de eu morrer afogada dentro daquele igarapé. Hoje, eu não teria coragem de deixar minhas meninas vim da Canafista para cá sozinhas com outras crianças passando aquele tanto de água, não tenho essa coragem. Mas, antes a gente vinha e a melhor parte não era nem na hora de vim para escola, à melhor era de voltar para casa e passar por dentro da água (risos).

Meus pais sempre nos incentivaram a estudar e eu gostava muito de ir para escola; meu pai falava que a mulher precisava estudar mais do que o homem. Ele queria que os filhos dele estudassem, mas ele tinha essa ideia que a mulher tinha que ter uma formação, tinha que estudar para não depender muito do marido. Ele sempre falava: “minha filha você tem que ter uma profissão”.

Eu sempre gostei muito de leitura e escrita, mas nunca me dei bem com número. As recordações que eu tenho da matemática não são boas, acho que é porque o meu professor de matemática usava a palmatória nas aulas. Eu apanhei muito de palmatória, apanhei tanto que as minhas mãos inchavam de tanto levar palmatória e isso não era bom. O professor fazia argumento toda sexta-feira, ele colocava os alunos em uma fila e ia fazendo as perguntas, aí o aluno que não acertava a resposta levava bolo daqueles alunos que acertavam e se ninguém acertasse o professor dava bolo em todo mundo. Eu não sei se foi devido a isso, a esse medo que eu tinha de levar bolo, que eu não aprendi matemática. Hoje, esse negócio de educar as pessoas através do medo não funciona, eu acho que não funciona porque com a leitura eu não tinha essa pressão de bolo e aprendi tanto a gostar de ler e escrever quanto aprendi mesmo o português.

Eu tenho uma vaga lembrança dos conteúdos de matemática que a gente estudava, lembro que a gente estudava a tabuada, conjuntos, intersecção de conjunto, conjunto vazio e problemas. A parte da matemática que eu era melhor era a tabuada; eu aprendi as quatro operações, tirava conta de multiplicar, de dividir, somar, subtrair. Foi tudo na pressão, mas aprendi (risos).

Não lembro bem se todas as crianças daqui tinham acesso à escola, só sei que lá do interior que eu morava, a Canafista, quando eu vinha para cá todas as crianças da minha idade estudavam aqui, não tinha nenhuma que ficava fora da escola. Agora, quando eu estudava na escolinha particular nem todos estudavam, mas quando era aqui, no Grupo Escolar Hipólito da Costa, todas as crianças frequentavam.

Eu não lembro bem o ano em que comecei a estudar aqui no Lago Grande, mas acho que era próximo de 1970, pois eu já tinha oito anos de idade. Aqui, eu estudei da 1ª até a 3ª série, depois eu fui para Dom Pedro e fiz a 3ª série de novo e continuei até a 8ª série. Quando terminei a 8ª série minha avó me chamou para morar em Imperatriz com ela, aí eu fiz o ensino médio lá, porque naquela época a gente estudava mesmo era na casa de parente. Aí eu vinha para cá só no período de férias. Depois que terminei o ensino médio fiz um curso de contabilidade lá em Imperatriz. Quando eu voltei de Imperatriz para cá, por acaso, apareceu um moço lá de Presidente Dutra aqui no Lago Grande procurando quem queria ser professora, aí ele veio aqui em casa e eu disse para ele: não, eu não quero. Mas, aí todo mundo me dizia: “aceita mulher, você vai ganhar bem”. E meu pai insistiu para que eu fosse aí eu fui. O moço perguntou se eu tinha terminado o ensino médio e eu disse que sim, então ele disse: “pois, você vai fazer uma prova, um teste e se passar, você será professora”. Fui fazer essa prova e tirei dez. Eu me lembro que na prova tinha conhecimentos gerais e tinha um pouco de tudo, lembro que tinha até matemática e eu acertei as questões de matemática. Nessa época, o povoado do Lago Grande pertencia ao município de Presidente Dutra, por isso foi lá que nós fizemos a prova. Foi em 1987 que fiz essa prova e comecei a dá aulas aqui na escola Hipólito da Costa. Nesse tempo a escola não estava funcionando ali naquele prédio, as salas estavam quase todas distribuídas nas casas das pessoas, eles alugavam uma sala ou salão e botavam para funcionar uma turma depois alugavam outro para funcionar outra turma...

Quando comecei dá aula eu fiquei com uma turma de quarto ano e era muito difícil de trabalhar com eles, porque eu não sabia, eu sabia do conteúdo, mas eu não tinha uma técnica de ensinar. Aí de tanto eu falar nisso a secretária de educação me disse: “a gente vai fazer um treinamento com esses professores leigos que entraram agora”. Aí depois que a gente fez o treinamento fui me achando, fui gostando, peguei gosto pela profissão e não larguei mais.

Pouco tempo depois me casei e voltei a estudar, fui fazer o magistério, mas não terminei porque tive minhas filhas: Alana, Carlinha e Adriane. Quando elas cresceram um pouco eu voltei a estudar e concluí o magistério. Quando eu terminei de fazer o magistério uma colega minha, lá de Dom Pedro, me disse que estava surgindo umas vagas para o curso de Letra da UEMA lá mesmo de Dom Pedro, mas tinha que fazer uma prova para poder entrar. Fui fazer a prova, passei e comecei a fazer o curso de Letras lá em Dom Pedro, acho que isso foi em 2000.

Fiquei estudando em Dom Pedro e trabalhando e morava aqui nos períodos de férias do trabalho daqui: janeiro, fevereiro, a metade de março e o mês de julho. Eu passava a semana inteira lá estudando e no fim da semana voltava para casa. Nessa época, minhas meninas ficavam aqui e com o tempo consegui colocar elas em uma escola lá em Dom Pedro, a Carla Samanta, minha filha, estudou em Dom Pedro e hoje tá fazendo faculdade de Biologia na UEMA; a Adriane faz faculdade de Enfermagem na UEMA de Colinas e a Alana não estudou por que não quis, preferiu casar...

Eu não tenho muitas lembranças dos meus professores daqui do Lago Grande, as poucas lembranças que tenho são ruins, porque são lembranças da professora que batia muito na gente com palmatória, na aula dela a gente não podia nem se mexer, na escola ela dava bolo. O nome dela era Raimundinha, ela morava aqui e depois ela foi embora pra Presidente Dutra. As lembranças boas que eu tenho é das leituras que eu fazia, da minha mãe sempre mandando eu ler para ela ouvir, perguntando se eu tinha dado a lição e pedindo para eu repetir a lição que eu tinha lido na escola para ela ver. Eu lembro que os deveres de casa e as leituras eu sempre fazia bem, mas a professora fazia com que eu tivesse era medo dela. Dos meus professores lá de Dom Pedro, lembro da dona Terezinha que era uma professora muito boa, ela gostava de incentivar a gente a ler, mas ela já morreu tem muito tempo. Lembro também da dona Maria Concebida que era nossa professora de português, ela era muito rígida corrigia tudo, corrigia vírgula por vírgula e a gente não conseguia tirar boa nota nas provas dela (risos).

Em relação a estrutura física da escola Hipólito da Costa, eu lembro que eram só duas salas de aula, era uma sala aqui e outra sala lá e pronto. Mas, a escola era toda construída de alvenaria. Eu não sei se ela funcionava nos três turnos, mas lembro que eu estudava no turno da manhã. Lembro que tinha as disciplinas de Educação Moral, Estudos Sociais, Língua Portuguesa, Matemática, Religião e Desenho Geométrico. As turmas que eu estudei não eram multiseriadas e nesse tempo eu lembro que a gente chamava era primeiro ano, segundo ano, terceiro ano, etc. e não, primeira série, segunda série, terceira série, mas agora voltaram a chamar de novo primeiro ano, segundo ano e terceiro ano...

Naquele tempo, a escola exigia que os alunos usassem farda, mas eram os pais dos alunos que tinham que comprar a farda. Todo mundo ia de farda e cantava o hino nacional antes de entrar na sala de aula. Já os materiais didáticos, eu não lembro se eram os pais que compravam ou se era a escola que dava! Mas, eu acho que o caderno, o lápis e a caneta eram os pais que compravam e os livros era a escola que dava.

Eu acho assim, naquela época o pensamento das pessoas era diferente de hoje, mas eu lembro que o motivo principal de eu ir para a escola era mesmo aprender a lê e escrever para no futuro poder melhorar de vida, poder trabalhar, ter seu próprio trabalho, ajudar minha família e era isso.

Na minha experiência como professora eu sempre procurei dar aulas para os meus alunos de um jeito como se fosse eu que tivesse aprendendo. Eu conversava com os alunos para que eles tivessem um objetivo na vida, eu falava muito sobre qual a importância daquele conteúdo que eu estava ensinando para vida dele, porque muitas vezes a gente tá dando aula e a maioria dos conteúdos não têm nada a ver com a vida do aluno né? Eu conversava com eles sobre onde eles poderiam usar esse ou aquele conteúdo. Para que esse conteúdo pode servir? Gosto muito de trazer conteúdos da realidade dos alunos para trabalhar em sala. Eu penso que toda criança tem que ter um sonho na vida, ter um sonho e ter uma meta para realizar, fico sempre falando para eles sobre isso. Eu não vou para sala de aula sem planejar minha aula, eu sempre gosto de planejar minha aula direitinha, meus alunos que me conhecem sabem que eu não vou para sala só conversar (risos). Eu gosto de planejar minha aula direitinho, os dois horários se for o caso, e conversar com os alunos da importância do estudo na vida da gente, que com o estudo você consegue tudo que você quiser na vida que tem objetivo, porque a maioria desses jovens não têm interesse e às vezes nós conversando com eles podemos provocar algum interesse neles. Às vezes, a gente tá na secretaria e chegam uns professores dizendo: “meu Deus! Esses alunos não querem nada da vida”. E eu fico me perguntando: será que é só o aluno que não quer nada? E nós professores o que estamos fazendo para reativar o interesse desse aluno pela nossa aula? Gosto de tá me perguntando sobre o que eu posso fazer para mudar o meu método de ensinar para que eu consiga a atenção do meu aluno. Muitas vezes quando eu acho que em minha aula não consegue atingir o objetivo que eu queria, eu mudo o planejamento e dou a aula de novo. Por exemplo, quando recebo meus alunos e vejo que eles não fizeram todo trabalho que era para ser feito, eu sempre de repente a aula: eu não gosto de continuar um trabalho que não foi feito anteriormente pelos alunos. Eu não fico pensando assim: ah, a professora fulana de tal não fez, então eu também não vou fazer. Eu quero é que aquele não fez, veja que eu fiz. Eu digo sempre para os alunos: oh, gente vocês têm que cobrar

do professor, vocês têm que exigir do professor, eu venho para sala de aula, mas vocês têm que perguntar e mesmo que eu não saiba tudo a gente pode descobrir junto pesquisando para gente aprender. O professor não é obrigado a saber tudo que o aluno perguntar, mas aí a gente pode pesquisar e descobrir.

Eu já aprendi que se eu meter medo no aluno ele não aprende. Eu quero que o aluno me respeite para que eu possa dar aula. Às vezes eu vou para sala de aula aí ouço alguns alunos dizerem: “a Silza consegue dar aula e o professor fulano de tal não consegue”. Mas eu consigo não é por que eles têm medo de mim, é por que vou para a escola é para trabalhar e eu respeito cada um dos alunos e exijo que eles me respeitem também...

Olha, eu acabei me tornando professora por acaso, eu nunca tinha pensado em ser professora, mas depois que comecei a ensinar gostei muito de ser professora e acabei investindo nessa profissão. Pois, com o tempo fui fazer magistério e depois a faculdade de letras e de vez em quando faço cursos dessa área da educação. Na minha carreira de professora eu já trabalhei até com a matemática, foi há muito tempo e foi em uma quinta série que eu trabalhei com matemática. Mas, foi por pouco tempo, porque logo em seguida veio outro professor para ficar com a matemática. Porque quando eu comecei a trabalhar eu era aquela professora que ficava sempre com a disciplina que não tinha ninguém para ficar. Se não tinha um professor para ficar com matemática, eles diziam: “pois, bota a Silza para ensinar”. Se não tem quem fique com geografia: “pois, bota a Silza para ensinar”. Não tem quem fique com ciência: “pois, bota ela para ensinar”. Foi assim que acabei ficando para ensinar português, eu não sabia nada de português eu nem gostava muito da análise sintática, mas disseram: “bota a Silza para ensinar”. Aí eu disse: não, eu não sei nada de português e vou ficar mesmo com geografia porque eu já estou acostumada, já sei o conteúdo e não vou ficar com português. Aí o diretor da escola disse: “mulher você fica com português mesmo, ninguém aqui sabe de português, mas, você aprende com mais facilidade do que os outros”. Aí ele insistiu, insistiu e eu fiquei. Foi muito bom eu ter ficado, porque depois eu aprendi português e fui correr atrás para aprender mais e mais, pois até então eu só tinha trabalhado com a primeira e segunda série e agora eu estava trabalhando com a quinta série. Depois da quinta série fui para sexta, para sétima, para a oitava e aí pronto! Eu já me garantia no português. Hoje, o pessoal até me chama, às vezes para dá aula de português em cursos de enfermagem, no ensino médio, e eu vou e acho que eles gostam da minha aula. Recentemente, em 2009, eu até passei em primeiro lugar no concurso para professor de português daqui de São José dos Basílios, mas o prefeito ainda não chamou nenhuma das pessoas aprovadas e ele tá colocando é outras pessoas no lugar.

Eu sempre dei aula aqui mesmo no Lago Grande, mas eu não participei desse curso chamado Logos Dois. Eu fiz vários cursos de formação, mas não era com esse nome. Era só nas férias que a secretaria de educação promovia cursos de formação para os professores, mas eu não participei desse Logos Dois, mas sei que teve umas professoras daqui que participaram dele. Eu não participei, porque ele era só para quem não tinha o ensino médio completo e eu tinha. Esse curso era como se fosse um curso normal. O normal era como se fosse um tipo de magistério, aí quem fazia esse curso recebia um certificado como se fosse um curso normal.

Eu já tive um aluno que ele era surdo e ele já veio de professoras que não tinham formação para trabalhar com crianças especiais. Aliás, aqui ninguém nunca se importou com isso. Esse aluno sempre vinha para sala de aula, a gente dava aula e eu percebia que ele sempre ficava me olhando, ele estava lendo os meus lábios e sabia o que eu estava falando; e era assim nossa comunicação, ele não era um aluno difícil. Nós tivemos também uma aluna que tinha dificuldade na fala e nos movimentos, a gente quase não entendia nada do que ela falava, mas ela era uma ótima aluna e tinha a letra muito linda. Só que depois que ela terminou o ensino fundamental aqui ela não quis ir estudar lá em São José dos Basílios e parou seus estudos-ela era uma ótima aluna e tinha uma relação muito boa com os professores e com os outros alunos. Aliás, na hora que entra na escola um aluno desse jeito, os outros alunos procuravam ajudar da melhor forma e sempre o incluía em tudo. Agora, quando eu estudava não tinha alunos com necessidade especial. Teve um caso de um aluno especial que veio aqui para escola e ele já estava com uma idade muito avançada, mas o pai dele não queria que ele estudasse porque ele recebia uma pensão do governo e tinha medo de perder essa pensão. A gente foi na casa dele conversar com ele e explicar, conscientizar ele que não tinha nada a ver uma coisa com a outra. Quando o governo lançou o programa Todos Pela Educação, à gente tinha que ir à casa de cada aluno, tinha que ir atrás dos alunos, porque era para estarem todos matriculados não podia ficar um só sem estar matriculado. A gente falou para o pai do menino que se o governo soubesse que ele estava sem estudar aí é que eles iam cortar mesmo a pensão, porque ele era uma criança e estava sem estudar. Aí o pai dele disse: “ah, pois então vai, mas como é que esse menino vai para escola?”. Aí foi que arrumamos uma cadeira de rodas e ele pôde vir para a escola e era uma festa na escola com esse menino na cadeira de roda (risos).

O material que a gente recebia era só livro didático mesmo, isso quando a gente recebia. Algumas vezes vinha livro e outras vezes não, mas quase sempre vinha o livro do professor.

Olha, em relação à fundação da escola eu só lembro assim, antes, quando eu estudava, ela tinha só duas salas de aula e era chamado Grupo Escolar. Nesse Grupo Escolar o pessoal

fazia festa, as festas que tinha na comunidade e o carnaval, tudo era feito lá no Grupo Escolar. Depois que mudou de prefeito, se não me engano foi em 1982, foi feito uma nova escola e eles fizeram no inverno essa escola, carregando material de construção no lombo de animal. Aquela primeira estrutura passou o tempo e ela só foi, às vezes, reformada, pintada e levantada uma parede - porque a parede tinha caído. Mas foi só depois de 1982 que a escola foi ampliada mesmo e fizeram quatro salas de aula e duas áreas assim dos lados. E de lá para á ela só foi pintada - às vezes de uma cor, outras vezes de outra cor dependendo do prefeito que ganhasse a eleição. Antes, a escola Hipólito da Costa só funcionava pela manhã e à tarde, depois, acho que foi em 1990, foi que começou a ter o ensino fundamental. Não sei se foi em 1994 ou em 1998 que começou o fundamental, mas sei que foi depois disso que a escola começou a funcionar à noite. À tarde funcionava a terceira e a quarta série e depois começou a ter a quinta série, que era só uma turma, aí passou para duas turmas. Depois que o Wilson Borges se tornou prefeito, ele organizou a escola e deu um jeito para levar os alunos dos povoados vizinhos para a escola do Lago Grande e levar os alunos que terminavam o ensino fundamental maior para o São José dos Basílios.

Os professores que ensinavam na escola Hipólito da Costa eram sempre daqui mesmo, depois do concurso foi que veio professores de fora. Aqui já teve professor de São José, de Dom Pedro, de Joselândia e Presidente Dutra. Eles davam aula aqui e voltava depois, voltavam para suas cidades, inclusive, hoje tem uma professora de Presidente Dutra que vem dá aula aqui de manhã e volta meio-dia para lá.

O Lago Grande, naquele tempo, era um povoado com muita lama na rua e as casinhas que tinham aqui eram tudo feito de palha e de taipa. Ele era um pouco maior do que é hoje, mas é por que as casas eram mais afastadas umas das outras e tinha umas chácaras ali fora do povoado, mas as pessoas já foram embora. Aí ficou só o pessoal dessa rua aqui mesmo e nas redondezas tinha umas casas, mas os moradores foram embora ou vieram para dentro dessa rua mesmo. Aí depois que colocaram piçarra na rua e na estrada para cá, as pessoas passaram a morar mais próximo das outras e a construir casas melhores, e o povoado foi se modificando, foi se transformando. Colocaram piçarra, colocaram água, fizeram um poço artesiano, colocaram energia, colocaram telefone e o povoado foi melhorando, hoje tem até asfalto na rua, chegou o progresso de vez (risos). Agora, todo mundo tem celular, todo mundo tem antenas parabólicas. Quem veio aqui naquela época, se vier hoje ver o povoado vai perceber que a mudança foi grande, aqui tá quase uma cidade (risos).

A maioria do pessoal daqui é lavrador mesmo, mas, acho que foi de uns cinco ou dez anos para cá que esses homens mais novos começaram a sair daqui para trabalhar fora. Hoje,

eles vão muito para o Mato Grosso para trabalhar na colheita de milho, batata e de soja e isso começou a acontecer de uns cinco ou dez anos para cá, mas antes eles viviam apenas do trabalho de roça daqui.

Foi muito importante a escola aqui no Lago Grande, a gente já teve muitos alunos que passaram por ela e hoje são formados, uns são graduados e até pós-graduados. Ela é uma escola que cresceu junto com a comunidade, ela esteve sempre em parceria com a nossa comunidade e a comunidade sempre nos ajudou nos eventos da escola. Tudo que a escola propõe fazer a comunidade incentiva, apoia e participa, ela não fica isolada.

Eu acho muito importante esse trabalho de resgatar um pouco da história e de manter sempre vivo cada momento histórico, então, eu que te agradeço; muito obrigado! Foi um prazer poder contribuir nesse trabalho.

4.5 Professor Manoel Fábio Martins de Almeida

Figura 11 - Foto do Professor Manoel Fábio Martins de Almeida.



Fonte: Manoel Fábio Martins de Almeida (s.l).

O professor Fábio é um homem de muitas ocupações, inquieto e de raciocínio muito rápido. Fui a sua casa, no povoado Lago Grande, duas vezes e não o encontrei. Na primeira vez que fui ele estava para Teresina/PI tratando um problema em sua visão. Na segunda vez, ele já havia chegado de Teresina, mas não estava em casa, pois ainda não havia chegado da roça. A

esposa dele nos avisou que só o encontraria em casa no início da noite, pois era quando ele chegava da lida com a roça e com o gado. E foi assim que o encontrei em casa na terceira vez que lhe procuramos. Ele nos recebeu amigavelmente e, depois de explicar os objetivos da visita a sua casa e de pesquisa, ele aceitou prontamente nos ceder uma entrevista. Cheguei ao professor Fábio através da professora Adelícia. Foi ela que, ao ser interrogado por mim sobre nomes de professores que teriam atuado na escola Hipólito da Costa.

Concordamos que a entrevista poderia ser realizada no dia 06 de junho de 2016 a partir das 5 horas da tarde, pois era quando ele estaria chegando da roça. Como havíamos combinado, no dia 06 de junho de 2016, a entrevista foi realizada e gravada às 17h10 min. de uma segunda-feira muito quente. A entrevista teve duração de 1h 15 min. O professor Fábio me recebeu, em sua casa, muito gentilmente e sentamos em cadeiras próximas a porta de entrada da casa, para pegarmos a brisa que vinha de fora, pois dentro da casa estava muito quente.

O professor Fábio falou espontaneamente sobre cada um dos quatro eixos temáticos que propomos em nosso roteiro, mas também falou de outros temas que foram surgindo ao longo de nossa conversa. O eixo referente à fundação do Grupo Escolar Hipólito da Costa foi o que o professor menos se sentiu a vontade para falar, ainda assim seu relato foi muito rico e fundamental para nosso trabalho. Segue abaixo, o relato do professor Manoel Fábio Martins de Almeida sobre suas experiências de vida filtradas pelos temas: *história de vida, vida escolar, vida como docente e a fundação do Grupo Escolar Hipólito da Costa*.

(...)

Eu me chamo Manoel Fábio Martins de Almeida, nasci em 25 de julho de 1967 aqui mesmo no Lago Grande, meu pai é maranhense e se chama José Rodrigues de Almeida, ele veio do povoado³⁹ Pajeú, próximo da cidade de Barra do Corda⁴⁰, para o Lago Grande com quatro anos de idade e seu meio de vida sempre a lavrou, ele sempre foi lavrador. Então, ele é uma das pessoas mais velha daqui do Lago Grande, só que já tem quatro anos que ele está no Piauí, porque ele, já com 82 anos, teve um problema de AVC⁴². Sorte que eu notei que ele estava com os pés inchados aí eu disse: papai, você não tá bem não, seus pés estão inchados. Aí ele me disse: “não meu filho, todo velho tem disso mesmo”. Eu disse: não pai, velho não é para ter isso não, velho é para ser velho e não para ter pés inchados. Então, fomos para

³⁹ Na região, esse termo é usado para se referir a um lugarejo, uma pequena localidade.

⁴⁰ Cidade da mesorregião *centro maranhense*, localizada acerca de 444 km da capital, São Luís.

⁴² Acidente Vascular Cerebral.

*Teresina*⁴¹. Eu tinha umas casas lá, eu trabalhei em Teresina no período em que estive morando lá, aí comprei umas casinhas por lá. Quando chegamos lá fomos fazer uns exames e deu problema nos rins, o resultado saiu na quinta-feira e na sexta-feira ele já queria vir para o Lago Grande, mas acabou que decidimos voltar só na terça-feira. Quando foi na segunda-feira minha irmã - eu tenho um filho advogado em Teresina-, disse: “pai, já que o senhor só vai na terça-feira, vamos fazer uma consulta de vista”. Ele aceitou e eles foram para o hospital São Marcos. Quando eles chegam ao hospital São Marcos meu pai caiu para trás e fraturou o crânio. Ele ficou em coma por dezoito dias, e o médico disse: “rapaz, eu não posso nem operar esse homem porque na idade dele já é um risco ainda mais que ele tem esse problema no coração”. Ficou sangue no crânio dele e eu disse: rapaz, eu quero ver como é que esse sangue vai sair do crânio? Tem que dá um jeito de sair porque senão... Aí o médico disse: “nós vamos fazer a retirada do sangue por meio de medicamentos”. Aí a fratura sarou só que não ficou normal, tem hora que ele reconhece tudo direitinho e fala, mas tem hora que ele não reconhece ninguém.

Meu pai chegou aqui por volta de 1936 com quatro anos de idade. Foi crescendo e formando família aqui mesmo. Eu e todos os meus cinco irmãos nascemos aqui, todos pegados por parteira, não por médico. Naquele tempo era parteira mesmo, que chamavam de mãe de leite. Somos seis irmãos, todos seis nascidos e criados aqui, são quatro homens e duas mulheres. Então, eu cresci aqui convivendo com todo mundo e quando tive que ir estudar em Dom Pedro⁴² e Teresina foi muito difícil para mim, no período de férias eu vinha para o Lago Grande e chorava para não voltar para Dom Pedro ou Teresina, mas tinha que voltar. Meu pai sempre quis que os filhos dele estudassem, quando estudávamos aqui ele não colocava nós para trabalhar a roça, era só para estudar. Depois que nós terminamos o 1º grau ficamos dependendo de meu irmão mais velho, que mora em Teresina. Quando eu estudava lá ele me dava tudo e não cobrava nada, até hoje ele me ajuda, eu tenho dois filhos lá morando com ele, um dos meus filhos é afilhado dele, ele foi quem pediu para meu filho ir estudar lá. Meu filho está fazendo cursinho e meu irmão está pagando.

A vida nossa aqui era muito difícil, no começo meu pai vivia só do trabalho braçal ele trabalhava para os outros e cuidava da fazenda de um cunhado. Naquela época ele dava a sorte e ganhava um total xis de gado e ficava com, vamos supor que: se nascia cinco bezerras meu pai ficava comum. Então, ele pegava para cuidar aquelas 100 ou 150 vacas e o roço das

⁴¹ Capital do estado do Piauí.

⁴² Cidade localizada acerca de 320 km da capital, São Luís.

*soltas*⁴³, ele pegava tudo. Depois ele empreitava todo o roço da solta e dali ia colocando os trabalhadores porque não tinha como ele tirar sozinho, no final das contas ele ganhava aquela diferençazinha entre o valor que ele empreitava e o que ele gastava com os trabalhadores que contratava. Daí ele sobrevivia com esse trabalho braçal. E foi ficando, ficando e chegou um tempo que ele conseguiu a própria terra do cunhado dele. Ele comprou a terra junto com mais outro cunhado, na época o cunhado dono das terras quis vender tudo para outro irmão aí meu pai já tinha um pouquinho de coisas e o cunhado dele disse assim: “compadre Zeca vamos comprar as terras dele?”. Aí compraram a terra, que era de uns 400 e poucos hectares, e 140 cabeças de gado e meu pai ficou com uma parte e o outro cunhado ficou com outra. De lá para cá meu pai vem mexendo com esse terreno e esse gado, mas agora está na situação que está impossibilitado de fazer qualquer coisa e...

Eu e todos os meus irmãos temos o 2º grau completo. Os que moram aqui no Lago Grande são quatro: eu e outros três, três homens e uma mulher. E teve até uma briga por causa da propriedade, a mamãe já até dividiu a propriedade; está cada um com a sua parte.

*Olha, antigamente não tinha cerca era tudo solto, meu pai tinha umas seis cabeças de gado no campo. Ele ia com o gado saindo daqui e ia comer lá nos macacos*⁴⁴. *Só depois é que começaram a cercar as terras. Na verdade, essas terras todas daqui da nossa região, do Lago Grande, Couro Dantas dos Motos*⁴⁵, *do Couro Dantas dos Quatis*⁴⁸, *de São José dos Basílios*⁴⁹ *todas elas foram cortadas*⁴⁶ *pelo Zeca Doca*⁴⁷.

Em relação à fundação da escola, obviamente, eu não lembro porque quando eu nasci à escola já existia, então, eu não tenho como falar dela, mas só sei um pouco sobre a estrutura e o prédio. Eu sei da estrutura do prédio, sei falar por que foi gente da família que disse que esse prédio existe só em cima do chão, ele não tem licença e nunca foi mexido nesse prédio, até foram reformadas as paredes, mas foi só. Da fundação da escola o que eu sei é só isso aí. Agora sobre meus professores e tal, não lembro. Quando vim para cá acho que essa escola já tinha uns 60 e poucos anos, pois agora ela está com uns 96 anos, por aí assim. Acho que ela foi uma das primeiras escolas daqui, não foi a primeira porque tinha outras casinhas aí onde se dava aula. Antes dessa escola tinha só um salão, um casebre, um vagão com umas cadeirinhas e

⁴³ A “solta” é o local onde o gado pasta. Também é conhecida, na região, como “quinta”.

⁴⁴ Lugar onde, hoje, é uma “quinta”, uma pastagem e fica acerca de dois quilômetros do povoado Lago Grande.

⁴⁵ Povoamento localizado acerca de 4 km do povoado Lago Grande e 12 km da sede do Município.

⁴⁸ Povoamento localizado acerca de 2 km do povoado Lago Grande e 16 km da sede do município.

⁴⁹ Povoamento sede do município.

⁴⁶ Esse termo é usado para se referir a terras que foram “cercadas” - rodeadas por cerca.

⁴⁷ É como conhecem José Pereira de Melo. Ele foi um grande proprietário de terras e líder político da região, que residiu no povoado Lago Grande.

como eram poucas as crianças, elas ficavam nesse salão. Quando a professora lá de Dom Pedro, a Santília, começou ela ficou nesse salão e só depois ela foi para essa unidade mais estruturada. Foi entre os anos de 1960 e 1970 que veio começar funcionar essa estruturazinha melhor, mas antes desse período a estrutura era a mesma da escola da Lagoa Bonita⁴⁸, um povoado que fica ali nessa estrada que vai para Dom Pedro, era uma casinha com paredes de palha e coberta de palha, quem dava aulas nessa escola da Lagoa Bonita era um professor daqui chamado Antônio Carvalho, o mestre Tota, que é irmão da professora Maria Helena.

Eu tenho vinte e poucos anos de trabalho. Eu lembro que essa escola, depois que ela foi estruturada, tinha quatro salas, dois vagões, um corredor, área aberta de um lado e de outro e uma secretaria. Ela era e é toda murada, aliás, toda não, só a parte onde ficam as salas de aulas, o pátio e a secretaria porque esse terreno todo aí dos lados e atrás pertence ao colégio. Aliás, faz tempo que nós lutamos para fazer uma quadra de esporte nesse terreno, mas não vai para frente: pode até vir à verba, mas não chega. Aí fica assim, a estrutura do colégio sendo só o colégio mesmo, não tem outra...

Foi nessa escola que eu comecei a estudar e fui até a 8ª série. Não, aqui comecei da alfabetização até a 4ª série, depois fui para Dom Pedro e fiz da 5ª até a 7ª série, aí fui para Teresina, no Piauí, e fiz o 8º ano e o ensino médio lá. Mas, meu começo foi aqui! Eu não lembro muito dos meus professores daqui, porque tem mais de dezessete anos que eu deixei de frequentar colégios, mas lembro que na época tinha a professora Nair e a professora Margarida. Tinha alguns professores que eram daqui mesmo, mas também tinha professores de fora, como a professora Santília, que vinha de Dom Pedro, e outros. Só que na verdade, nenhum desses professores, desde a fundação da escola até hoje, tem formação para ser professor. Eles vão aprendendo é no dia-a-dia, na convivência da sala de aula. É assim que as coisas funcionam aqui. Eles não têm diploma. Mas, agora no atual momento só tem dois professores que tem o diploma e são concursados. No meu tempo que eu estudava, tinha só até a quinta série e era o mesmo professor para todas as séries, do mesmo jeito que acontece na alfabetização é só um professor para uma sala. Aqui não nunca teve todas as disciplinas, aqui não tem inglês, ninguém nunca ouvi falar em química, em física, mas era pra ter. Aqui só tem português, matemática, ética, religião, geografia e artes...

A escola começou com o nome Grupo Escolar Hipólito da Costa, mas o nome foi mudando com o tempo. Mas, essas mudanças acontecem sempre na troca de governante para outro, eles mudam de acordo com a família deles. Essas trocas de nome não é questão de

⁴⁸ Povoamento localizado acerca de 6 km do povoado Lago Grande e 15 km da sede do município.

necessidade porque isso aí é questão social, ninguém pode chegar e botar o nome que quiser para fazer isso tem que ter um inventário e é um negócio sério. Mas, aqui eles só passam a tinta por cima de um nome e larga o outro nome por cima. Como você sabe, em São José dos Basílios, no hospital que tem lá e em outros estabelecimentos públicos eles fazem a mesma coisa. Isso acontece por que na verdade quando eles tomam conta do poder acham que podem mudar o que quiser. O fundador da escola, com o nome Grupo Escolar Hipólito da Costa, foi o prefeito Valeriano⁴⁹, aí na gestão dos outros de lá para cá eles vão mudando de pouquinho para não ficar o nome daquele prefeito anterior. No tempo do Valeriano o nome era Grupo Escolar Hipólito da Costa, depois veio o prefeito Remy Soares⁵⁰ e mudou e assim em toda gestão vai mudando e eu não sei onde vai parar...

Eu acho que antigamente, apesar de não ter benefícios, os alunos eram mais interessados de ir para o colégio, hoje não, eles têm os benefícios para ir estudar e vão pelo benefício, mas não pela vontade de aprender...

Em relação ao povoado do Lago Grande, ele sempre foi desse jeito mesmo. A mudança maior que houve foi quando chegou à escola e o poço artesiano aqui. O poço fica ali do lado da escola e existia uma casa no lugar desse poço, aí o dono da casa vendeu o terreno para o governo do estado ou do município, não sei. Então a única mudança que teve no povoado da fundação da escola para cá foi esse poço. Uma das pessoas que ajudaram a trazer a escola para o Lago Grande foi o Zeca Doca, aliás, não só para o Lago Grande, mas para sede do município de São José também, ele trouxe muitas dessas coisas que hoje a gente tem. Aquele posto de saúde, em São José dos Basílios, que hoje parece que tem o nome de Unidade de Saúde Francisco Moraes de Sousa ou Moraes Ferreira - não lembro bem -, que é do pai do ex-prefeito Chico Riograndense⁵¹, foi fundado pelo Zeca Doca e quando ele foi fundado, naquele lugar ali, era chamado Posto de Saúde Zeca Doca, mas quando o Chico Riograndense ganhou a eleição, no segundo mandato, ele mandou apagar o nome do Zeca Doca e botou o nome Francisco Moraes de Sousa, que é o nome do pai dele. Meu primo que é juiz e hoje é desembargador, lá em São Luís, é neto do Zeca Doca e ele não aceitou essa mudança de nome, foi a maior luta para nós aquietar ele e convencer ele deixar isso de mão. Então, aqui as coisas são feitas assim... Ele quem foi o fundador não só daqui porque quem fez aqui foi Valeriano, agora, ele

⁴⁹ É como conhecem Valeriano Américo de Oliveira. Ele foi prefeito do município de presidente Dutra nos períodos de 1966/70 e 1973/77.

⁵⁰ Como é conhecido Remy Alves Soares. Ele foi deputado estadual no Maranhão e prefeitos do município de Presidente Dutra. Faleceu, em 28 de setembro de 1998, em um acidente de carro nas proximidades da sede do município.

⁵¹ É como conhecem Francisco Ferreira de Sousa. Ele foi prefeito do município de São José dos Basílios por dois mandatos seguidos, de 2000 a 2008.

quem estava enfrentando lá na frente, ele quem era o frentista daqui da região de São José dos Basílios quando São José ainda não era cidade. Ele não foi exatamente um político, mas ele foi um cabo eleitoral muito forte aqui a região. Todo problema que tinha na região ele era o encarregado de resolver.

Olha, quando comecei a ensinar aqui foi assim: no dia 23 de julho de 2003 eu vim do Piauí para cá, aí quando cheguei aqui estava tendo uns problemas da falta de professores, eu nunca tinha pensado na vida que um dia eu ia dar aula, aí mandaram me chamar lá na secretária de educação de São José dos Basílios, quando cheguei lá a secretária me perguntou se eu tinha a coragem de dá aula. E eu disse: rapaz é o seguinte, não vou te afirmar não, mas eu não tenho a prática de dar aula. Ela disse que soube que eu dominava um pouquinho a matemática e eu disse: não, não domino nada (risos). Aí ela disse: “mas, já me disseram aqui que tu dominas um pouquinho da matemática, então tu vais ser professor lá no Lago Grande”. Aí fiz um teste e passei, e foi assim que eu comecei. A escola daqui não era registrada, tudo que saía daqui saía como se fosse da escola João Figueiredo⁵².

Na OBMEP⁵⁷ meu filho fez e ficou em 10º ou 15º lugar, digo isso porque é assim, tem aluno que não quer nada, mas tem aqueles que querem e são bons. Eu dizia assim para meus alunos: rapaz, vocês podem perguntar tudo e o que eu não souber hoje, amanhã eu trago a resposta. Eu comecei dessa maneira, eu não entrei na sala de aula sendo um professor que sabia...

Eu já levantei umas três vezes aqui na escola a questão da falta de interesse dos alunos, tem muitos alunos aqui que não querem nada, alunos do nono ano, do sexto, do quinto de todas as séries. Eu falei com a direção da escola e sugeri que fizéssemos uma turma só com os alunos que querem alguma coisa e outra com os que não querem nada para que pudéssemos dar apoio para aqueles que querem e estão mais interessados. Mas, a diretora disse: “Fábio, não é só aqui que tem disso, alunos sem interesse tem em todo lugar”. Então, eu fiquei quieto e não quis falar mais nada.

A direção dessa escola sempre mudou muito, quando eu entrei como professor a diretora era a professora Célia Rocha Mendes, ela mora em São José dos Basílios e é esposa do Caubi, acho que ela foi diretora de 2004 até 2008, já de 2008 até 2012 a diretora foi a professora Adelícia e hoje a diretora é a Silza. Na época que eu estudei não lembro quem era que estava na direção da escola, mas na verdade essa questão de direção de escola não tem nem seletivo, eles só dizem assim: “você vai ser diretor”. Aí pronto você já é diretor. No meu

⁵² É como conhecem a Escola Municipal Presidente João Figueiredo, localizada na sede do município. ⁵⁷ Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas.

tempo nem tinha diretora na escola, era uma professora que se responsabilizava pela escola. Eu acho errado que hoje as pessoas envolvidas com a política saem dando cargo de confiança para todo “diabo” só para segurar um voto. Hoje essa prática é muito comum aqui. Teve um caso com o meu filho Ítalo que ele precisou ir para Teresina e eu disse para mulher: fala ai com a professora dele. Aí ela falou com a professora e a professora liberou. Pouco tempo depois teve uma reunião na escola e quando eu cheguei para a reunião a Silza, atual diretora disse: “Fábio e cadê o Ítalo?” Eu disse: ele tá em Teresina. Ela disse: “e tu acha isso certo?”. Eu disse: não, não acho certo, mas ele já foi. Aí ela disse: “mas, tu sabes quem bota frequência né?”. Eu disse: eu sei que na minha caderneta quem bota a frequência sou eu, agora nas outras eu não sei quem é que bota. E ela disse: “pois é, sou eu quem bota”. Acho que ela estava se referindo a essa frequência ai que vai para bolsa família. Ela disse: “tu sabes que quem bota frequência sou eu e que isso prejudica o teu benefício né?”. Eu disse: Silza, eu acho que não prejudica não porque tu és funcionária como eu e a diferença é que teu cargo é superior ao meu, mas tu deve saber que essas coisas são do colégio e não tuas não; então nesse ponto ai tu ta errada porque do jeito que tu bate teu ponto todo dia eu também bato o meu. Aí ela foi falar com o prefeito e o prefeito veio me perguntar por que era que eu estava discutindo com a Silza, eu disse: rapaz, eu não estava discutindo não, ela que veio na ignorância ai respondi ela com ignorância. Porque ela não me chamou lá na diretoria e disse assim: “Fábio, vamos conversar. Me diz porque o Ítalo não tá vindo para escola?”. Se ela tivesse feito isso, aí sim eu ia explicar tudo para ela, mas ela vem é com ignorância...

Olha a importância dessa escola para a nossa região é de muito grande importância, agora é preciso andar nos méritos de um colégio, todo colégio deve ter regras e as regras devem cumpridas. Se existe uma regra nós não podemos fugir dela, mas é claro que a obrigação não é só da direção da escola ela é de todos que estão na escola. Eu acho muito importante o colégio, mas a diretora precisa chamar os pais para reuniões sobre seus filhos, isso não acontece aqui, os pais também precisam acompanhar seus filhos na escola porque nem sempre que o filho está na escola ele está aprendendo isso tudo é muito importante para um colégio e para os alunos. Em toda escola sempre tem as coisas boas e as ruins, outro dia mesmo um menino daqui levou um punhal para me matar porque eu tinha colocado ele para fora da sala de aula, entendeu? Mas isso não me intimidou, eu mandei chamar os pais dele e disse para eles que eles estão deixando o filho deles muito solto e o papel deles era essencial na vida do filho. Nós tínhamos que marcar reuniões com os pais, mas não fazemos isso então à culpa não é só dos pais, mas da escola também que não reúne com os pais. A escola é complemento da educação, a educação começa em casa.

Na verdade, a minha maior lembrança da minha vida escolar é quando eu fazia a alfabetização aqui mesmo no Lago Grande. Eu me lembro bem que a professora me colocava muitas vezes de castigo por que ela dizia: “Fábio, soletra a palavra cadeira”. E eu dizia: cadeira. Eu nunca acertava esse nome, não saía de jeito nenhum! Eu não conseguia soletrar, aí eu ficava de castigo demais (risos). Eu não conseguia não era por que não estudava, era por causa da minha língua mesmo, eu passei um bocado de tempo a professora me castigando até eu aprender. Aqui tinha argumento⁵³, palmatória⁵⁹, castigo no caroço de milho, aqui teve isso tudo, mas eu nunca fui castigado de joelho no milho, meus colegas que foram castigados diziam que doeu muito (risos). Quando eu comecei a frequentar a escola eu tinha sete anos de idade, como eu sou de 1960 já faz 56 anos. Em 1974 eu estava na alfabetização, isso eu lembro bem porque peguei muitos castigos. As escolas que eu estudei foram à escola Hipólito da Costa, aqui no Lago Grande, a escola Ana Isabel Tavares, em Dom Pedro, e depois em outra escola em Teresina, no Piauí. Aqui eu estudei até a quinta série, em Dom Pedro eu fiz o sexto ano e o sétimo ano e no Piauí eu fiz o oitavo ano do ensino fundamental, o primeiro, o segundo e o terceiro ano. Depois que eu concluí o ensino médio, no Piauí, fiz um cursinho lá e fui para Campina Grande⁶⁰, na Paraíba, fazer um vestibular - frio que eu quase morro (risos) -, para o curso de Odontologia. Nessa época ainda não tinha o ENEM. Eu gostava muito de estudar Biologia e Genética, mas eu não era bom de redação porque meu professor de redação era muito ruim. Aí eu fiz o vestibular e minha pontuação foi muito alta em todas as matérias, mas na redação foi zero, rapaz! Aí o tema foi; nem lembro mais! Aí quando cheguei ao Piauí fui falar com um professor meu de Biologia e meu professor de matemática que era bom demais cara. Aí o professor disse assim: “não Fábio, aqui o problema foi só a redação se fosse só pela prova objetiva tu estavas passado”. Durante todo o tempo que eu estudei nunca tinha sido reprovado por isso eu fiquei muito sentido.

Eu tenho um irmão no Piauí que é bioquímico, não é médico é bioquímico. Ele trabalha na rede de laboratório da rede pública do estado do Piauí, aí ele me disse: “rapaz, não para não continua estudando”. Eu fiquei com muita raiva por que não passei no vestibular aí decidi não fazer mais vestibular. Eu passei muito tempo sem nem pegar em um livro, eu vim

⁵³ Era uma espécie de jogo, jogado geralmente nas sextas-feiras, no qual o professor colocava os alunos em fila e fazia perguntas para cada um deles individualmente. Caso o primeiro aluno não respondesse corretamente a questão, o professor fazia a mesma pergunta ao segundo aluno, caso este não respondesse acertadamente o professor perguntaria a um terceiro aluno e assim sucessivamente, até que algum aluno respondesse a questão corretamente. No caso de um aluno responder corretamente a questão, ele ganharia o direito de bater com a palmatória na mão de todos os alunos que não conseguiram responder acertadamente a questão que ele acertou. ⁵⁹ É uma espécie de régua de madeira, com uma das extremidades em forma circular, geralmente marcada por cinco furos em cruz, com a qual antigamente pais e professores castigavam as crianças, batendo-lhes com ela na palma da mão (disponível em: <https://www.dicio.com.br/palmatoria/>). ⁶⁰ Município localizado acerca de 135 km da capital, João Pessoa.

pegar depois de treze anos já para dar aula aqui no Lago Grande. Quando eu cheguei aqui foi que comecei a pegar em livro, me chamaram para dar aula e me deram livros aí fui olhando um e outro e fui lembrando os conteúdos que eu já tinha estudado.

Quando eu estudava a minha relação com a matemática era a melhor. Para mim era melhor desde quando eu tive conhecimento das coisas. Depois da matemática eu gostei muito da Química e depois da Física, porque essas matérias aí fazem todas quase à mesma coisa, só muda algumas questões, mas, em geral, elas são quase a mesma coisa. A Física, a Química e a Matemática são todas uma coisa só, muda a fórmula e a aplicação. Eu tinha um professor que certa vez me disse: “Fábio é o seguinte, tem até um jogo de tabela - a tabela periódica- que é para você estar usando, colocando aqui, ali e tal”... Ele foi começando a me orientar assim aí eu gostei e aprendi a parte da genética todinha, aí pronto! Eu aprendi tudo assim. Naquele tempo a matemática era totalmente diferente de hoje, porque naquele tempo nós trabalhávamos só com os números e hoje tem as variáveis, não é isso? Naquele tempo não, eram os números... Antes eram as quatro operações, problemas, existiam uns problemazinhos, só que não era como de hoje, era mais fácil. Hoje tá enrolado, antes os problemas eram assim: uma pessoa compra 10 laranjas e dá duas quantas ficam? Então era fácil. Mas hoje não, hoje tá mais difícil e as pessoas precisam ler com cuidado os problemas, ainda são as mesmas quatro operações, mas está mais complicado porque trabalha com as tais das variáveis. Mas também complica só para quem não sabe, pois para quem sabe não muda nada...

Na verdade, é aquela história tem um período na vida da gente que a gente se dedica mais, tem mais vontade de estudar, mas tem outro período aí que é mais complicado porque é o período mais perigoso (risos). Perigoso porque aparecem outras coisas que vai tirando a atenção da gente, entendeu? Mas, isso só tira o cara de estudar se ele não souber dividir os tempos, porque se dividir os tempos dá certo para estudar, dá certo para tudo, entendeu? Agora se não dividir, aí só dá roça, ele vai parar na roça não é em outro canto não (risos). Eu não soubesse dividir meu tempo na época. Quando eu estava fazendo o cursinho, eu já pretendia prestar o vestibular, eu fazia o cursinho SINOPSE, aí eu ainda não tinha essa questão de namorar, mas aí lá pintou um “diacho” de uma menina, daí passamos dois dias e eu só pensando na menina aí já tá tirando sua atenção do que queria fazer né!

Quando eu estudei aqui eu frequentava a escola no turno da manhã, lá em Dom Pedro era na parte da tarde e no Piauí era na parte da tarde também. Só o cursinho que era na parte da noite. A disciplina que eu mais gostava foi sempre a matemática, mas eu gostava também das outras que acompanhava ela como a física e a química. Eu não sou muito fã é da disciplina de português (risos), mas sei que ela é uma das essenciais para todo aluno.

Eu nunca quis ser professor, fui para nessa profissão por acaso. Foi por acaso e não foi por uma questão de companheirismo porque eu não queria, eu não era professor, mas sabia um pouquinho de matemática a mais do que as pessoas que estavam aqui aí eu aceitei o convite para fazer minha parte.

Como te falei, eu comecei a trabalhar aqui como professor em 2003 ou 2004 e não fiz nenhum concurso para poder ser professor. A secretária de educação me chamou lá em São José dos Basílios, aí eu fui e me perguntaram se eu já tinha dado aula e eu disse: eu nunca dei aulas. Aí me disseram assim: “tem como você dá aulas?”. Eu disse: não sei..., mas é o seguinte, eu não vou garantir para vocês que eu vou assumir como professor, mas como aluno igual aos outros alunos tirando a dúvida um do outro. E foi assim que comecei, nessa situação. Eu nunca tinha estado em uma sala de aula e nem pensava em ser professor. Eu só dei aulas aqui no Lago Grande, mas já fui convidado para ensinar na escola do estado lá em São José dos Basílios. Foi o professor Sebastião Wolf que me convidou para dá aulas no estado, ele disse: “Fábio, você tem que vir para a escola do estado nós estamos precisando de professor aqui”. E eu disse: como vou ensinar ai se eu ao fiz nenhum concurso. Mas, no final eu não fui ensinar na escola do estado. O município me contratou, mas na verdade esse contrato era só entre eu e eles, não tinha nada vinculado ao MEC só que a verba vinha, mas o nome da gente não é vinculado porque não tinha feito concurso e assim a gente ficava sem ter direito a nada. Eu só trabalhei com a disciplina de matemática, porque na verdade as outras que eu domino não tem na escola daqui, que é química, física e biologia, essas não têm aqui no Lago Grande, aí eu fiquei só na Matemática mesmo.

Bom, o meu cotidiano de professor era assim, a gente para dar aula tem que preparar ela né, porque não se dá aulas sem preparar antes. Então, meu plano de aula era o seguinte: eu fazia meu plano para dar aula, aplicava minha aula - era aula explicativa, entendeu-, e explicava o conteúdo com a ajuda dos questionários, o aluno vai respondendo as questões e eu tirava as dúvidas. Eu vejo ai professores que dão três ou quatro aulas e ai que vai passar o questionário; eu não, cada aula minha eu tinha que passar um questionário. Eu sempre decidia como ia dar minha aula e a direção da escola nunca quis saber como eu dava minha aula e nem dizer como eu deveria dar aula.

Se eu já ouvi falar em Logos dois? Não, não chegou aqui na nossa região não. E se chegou não chegou ao meu conhecimento.

Aqui nós não recebemos materiais próprios para o professor, os livros que nós usamos são os mesmos livros que os alunos usam. Só que agora, em 2016, chegou aqui o manual do

professor que não é nem de 2016, ele é de 2012, mas vale até 2016. Só esse que veio, mas nos outros anos para trás não nunca tinha vindo.

Olha, essa questão da relação entre o professor e o aluno na verdade é justamente o ponto xis da questão, porque a relação entre o aluno e o professor eu creio que é uma relação muito boa desde que o professor não deixe sua turma fazer baderna, se ele fizer as coisas tudo certinho a relação fica ótima, mas se ele não fizer aí vai ter baderna. Mas essa relação depende muito do professor mais do que do aluno, o professor é quem tem que controlar e orientar a turma. Essa questão de como tratar os alunos com condições especiais é outro ponto xis, eu até já coloquei esse tema para nossa direção daqui da escola porque aquele aluno que tem a dificuldade até mesmo de acompanhar aquela série que ele está, a gente tem que fazer uma junção daqueles alunos que tem essa dificuldade de compreensão e formular uma turma para que a gente debata, trabalhe mais as dificuldades deles para que eles possam acompanhar os outros. Se a gente não ligar para eles, eles nunca acompanham os outros e vai ser dali para trás. Eu já comentei essa questão com a direção, mas só que a resposta que ela me deu foi aquela que eu lhe disse antes, que não é só aqui no Lago Grande e que em todo lugar tem isso. Então, eu me acomodei, porque eu acho que isso é responsabilidade da direção, é ela que deve correr atrás de uma melhora para a escola e nós professores devemos ajudar ela, porque se o aluno tá tendo dificuldade temos que ter algum método parra ajudar o aluno superar suas dificuldades. O professor tem que ter paciência com esses alunos, porque não pode ser do jeito que eu vejo acontecer por ai algumas vezes professores chamando alunos de jumento, cavalo. Cara, se o aluno vai para escola é porque ele não sabe, pois se soubesse não iria né. Então, eu acho que os alunos não estão lá para ser tratado como cachorro, cavalo, jumento. Os alunos estão lá é para aprender e para aprender tem que os professores ensinarem.

Eu nunca tive um aluno com necessidades especiais, na verdade eu tive um aluno, em 2010, que tomava remédio controlado; às vezes ele ficava muito agoniado, mas isso na verdade é questão para a direção resolver porque quando a mãe de um aluno que tem esse tipo problema em sua ficha de matrícula deve, obviamente, uma informação dizendo: olha esse menino tem um problema assim, assim e assim. E a diretora tem que chegar para o professor e avisar. Teve um caso, em 2010, de um aluno que usava remédio controlado e o professor não sabia aí o aluno levou o remédio para tomar na sala de aula e o professor achava que ele estava era com molecagem, brincadeira aí o professor brigou com o aluno e quase mandou ele sair da sala.

A avaliação que eu fazia com meus alunos na verdade era o seguinte: eu avaliava os alunos pela frequência nas aulas, pelo comportamento em sala e pelo desempenho nas provas e trabalhos para casa. Eu sempre fazia isso. Além da prova e do trabalho de casa eu ainda

dava uma pontuação pelo comportamento. Eu nunca dei um zero para um aluno, mesmo que ele tenha tirado um zero. Hoje, a maioria desses alunos que a gente tem na escola, uns 90%, acham que a matemática é um bicho. Mas, a questão é essa cara, a matemática é uma das matérias mais fáceis que pode existir desde que o aluno veja ela como uma coisa normal, pois se ele ver a matemática como um bicho e se assombrar com ela aí não vai para frente. A matemática quando você pegar a base, pronto! Você vai embora. Mas, agora se o aluno coloca na cabeça que a matemática não dá para ele aí não adianta que não dar mesmo, porque ele já vai com pensamento negativo e se for com pensamento negativo aí não dá não, aliás, não é só a matemática é tudo no mundo...

Eu que agradeço a oportunidade e espero ter contribuído de alguma forma.

5. CAMINHOS DE MEMÓRIAS: UMA INVENSÃO HISTÓRICA POSSÍVEL

*Carcará, Lá no sertão
É um bicho que avoa que nem avião
É um pássaro malvado, tem o bico volteado que nem gavião
Carcará quando vê roça queimada sai voando e cantando*

*Carcará, Vai fazer sua caçada
Carcará come inté cobra queimada
E quando chega o tempo da invernada
O sertão não tem mais roça queimada
Carcará mesmo assim num passa fome
Os burrego que nasce na baixada*

*Carcará, pega, mata e come
Carcará, num vai morrer de fome
Carcará, mais coragem do que home
Carcará, pega, mata e come*

*Carcará é malvado, é valentão
É a águia de lá do meu sertão
Os burrego novinho num pode andá
Ele puxa o umbigo inté matá
Carcará, pega, mata e come
Carcará, num vai morrer de fome
Carcará, mais coragem do que home
Carcará*

(Carcará – João do Vale)

Aqui, nossa intenção é registrar nossas compreensões a partir do que o conjunto dos relatos orais dos nossos depoentes, em interlocução com as outras fontes utilizadas, nos mostra e nos faz pensar quanto ao movimento de formação de professores (de matemática) no interior do estado do Maranhão.

Na estratégia da constituição da nossa narrativa, os elementos de análises se presentificam sob orientação das convergências sinalizadas nas narrativas dos nossos interlocutores e, também, das singularidades. Não perdendo de vista que uma análise, no entanto, não é um julgamento de valor acerca do que nos foi relatado, mas, parafraseando Garnica (2007), “um arrazoado das compreensões que consegui costurar nessa trama de escuta atenta ao que a mim foi dito”. Um arrazoado de compreensões não é um processo linear nem objetivo, ele é

Tortuoso, feito de idas e vindas, objetivos que ora se concretizam, ora esmaecem; intenções que ora se diluem e desaparecem, ora se impõem como vitalmente importantes, mesmo que antes não nos tenha parecido ser assim. Os encontros e reencontros – com as informações coletadas, com as pessoas com as quais convivemos, com nossos pressupostos teóricos e vivenciais, com a literatura

específica etc. – vão criando o caminho que, ao ser percorrido, nos permite gerar algumas compreensões (MARTINS-SALADIM, 2012, p. 310).

Num primeiro momento, após a realização das entrevistas com nossos professores colaboradores, algumas configurações surgiram, algo como que um fio condutor a partir do qual o pesquisador guia o desenrolar de suas análises tendo como base as informações, os vestígios de que dispõe, mas que, nesse instante inicial, ainda formam um todo confuso. Depois de idas e vindas, de encontros e desencontros constituímos, então, algumas possíveis linhas de análise que nos parecem pertinentes para guiar as compreensões resultantes desse enfrentamento com nossos documentos.

Como que num mosaico, buscamos nos guiar por diferentes imagens captadas, constituindo núcleos múltiplos e novas imagens que nos ajudam a conduzir esta análise. Este movimento de análise que optamos por perseguir em nossa pesquisa, segundo cremos, nos fornecerá uma outra história da formação de professores (de matemática) em São José dos Basílios, mais sensível, mais singular, uma dentre outras a serem criadas. Desse ponto de vista, esperamos deixar manifesto “que a formação de professores é um fluxo histórico, um processo complexo, resultado de vivências individuais e coletivas” (MORAIS, 2017).

Uma das imagens constituídas são os espaços e linhas de deslocamento dos sujeitos como agenciadores de um processo de formação. Os movimentos e o sentido dos descolamentos dos nossos professores entrevistados evidenciam a possibilidade de que “em algum momento e de algum modo, os espaços foram moldando – e sendo moldados por – aqueles sujeitos que nele se formaram ou atuaram como professores (de matemática)” (MORAIS; MORAIS; GARNICA, 2016), em São José dos Basílios, impactando a visão de mundo, a didática e a formação geral desses sujeitos.

Aqui, o espaço é percebido como uma invenção, num sentido positivo do termo, permeada pela historicidade e pelas sensibilidades/intenções daqueles que transitam e vivem onde afirmam viver. Nesse sentido, habitar este ou aquele espaço é produzir, por meio do poder e da linguagem, narrativas imagéticas ou textuais sobre experiências coletivas (MORAIS; GARNICA, 2016).

5.1 Era uma vez um Grupo Escolar... seus alunos deixavam seu lugar de origem, seus pais e amigos...

Desde a criação, ainda no século XIX, das primeiras instituições de ensino próprias a promover a formação de professores – as chamadas Escolas Normais –, os conceitos e

concepções acerca da formação de professores têm sofrido contínuas e importantes transformações. Nos detendo aos dias de hoje, a formação docente é entendida, por alguns, como qualquer processo vivenciado por professores em cursos que tenham como intenção prepará-los para atuarem em sala de aula (MORAIS, 2017), e por outros, como uma síntese da história pessoal dele professor, já que a história de um indivíduo, por mais particular que seja, mantém forte ligação com condições e relações históricas, sociais e culturais mais gerais (VIRGINIO, 2009).

A formação inicial e a formação continuada ou contínua de professores são algumas das concepções mais usualmente mobilizadas, hoje em dia, para se referir ao processo de formação de docentes. Esta formação aparece geralmente com o sentido de “dar forma”, modelar algo ou alguém de acordo com um padrão que se presume ser o melhor (MORAIS, 2017). Ela se desenvolve basicamente em cursos institucionalizados, nos quais a formação inicial corresponde aos cursos de graduação em licenciaturas ou os cursos das Escolas Normais, já a formação continuada (ou contínua), destinada a professores que já se encontram em atuação no ensino, corresponde aos cursos de treinamento, capacitação, aperfeiçoamento e outros.

Morais (2017), ressalta, no entanto, que antes, durante e depois da realização desses cursos de formação de professores outros movimentos acontecem e atravessam as “normalidades” e “intencionalidades” clássicas da formação que esses cursos propõem. Para o autor, as Casas do Estudante e as relações familiares, por exemplo, são espaços que proporcionam experiências formativas que atravessam a formação institucional de professores, pois quando são mobilizados a criarem narrativamente suas histórias esses sujeitos formandos apontam de forma expressiva as experiências vividas nesses espaços. Foi movido por esta ideia que Moraes (2017) passou a investigar a migração como outro possível “atravessador” da formação de professores (de matemática) no estado do Rio Grande do Norte.

Os diversos movimentos que atravessam a formação de professores, os marcando e compondo o conjunto de suas experiências narráveis, são também, de algum modo, formação. Desse ponto de vista, é possível considerar uma perspectiva de formação docente que não somente a consagrada e usual, aquele que ocorre em cursos formais, mais outra mais ampla que trate “essa formação como uma formação de sensibilidades” (MORAIS, 2017). Esses processos de formação de sensibilidades, no entanto, são sempre inalcançáveis, inacessíveis e indizíveis em sua plenitude – e sempre o serão. Contudo, entendemos que seja possível atribuir signos e significados plausíveis que falem sobre os modos de se formar, modos de se subjetivar.

A escuta atenta dos relatos orais dos professores interlocutores deste estudo revela que o processo de “formação acadêmica” deles é marcadamente atravessado pelo fenômeno dos

deslocamentos de populações nordestinas em busca de melhores condições de vida. Nos relatos destes professores a ideia de deslocamento aparece com frequência, a professora Santília, por exemplo, lembra que nasceu na cidade de Valença do Piauí (estado do Piauí), em 1952, e em 1956 deixou sua cidade natal rumo ao Maranhão. Já a professora Adelícia relata ter nascido no povoado do Lago Grande, em 1960, mas que seus pais vieram da região de Barra do Corda (estado do Maranhão) e São Domingos do Maranhão (estado do Maranhão). A professora Maria Helena também nasceu no povoado do Lago Grande, mas seus pais vieram da cidade de Arraial (estado do Piauí). O professor Manoel Fábio nasceu no povoado Lago Grande e seus pais são da região de Barra do Corda. E a professora Silza nasceu em Imperatriz (estado do Maranhão), mas seus pais vieram do Piauí.

As memórias do deslocamento explicitadas nos relatos orais desses professores estão ligadas ao fato de que os avós e pais desses professores tomaram parte no movimento conhecido como “frente nordestina de ocupação das terras maranhenses” (TROVÃO, 2008). Esta frente de ocupação se inicia, ainda que timidamente, na primeira década do século XX e se intensifica nas décadas posteriores até os anos 90 quando há uma redução do fluxo migratória para o Maranhão. A penetração de populações nordestinas em terras maranhenses se deu por três portas de entradas principais uma “via marítima, cuja a entrada se fez pelo Porto de Tutóia e as outras duas pelo Vale do Parnaíba, tendo com entra Floriano e Teresina” (TROVÃO, 2008, p. 24). Ainda segundo Trovão (2008), depois de entra no território maranhense essas populações se dirigiam, sobretudo, para regiões onde ainda havia terras livres e onde a presença de chuvas era mais frequente, essa ideia é corroborada pelos relatos de moradores da região estudada que pontuam como fator que marca a chegada dos primeiros habitantes na região de São José dos Basílios e Lago Grande exatamente a presença abundante de águas e terras livres.

O movimento de alteração nos quadros políticos (locais, regional e federal) e naturais teve implicações diretas nesse movimento de ocupações das terras maranhenses pelos nordestinos. O fenômeno das secas e os projetos político-administrativos de integração nacional e de colonização do interior do Brasil marcaram decisivamente esse movimento de ocupação.

O fenômeno das secas causou, ao longo da história, fortes impactos sociais, políticos, culturais, econômicos e ambientais no Nordeste. Desde a ocupação das terras nordestinas no século XVI se tem notícias da ocorrência desse fenômeno, segundo os registros de historiadores e pesquisadores de várias áreas do conhecimento foram várias as secas que ocorreram no Nordeste. Para se ter uma ideia, “desde 1559, quando o Padre Serafim Leite fez anotações sobre a primeira seca, em terras do Sertão da Bahia (...) até 2011, ocorreram 72 secas no Nordeste brasileiro” (CARVALHO, 2012). Como o aumento da densidade populacional da região, ao

longo dos últimos quatro séculos, as secas se tornaram mais frequentes e mais prejudiciais ao homem, por outro lado, nas últimas décadas um conjunto de políticas públicas e de ações da sociedade civil de combate as secas têm minimizado os impactos danosos desse fenômeno.

A região Nordeste e as secas estão tão intrinsecamente associadas que, inclusive, o termo “Região Nordeste” foi usada inicialmente, segundo o historiador Durval M. de Albuquerque Jr (2001), para designar a área de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), criada em 1919. Com isso, o discurso institucional cria o Nordeste como aquela parte do Norte que está sujeita às estiagens e que, por essa razão, deve receber atenção especial do poder público. Vale lembrar que até a década de 1920, a separação geográfica entre Norte e Nordeste ainda se encontrava em processo de concretização, por essa razão Albuquerque Jr. (2011) sugere que é só naquele momento (década de 1920) que começa a surgir nos discursos oficiais:

A separação entre a área amazônica e a área ‘ocidental’ do Norte, provocada principalmente pela preocupação com a migração de ‘nordestinos’ para a extração da borracha e o perigo que isto acarreta para o suprimento de trabalhadores para as lavouras tradicionais do Nordeste (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 68).

Nessa perspectiva, portanto, o Nordeste que se constitui, oficialmente, nos anos de 1910 – 1920 é em grande parte um filho das secas, um “produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a grande seca de 1877 veio colocá-la como o problema mais importante desta área” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 68).

Na segunda metade do século XIX, mais precisamente em 1877-79, houve aquela que é tida por muitos como a maior seca do Nordeste brasileiro, ela dizimou metade da população do estado do Ceará e quase todo o rebanho bovino (MAGALHÃES; DENYS; ENGLE, 2016). É importante lembrar que antes e durante o século XIX quase não havia estradas e não havia nenhum apoio sistemático das forças políticas aos flagelados pelas secas, com isso, retirantes “migravam a pé, andavam meses e meses e muito frequentemente morriam às margens dos caminhos (...) só no Ceará, 500.000 pessoas morreram por causa da seca de 1877-1879, além de outras 300.000 pessoas nas outras partes do Nordeste” (MAGALHÃES; DENYS; ENGLE, 2016).

Foi esse acontecimento catastrófico que despertou mais fortemente as populações e os políticos para a seriedade e gravidade do tema seca e “a partir de então teve início a formulação e aplicação de uma série de políticas públicas conduzidas pela ideia de formação de uma infraestrutura hídrica como diretriz ao desenvolvimento regional” (CAMPOS, 2012) e combate

aos impactos sociais das secas. Várias alternativas de políticas públicas foram propostas e implementadas ao longo do tempo, entre eles estão as políticas de “(...) açudagem (...), poços artesianos e tubulares, a transferência de água entre bacias hidrográficas e a construção de cisternas e outras ações pontuais” (CAMPOS, 2012).

Já no século XX, as severas secas de 1900, 1915, 1919, 1932, 1958 e 1979-83 continuaram a provocar desemprego, fome, sede, desnutrição e morte na região do semiárido nordestino. Em resposta as calamidades sociais intensificadas pelo fenômeno das secas o Governo Federal criou, em 1909, a Inspeção de Obras Públicas Contra as Secas – IOCS, uma instituição permanente responsável pela construção e manutenção de obras de engenharia de combate a escassez de água. Mais tarde, em 1919, a IOCS foi transformada em IFOCS – Inspeção Federal de Obras Contra as Secas – e esta, em 1945, foi transformada no atual DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. O DNOCS, hoje ligado ao Ministério da Integração Nacional, continuou executando as políticas de construção de açudes, estradas, pontes, portos, ferrovias, etc., mas também avançou nos estudos para o conhecimento da realidade social e econômica do Semiárido e da Caatinga.

A partir de 1945 foram criadas novas instituições de combate as secas. Estas instituições refletiam um novo entendimento mais amplo das variáveis que insidiam nos impactos das secas, pois até então as políticas tinham se concentrado na construção de estruturas físicas que minimizavam apenas a escassez de água. Assim, no final da década de 1940 foi criada a Superintendência do Vale do São Francisco – que hoje, chama-se Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), e em 1952 foi criado o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), para ajudar a financiar as atividades econômicas da região e, finalmente, em 1959, impactados pelas consequências da seca severa de 1958, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE⁵⁴ com os objetivos de promover o desenvolvimento econômico da região e reduzir os impactos das secas. Tal desenvolvimento regional seria promovido através da criação de empregos via industrialização da região e reorganização da economia para torná-la mais flexível e capaz de anexar regiões

⁵⁴ A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, mais conhecida pela sigla Sudene, é uma autarquia federal, subordinada ao Ministério do Interior, com sede em Recife, Pernambuco. O objetivo de sua criação foi a promoção e coordenação do desenvolvimento do Nordeste, região que para os fins da Sudene compreende os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, e parte do território de Minas Gerais enquadrada no Polígono das Secas, e o território federal de Fernando de Noronha. O Presidente Fernando Henrique Cardoso resolveu extinguir a autarquia e, em 24 de agosto de 2001, foi criada a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE). Durante a campanha presidencial de 2002, o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, prometeu extinguir a Adene e recriar a Sudene, assim como a Sudam. Cumprindo sua promessa, em 2007, recriou a Sudene e da Sudam (FGV CPDOC, 2017).

fronteiriças para abrigar as populações excedentes, especialmente as do Cerrados do oeste da Bahia e a Pré-Amazônia maranhense.

Em 1970 ocorre uma nova seca e a sociedade civil e as classes políticas se mobilizam novamente. Nesse novo contexto:

Governo Federal resolveu reprogramar os recursos do Nordeste e criar um Programa de Integração Nacional (PIN), além de um Programa de Redistribuição de Terras (Proterra). A solução para o problema dos deslocados da seca deveria ser, portanto, incentivar sua emigração para a Amazônia e, em paralelo, criar novas oportunidades no Nordeste – especialmente através da irrigação. Foram abertas estradas cortando o coração da Amazônia – incluindo a famosa Rodovia Transamazônica e a Rodovia Cuiabá-Santarém – e foram estabelecidos núcleos de colonização na Amazônia. Essa estratégia não perdurou por muito tempo, visto que a qualidade do solo sob a Rodovia Transamazônica não viabilizava a ocupação permanente para fins agrícolas (MAGALHÃES; DENYS; ENGLE, 2016, p. 30).

Uma nova grande seca ocorreu, em 1979-83, e levou a uma reavaliação das estratégias de ação do governo e a criação de “um ‘Projeto Nordeste’, que envolvia programas de desenvolvimento rural integrado, complementados por outros programas de saneamento rural, educação, saúde e reforma agrária” (MAGALHÃES; DENYS; ENGLE, 2016). Um dos principais financiadores desse “Projeto Nordeste” foi o Banco Mundial, que desde essa data inicia relações comerciais com os governos brasileiros e passa a apoiar financeiramente uma série de projetos de desenvolvimento no país.

Em 1990, outra seca levou a formulação de uma nova estratégia de ação das políticas de combate as secas. Com o apoio financeiro e técnico do Banco Mundial foram criados “projetos de desenvolvimento rural comunitário em que as comunidades locais – e não os governos estaduais - deveriam ser os principais responsáveis pelo planejamento e execução das ações” (MAGALHÃES; DENYS; ENGLE, 2016). Além disso, a partir da década de 1990 os esforços na área de gerenciamento de recursos hídricos da região foram intensificados, com a criação de novas instituições como a Companhia de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Cogerh) – no estado do Ceará -, e a Agência Nacional de Águas (ANA), que, embora tenha atuação nacional, tem também um foco na Região Nordeste e no problema das secas.

Na região do semiárido nordestino, quando ocorre uma grande seca a produção agrícola se perde, a produção pecuária é prejudicada ou dizimada e as reservas de águas superficiais se esgotam. Nessas condições, são as camadas mais pobres da população – sobretudo, as das zonas rurais -, que se tornam inteiramente vulneráveis e, como isso, a sobrevivência dessa população tem dependido, historicamente, das políticas públicas dos governos e do recurso à emigração para outras regiões ou para áreas urbanas do próprio Nordeste. O trabalho de Magalhães (2016)

nos dar uma ideia do estado de calamidade no qual se encontravam as populações nordestinas, na primeira metade do século XX, por causa das secas, neste texto o autor pontua que:

Em 1915, e depois em 1932, as autoridades governamentais resolveram criar campos de refugiados para ali manter as pessoas que migravam por causa das secas (...). Milhares de pessoas eram confinadas nesses abrigos, evitando-se assim (ou pelo menos reduzindo) a pressão sobre as cidades, que não estavam preparadas para recebê-los. Na prática, isso foi mais uma calamidade. Mesmo em 1958 ainda se praticou uma variante dessa estratégia. O autor deste capítulo visitou, nesse ano, a Hospedaria Getúlio Vargas, em Fortaleza: era um lugar onde os retirantes ficavam confinados, esperando a oportunidade de migrar para a Amazônia e torcendo pelo fim da seca. Era um quadro de dor e desespero (MAGALHÃES; DENYS; ENGLE, 2016, p. 26).

Intenso movimento migratório que marca as populações nordestinas ocorre tanto intrarregionalmente quanto extrarregionalmente. No primeiro caso, a migração ocorre geralmente por causa das secas, afetados pela estiagem, pequenos proprietários rurais, bem como posseiros e trabalhadores assalariados das fazendas que não têm acesso aos açudes e nem têm recursos para comprar água dos grandes fazendeiros migram do sertão árido para as áreas úmidas do litoral nordestino, nos locais onde se instalam, essas populações buscam trabalhos sazonais, esperando, tão logo a seca termine, para retornar aos seus lugares de origem. Esta forma de migração é considerada, pelos demógrafos, como temporária e reversível. No entanto, frequentemente, muitos migrantes resolvem não voltar para o sertão e se fixam nas cidades de grande e médio porte da região nordestina, como isso, tais migrantes acabam por sobreviver mediante trabalhos esporádicos, subempregos e morando em favelas, incrementando assim a população periférica e todos os problemas de ordem social das periferias das cidades.

A migração extrarregional, ou seja, a migração para outras regiões do país tem sido uma constante na realidade das populações nordestinas. Por um conjunto diverso e complexo de fatores o Nordeste se tornou, sobretudo ao longo do século XX, uma área expulsadora da população mais pobre e, em muitos casos, esta expulsão foi financiada pelas próprias forças políticas locais e nacional. Para se ter uma ideia da magnitude dessa expulsão, de 1940 até 1995, a região do semiárido nordestina perdeu mais de 15 milhões de habitantes, que se dirigiram principalmente para as áreas do Sudeste, da Pré-Amazônia e da Amazônia, onde se formaram as frentes pioneiras (GASPAR, 2011). É importante ressaltar, no entanto, que:

A saída em massa de nordestinos está relacionada, predominantemente, às precárias condições de vida de grande parte da população, e ao agravamento das disparidades socioeconômicas entre as regiões brasileiras. Cabe salientar que os aspectos políticos, econômicos e sociais são muito mais determinantes, da significativa migração nordestina para outras partes do Brasil, do que propriamente os aspectos climáticos (GASPAR, 2011, p. 17).

A corrente migratória de nordestinos para o Maranhão, definitivamente, não se justifica apenas pelas secas ocorridas na região do semiárido brasileiro, mas também pelas mudanças na estrutura agrária dessa região, as condições de pobreza da população e pelos projetos político-administrativos de desenvolvimento do país. Tais projetos se tornaram a palavras de ordem no pensamento político brasileiro do início do século XX, a razão desta primazia dos projetos de desenvolvimento está, em parte, no fato de que até os anos de 1930 o país era visto “como uma sociedade tradicional, um país rural, agrário-exportador, com poucas ‘gentes’ e muitos ‘vazios territoriais’ a desbravar e ocupar” (FERREIRA, 2015). Com isso, as forças políticas empenhadas em mudar a imagem do país elaboram uma série de projetos com vista a esse fim e assim, “o período de 1930 a 1964 é marcado pelo projeto de realização de uma utopia: a conquista dos sertões, o preenchimento dos espaços supostamente vazios que levaria ao desenvolvimento e modernização da nação” (FERREIRA, 2015).

Nas primeiras três décadas do século XX a migração de nordestinos rumo aos vales úmidos do Maranhão se deu de forma “espontânea”, isto é, sem auxílio ou participação das forças políticas. Ao longo da década de 1930, no entanto, o governo do Maranhão, inspirado na utopia nacionalista de desenvolvimento do Estado Novo (1937 – 1945), realizou uma série de obras de infraestrutura que viabilizaram indiretamente a intensificação do movimento migratório, digo indiretamente por que a intenção primeira de tais obras era o escoamento da produção agrícola e pecuária do estado. Das obras realizadas, em conjunto, pelo poder público estadual e federal a mais importante para o escoamento da produção e a circulação de pessoas foi, seguramente, a Estrada de Ferro São Luís – Teresina, iniciada em 1905, mas concluída somente em 1938. Além da Estrada de Ferro, no final da década de 1930, o estado possuía uma malha viária de 3768 Km de estradas carroçáveis, o que possibilitava o acesso mais fácil (de pessoas e mercadorias) a São Luís que era o grande centro consumidor e exportador do que era produzido e distribuidor do que era importado (FERREIRA, 2008).

A partir da década de 1950, uma série de projetos com vistas a promover, ampliar o desenvolvimento e industrialização do país são idealizados, o Programa ou Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902 – 1976), congrega esta série de projetos e os canaliza principalmente para os setores de transporte, energia, indústria de base, alimentação e educação, sendo que os três primeiros são mais fortemente privilegiados no momento de execução das metas. No bojo desse Plano de Metas está a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que tinha como objetivo promover e coordenar o desenvolvimento da região. A criação da SUDENE resulta, em parte, das consequências das secas e da percepção de que com a modernização do país crescia a diferença econômica e social

entre o Nordeste e o Centro-Sul do país, o que exigia uma intervenção direta das forças política no sentido de mudar essa realidade.

No Maranhão, a SUDENE coordenou e supervisionou o I Plano Diretor Regional (1961), que tinha o objetivo de ampliar a fronteira agrícola do país, absorver excedentes da força de trabalho rural do Nordeste e a ocupação das terras devolutas do noroeste maranhense, e o Projeto de Povoamento do Maranhão (1962), que tinha o objetivo de induzir a ocupação/colonização do Oeste maranhense (FERREIRA, 2015). Tais projetos cumpriam uma função estratégica para o governo federal que era a redução da evasão populacional do Nordeste aproveitando um fluxo migratório “espontâneo” que existia desde os primeiros anos do século XX.

Nas décadas seguintes, em cooperação com a SUDENE e a SUDAM⁵⁵, os sucessivos governos do estado implementaram diversos projetos de ordenação fundiária e incentivo a ocupação das terras maranhenses por pessoas e empresas, (quase sempre sulistas). Para coordenar e supervisionar estes projetos foram criados órgãos estaduais próprios, por exemplo, criou-se, em 1971, a COMARCO – Companhia Maranhense de Colonização, que mais tarde foi substituída pela COTERMA – Companhia de Terras do Maranhão (em 1979) e esta substituída, em 1981, pelo ITERMA – Instituto de Terras do Maranhão.

Com isso, ao longo da segunda metade do século XX, o estado do Maranhão sofreu um processo de significativas transformações em seu quadro agrário tradicional, político, econômico e social em decorrência do intenso crescimento populacional verificado desde neste período. Conseqüentemente surge a estruturação de um quadro urbano marcado por significativas contradições e desigualdades sócio - espacial. Conforme dados expostos no quadro abaixo, é possível verificar que a população maranhense aumentou 56,5% entre 1950 a 1959, sofreu uma queda de crescimento no decênio 1970-1980 e, na década seguinte, crescer novamente. Já o acelerado ritmo de crescimento populacional, verificado nos últimos anos do século XX, se deve, sobretudo, a nova lógica de expansão das fronteiras agrícolas que se instala no Brasil, como um todo.

⁵⁵ Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, é uma entidade autárquica vinculada ao Ministério do Interior, criada pela Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, em substituição à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Com a função de coordenar a ação federal na região amazônica, é a principal encarregada da elaboração e da execução do Plano de Valorização Econômica desta última, diretamente ou mediante convênios com entidades públicas ou privadas, e utilizando como a gente financeiro o Banco da Amazônia S.A. Foi extinta a 24 de agosto de 2001, no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), e substituída pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), sendo, no entanto, recriada no início de 2007, no Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) (FGV CPDOC, 2017)

Todos esses cenários (local, regional e nacional) desenhados pelas políticas de desenvolvimento, de planejamento e gestão de recursos, pessoas e espaços, apresentadas acima, ocultam e revelam outros cenários mais particulares, mais cheios de memórias e experiências de sujeitos comuns. Os professores e professoras colaboradores de nosso estudo são alguns desses sujeitos, eles desenham em suas narrativas e memórias cenários particulares de suas experiências de deslocamento (migratórias) e busca, cenários que são ao mesmo tempo criaturas e criadores dos sujeitos que os narra.

A vida destes professores e professoras de São José dos Basílios é marcada pela abertura de um caminho - que não se fechou e ao que parece não se fechará -, que permite o trânsito das velhas e novas gerações entre um “lugar de origem” e um “lugar de passagem” (sempre atualizado pelas circunstâncias e condições sobrevivência). Este caminho se explicita nos relatos dos nossos interlocutores quando revelam ter percorrido, ao longo do processo de formação, os “mesmos caminhos” (de volta) que seus pais e avós fizeram décadas atrás. A professora Maria Helena, por exemplo, nasceu no Maranhão, mas voltar ao Piauí – terra dos pais dela, para poder dar continuidade aos seus estudos, já a professora Silza nasceu na cidade de Imperatriz, veio ainda criança para São José dos Basílios (povoado Lago Grande) e voltou à Imperatriz para prosseguir os estudos.

As idas e vindas, os deslocamentos desses sujeitos desenham as dimensões (sempre provisórias) de uma “região” - criada a partir da vivência, da experiência de cada um e de cada grupo -, que reuni um lugar de origem (o lugar de onde vim ou de onde meu pais e avós vieram), um lugar de passagem (o lugar onde estou) e os caminhos que ligam esses dois lugares. Essa “região” vai moldando – e sendo moldada por – aqueles sujeitos que nela transitam, forma-se assim uma espécie de “consciência do deslocamento” que se presentifica e se refaz nas memórias, nas narrativas e nas práticas desses sujeitos.

Compreendendo que formar-se no Nordeste não é o mesmo que formar-se no Norte, no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil e que a formação que um recebe ocupando uma casa de taipa e sem materiais escolares não é a mesma que recebe outro, estudando em uma sala com estruturas, físicas e materiais modernos e adequados (MORAIS; MORAIS; GARNICA, 2016), a região, entendida aqui como uma imagem, “uma marca (...) dos esquemas de percepção, de concepção e de ação (...) que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade [ou individua] com o espaço e com a natureza” (ALBUQUERQUE JR., 2011), criada pelas memórias e relatos dos nossos interlocutores apresenta então marcas do processo formativo pelo qual eles passaram.

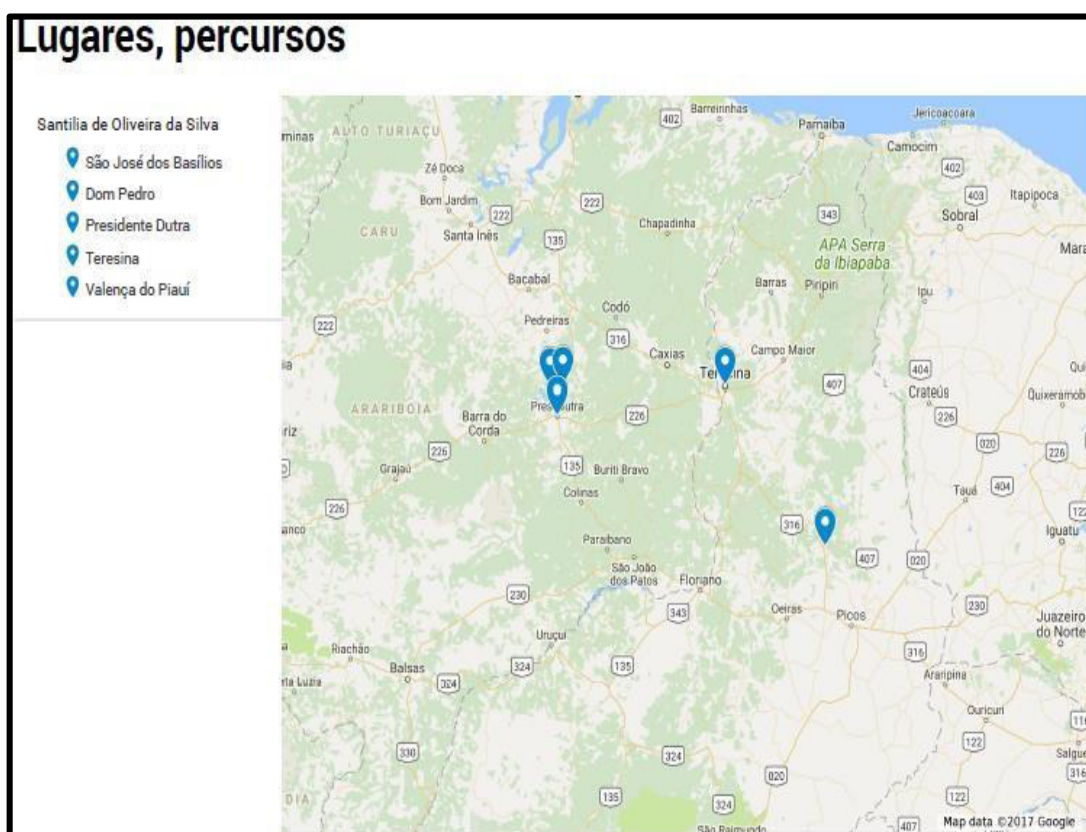
Para pontuar alguns aspectos dessas marcas talhadas pelo espaço no corpo e na memória dos nossos interlocutores traduzimos traços das regiões de deslocamento de cada um deles em uma imagem geográfica (um mapa) que nos permite visualizar, a partir de uma escala ampliada, as linhas de deslocamento que compõe uma parte do conjunto das experiências desses sujeitos. Conscientes de que “ver de perto e ver de longe, focar de modo micro ou macro, não significa ver a mesma coisa sob distintos prismas, mas ver coisas distintas a cada alteração de mirada” (GARNICA, 2015), os mapas que seguem, abaixo, revelam não o espaço propriamente experienciado pelos professores, mas um outro espaço distinto que dialoga com aquele vivenciado pelos narradores na medida em que ambos se explicitam no corpo de uma ou de outra narrativa.

O movimento de deslocamento da professora Santília se inicia aos 4 anos de idade, quando ela deixa a sua cidade natal, Valença do Piauí (PI), e vem com os pais para o Maranhão e se instala na região que viria, anos depois, pertencer ao município de São José dos Basílios. Este primeiro movimento de mudança da professora ocorreu na década de 1950 e foi, possivelmente, decorrente das carências comuns ao semiárido nordestino, as mesmas carências que impulsionaram o movimento migratório das massas nordestinas para várias regiões do país.

Em razão do falecimento de sua mãe e de instabilidades na relação com seu pai, anos depois a professora Santília retorna ao estado do Piauí. Nesta volta, ela se instala na capital - Teresina, onde dá continuidade aos seus estudos iniciados aqui no Maranhão e conclui a 4ª série primária. Alguns anos depois, a professora volta ao Maranhão e passa a viver na casa do seu irmão mais velho, localizada na região de São José do Basílios.

Morais e Garnica (2016) salientam que nos estudos sobre formação de professor, geralmente, não se questiona quem viajou muito durante a infância e conviveu com muitos em muitos espaços sobre os impactos disso no professor que ele se tornou, ou se a infância de menina ou menino do campo acarretou mudanças didáticas quando se tornaram professores, ou se a necessidade de ter viajado durante a graduação ou durante cursos de treinamento mudou a compreensão e/ou sua relação de professor com seus alunos que também precisavam (ou não) migrar para se formar. A professora Santília é um exemplo exemplar de como os movimentos de deslocamento impactam na prática e na percepção de si no universo da atividade docente. O movimento de idas e vindas da professora, os caminhos percorridos, os lugares ocupados, os contextos de saída e de chegada, os sujeitos com os quais se constituiu relações (os quais poderia ou não se identificar) tudo isso implicou na formação de um espírito austero e reservado. Mais um destes espíritos tipicamente nordestinos que *de riso na boca zomba no sofrer*.

Figura 12 - Mapa do deslocamento da professora Santília de Oliveira Silva.



Fonte: Claudiomiro Ferreira de Oliveira (2018).

O “privilégio” de ter frequentado escolas deu a professor Santília um “dom” que poucos, sobretudo mulheres, na região de São José do Basílios possuíam. Foi, principalmente, esse talento raro na região que a levou as salas de aula do Grupo Escolar Hipólito da Costa no início da década de 1970. Nessa escola ela trabalhou durante seis meses, depois foi lecionar em escolas de outros povoados circunvizinhos ao Lago Grande. Como ela mesma diz, a sala de aula era um lugar onde ela se sentia feliz, onde ela esquecia dos problemas da vida e se sentia livre e acolhida.

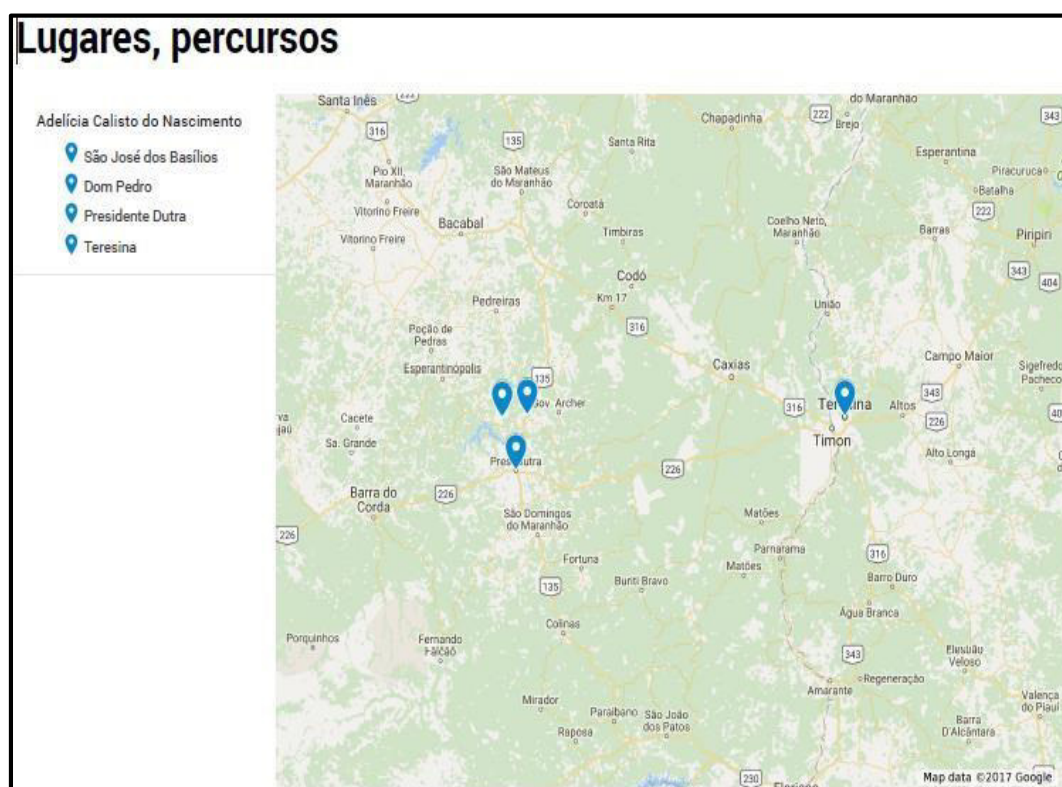
Durante o período em que trabalhou como professora no Grupo Escolar Hipólito da Costa, a professora Santília foi outra vez impelida a se deslocar. Em um primeiro nível, se deslocar do povoado Santana, onde morava, para o Lago Grande, onde fica a escola; em um segundo nível se deslocar do povoado Santana para a cidade de Presidente Dutra, onde realizava os cursos de treinamento para professores leigos. Se na sua infância, a escassez de chuvas e a pobreza foram as razões de seu deslocamento, agora é a carência de espaços de formação de professores que a impele a se deslocamento novamente. Como já identifica Martins-Salandim (2007), as escolas rurais, dado umas séries de fatores, costumam impelir os sujeitos envolvidos

em suas atividades (professor, alunos, diretor, etc.) saírem das zonas rurais rumos aos centros urbanos.

Nos anos de 1980, a professora Santília parou de lecionar e mudou-se para a cidade de Dom Pedro, onde vive atualmente com sua filha e sua neta. Estranhamente ou não, ela não se reconhece como professora. As razões para este não reconhecimento são emblemáticas. Como pode uma pessoa que trabalhou por cerca de duas décadas como professora não ser reconhecida como tal nem pela neta, nem pela filha nem por si mesma? Será se é pelo fato de, ao que parece, não haver nenhum documento que ateste sua atividade docente? Ou será pelo fato dela ter concluído “apenas” a 4ª série primária? Ou será por que nossa geração tem uma memória curta e impregnada de um presentismo cego e irrefletido?

A professora Adélia nasceu, em 1960, no povoado Lago Grande. Curiosamente, seus pais, mesmo não sendo alfabetizados, tinham um grande interesse em que seus filhos e filhas estudassem. Há de se perguntar, neste caso, de onde vinha este interesse dos seus pais? Qual a imagem que eles tinham da escola e dos estudos? Em quais espaços essa imagem teria se formado, já que ambos são pessoa do campo, da “roça”?

Figura 13 - Mapa do deslocamento da professora Adélia Calisto do Nascimento



Fonte: Claudiomiro Ferreira de Oliveira (2018).

O talento da menina Adelícia com as letras impressionava os pais e os professores particulares⁵⁶ que a alfabetizaram. Ela mesma relata, em sua narrativa, que tinha a impressão de que já sabia do alfabeto mesmo antes de tê-lo visto pela primeira vez. Em razão desse talento e também outras razões que podem ser ainda investigadas, os pais fizeram um esforço monumental para que a filha estudasse, porém como não havia escola regular no povoado a menina Adelícia foi levada a cidade de Teresina (PI) para estudar.

Há de se perguntar, por que ir estudar em Teresina e não em Dom Pedro, ou Presidente Dutra ou mesmo São Luís cidades maranhenses onde havia escolas e eram mais próximas do Lago Grande? Possivelmente, a escolha por Teresina está relacionada a teias de relações tecidas no movimento migratória de nordestinos para o Maranhão nas primeiras décadas do século XX. Há de se ter em mente que Lago Grande começa a se formar por volta da década de 1930 a partir da chegada de nordestinos e migrantes de outras regiões do Maranhão. Os caminhos abertos nas terras maranhenses e nas memórias desses retirantes através do movimento migratório são caminhos que permitem que outros sujeitos possam transitar por eles. As idas e vindas, o trânsito desses nordestinos por esses caminhos em busca de notícias de sua terra, de seus parentes criam uma teia de relações de troca de conhecimentos, de experiências, de favores, de formação amizades, de comércio que culminam em uma relação de *centro e periferia* (MARTINS-SALADIM, 2007) entre Lago Grande e Teresina. Nesta relação, geralmente, os sujeitos se deslocam da periferia para o centro buscando, por exemplo, tratamento de saúde, um grau de estudo mais elevado, a compra ou venda de certos produtos, etc. está relação explica, em certa medida, a ida da professora Adelícia e de outros professores colaboradores desse estudo para Teresina em busca de estudo mais elevado.

Depois de concluir a 2ª série primária em Teresina, a professora Adelícia voltou ao Lago Grande. Porém, ela ficou lá por pouco tempo, logo teve novamente que se deslocar em busca de um grau de estudo mais elevado, já que no recém-criado Grupo Escolar Hipólito da Costa, onde ela estudara desde sua volta, ofertava-se apenas até a 4ª série primária. Foi na cidade de Dom Pedro que ela, aos 15 anos de idade, prestou o exame de admissão⁵⁷ ao ginásio e cursou

⁵⁶ Pessoa que o líder político Zeca Doca levava, com certa frequência e por um tempo determinada, ao povoado Lago Grande para alfabetizar as crianças do povoado. Geralmente, os pais pagavam aos professores ou ao próprio Zeca Doca para que seus filhos fossem alfabetizados.

⁵⁷ Complementando a reforma educacional *Francisco Campos*, o Decreto nº. 19.890, de 18 de abril de 1931, estabelecia, em seu Artigo 18, que “O candidato à matrícula na 1ª série de estabelecimento de ensino secundário prestará exame de admissão na segunda quinzena de fevereiro”. Ou seja, para o ingresso no Curso Ginásial, era obrigatória a realização do Exame de Admissão ao Ginásio e não era exigida prova de conclusão do Curso Primário. O aluno, uma vez aprovado no Exame de Admissão, realizava matrícula direto na 1ª série do curso Ginásial (correspondente à 5ª série do Ensino Fundamental). Nesta época, o Ensino Secundário era dividido em duas etapas: o ginásio e o colegial). Este decreto é extinto, em 1971, coma promulgação da lei nº 5692/71.

a então 1º série ginásial, equivalente hoje ao 6º ano do ensino fundamental. Quando concluída a 1ª série ginásial, a professora volta ao Lago Grande, casa-se e dar uma pausa de cerca de dez anos em seus estudos.

Esse movimento de deslocamento da professora Adelícia é impulsionado, sobretudo, pela ausência de um espaço de formação capaz de corresponder aos planos, sonhos dela e de seus pais. Se refletirmos sobre em quais espaços teriam sido forjados tais planos e sonhos é possível dizer que, ao menos no caso da professora Adelícia que foi escolarizada, o próprio espaço escolar foi um grande colaborador dessas construções. Vale lembrar que é precisamente nessa colaboração do espaço escolar rural aos planos e sonhos dos estudantes que Martins-Saladim (2007) identifica a caráter expulsório das escolas rurais, essas escolas alimentam sonhos e planos irrealizáveis no lugar de origem dos estudantes e, além disso, geralmente, elas capacitam os estudantes em atividades urbanas, o que os impelem a migrar para zonas urbanizadas.

Em 1982, a professora Adelícia foi convidada a lecionar no Grupo Escolar Hipólito da Costa, a mesma escola na qual ela cursou anos atrás parte do seu ensino primário. Essa oportunidade de voltar à sala de aula, agora como professora, além de garantir uma renda rara e necessária a sua família também permitiu que ela pudesse dar continuidade aos seus estudos. Contudo, a professora teve novamente que se deslocar, desta vez, para a cidade de Presidente Dutra onde eram realizados os cursos obrigatórios de “treinamento” de professores. Esses cursos eram realizados, geralmente, durante os meses de julho e janeiro, com isso a professora precisava se desdobrar para cuidar de sua casa, dos filhos no Lago Grande e ainda viajar cerca de quarenta quilômetros, a cavalo, até Presidente Dutra para participar desses cursos que eram obrigatórios.

Essas idas e vindas da professora Adelícia, todo o tempo que ficou longe do seu lugar de origem, dos seu pais, do seu marido, filhos e amigos cooperou, ao contrário do que se possa imaginar, na formação de uma personalidade alegre, comunicativa, fortemente ligada ao seu lugar de origem e a seu povo e suas memórias. Dona de uma memória e imaginação privilegiadas, ela consegue lembrar com detalhes de eventos que presenciou a muito tempo atrás e também consegue os narra com vivacidade e suavidade, estas e outras características fazem dela uma personagem, uma professora de notoriedade na região. Os que advogam em favor da ideia de que existem certas inclinações (boas ou más) inatas em cada um dos seres humanos diriam que a professora Adelícia já nasceu com um dom para a sala de aula, outros preferem crer que essas habilidades foram forjadas a partir de vivências cotidianas “na rua, na lanchonete; em casa, com a família, com os amigos; no jogo, no parque, nas viagens e passeios; [e, portanto]

é um processo constante e móvel, sempre inacabado, sempre em devir” (MORAIS; GARNICA, 2016).

A professora Maria Helena nasceu no povoado Lago grande, em 1965. Quando ela completou sete anos, na época a idade prevista em lei para se inicia a escolarização das crianças, o Grupo Escolar Hipólito da Costa – construído entre 1968 e 1970 -, já está em pleno funcionamento e ali ela inicia seu processo de alfabetização. Concluída a 4ª série primária no Lago Grande, a professora e mais dois irmãos dela foram enviados, pelos pais, a cidade de Dom Pedro para continuarem os estudos. A professora narra com certo destaque, como quem atribui um valor positivo a uma conduta ao mesmo tempo em que não compreende por completo as razões dela, o fato de que seus pais mesmo sendo “pessoas da roça” e não alfabetizada tinham um grande e raro interesse de que os filhos estudassem.

A raridade e a, em certa medida, incoerência desse interesse dos pais da professora Maria Helena está ligada a ideia de que, para o homem do campo, fazer os filhos estudarem era, inexoravelmente, “expulsá-los” de sua casa, do seu lugar e possivelmente impossibilitar que eles retornassem já que depois de alcançar um alto grau de estudo seria impossível encontrar, em seu lugar de origem, uma atividade correspondente a formação deles. Uma outra ideia oposta a esta última e muito disseminada no meio rural maranhense é a ideia expressa na frase: “é necessário estudar para poder ser alguém na vida”. Todo jovem rural maranhense já ouviu essa frase em algum momento de sua vida, proferida ora pelos seus pais, ora pelos seus professores.

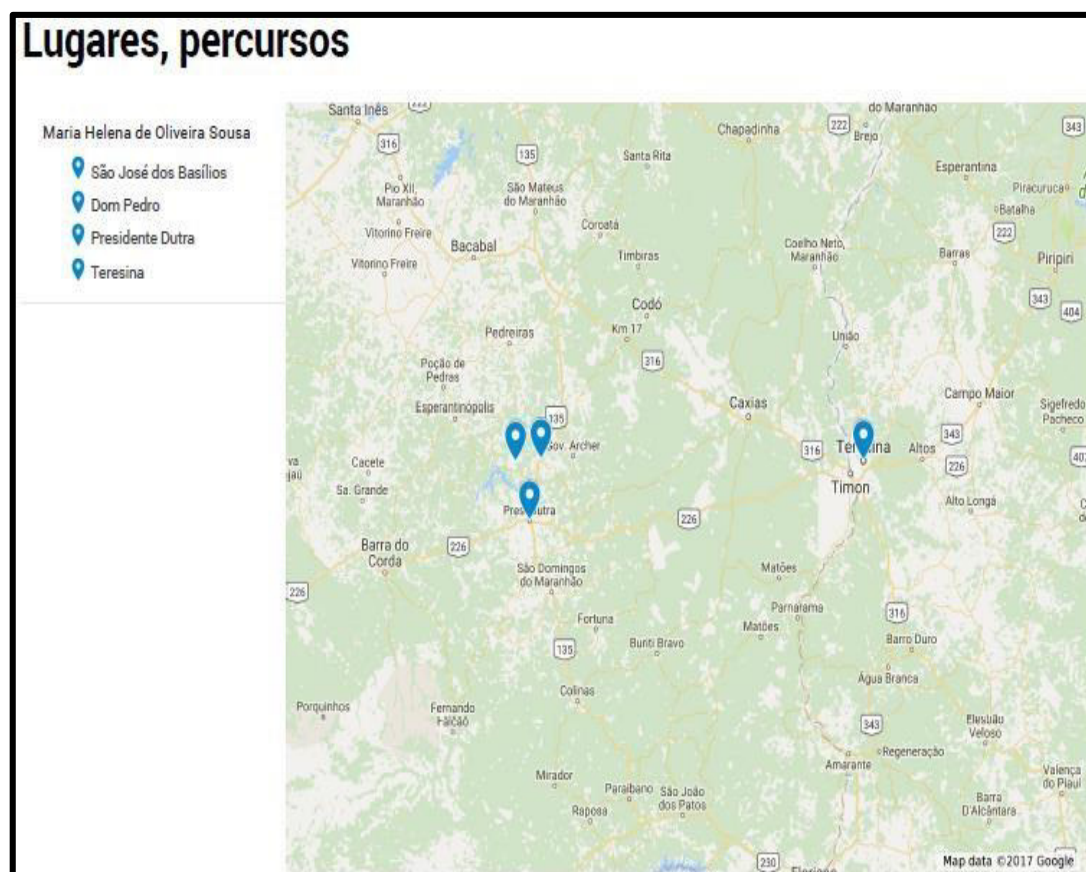
Quando essa frase é enunciada por um pai não alfabetizado que está tentando incentivar seu filho a estudar ela carrega um gosto amargo, uma tristeza silenciosa, pois uma das proposições contidas nela é a de que esse pai não é alguém, é um “não alguém” que perdeu a chance de ser “alguém na vida” por que parou de estudar ou por que, simplesmente, nunca começou. A aceitação consciente ou não da sentença presente nesta frase apaga o brilho dos olhos dos pais e mães que sonharam um dia ser os primeiros a ensinar aos seus filhos as coisas que seriam essenciais para se viver bem.

Depois de estudar em Dom Pedro a professora Maria Helena foi para Teresina, onde concluiu o então Primeiro Grau Regular⁵⁸. Contudo, sem condições financeiras para continuar mantendo os filhos (Maria Helena e Antônio carvalho - Tota) estudando em Teresina, o senhor

⁵⁸ Até 1971, o Ensino Básico brasileiro era organizado em dois Ciclos: o Primeiro Ciclo era formado pelo Primário (com duração de 4 anos: 1º, 2º, 3º e 4º ano primário) e o Ginásio (com duração de 4 anos: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries ginasial), já o Segundo Ciclo era formado pelo Colegial (com duração de 3 anos: 1º, 2º e 3º ano colegial). Com a promulgação da lei 5692/71, esta organização no Ensino Básico foi renomeada. O Primeiro Ciclo, com duração de 8 anos, recebeu o nome de Primeiro Grau (Regular ou Supletivo) e o Segundo Ciclo, com duração de 3 anos,

Francisco Vilanova mandou que eles voltassem ao Lago Grande, pois, como narra a professora, ele já havia feito tudo o que podia para que os filhos estudassem e, agora, aquele que quisesse continuar estudando precisava trabalhar para bancar seus estudos.

Figura 14 - Mapa do deslocamento da professora Maria Helena de Oliveira Sousa



Fonte: Claudiomiro Ferreira de Oliveira (2018).

Se, como sugere Tardif (2002), “trabalhar não é exclusivamente transformar um objeto ou situação em outra coisa, é também transformar a si mesmo no e pelo trabalho” o que poderíamos dizer sobre alguém que foi obrigada a se deslocar de uma cidade a outra em busca de formação? Se aceitarmos uma analogia com a ideia de Maurice Tardif diríamos que os caminhos percorridos nas viagens não foram exclusivamente percorridos e os lugares ocupados nas chegadas não foram exclusivamente ocupados, estes viajantes e ocupantes foram também transformados pelos caminhos que percorreram e pelos lugares onde estiveram. Uma pessoa que é impelida, por um conjunto diverso de carências, a migrar continuamente de um lugar a outro por dez ou quinze anos ela carrega em sua identidade as marcas desse movimento de

passou a se chamar Segundo Grau (Regular ou Supletivo). Esta nomenclatura permaneceu até 1996, quando foi promulgada a lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

deslocamento e sua própria existência, sua memória é atravessada por esse movimento. A professora Maria Helena é uma dessas pessoas, um desses professores marcados pelos signos desse movimento.

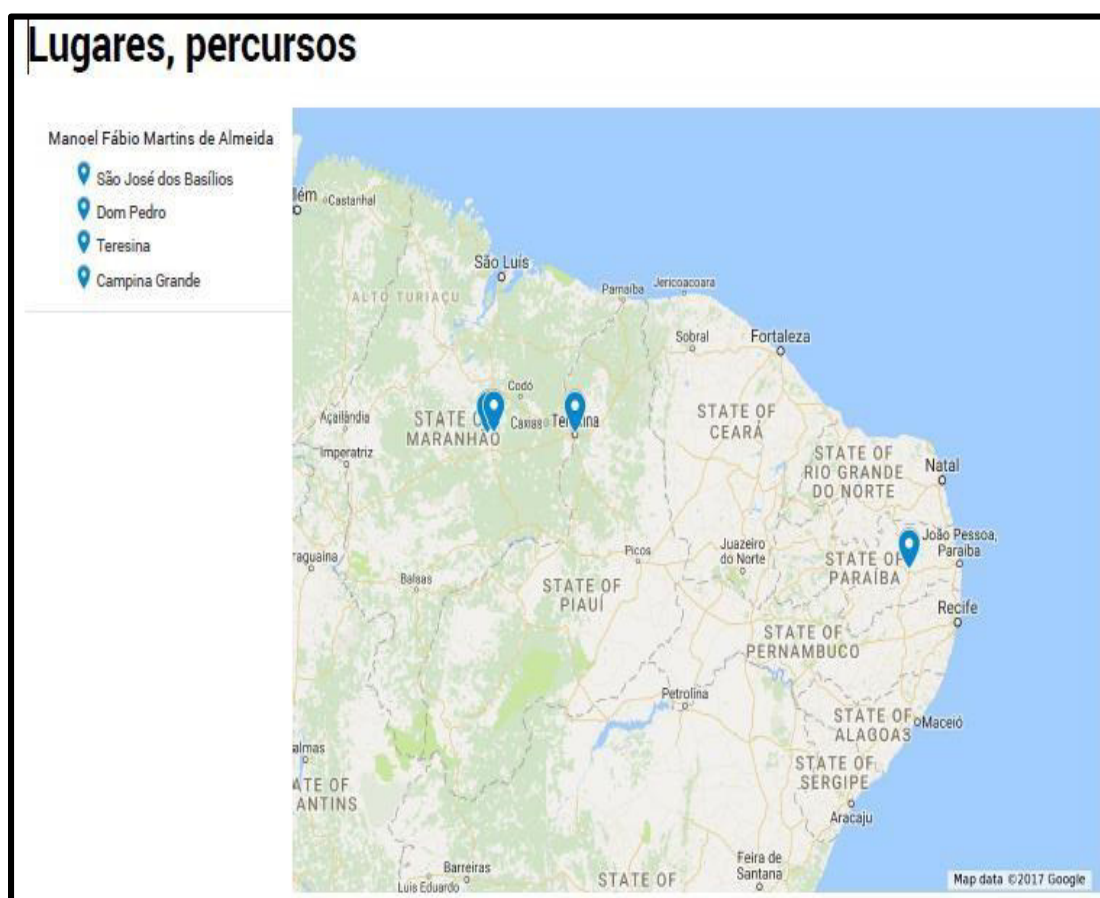
Quando retornou ao Lago Grande, no início da década de 1980, a professora Maria Helena começou a cursar, na cidade de Presidente Dutra, o Segundo Grau Supletivo. Com isso, ela tinha que se deslocar com frequência a Presidente Dutra para fazer as provas semestrais e anuais de progressão de período. Contudo, em 1983, antes de concluir esse curso ela foi convidada por políticos locais para lecionar no Grupo Escolar Hipólito da Costa. O trabalho como professora significava, entre outras coisas, que ela teria que ir mais vezes a Presidente Dutra, já que seria necessário participar dos cursos de “treinamento” para professores.

As teias de relações que abriram caminhos ao processo de deslocamento das professoras Maria Helena e Adélia Calisto parece ter sido as mesmas que orientaram o sentido do deslocamento do professor Manoel Fábio. Ele nasceu no povoado do Lago Grande, em 1967, e estudou até a 4ª série do Primeiro Grau no Grupo Escolar Hipólito da Costa. Em seguida, ele foi para a cidade de Dom Pedro onde cursou da 5ª até a 7ª série e, por fim, foi para Teresina, no Piauí, onde conclui o Primeiro e o Segundo Grau⁵⁹.

Depois de concluir o Segundo Grau, o professor Manoel Fábio, possivelmente influenciado pelos espaços que frequentava e pelas companhias das quais desfrutava, em Teresina, alimentou o sonho de cursar a faculdade de Odontologia. Com isso, ela passou a estudar em um cursinho preparatório para o vestibular, e quando se sentiu preparado para enfrentar o exame ele viajou para a cidade de Campina Grande, Paraíba, onde prestou o vestibular para o curso de Odontologia. Porém, ele não foi aprovado no vestibular. Essa não aprovação no vestibular para o curso de Odontologia marcou decisivamente o processo de formação do professor Manoel Fábio, ele relata que esse fato o decepcionou muito e por isso, mesmo contra a vontade do seu irmão mais velho e que o hospedava em Teresina, decidiu parar de estudar. Com isso, ele retorna ao Lago Grande e passa a trabalhar no campo com seu pai.

⁵⁹ O professor Manoel Fábio menciona, em seu relato, que cursou o *Ensino Médio* em Teresina, contudo, o termo *Ensino Médio* começa a aparecer no vocabulário da educação brasileira apenas a partir de 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9394/96), até então a terminologia usada para esse nível de ensino era *Segundo Grau*. Como a estadia do professor em Teresina se deu ao longo da década de 1980, a terminologia adequada a este período seria *Segundo Grau*, por essa razão colocamos aqui a terminologia usada na época.

Figura 15 - Mapa do deslocamento do professor Manoel Fábio Martins de Almeida



Fonte: Claudiomiro Ferreira de Oliveira (2018).

Em 2003, treze anos depois de ter parado de estudar, o professor Manoel Fábio recebeu um convite da secretária de educação de São José dos Basílios para lecionar a disciplina de matemática na Escola Municipal Hipólito da Costa. Vale lembrar que, nesta época, São José dos Basílios já havia se desmembrado de Presidente Dutra – evento que se iniciou em 1994 e foi finalizado em 1996 com a primeira eleição municipal em São José dos Basílios -, e o Grupo Escolar Hipólito da Costa, que por esse turno havia mudado de nome passando a se chamar Escola Municipal Hipólito da Costa, passará a ser responsabilidade desse novo município. O professor, depois de uma breve relutância decorrente de uma certa insegurança quanto a sua qualificação e capacidade para desempenhar o trabalho docente com qualidade, aceitou o convite e desde então tem ministrado a disciplina de matemática no Lago Grande.

Diferente das professoras Maria Helena e Adélia Calisto que viram na atividade docente a oportunidade de dar continuidade aos seus estudos e conseguiram chegar até a graduação⁶⁰, o professor Manoel Fábio, possivelmente ainda marcado pelo trauma do insucesso

⁶⁰ A professora Maria Helena é graduada em Teologia e a professora Adélia é graduada em Pedagogia.

no vestibular para o curso de Odontologia, não teve essa mesma percepção. Mesmo estando a atuar como professor desde 2003, ele não demonstra nenhum interesse em dar continuidade aos seus estudos. Ele, inclusive, tem frequentemente se recusado a participar dos cursos de formação continuada ofertado pela secretaria de educação de São José dos Basílios.

O desencantamento do professor Manoel Fábio com a sua própria escolarização apresenta uma faceta emblemática que, ao que parece, está fortemente ligada ao trauma citado acima. O mistério desse desencantamento está no fato de que o professor, embora, não tenha interesse em ao menos cursar uma graduação, a percepção que ele tem de si mesmo é a de que não é propriamente um professor, pois, em sua própria avaliação, ele não tem a qualificação exigida para essa função. A questão posta é: por que alguém que trabalha a cerca de quatorze anos como professor não percebe a si mesmo com tal? Ou como e a partir de quais referências teria se formado o conceito de professor na mente do professor Manoel Fábio?

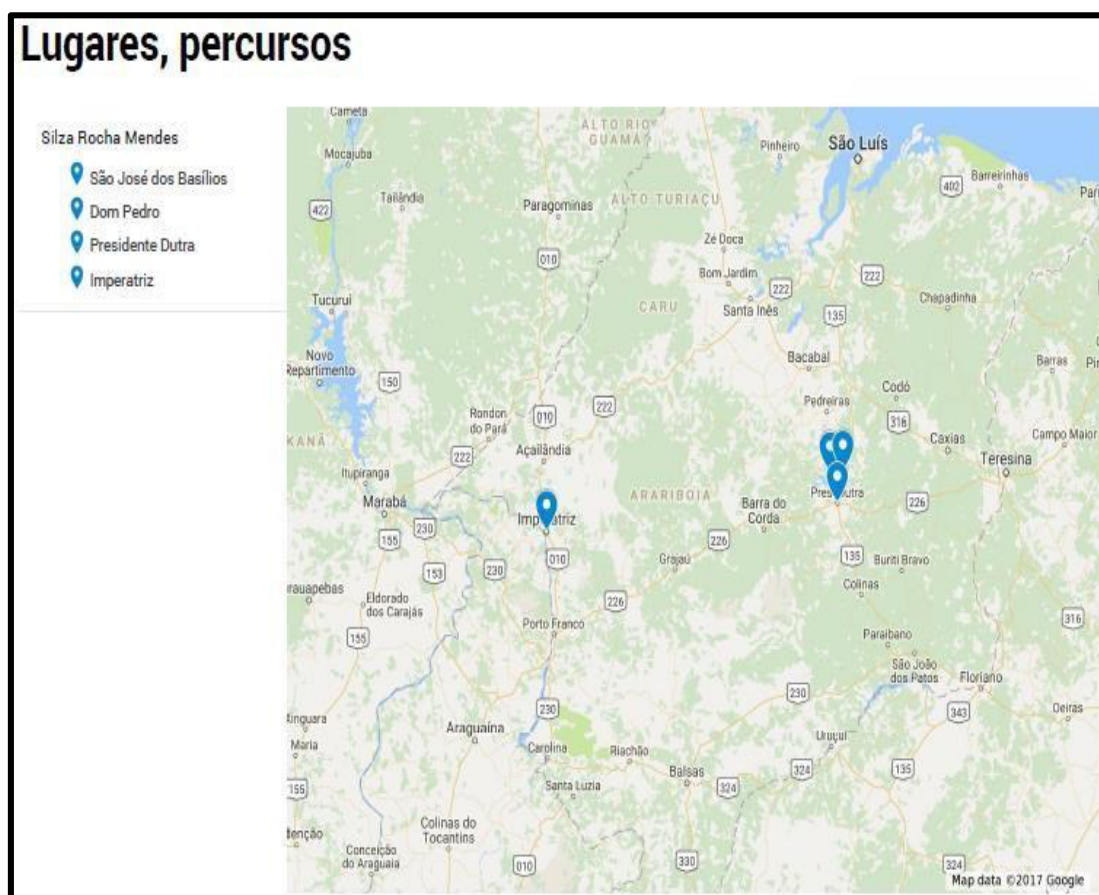
No entanto, Morais e Garnica (2016) salientam que “o processo de formação do professor (de matemática) não se restringe apenas aos espaços físicos das instituições escolares, nem, tampouco, apenas aos cursos de formação, mas, sim que esse processo se dá na vida cotidiana” (MORAIS; GARNICA, 2016). Portanto, desse ponto de vista, a avaliação que o professor Manoel Fábio faz de si mesmo está sedimentada em uma concepção de formação docente restritiva ao espaço dos cursos oficiais de formação.

As teias de relações que orientaram o sentido geográfico do deslocamento da professora Silza Rocha acrescentam um novo polo de influência à região desenhada pelo movimento de “migração escolar” dos professores entrevistados, esse polo é a cidade de Imperatriz – MA que fica a cerca de 440 Km de São José dos Basílios e está localizada no sentido geográfico oposto ao movimento de deslocamento dos outros professores.

A professora Silza Rocha nasce, em 1968, na cidade de Imperatriz e ainda criança sua família se transfere para Canafista, um pequeno povoado localizado a cerca de 2 Km do Lago Grande. O seu primeiro contato com o universo das letras se deu lá mesmo na Canafista, em uma espécie de “escola comunitária”. Esses tipos de escolas, muito comuns nas zonas rurais maranhenses mais isoladas, se constituíam a partir da carência de escolas públicas e do interesse de algumas famílias em que seus filhos fossem alfabetizar ali mesmo na comunidade onde moravam, com isso procurava-se na comunidade ou em comunidades vizinhas alguém capaz de ensinar as primeiras letras e operações básicas de matemática para as crianças da comunidade. Quando encontravam alguém capacitado para função - em geral, era algum autodidata com rudimento de leitura e contagem ou alguém com escolarização primária -, as famílias se responsabilizavam pelo pagamento dos honorários do professor, por viabilizar o lugar e definir

os horários nos quais poderiam ser realizadas as aulas. Em razão do crescente e acelerado processo de urbanização no estado maranhense, sobretudo a partir das décadas de 1980 e 1990, esse tipo de escola praticamente desapareceu.

Figura 16 - Mapa do deslocamento da professora Silza Rocha Mendes.



Fonte: Claudiomiro Ferreira de Oliveira (2018).

Com oito anos de idade a professora Silza Rocha começou a estudar no Grupo Escolar Hipólito da Costa, lá ela cursou até a 3ª série do Primeiro Grau Regular. Nesse período, a professora percorria a pé os dois quilômetros que separavam Canafista e Lago Grande, ela relata que no período chuvoso, quando os igarapés da região transbordavam e as águas cobriam o caminho que ligava os dois povoados, teve muitas vezes que atravessar a correnteza do igarapé com águas pela cintura. Essa experiência marcante na vida da professora revela aspectos relevantes do processo de formação dela, aspectos estes que estão ligados ao que Maurice Tardif (2007), ao refletir sobre os diferentes saberes imbricados na atividade docente, tem chamado de *saber cultural*, aquele saber herdado de uma certa trajetória de vida e da percepção de pertencimento a uma cultura particular. Essa experiência revela o alto grau de autonomia que tinha a uma criança de oito anos de idade, a coragem para enfrentar perigos e a precisão no

cálculo de riscos de vida. Estas competências/saberes adquiridas nessa e noutras experiências similares foram essenciais na construção, sempre inacabada, da identidade docente da professora Silza Rocha.

Em seguida, a professora Silza Rocha foi para cidade de Dom Pedro onde cursou novamente a 3ª série e, por fim, concluiu o Primeiro Grau Regular. Depois, a convite de sua avó, ela voltou a sua cidade natal, Imperatriz, onde concluiu o Segundo Grau Regular e o curso Técnico em Contabilidade. Posteriormente, ela retorna, porém, não mais para Canafista e sim para o Lago Grande, para onde sua família já havia se transferido.

Por volta de 1987, aparecem na casa onde mora a professora Silza Rocha, no Lago Grande, representantes da secretaria de educação do município de Presidente Dutra convidado a para lecionar na Escola Hipólito da Costa. Geralmente, naquela época, o *convite* era a forma adotada pelos governantes municipais para selecionar professores para lecionar nas escolas locais, esta modalidade de seleção funcionava da seguinte forma: inicialmente, sabia-se da notícia de que um *fulano de tal* possuía o Primeiro ou o Segundo Grau, ou que simplesmente era alfabetizado, em seguida, esse *fulano* era convidado por um representante a administração municipal vigente para lecionar e se ele aceitasse o convite faria uma *prova*, geralmente elaborada pela secretaria de educação do município, para aferir sua habilidade e se aprovado o fulano era *contratado*. O termo *contratado* está sendo usado aqui por força de expressão, pois, o que ocorria de fato era apenas um “acordo de boca” (como se fala na região), ou seja, uma espécie de acordo verbal entre o representante municipal e o futuro professor. Geralmente, não se assinava nenhum documento que comprovava esse acordo.

A professora Silza Rocha aceitou o convite que lhe foi feito, prestou o exame exigido pela administração municipal, foi aprovada e, com isso, foi contratada e passou a trabalhar como docente na Escola Hipólito da Costa. Ela relata que no início do trabalho sentiu muita dificuldade, mas que com o tempo ela foi se adaptando, sobretudo, depois dos aprendizados adquiridos nos cursos de formação de treinamento de professores dos quais passou a participa. Estes cursos ocorriam - geralmente nos meses de julho, janeiro e fevereiro de cada ano -, na sede do município de Presidente Dutra, para onde ela precisava se deslocar semestralmente.

Em 1995, a professora inicia o curso de magistério de nível médio em uma escola privada na cidade de Pedreiras⁶¹, porém, em razão na proximidade temporal entre um nascimento e outro das três filhas e das dificuldades em conciliar os estudos e a maternidade, ela abandona o curso. Em 2001, ela reinicia o curso do magistério, agora em São José dos

⁶¹ Pedreiras fica localizada a cerca de 70 Km de São José dos Basílios.

Basílios, e o conclui em 2003. No ano seguinte, ela inicia, em Dom Pedro, a graduação em Licenciatura em Letras – Português, pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, e a conclui em 2007. A rara oportunidade de cursar o Ensino Superior apareceu no horizonte da professora Silza Rocha através do Programa de Qualificação Docente - PQD. Esse programa faz parte de um movimento de interiorização do Ensino Superior no Maranhão, iniciado nos anos 1990. Um dos objetivos desse movimento é a descentralização do Ensino Superior, sobretudo, nas áreas das licenciaturas -, no estado, até então, quase inteiramente concentrada na capital, São Luís (FERNANDES, 2011).

O PQD foi a terceira versão de um programa de qualificação de professoras implementado no estado do Maranhão no início da década de 1990 com o objetivo de formar professores em nível superior. Em 1992, o Centro de Documentação e Informação CEDIN – SEEDUC/MA apresentou dados da educação maranhense nos quais constava que cerca de 92% dos professores que atuavam nas turmas de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e 37% dos professores do Ensino Médio não possuíam a habilitação mínima exigida em lei; dos cerca de 12.000 estabelecimentos escolares do estado, 96% deles pertenciam a administração públicas e 89% do alunado maranhense estavam matriculados nestas escolas públicas. Diante dos dados negativos apresentado na pesquisa, o governo do estado em parceria com a Universidade Estadual e as Secretarias Municipais de Educação, elaborou o Programa de Capacitação de Docentes do Sistema Oficial de Ensino do Estado do Maranhão (PROCAD), com previsão de início em 1993 e término em 1999. Com isso, o PROCAD é implantado e começa a funcionar em janeiro de 1993 abrangendo os municípios de São Luís, Bacabal, Caxias e Imperatriz.

Tendo terminado o período de vigência do programa a situação da educação pública maranhense continuava preocupante, foi então implementada a segunda versão do PROCAD com vista a dar continuidade à primeira e com previsão de término para 2003. Esta segunda versão foi chamada PROCAD Versão II, uma das mudanças em relação a primeira versão do programa foi a ampliação do número de polos sedes o que implicou no aumento do número de municípios e de alunos beneficiados. Da mesma forma que a segunda, a terceira versão do programa surge com objetivos ampliados e atualizados após avaliação das versões anteriores. Além disso, o programa é renomeado passando a se chamar Programa de Qualificação Docentes – PQD e as previsões de início e conclusão do programa são definidas para 2004 e 2007, respectivamente. Nesta nova versão, a abrangência do programa é novamente ampliada chegando, desta vez, a quase totalidade dos municípios dos maranhenses - cerca de 120 em um total de 217.

O percurso de formação dos professores colaboradores de nosso estudo é decisivamente marcado pelo movimento de deslocamento deles em busca de espaços formais de formação. Os fatores de influência e os meios de realização desses deslocamentos, contudo são diversos e plurais; no caso da professora Santília de Oliveira, por exemplo, há fatores ordem pessoas, familiares (o falecimento de sua mãe) e também de ordem política, social. Apesar disso, de um certo ponto de vista, é possível identificar dois fontes mais ou menos explícitas que influenciaram diretamente nos deslocamentos e na formação desses sujeitos: a primeira é a própria escola construída no povoado Lago Grande, que na medida que acolhe os estudantes e os alfabetiza cria, também, em suas mentes (e na mente de seus pais) e em seus vocabulários certas demandas por graus mais elevados de formação ou por modos outros de sobrevivência e realização pessoal que não aquele dos seus pais e avós; a segunda é a configuração dos quadros políticos estadual e local, que na medida em que certas forças políticas se alinha ou desalinham a presença do Estado na vida desses sujeito se efetiva com maior ou menor abrangência.

É notável que todas as narrativas dos nossos interlocutores mencionam de um modo ou de outro a interferência de certos interesses políticos envolvidos na entrada ou saída deles do emprego de professor. A professora Santília de Oliveira, por exemplo, narra que por volta de 1970 foi um representante político – o Zezinho Fiscal – em sua casa lhe convidar para lecionar no Lago Grande e, seis meses depois, outro representante político – o Zeca Doca – lhe destituiu desse emprego; as professoras Maria Helena, Adelícia Calisto e Silza Rocha narram que foram convidadas – em 1983, 1982 e 1987 respectivamente – a lecionar no Lago Grande também por representantes políticos; do mesmo modo, o professor Manoel Fábio foi, em 2003, também convidado.

Contudo, a interferência das alterações dos quadros políticos na formação desses professores é mais profunda do que a simples posse ou demissão em um cargo pública. Para compreender melhor essa interferência é importante ter em mente que até 1943, ano em que o distrito *Curador* – atual município de Presidente Dutra – foi elevado à categoria de município, o povoado Lago Grande era inteiramente isolado, sem estradas de rodagem, sem a presença do Estado em nenhuma de suas dimensões. Para se ter uma ideia desse isolamento, a cidade mais próxima, em direção da qual não havia estradas de rodagem apenas picadas, era Pedreira a cerca de 70 Km. Com a municipalização dos distritos de Curador, em 1943, e Mata do Nascimento – atual Dom Pedro – em 1952, alguns poucos serviços públicos começam a chegar próximo ao povoado. Por esse turno, o quadro político estadual desenhava o início da oligarquia *vitorinista* que duraria cerca de 20 anos (de 1945 a 1965). O pernambucano Vitorino de Brito Freire e seus correligionários lideraram a política maranhense por duas décadas e, embora o cenário nacional

apontasse para um movimento de democratização do país com o fim da ditadura Vargas (1937 – 1945), a gestão de Vitorino B. Freire e os seus foi marcada por violências, autoritarismo e corrupção.

No cenário local, a política era marcada por instabilidades e violências. Para se ter uma ideia, embora, Presidente Dutra tenha sido elevada à categoria de município em 1943, somente em 1948 a cidade teve seu primeiro prefeito eleito pelo voto dos seus cidadãos e, contudo, não pode tomar posse, em razão de não ser o preferido do então governador Sebastião Archer da Silva. Entre 1943 e 1948, os gestores do município eram indicados pelo governador do estado, contudo, essas indicações geralmente não eram bem recebidas pelas lideranças locais e assim se instaurava um clima de hostilidade e violência onde a única lei vigente era a lei do mais forte. Essa lógica de indicação do gestor pelo governador se manteve, mesmo que indiretamente, por muito tempo, em outras palavras, o “eleito pelo povo” era sempre aquele apoiado pelo governador. A primeira eleição no município ocorrida em 19 de janeiro de 1948 é um exemplo exemplar da permanência dessa lógica: na disputa eleitoral entre Ariston Arruda Lêda e Virgulino Ciliro de Sousa, o juiz Raul Porciúncula de Moraes depois de apuradas as urnas decretou que Virgulino C. Sousa era o vencedor, porém, insatisfeito com o resultado Ariston A. Lêda recorreu ao Tribunal Regional Eleitoral na capital que anulou a decisão do juiz local e o declarou Ariston vencedor do pleito (FILHO, 2007).

Os professores colaboradores de nosso estudo, exceto a professora Santília de Oliveira, nasceram na década de 1960 e vivenciaram, em suas infâncias e juventudes, um momento novo na vida cotidiana do Lago Grande e nos quadros políticos local, estadual e nacional. Em nível nacional, a ditadura civil militar de 1964 interrompeu abruptamente o processo de democratização do país iniciado com o fim da ditadura Vargas, em 1945. No nível estadual, a eleição de José Sarney de Araújo Costa, em 1965, para governador do estado põe fim a oligarquia vitorinista que durou 20 anos. José Sarney foi eleito governador com o apoio dos militares e com um plano de governo pautado nas ideias de desenvolvimento e modernização do Maranhão, em seu discurso de posse ele diz:

Esse plano de Governo, confiado à elaboração de técnicos maranhenses de elevado gabarito, visa a implantar a condição da infra-estrutura e a realizar investimentos sociais que possibilitem no Maranhão a grande arrancada de desenvolvimento que resumiremos nos seguintes itens: Reforma Administrativa, visão a moralização e a eficiência da máquina do Governo; Energia e Transporte; Educação e Saúde; Fomento Agropecuário e Industrialização (SARNEY, 1966, p. 16).

O espírito de desenvolvimento e modernização presente no discurso do recém-eleito governador não se concretiza na prática, ao mesmo não como se esperava ou necessitava.

Contudo, no universo da política, o sucesso do jovem governado é espantoso, ele conseguiu fazer convergir para si mesmo os interesses das elites econômicas, políticas e, em certa medida, intelectuais do estado de modo que pode se manter como liderança política de 1965 até nossos dias.

No nível local, emerge a personagem Valeriano Américo de Oliveira. Esse piauiense chegou ainda jovem em Presidente Dutra – na época Curador – e participou ativamente da vida política do município, ele foi eleito por duas vezes vice-prefeito (1956 – 1961 e 1961 – 1965) e prefeito (1966 – 1970 e 1973 – 1977). Assim como José Sarney, Valeriano Américo conseguiu costurar aliança políticas que o fez permanecer como líder da política local por cerca de 50 anos.

Em seu primeiro mandato de prefeito (1966-1970), Valeriano Américo, encantado pelo espírito desenvolvimentista e modernizador do discurso do então governador, realizou várias obras na sede do município de Presidente Dutra e também nos povoados São José dos Basílios e Lago Grande. Em São José dos Basílios, ele construiu o Mercado Central, espaço utilizado para comercialização da produção local; no Lago Grande, ele construiu o Grupo Escolar Hipólito da Costa, um Poço Artesiano e abriu Estradas de Rodagem. Todas essas mudanças trazidas pela presença do Estado, mesmo que insuficientes, impactaram decisivamente a vida e a formação dos nossos interlocutores. A abertura de Estradas de Rodagem até o Lago Grande facilitou o trânsito de pessoa e mercadoria, a construção do Grupo Escolar Hipólito da Costa inaugura no povoado um espaço oficial de formação que representa para esses professores não só o lugar onde foram alfabetizados, mas também o lugar onde iniciaram sua atividade docente.

Na década de 1980, o cenário político em Presidente Dutra é reconfigurado, o domínio político de Valeriano Américo é interrompido com a eleição do jovem engenheiro Remy Alves Soares para o poder executivo municipal. Essa nova alteração do quadro político local, desenhou novos horizontes para nossos interlocutores. Remy Alves Soares, o seu primeiro mandato (1983 – 1988), reconstrói o Grupo Escolar Hipólito da Costa que, como relata a professora Silza Rocha, já estava com algumas paredes caídas e, por essa razão, as aulas estavam sendo realizadas em casas alugadas lá mesmo no povoado, depois dessa reforma a escola muda de nome e passa a se chamar Escola Hipólito da Costa. E, além disso, as professoras Adélia Calisto, Maria Helena e Silza Rocha são convidadas, a lecionar no Lago grande e, com isso, tiveram as vidas novamente atingidas pelas reconfigurações da política.

Na década de 1990, uma nova alteração nos quadros políticos locais afeta a vidas dos professores. São José dos Basílios se desmembra de Presidente Dutra, em 1994, e com isso a Escola Hipólito da Costa e seus funcionários passam para a tutela administrativa desse novo

município. Com isso, novas alianças são feitas e novos espaços de formação são construídos. Esse momento de reconfiguração política marcou profundamente a professora Adelícia Calisto, pois, ela que já fora professora por mais de uma década e, algumas vezes, diretora substituta na escola Hipólito da Costa passou a trabalhar como zeladora nesta mesma escola. A experiência da professora Adelícia Calisto é um exemplo fortemente representativo do quanto as alterações dos quadros políticos locais afetam profundamente a formação docente em São José dos Basílios.

Na primeira eleição municipal de São José dos Basílios, em 1996, foi eleito o senhor Francisco Wilson Borges para comandar, pela primeira vez, o executivo do recém-criado município. Desde os primeiros dias do seu nascimento o município ficou marcado, na área da educação, pela carência de professores para atuarem nas escolas herdadas com a emancipação. Uma parte dessa carência de professores foi também herdada com a emancipação, porém ela foi acentuada pelo fato de que muitos professores preferiram, muitas vezes em razão de relações políticas, continuar ligados ao município de Presidente Dutra e, com isso, foram transferidos para outras escolas em Presidente Dutra, aumentando assim a insuficiência de professores em São José dos Basílios.

Nas eleições municipais seguinte, o empresário dom-pedrense Chico Riograndense é eleito por duas vezes seguidas (2001-2004 e 2005-2008) ao executivo municipal e desde então tornou-se a maior liderança política no município. É sob a administração dessa nova liderança política que o professor Manuel Fábio inicia sua carreira docente na Unidade Integrada Hipólito da Costa. Ele foi convidado, em 2003, pela então secretária de educação do município para lecionar a disciplina de matemática na Unidade Integrada Hipólito da Costa em razão, segundo a secretária, de não haver professor para ministrar essa disciplina naquele ano letivo. Se poderia perguntar, nesse caso, por que convidaram o professor Manoel Fábio? Por que não convidaram uma outra pessoa? Uma das possíveis respostas as essas questões é que, assim como no caso dos demais professores que participaram nesse estudo, a carência de docentes e as ligações políticas foram fatores de influência que abriram os caminhos que levaram o professor Manoel Fábio até a sala de aula.

Contudo, há de se ressaltar que a competência, a coragem e o comprometimento desses professores e de outros da região com a formação deles próprios e com a atividade docente foram fatores determinantes na construir a educação pública na região de São José dos Basílios.

ARRAZOADOS ADICIONAIS

O fenômeno da formação de professores e professoras no Maranhão é marcado por um conjunto complexo e diverso de fatores de influência. Essa nossa pesquisa traz à cena os elementos *deslocamento (migração) dos professores* e as *alterações dos quadros políticos local e estadual* como fatores marcantes da formação docentes no estado. Nossa investigação se pauta nos pressupostos e procedimentos da História Oral e para esta pesquisa entrevistamos professores e professoras que lecionaram/lecionam na Unidade Integrada Hipólito da Costa, localizada no povoado Lago Grande, município de São José dos Basílios.

As presumíveis vinculações entre os elementos *deslocamento (migração) dos professores* e as *alterações dos quadros políticos local e estadual* com a formação dos professores e professoras que lecionaram/lecionam na Unidade Integrada Hipólito da Costa, surgiram ao longo da realização da pesquisa e logo se tornaram fios condutores na construção de nossa narrativa (histórica) sobre a formação docente na região de São José dos Basílios.

Visando tornar mais viva e comunicativa nossa narrativa (histórica), julgamos conveniente construí-la como que num mosaico de narrativas, em que as várias imagens (mapas, poemas, fotos, etc.) dispostas ao longo do texto compõem o quadro de nossa narrativa sobre a formação docente em São José dos Basílios. Esta miscelânea de narrativas/imagens permite então que se olhe, ao mesmo tempo, para vários recortes de imagens e assim se consiga perceber traços de semelhanças e dessemelhanças, sinais ou cicatrizes que os identificam (os separam) em suas particularidades e os unem em suas experiências comuns.

Para explicitarmos os caminhos que nos levaram a articular, em nossa narrativa, os elementos citados acima e a formação de professores em São José dos Basílios, elaboramos um breve histórico da formação oficial (escolarização) deste pesquisador, que aqui escreve, e da constituição dos primeiros espaços formais de formação docente no país – as Escolas Normais e as Licenciaturas - para sinalizar o objeto e a problematização do nosso estudo; em seguida, apresentamos uma narrativa histórica da formação do município de São José dos Basílios e do povoado Lago Grande – o lócus de nosso estudo – para dizer do lugar de onde falamos; depois, desenvolvemos uma narrativa acerca da metodologia mobilizada em nossa pesquisa; apresentamos, em seguida, o conjunto dos relatos orais dos nossos interlocutores; e, por fim, construímos uma narrativa sobre a formação de professores na região de São José do Basílios.

Nessa mosaico é possível, a partir de uma certa lente e enquadramento das imagens/narrativas, encontrar as marcas do deslocamento (migração) em todas elas, muito embora as razões e implicações desses deslocamentos sejam sempre diversos e múltiplos.

Quanto as alterações dos quadros políticos, o que se percebe é a presença mais ou menos densa do Estado e sua dinâmica como elemento determinante no processo de formação (formal ou não formal) docente.

Na história que narramos aqui – uma das várias possíveis – buscamos olhar para qual foi a formação necessária/exigida ou por qual processo formativo passaram os professores que atuaram na Unidade Integrada Hipólito da Costa. O que pareceu perceptível, do ponto em que avistamos, foi que a formação inicial desses professores não se mostrou, em relação aos elementos pontuados no capítulo final desse texto, muito diferente da formação inicial dos estudantes que hoje frequentam a escola no Lago Grande. É certo que as alterações nos quadros políticos, foram determinantes nas profundas mudanças que ocorreram na escola, desde sua fundação nos anos de 1960, e no povoado, em suas quase nove décadas de existência. Hoje há energia elétrica no povoado, há ruas asfaltadas, carros para transportar os alunos e alguns professores já possuem curso superior. Contudo, há alguns aspectos que ainda resistiram às alterações dos quadros políticos e à dinâmica das transformações históricas. Por exemplo, a seleção de professores para atuarem nas escolas do município continua sendo, geralmente, através de “convites” feitos a aliados políticos, além disso, devido a carência de Ensino Superior público na região muitos estudantes continuam se deslocarem em busca formação superior. As teias de relações tecidas no passado continuam levando os jovens a percorrer a região de influência desenhada pelos deslocamentos dos professores colaboradores, bem como outros deslocamentos estão sendo realizados e novas regiões de influência sendo desenhadas.

Não se pode perder de vista, no entanto, que seja em busca de sobrevivência, de formação, seja em busca de realizar sonhos e/ou desejos os homens e mulheres sempre estiveram, estão e estarão indo ou voltando de algum lugar. Do mesmo modo, os quadros políticos sempre guiados pela dinâmica das contingências próprias do espírito humano estarão também continuamente a se alterar. Com isso, um outro encaminhamento possível desse nosso trabalho é o de que ele é – ou pretende ser – uma contribuição ao *registro de memórias* coletivas locais (Halbwachs, 2006), uma vez que esse tema ganhe, com nosso trabalho, a possibilidade de frequentar o debate público local ou regional. No entanto, há, ainda e sempre, muita coisa por criar, por construir, por inventar, por narrar.

Por fim, o que queremos ressaltar com vivacidade em nosso trabalho é que a competência, a coragem e o comprometimento dos professores colaboradores desse estudo – e de outros professores da região – com a formação deles próprios e com a atividade docente foram fatores determinantes na construir a educação pública na região de São José dos Basílios.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR. D. M. A Invenção do Nordeste e outras artes. 4 ed. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 2011.
- ARAÚJO FILHO, José Pedro de. Viajando de Curador a Presidente Dutra. Teresina: Halley, 2007. 383 p.
- ARRUDA, G. Cidades e sertões: entre a história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000.
- ASSELIN, Victor. Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás. Imperatriz, MA: Ética, 2009.
- BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p.84-91
- BACHELARD, G. A Poética do Espaço. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BARALDI, Ivete M. Retraços da educação matemática na região de Bauru (SP): uma história em construção. Rio Claro, 2003. 288 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.
- BERNARDES, Marisa R. As várias vozes e seus regimes de verdade: um estudo sobre profissionalização (docente?). 2003. 269 f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) - Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2003.
- BRASIL. Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Câmara dos Deputados, Brasília, 15 dez. 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro1967-359071-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2017.
- BUZAR, Benedito B. Vitorinistas e oposicionistas: biografias, São Luís: Lithograf, 2001, p. 253 – 268.
- CAMPOS, José N. B. A Evolução das Políticas Públicas No Nordeste. In: A Questão da Água no Nordeste / Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Agência Nacional de Águas. – Brasília, DF: CGEE, 2012.
- CARVALHO, Otamar de. As secas e seus impactos. In: A Questão da Água no Nordeste / Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Agência Nacional de Águas. – Brasília, DF: CGEE, 2012.
- CASTANHA, 2008 – CASTANHA, André P. ESCOLAS NORMAIS NO SÉCULO XIX: um estudo comparativo. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.32, p.17-36, dez., 2008.
- CERTEAU, M. A Invenção do Cotidiano. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 2000. (3ª Parte: Práticas de Espaço).

CURY, Fernando G. Uma narrativa sobre a formação de professores de matemática em Goiás. 2007. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Rio Claro, 2007.

CURY, Fernando G. Uma História de Professores de Matemática e das Instituições Formadoras do Estado do Tocantins. 2011. 290 f. Tese (Doutorado) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2011.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Uma história concisa da matemática no Brasil. Editora Vozes, Petrópolis/RJ, 2008.

FARIA, R. H. M; MONTENEGRO, A. Memórias de professores: histórias da UFMA e outras histórias. São Luís: Universidade Federal do Maranhão/ Departamento de História, Brasília, 2005. 610p.

FERNANDES, Déa N. Concepções dos professores de matemática: uma contra - doutrina para nortear a prática. 2001. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2001.

FERNANDES, Déa N. Sobre a formação do professor de matemática no Maranhão: cartas para uma cartografia possível. 2011. 388 f.: il. Tese (doutorado em Educação Matemática) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2011.

FERREIRA, Marcia M. G. Construção do Eldorado Maranhense: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim (1930-1970). Niterói – RJ, 2015. 337 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Niterói – Rio de Janeiro, 2015.

FERREIRA, Antônio J. de A. Políticas Territoriais e a reorganização do Espaço Maranhense. São Paulo – SP, 2008. 269 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo – SP, 2008.

FGV CPDOC. Verbetes: SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-da-amazonia-sudam>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

FGV CPDOC. Verbetes: SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-do-nordeste-sudene>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 24.ed. São Paulo: Edições Graal, 2007.

GAERTNER, Rosinéte. A matemática escolar em Blumenau (SC) no período de 1889 a 1968: da Neu Deutsche Schule à fundação Universidade Regional de Blumenau. 2004. 248 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004.

GARNICA, A. V. M. Resgatando Oralidades para a História da Matemática e da Educação Matemática Brasileiras: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo. *Revista Brasileira de História da Matemática*, v. 7, p. 247 - 279, 2007.

GARNICA, Antônio V. M. *Elementos de História e de Educação Matemática*. São Paulo: Cultura Acadêmica, Unesp, 2012.

GARNICA, A. V. M. História Oral em Educação Matemática: um panorama sobre pressupostos e exercícios de pesquisa. *História Oral (Rio de Janeiro)*, v. 18, p. 35 - 53, 2015

GASPAR, Lúcia. *O Nordeste do Brasil*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2011. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

GALETTI, Ivani P. *Educação Matemática e Nova Alta Paulista: orientação para tecer paisagens*. Rio Claro, 2004. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: centauro, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico: estimativa, Maranhão*. Rio de Janeiro, 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico: estimativa, Maranhão*. Rio de Janeiro, 2017.

MACENA, Marta M. M. *Sobre formação e prática de professores de Matemática: estudo a partir de relatos de professores, década de 1960, João Pessoa (PB)*. 2013. 369 f. Tese (doutorado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Rio Claro, SP, 2013.

MAGALHÃES, A.R.; DE NYS, E.; ENGLE, N.L. *Secas no Brasil: política e gestão proativas*. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos- CGEE; Banco Mundial, 2016. 292 p.

MARANHÃO. *Lei Estadual nº 6.156 de 10 de novembro de 1994. Dispõe sobre a criação do município de São José dos Basílios e dá outras providências*. Diário Oficial [do] Estado do Maranhão, São Luís, MA, 10 nov. 1994. p. 69.

MARTINS, Maria E. *Resgate histórico da formação e atuação de professores de escolas rurais da região de Bauru (SP)*. Bauru, 2003. Relatório de Iniciação Científica. Fapesp/Departamento de Matemática, Universidade Estadual Paulista, Bauru (SP), 2003.

MARTINS-SALANDIM, Maria E. *Escolas Técnicas Agrícolas e Educação Matemática: história, práticas e Marginalidade*. 2007. 265 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

MARTINS-SALANDIM, Maria E. *A interiorização dos cursos de Matemática no estado de São Paulo: um exame da década de 1960*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro – SP, 2012.

MASSEY, Doreen. Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELO, Sandra M. B. A. Formação de Professores: o Instituto de Educação do Maranhão (1939 – 1973). 2009. 211 f.: Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas (Faculdade de Educação), Campinas/SP, 2009.

MORAIS, Marcelo B. Peças de uma história: formação de professores de matemática na região de Mossoró/RN. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 2012.

MORAIS, Marcelo B. de & GARNICA, Antônio V. M. Da duração situada: um estudo sobre historiografia, espaço e Educação Matemática. REVEMAT. Florianópolis (SC), v.11, Ed. Filosofia da Educação Matemática, p. 77-95, 2016.

MORAIS, Marcelo B. de. Se um viajante... percursos e histórias sobre a formação de professores de matemática no Rio Grande do Norte. 2017. 1006 f. Tese (doutorado em Educação Matemática) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2017.

MOREIRA, Williane B. “Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá...”: sobre o Projeto Inajá e a formação de professores no médio Araguaia. 2016. 302 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas da, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2016.

PAIVA, PAULO H. A. A. de. Entre as Memórias do Campo das Vertentes: uma história da formação de Professores de Matemática da Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (FUNREI) no período de 1987 a 2001. 2016. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2016.

QUEIROZ, M. I. P. de. História, História Oral e arquivos na visão de uma socióloga. In: FERREIRA, M. de M. (Org) História Oral. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p.101-116.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SARNEY, José. Discurso de Posse ao Governo do Estado. São Luís, 1966. p. 16.

SAVIANI, Dermeval; [et al]. O Legado educacional do século XX no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teoria da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 41a ed., 2009. (Coleção Polêmicas de nosso tempo; 5).

SCHAMA, S. Paisagem e Memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEARA, Helenice F. Núcleo de Estudo e Difusão do Ensino da Matemática – NEDEM – “Não é Difícil Ensinar Matemática”. 2005. 228 f. Dissertação (Mestrado) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SILVA, Heloisa da. Centro de Educação Matemática (CEM): fragmentos de identidade. 2006. 480 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 2006.

SILVA, Viviane C. Narrativas de Professoras que Ensinam Matemática na Região de Blumenau (SC): sobre as Feiras Catarinenses de Matemáticas e as práticas e concepções sobre ensino e aprendizagem de matemática. 2014. 321 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Bauru, 2014.

SOUZA, Gilda L. D. Três décadas de Educação Matemática: um estudo de caso da baixada santista no período de 1953 – 1980. Rio Claro, 1998. 279 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1998.

SOUZA, Luzia A. de. História oral e educação matemática: um estudo, um grupo, uma compreensão a partir de várias versões. 2006. 314 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2006.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

TARDIF, Maurice. Saberes Docentes e Formação Profissional. 8a edição Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TOILLIER, Jean S. A formação do professor (de matemática) em terras paranaenses inundadas. 2013. 285 f. Dissertação (mestrado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciência Exatas, Rio Claro, 2013.

TROVÃO, José Ribamar. O Processo de Ocupação do Território Maranhense. São Luís: IMESC, 2008.

TUAN, Y. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VIRGÍNIO, Maria Helena da S. Análise dos conceitos de formação docente no contexto educativo-formativo brasileiro. João Pessoa – PB, 2009. 153 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação. João Pessoa, 2009.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Investigação Filosóficas. 4ª ed. Trad. Marcos Montagnoli; ver. Emmanuel Carneiro Leão. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco; Petrópolis: vozes, 2005 (Coleção Pensamento Humano).

ANEXOS

ANEXO A - Carta de Cessão de Santília de Oliveira Silva**CARTA DE CESSÃO**

São José dos Basílios/MA 01 de Fevereiro de 2017

Eu, Santília de Oliveira Silva
RG Nº/CPF 649.272.023-72 declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no dia 25/04/2016, transcrita e elabora em forma de texto, para Claudiomiro Ferreira de Oliveira usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo terceiros ouvi-la e transcrevê-la, ficando vinculado o controle a Claudiomiro Ferreira de Oliveira, que tem a sua guarda, ou a outro que ele possa a vir determinar.
Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta.

Santília Oliveira Silva

ANEXO B - Carta de Cessão de Manoel Fábio Martins de Almeida**CARTA DE CESSÃO**

São José dos Basílios/MA 31 de Janeiro de 2016

Eu, Manoel Fábio m. de Almeida
RG Nº 792.695 SS PI declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no dia 06/06/2016, transcrita e elabora em forma de texto, para Claudiomiro Ferreira de Oliveira usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo terceiros ouvi-la e transcrevê-la, ficando vinculado o controle a Claudiomiro Ferreira de Oliveira, que tem a sua guarda, ou a outro que ele possa a vir determinar.
Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta.

Manoel Fábio m. de Almeida

ANEXO C - Carta de Cessão de Adélia Calisto do Nascimento**CARTA DE CESSÃO**

São José dos Basílios/MA 01 de Fevereiro de 2016

Eu, Adelicia Calisto do Nascimento
RG Nº 46810995-1 declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no dia 07/05/2016, transcrita e elabora em forma de texto, para Claudiomiro Ferreira de Oliveira usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo terceiros ouvi-la e transcrevê-la, ficando vinculado o controle a Claudiomiro Ferreira de Oliveira, que tem a sua guarda, ou a outro que ele possa a vir determinar.

Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta.

Adelicia Calisto do Nascimento

ANEXO D - Carta de Cessão de Maria Helena de Oliveira Sousa**CARTA DE CESSÃO**

São José dos Basílios/MA 02 de Fevereiro de 2016

Eu, Maria Helena de Oliveira Sousa
RG Nº 039025182010-0 declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no dia 29/03/2016, transcrita e elaborada em forma de texto, para Claudiomiro Ferreira de Oliveira usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo terceiros ouvi-la e transcrevê-la, ficando vinculado o controle a Claudiomiro Ferreira de Oliveira, que tem a sua guarda, ou a outro que ele possa a vir determinar.
Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta.

Maria Helena de Oliveira Sousa

ANEXO E: Termo de consentimento de livre esclarecimento e Carta de anuência de Adélia Calisto do Nascimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CGC: 06.279.103/0001-19
 Av. dos Portugueses, 1966. Campus do Bacanga - São Luís/MA - CEP 65085-580 (98)
 3301-8702/8703 - e-mail: pppg@ufma.br

TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIMENTO

Eu, Adélia Calisto do Nascimento.....
 brasileira(o), casada(o), 56 anos de idade, residente na rua
Lago Grande, São José dos Basílios/MA..... RG 8.181.256.3/87
 estou sendo convidado a participar de um estudo denominado **SOBRE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS (MA): saberes, dizeres e fazeres de professores e professoras**, cujo(s) objetivo(s) é(são): **Constituir uma narrativa sobre a educação matemática na zona rural do município maranhense de São José dos Basílios, partada nas memórias e histórias de vida de professores que ensinaram e/ou ensinam na escola Unidade Integrada Hipólito da Costa**. A minha participação no referido estudo será no sentido de *responder algumas perguntas, em forma de entrevista gravada, sobre a história de minha vida, a história de minha vida escolar (como aluno(a) e como professor(a)) e sobre a história da escola Unidade Integrada Hipólito da Costa.*

Fui alertado de que, da pesquisa a se realizar, posso esperar alguns benefícios, tais como: *a reconhecimento por está contribuindo na construção de um estudo sobre a escola na qual fui/sou professor(e), a satisfação de ajudar na construção de uma história sobre a vida de colegas professores(as) que trabalharam/trabalham na escola Hipólito da Costa e, a alegria de ter minhas memórias registradas e arquivadas de modo a servirem de base para este e outros estudos e de exemplo para futuros professores e professoras.* Recebi, por outro lado, os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo. Assim, há a possibilidade de algum constrangimento público ou privado decorrente de minha opinião ou visão (relatada na entrevista) em relação a um dado acontecimento do passado; há o risco de que as informações extraídas dos relatos sejam usadas de forma indevida.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada. Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer

momento, sem precisar justificar, e, se desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo.

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são: Claudiomiro Ferreira de Oliveira e Déa Nunes Fernandes(orientadora), pesquisadores vinculados a Universidade Federal de Maranhão(UFMA) via Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPECEM), localizado em, Av. dos Portugueses, 1966. Campus do Bacanga/São Luís/MA – CEP: 65085-580; (98) 3301-8702/8703 (e-mail: pppg@ufma.br) e com eles poderei manter contato pelos telefones: (98) 8433-0041/81544451 (ou e-mail: claudiomirofo@gmail.com)

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas conseqüências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor do aqui mencionado e compreendido a natureza e objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.

São José dos Basílios/MA, 20 de Abril de 2016.

Adelícia Calisto do Nascimento

Assinatura do Participante da Pesquisa

Claudomiro Ferreira de Oliveira

Assinatura do Pesquisador(a)

Assinatura do Orientador(a)

Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa do CEP/UFMA. Endereço: Av. dos Portugueses, 1966. Campus do Bacanga - São Luís/MA CEP: 65085-580; Fone: (98)3272-8708; e-mail: cepufma@ufma.br

ANEXO F: Termos de consentimento de livre esclarecimento e Carta de anuência de Maria Helena de Oliveira Sousa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CGC: 06.279.103/0001-19
Av. dos Portugueses, 1966. Campus do Bacanga - São Luís/MA - CEP 65085-580 (98)
3301-8702/8703 - e-mail: pppg@ufma.br

TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIMENTO

Eu, Maria Helena de Oliveira Sousa.....
 brasileira(o), casada(o), 51 anos de idade, residente na rua
Rua Luis Carlos, n. 425 - São José dos Basílios - MA RG. 039025182010-0
 estou sendo convidado a participar de um estudo denominado **SOBRE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS (MA): saberes, dizeres e fazeres de professores e professoras**, cujo(s) objetivo(s) é(são): *Constituir uma narrativa sobre a educação matemática na zona rural do município maranhense de São José dos Basílios, pautada nas memórias e histórias de vida de professores que ensinaram e/ou ensinam na escola Unidade Integrada Hipólito da Costa.* A minha participação no referido estudo será no sentido de *responder algumas perguntas, em forma de entrevista gravada, sobre a história de minha vida, a história de minha vida escolar (como aluno(a) e como professor(a)) e sobre a história da escola Unidade Integrada Hipólito da Costa.*

Fui alertado de que, da pesquisa a se realizar, posso esperar alguns benefícios, tais como: *o reconhecimento por está contribuindo na construção de um estudo sobre a escola na qual fui professor(a), a satisfação de ajudar na construção de uma história sobre a vida de colegas professores(as) que trabalharam/trabalhão na escola Hipólito da Costa e, a alegria de ter minhas memórias registradas e arquivadas de modo a servirem de base para este e outros estudos e de exemplo para futuros professores e professoras.* Recebi, por outro lado, os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo. Assim, *há a possibilidade de algum constrangimento público ou privado decorrente de minha opinião ou visão (relatada na entrevista) em relação a um dado acontecimento do passado; há o risco de que as informações extraídas dos relatos sejam usadas de forma indevida.*

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar

meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e, se desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo.

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são: Claudiomiro Ferreira de Oliveira e Déa Nunes Fernandes(orientadora), pesquisadores vinculados a Universidade Federal de Maranhão(UFMA) via Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPECEM), localizado em, Av. dos Portugueses, 1966. Campus do Bacanga/São Luís/MA – CEP: 65085-580; (98) 3301-8702/8703 (e-mail: pppg@ufma.br) e com eles poderei manter contato pelos telefones: (98) 8433-0041/81544451 (ou e-mail: claudiomirofo@gmail.com)

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas conseqüências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor do aqui mencionado e compreendido a natureza e objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.

São José dos Basílios/MA, 20 de Março de 2016.

Maria Helena de Oliveira Sousa.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Claudio Miro Ferreira de Oliveira

Assinatura do Pesquisador(a)

Assinatura do Orientador(a)

Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa do CEP/UFMA. Endereço: Av. dos Portugueses, 1966. Campus do Bacanga - São Luís/MA CEP: 65085-580; Fone: (98)3272-8708; e-mail: cepufma@ufma.br

**ANEXO G: Termos de consentimento de livre esclarecimento e Carta de anuência de
Manoel Fábio Martins de Almeida**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CGC: 06.279.103/0001-19
Av. dos Portugueses, 1966. Campus do Bacanga - São Luís/MA - CEP 65085-580 (98)
3301-8702/8703 - e-mail: pppg@ufma.br

TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIMENTO

Eu, Manoel Fábio Martins de Almeida,
 brasileira(o), casada(o), 49 anos de idade, residente na rua
Lago Grande, São José dos Basílios/MA, RG 792 695 SSP
 estou sendo convidado a participar de um estudo denominado **SOBRE EDUCAÇÃO
 MATEMÁTICA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS (MA):
 saberes, dizeres e fazeres de professores e professoras**, cujo(s) objetivo(s) é(são): **Constituir
 uma narrativa sobre a educação matemática na zona rural do município maranhense de
 São José dos Basílios, pautada nas memórias e histórias de vida de professores que
 ensinaram e/ou ensinam na escola Unidade Integrada Hipólito da Costa**. A minha
 participação no referido estudo será no sentido de *responder algumas perguntas, em forma de
 entrevista gravada, sobre a história de minha vida, a história de minha vida escolar (como
 aluno(a) e como professor(a)) e sobre a história da escola Unidade Integrada Hipólito da
 Costa*.

Fui alertado de que, da pesquisa a se realizar, posso esperar alguns benefícios, tais
 como: *o reconhecimento por está contribuindo na construção de um estudo sobre a escola na
 qual fui/sou professor(a), a satisfação de ajudar na construção de uma história sobre a vida
 de colegas professores(as) que trabalharam/trabalham na escola Hipólito da Costa e, a
 alegria de ter minhas memórias registradas e arquivadas de modo a servirem de base para
 este e outros estudos e de exemplo para futuros professores e professoras*. Recebi, por outro
 lado, os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do
 estudo. Assim, *há a possibilidade de algum constrangimento público ou privado decorrente
 de minha opinião ou visão (relatada na entrevista) em relação a um dado acontecimento do
 passado; há o risco de que as informações extraídas dos relatos sejam usadas de forma
 indevida*.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada. Também fui informado de
 que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer

momento, sem precisar justificar, e, se desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo.

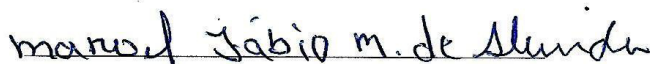
Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são: Claudiomiro Ferreira de Oliveira e Déa Nunes Fernandes(orientadora), pesquisadores vinculados a Universidade Federal de Maranhão(UFMA) via Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPECEM), localizado em, Av. dos Portugueses, 1966. Campus do Bacanga/São Luís/MA – CEP: 65085-580; (98) 3301-8702/8703 (e-mail: pppg@ufma.br) e com eles poderei manter contato pelos telefones: (98) 8433-0041/81544451 (ou e-mail: claudiomirofo@gmail.com)

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas conseqüências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor do aqui mencionado e compreendido a natureza e objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.

São José dos Basílios/MA, 05 de maio de 2016.



Assinatura do Participante da Pesquisa



Assinatura do Pesquisador(a)

Assinatura do Orientador(a)

Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa do **CEP/UFMA**. Endereço: Av. dos Portugueses, 1966. Campus do Bacanga - São Luís/MA CEP: 65085-580; Fone: (98)3272-8708; e-mail: **cepufma@ufma.br**

ANEXO H: Termos de consentimento de livre esclarecimento e Carta de anuência de Santília de Oliveira Silva

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CGC: 06.279.103/0001-19
 Av. dos Portugueses, 1966. Campus do Bacanga - São Luís/MA - CEP 65085-580 (98)
 3301-8702/8703 - e-mail: pppg@ufma.br

TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIMENTO

Eu, Santília de Oliveira da Silva,
 brasileira(o), casada(o), 64 anos de idade, residente na rua
Rua Lino Pires, n. 501, D. Pato, MA CPT RG 649 272 023-72,
 estou sendo convidado a participar de um estudo denominado **SOBRE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS (MA): saberes, dizeres e fazeres de professores e professoras**, cujo(s) objetivo(s) é(são): *Constituir uma narrativa sobre a educação matemática na zona rural do município maranhense de São José dos Basílios, pautada nas memórias e histórias de vida de professores que ensinaram e/ou ensinam na escola Unidade Integrada Hipólito da Costa.* A minha participação no referido estudo será no sentido de *responder algumas perguntas, em forma de entrevista gravada, sobre a história de minha vida, a história de minha vida escolar (como aluno(a) e como professor(a)) e sobre a história da escola Unidade Integrada Hipólito da Costa.*

Fui alertado de que, da pesquisa a se realizar, posso esperar alguns benefícios, tais como: *o reconhecimento por está contribuindo na construção de um estudo sobre a escola na qual fui/sou professor(a), a satisfação de ajudar na construção de uma história sobre a vida de colegas professores(as) que trabalharam/trabalham na escola Hipólito da Costa e, a alegria de ter minhas memórias registradas e arquivadas de modo a servirem de base para este e outros estudos e de exemplo para futuros professores e professoras.* Recebi, por outro lado, os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo. Assim, *há a possibilidade de algum constrangimento público ou privado decorrente de minha opinião ou visão (relatada na entrevista) em relação a um dado acontecimento do passado; há o risco de que as informações extraídas dos relatos sejam usadas de forma indevida.*

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar

meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e, se desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo.

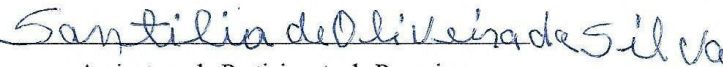
Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são: Claudiomiro Ferreira de Oliveira e Déa Nunes Fernandes(orientadora), pesquisadores vinculados a Universidade Federal de Maranhão(UFMA) via Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPECEM), localizado em, Av. dos Portugueses, 1966. Campus do Bacanga/São Luís/MA – CEP: 65085-580; (98) 3301-8702/8703 (e-mail: pppg@ufma.br) e com eles poderei manter contato pelos telefones: (98) 8433-0041/81544451 (ou e-mail: claudiomirofo@gmail.com)

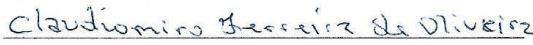
É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas conseqüências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor do aqui mencionado e compreendido a natureza e objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.

São José dos Basílios/MA, 20 de Abril de 2016.


Assinatura do Participante da Pesquisa


Assinatura do Pesquisador(a)

Assinatura do Orientador(a)

Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa do CEP/UFMA. Endereço: Av. dos Portugueses, 1966. Campus do Bacanga - São Luís/MA CEP: 65085-580; Fone: (98)3272-8708; e-mail: cepufma@ufma.br

ANEXO I: Termos de consentimento de livre esclarecimento e Carta de anuência de Silza Rocha Mendes.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CGC: 06.279.103/0001-19
Av. dos Portugueses, 1966. Campus do Bacanga - São Luís/MA - CEP 65085-580 (98)
3301-8702/8703 - e-mail: pppg@ufma.br

TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIMENTO

Eu, Silza Rocha Mendes,
 brasileira(o), casada(o), 48 anos de idade, residente na rua
Lago Grande São José dos Basílios/MA RG. J. 181.762,
 estou sendo convidado a participar de um estudo denominado **SOBRE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS (MA): saberes, dizeres e fazeres de professores e professoras**, cujo(s) objetivo(s) é(são): **Constituir uma narrativa sobre a educação matemática na zona rural do município maranhense de São José dos Basílios, pautada nas memórias e histórias de vida de professores que ensinaram e/ou ensinam na escola Unidade Integrada Hipólito da Costa. A minha participação no referido estudo será no sentido de responder algumas perguntas, em forma de entrevista gravada, sobre a história de minha vida, a história de minha vida escolar (como aluno(a) e como professor(a)) e sobre a história da escola Unidade Integrada Hipólito da Costa.**

Fui alertado de que, da pesquisa a se realizar, posso esperar alguns benefícios, tais como: *o reconhecimento por está contribuindo na construção de um estudo sobre a escola na qual fui/sou professor(a), a satisfação de ajudar na construção de uma história sobre a vida de colegas professores(as) que trabalharam/trabalham na escola Hipólito da Costa e a alegria de ter minhas memórias registradas e arquivadas de modo a servirem de base para este e outros estudos e de exemplo para futuros professores e professoras.* Recebi, por outro lado, os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo. Assim, *há a possibilidade de algum constrangimento público ou privado decorrente de minha opinião ou visão (relatada na entrevista) em relação a um dado acontecimento do passado; há o risco de que as informações extraídas dos relatos sejam usadas de forma indevida.*

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada. Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer

momento, sem precisar justificar, e, se desejar sair da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo.

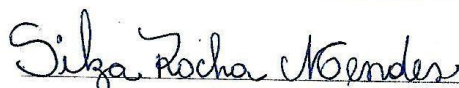
Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são: Claudiomiro Ferreira de Oliveira e Déa Nunes Fernandes (orientadora), pesquisadores vinculados a Universidade Federal de Maranhão (UFMA) via Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPECEM), localizado em, Av. dos Portugueses, 1966. Campus do Bacanga/São Luís/MA – CEP: 65085-580; (98) 3301-8702/8703 (e-mail: pppg@ufma.br) e com eles poderei manter contato pelos telefones: (98) 8433-0041/81544451 (ou e-mail: claudiomirofo@gmail.com)

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor do aqui mencionado e compreendido a natureza e objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.

São José dos Basílios/MA, 20 de maio de 2016.



Assinatura do Participante da Pesquisa



Assinatura do Pesquisador(a)

Assinatura do Orientador(a)

Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa do CEP/UFMA. Endereço: Av. dos Portugueses, 1966. Campus do Bacanga - São Luís/MA CEP: 65085-580; Fone: (98)3272-8708; e-mail: cepufma@ufma.br

ANEXO J: Carta de anuência de Maria Lúcia Meireles da Silva

São José dos Basílios, 15 de março de 2016.

Carta de Anuência

Declaramos, para os devidos fins, aceitar o pesquisador CLAUDIOMIRO FERREIRA DE OLIVEIRA desenvolver parte da pesquisa intitulada *SOBRE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS (MA): saberes, dizeres e fazeres de professores e professoras*, na escola Unidade Integrada Hipólito da Costa, localizada na zona rural desse município. O pesquisador é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA e está sob a orientação da Professora *Dra. Déa Nunes Fernandes*.

A pesquisa tem por objetivo busca constituir uma narrativa sobre a educação matemática na zona rural do município maranhense de São José dos Basílios, pautada nas memórias e histórias de vida de docentes que ensinaram e/ou ensinam matemática na escola Unidade Integrada Hipólito da Costa. Entendendo que a tessitura dessa narrativa e o registro das memórias dos educadores e educadoras inaugura outro lugar de memória se constituindo uma estrutura de referência acerca da educação e da educação matemática que se pratica e/ou que se deseja praticar no campo.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos da Resolução 466/12 e suas complementares, comprometendo-se a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados a pesquisadora deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CFP/CONEP.

São José dos Basílios/MA, 28 / 03 / 2016 .

Maria Lúcia Meireles da Silva
Nome/assinatura e carimbo do responsável pela Secretaria

Maria Lúcia Meireles da Silva
Secretária Municipal de
Educação, Esporte e Cultura
Portale nº 036/2013 - GP